

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

RENE JOSÉ KELLER

**AS LUTAS SOCIAIS E A CRISE DO SOCIALISMO NO CONTEXTO DO
GOLPE DE 2016**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

RENE JOSÉ KELLER

**AS LUTAS SOCIAIS E A CRISE DO SOCIALISMO NO CONTEXTO DO
GOLPE DE 2016**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

K29L Keller, Rene José

As Lutas Sociais e a Crise do Socialismo no Contexto do Golpe de 2016 / Rene José Keller . – 2019.

225p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis.

1. Lutas Sociais. 2. Golpe de 2016. 3. Marxismo. 4. Neofascismo. 5. Socialismo. I. Reis, Carlos Nelson dos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

RENE JOSÉ KELLER

As Lutas Sociais e a Crise do Socialismo no Contexto do Golpe de 2016

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em: ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enzo Bello – UFF

Prof.^a Dra. Jane Cruz Prates – PUCRS

Prof.^a Dr. Mauro Iasi – UFRJ

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis – PUCRS (orientador)

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

O agradecimento em trabalhos acadêmicos de maior fôlego é uma incumbência circunstancial. Agradece-se, regularmente, pela permissiva ausência em razão do tempo de convívio subtraído, pois a escrita é um exercício habitualmente solitário. No meu caso imagino se passar situação diversa. A redação não foi uma atividade de isolamento, pelo contrário, todos os passos dados foram fruto de intenso debate com interlocutores. Ao invés, portanto, de lamuriar a ausência, pretendo enaltecer as substanciais presenças.

A primeira interlocutora é Suéllen Bezerra Alves Keller. Tive a ventura de ser agraciado com o Evento amor logo no exórdio desse percurso de doutoramento. A nossa intensa ligação afetiva, amorosa é, no mesmo peso, intelectual; traduzindo-se também nas palavras e argumentos que compõem esta tese. À minha companheira de vida, como sinal de admiração maior, agradeço formalmente pela leitura, debate, revisão, crítica, incentivo e, acima de tudo, materialmente pelo necessário amor perene.

A trajetória acadêmica seria desprovida de sentido caso o objetivo último fosse a titulação. Não posso deixar de registrar o caminho livre que o meu orientador, prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, concedeu. Se a aderência aos argumentos aqui expostos não é plena, decerto sou grato pela liberdade criativa, que em momento algum foi cerceada, bem como pela compreensão na atarefada dinâmica de vida nesse tempo de doutoramento.

Dentro dos tantos encontros e desencontros, não estaria escrevendo esse agradecimento se não fosse pelo incentivo da prof.^a Mara de Oliveira. O fato de ter ingressado em um doutoramento em Serviço Social se deve ao seu estímulo e serei sempre grato por isso. Lembro que a distância não minora o afeto e admiração que tenho pela sua postura acadêmica militante na construção da sociabilidade que comungamos construir.

Há casos mais emblemáticos, em que uma interlocução acadêmica assume a forma de uma verdadeira amizade. Esta tese, em seu conteúdo, resulta de um debate dirigido, iniciado sob orientação de Enzo Bello nos idos de 2012, o qual permanece constante até hoje. É um professor que, como poucos, consegue articular dialeticamente teoria e prática, sendo exemplo de intelectual marxista, combativo, horizontal e preocupado na formação crítica de quadros qualificados à academia brasileira. O debate

constante, movido a litros e litros de alegria líquida compartilhada, teve como fruto esta produção, que é uma dentre tantas outras que nessa nossa caminhada dividimos.

Sem querer ter a pretensão de nomear, porque atrai o prejuízo do esquecimento, gostaria de lembrar com especial carinho as amizades construídas nessa caminhada de doutorado. Eventual colega leitor(a) sabe da importância que possui para esta escrita. A visão de mundo é uma construção afiada por tantos professores e professoras que iluminam a caminhada acadêmica. Recordo aqui dos passos iniciais no marxismo, sob orientação do prof. Marcus Vinicius M. Antunes, querido amigo de ideais, que sempre primou pelo rigor na produção científica. No PPGSS/PUCRS tive o acaso de ter momentos agradabilíssimos com a prof.^a Gleny Guimarães, possuindo carinhoso afeto pelos sempre felizes momentos compartilhados.

Aos que assumiram a tarefa de avaliar este trabalho, esperando que seja uma ponte para construção de novas discussões e interlocuções, agradeço o aceite da prof.^a Jane Prates e do prof. Mauro Iasi. Agora sim, pela permissiva ausência, agradeço aos companheiros do escritório Pauli, Kafruni & Keller Advocacia. Por fim, todavia, não em menor relevância, destaco a importância da minha família, brasileira, mas não tradicional, que propiciou o estofo material para que pudesse estudar, bem como por semear a irrequietude necessária à conformação do pensamento crítico. Por todo o afeto, agradeço à minha nonagenária avó, Ruth Keller.

Atendendo ao disposto na Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018, enquanto ainda existe financiamento público de pesquisa, sinalizo que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 - This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Ao ex-presidente Lula, sem o qual
esta tese não existiria, por ter
democratizado a tantos pobres o
acesso à Universidade; na esperança
de que a sua arbitrária prisão o faça
enxergar que na luta de classes a
possibilidade conciliação não passa
de uma miragem.

Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais
(Belchior - Alucinação)

RESUMO

O título desta tese poderia ser “marxismo sem misancene”, pois a preocupação que orienta o estudo não é promover uma defesa intransigente da validade das categorias teóricas desta tradição. O que pretendo é examiná-las à luz dos acontecimentos políticos recentes, de Junho de 2013, passando pelo Golpe de 2016, à eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a fim de medir a compatibilidade teórica com o curso efetivo das lutas sociais no começo do século XXI. Para tanto, é preciso refletir no que representa, no cotejo com a realidade e suas contradições, a luta de classes, a consciência de classe, o papel da classe trabalhadora, a ação da ideologia, a alienação/estranhamento, a tópica infra e superestrutura e a própria ideia de socialismo. Foi realizada pesquisa empírica (de campo), de natureza qualitativa, com pessoas que participaram de manifestações ao longo dos anos de 2015-2016, contrárias e favoráveis ao *impeachment*, embora defenda que se trata de um Golpe institucional. Com arrimo na perspectiva do pensamento crítico, na vertente marxista, o método guiador do trabalho é o dialético na fundamentação materialista. A fatídica tese defendida é que, a partir da desatualização histórica do socialismo, em razão do extasiado uso da teoria marxista sem a correlata base material concreta sobre a qual deve necessariamente ser pensada, é preciso promover alterações no seu curso, integrando as mais diversas formas de opressões. A contribuição do estudo se situa em prover uma análise das repercussões dos acontecimentos políticos recentes – Junho de 2013, o Golpe de 2016 e a ascensão do neofascismo neoliberal – para a perspectiva socialista, buscando apontar, a partir da conjuntura histórico-social, caminhos para revigoração desta visão de mundo.

Palavras-chave: Lutas Sociais. Golpe de 2016. Marxismo. Neofascismo. Socialismo.

ABSTRACT

The title of this thesis could be "Marxism without *mise en scène*", because the concern that guides the study is not to promote an intransigent defense of the validity of the theoretical categories of this tradition. What I aim to do is examine them in the light of the recent political events, from June 2013, through the 2016 coup, to the election of Jair Bolsonaro in 2018, in order to measure theoretical compatibility with the actual course of social struggles at the beginning of the 21st century. In order to achieve the goals, it is necessary to reflect what represents, in the comparison with reality and its contradictions, the class struggle, the class consciousness, the role of the working class, the action of ideology, alienation/estrangement, the topical infra and superstructure, and the idea of socialism. A qualitative empirical research was carried out with people who participated in demonstrations over the years 2015-2016, opposing and supportive of impeachment, although I defend that it was an institutional coup. Based on the perspective of critical thinking, on the Marxist side, the guiding method of work is the dialectic in the materialist foundation. The fateful thesis defended is that, considering the historical outdatedness of socialism, due to the ecstatic use of Marxist theory without the concrete material base on which it must necessarily be thought, it is necessary to promote changes in its course, integrating the most diverse forms of oppression. The contribution of the study is to provide an analysis of the repercussions of the recent political events - June 2013, the coup of 2016 and the rise of neoliberal neofascism - to the socialist perspective, seeking to point out, starting from the historical and social conjuncture, reinvigorating this worldview.

Keywords: Social Struggles. 2016 coup. Marxism. Neofascism. Socialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Twitter do Michel Temer	49
Figura 2 – Logomarca da Copa do Mundo FIFA de 2014	63
Figura 3 – Lâmina de “Powerpoint” do procurador Deltan Dallagnol.....	64
Figura 4 – Twitter do Marcelo Bretas	68
Figura 5 – Twitter do Deltan Dallagnol.....	72
Figura 6 – Oposição se une por “impeachment” (nota no Estadão).....	76
Figura 7 – O perfil dos manifestantes na Av. Paulista (protesto de 13 de março de 2016)	78
Figura 8 – Avaliação do governo federal em março de 2016.....	79
Figura 9 – Capa do Jornal Extra de 8 de julho de 2015.....	106
Figura 10 – Postagem no “facebook” do promotor Rogério Zagallo	140
Figura 11 – Queda da popularidade de Dilma após protestos em Junho de 2013.....	142
Figura 12 – Postagens no “facebook” do MBL.....	147
Figura 13 – Twitter do vereador de São Paulo Fernando Holiday	149
Figura 14 – Bancadas mais relevantes no Congresso Nacional em 2016	164
Figura 15 – Twitter de Jair Bolsonaro	166
Figura 16 – Representação do tempo	172

QUADRO

Quadro 1 – Nomenclatura dos entrevistados.....	28
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGU – Advocacia Geral da União

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DCM – Diário do Centro do Mundo

DEM – Democratas

EC – Emenda Constitucional

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KKK – Ku Klux Klan

KM – Kilometro

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli e mais

MBL – Movimento Brasil Livre

MPL – Movimento Passe Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Nº – Número

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PPGSS/PUCRS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SP – São Paulo
STF – Supremo Tribunal Federal
TRANSPETRO – Petrobrás Transporte S.A.
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VPR – Vem Pra Rua
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCS – Universidade de Caxias do Sul
UFF – Universidade Federal Fluminense
UJS – União da Juventude Socialista
URSAL – União das Repúblicas Socialistas da América Latina
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Metodologia da pesquisa: as condições materiais de produção do conhecimento	16
1.2 Quem fala e de onde fala? Pelo rompimento da pretensa “objetividade” científica	32
2. OS 273 DIAS EM QUE O BRASIL PAROU: A BATALHA DE NARRATIVAS ENTRE <i>IMPEACHMENT</i> OU GOLPE	38
2.1 O encontro da tragédia com a farsa: a crise política no epicentro do <i>impeachment</i>	40
2.2 O real e o semblante da crise econômica: socialismo para os ricos, liberalismo para os pobres	50
2.3 A crise moral: a corrupção como “escândalo” e o papel do Poder Judiciário na concretização do Golpe	59
2.4 O poder das ruas pintadas de verde e amarelo: a vitória do “tchau querida” sobre o “não vai ter golpe”	69
3. DE TEORIA DA RESISTÊNCIA À RESISTÊNCIA DA TEORIA: O MARXISMO E AS LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE GOLPE.....	81
3.1 A serpente das aflições: os dilemas da classe que não repousa sobre a consciência	84
3.2 A redimensionalização da luta de classes no período neodesenvolvimentista	96
3.2.1 Desvio teórico I: o “etapismo” e natureza da dominação social no capitalismo	96
3.2.2 A ascensão do conservadorismo e a redimensionalização da luta de classes	103
3.3 A descontinuidade do ser genérico e a problemática da atualização histórica da alienação/estranhamento.....	109
3.3.1 Desvio teórico II: modelo antropológico no jovem Marx – por uma leitura rigorosa da alienação/estranhamento e ser genérico.....	109

3.3.2 A <i>alienação</i> que não gera <i>estranhamento</i> : o que há entre a reforma improvável e a revolução impossível?	119
3.4 O dispositivo de dominação ideo(tecno)lógico e o bloqueio efetivo de novas formas de sociabilidade	125
4. O AVANÇO DO NEOFASCISMO E A DESATUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PERSPECTIVA SOCIALISTA	135
4.1 Do “evento” de Junho de 2013 a março de 2016: o Brasil acordou... e com ele o conservadorismo.....	136
4.2 A desintegração do <i>Sittlichkeit</i> com a ascensão do neofascismo neoliberal	148
4.3 O autoritarismo neoliberal: ameaça à democracia ou democracia tolerada?. 158	
4.4 A possibilidade de recuperação da ideia do socialismo.....	168
4.4.1 Desvio teórico III: o messianismo visitado em busca da universalização... 168	
4.4.2 O que vem depois do fracasso de uma tentativa? Em defesa da renovação da ideia de socialismo no século XXI	173
5. CONCLUSÃO... E MAIS UM APANHADO DE INCONCLUSÕES.....	190
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICES	220

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, Fora Temer! Talvez esse tenha sido o lema mais entoado pela esquerda brasileira, nos mais diversos espaços, desde a queda da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Afora o que o seu conteúdo político denota, há um problema, em se tratando de um estudo acadêmico, de alocar um advérbio de ordem (“primeiramente”) como antecedente da fala, ao passo que não é possível ter por premissa o desejo de expulsão imediata sem que se passe por um relativamente longo caminho justificador.

Os anos de 2015-2016 demonstraram o quão dividido estava o Brasil sob o prisma político, ao passo que em raras ocasiões houve um acirramento de ideias ao ponto de impedir o diálogo entre posicionamentos antagônicos. Representaram também a pobreza espiritual no debate travado entre os ditos “coxinhas” e “petralhas”, cujo embate se converteu em uma espécie desfigurada de “luta de classes”, cuja batalha de ideias expôs as suas limitações cognitivas acerca do cenário político.

Nesse mesmo período, as ruas foram pisoteadas por multidões de pessoas que se irressignaram em face da situação em que o Brasil se encontrava, de crises moral (corrupção), política e econômica. A perfectibilização do Golpe ou *impeachment*, a partir de tais elementos, somente foi legitimada diante da ampla adesão de “setores médios” da população brasileira, que tomaram as ruas demandando a prisão do ex-presidente Lula e a deposição de Dilma Rousseff.

A presente tese tem como objeto examinar as ressignificações políticas das lutas sociais no Brasil, no segundo decenal do século XXI, tendo como pano de fundo o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o qual mobilizou às ruas manifestantes por dois lados: a favor e contra a sua permanência como chefe do executivo. Falo em ressignificação diante das características peculiares de organização, pauta e forma de reivindicar, que difere dos então chamados “novos movimentos sociais”.

A relevância do estudo se situa à medida que permite examinar as formas de luta e resistência, bem como as possibilidades reais de superação do estágio do capitalismo na realidade brasileira. Há o tratamento de temas que envolvem as práticas reivindicativas sob o ponto de vista da teoria marxista, analisando o grau de compatibilidade entre as categorias afeitas a esta tradição e a realidade brasileira tal qual a enxergo.

A ordenação dos fatos não segue uma cronologia ou linearidade histórica, visto que o fio condutor não é o acontecimento em si, mas a capacidade que tem para revelar o argumento subjacente. Assim, a **primeira parte** do estudo – com nítido tom descritivo – é dedicada para

investigar o contexto sociopolítico do *impeachment* (Golpe), examinando os aspectos que considere centrais para o término do projeto político neodesenvolvimentista: a) crise econômica; b) crise política; c) crise moral (escândalos de corrupção); d) manifestações populares. As aberturas de crédito suplementar/ edição de decretos, fundamentos jurídicos à queda de Dilma, ocupam o papel que se julga devido na história: secundário, visto que se consubstanciam somente no fenômeno, o semblante, da essência política e, sobretudo, econômica do dito impedimento.

Uma vez esboçada a leitura histórico-conjuntural sobre a qual o estudo é realizado, a **segunda parte** enfrenta problemas que demandam a elevação do grau de abstração, à medida que tem como intuito primordial pensar a atualidade de determinadas categorias centrais da tradição marxista. O desígnio é escapar de um marxismo autocontemplativo, que mais se assemelha a uma teoria tradicional, que examina as categorias somente em abstrato, deslocadas da materialidade da vida social. Ponho em dinâmica, portanto, discussões acerca da **(i)** classe trabalhadora e a crise da subjetividade revolucionária, **(ii)** a redimensionalização da luta de classes e a natureza de dominação estrutural do capital, **(iii)** a mitigação da alienação/ estranhamento nos marcos do ideal social vigente, **(iv)** o avanço da capacidade de dominação exercida pela ideologia transmitida pelos aparatos tecnológicos.

Devo precaver o leitor que não existe a preocupação de proceder, a todo custo, a afirmação da atualidade das categorias examinadas, como se este procedimento fosse o recurso prescrito para que se mantenha a vitalidade da teoria marxista, evitando que a construção ruia pela falta de sustentação dos seus elementos constitutivos. Entendo que avocar-se do marxismo é, antes de tudo, promover uma crítica radical da sociabilidade capitalista na direção da sua superação. O cumprimento desse propósito não deve ser acompanhado de uma visão antidialética de congelamento histórico das suas categorias, senão oxigená-las à luz dos renovados desafios que o modo de produção capitalista cotidianamente nos impõe, bem como tendo por base a complexificação das relações sociais.

A **terceira parte** se inicia com o breve apanhado de fatos acerca de Junho de 2013, sem a pretensão de seguir uma linearidade dos acontecimentos, tendo em vista que é examinado à medida que constitui chave explicativa para o Golpe de 2016. O primeiro tópico deste capítulo tem como objetivo examinar como as manifestações que condicionaram a queda da ex-presidenta Dilma foram impulsionadas a partir de lacunas deixadas por Junho de 2013. A hipótese a ser trabalhada é que a eleição de Bolsonaro em 2018, a raiz do Golpe de 2016, bem como o avanço do conservadorismo, tem como procedência imediata os levantes de Junho de 2013. Os tópicos seguintes buscam compreender a ascensão de um governo

neofascista neoliberal em 2018, fazendo uso operacional da categoria de “Sittlichkeit” (eticidade), de Hegel, bem como a relação que a democracia porta para a elucidação desse fenômeno.

Por fim, parto da premissa de que o a ideia de socialismo incursiona nesse século XXI oscilando entre a alta carga de criminalização e o esquecimento. A recuperação da vitalidade história atrai que se façam reformulações teóricas para acompanhar as lutas sociais que se dinamizam, incluindo a compatibilização teórica entre as pautas de reconhecimento e redistribuição radical. Com isso, abre-se o leque de se pensar a emancipação humana como uma questão afeita eminentemente à esfera econômica, passando a abranger as diversas formas de opressão que se particularizam na sociabilidade capitalista.

As discussões eminentemente teóricas são relegadas a um segundo plano de análise, pois parto da premissa de que *não se deve mobilizar categorias unicamente em abstrato*¹. É um movimento ínsito à perspectiva da teoria crítica, na vertente marxista, que não cabe promover uma disjunção entre teoria e prática. Esse é o motivo de não haver discussões teóricas entre categorias abstratas de modo pujante, ou explicação destas à exaustão, tendo em vista que o desenvolvimento do argumento contém em si o seu significado, jamais apartado da realidade que busca explicar.

Os chamados “desvios teóricos” foram pontos fulcrais, posto que isolados, pois entendi necessário apensar discussões teóricas sobre temas nebulosos no marxismo. Foram três os desvios, que escapam da premissa referida: **i)** rechaço a uma visão ainda presente, i.e., o “etapismo” como condição para o processo revolucionário; **ii)** problematização das categorias de “alienação” e “ser genérico”, que são fruto de mal-entendidos constantes; **iii)** as aproximações entre a revolução em Marx e o evento messiânico em Paulo, a fim de apresentar linhas de estudo à compreensão do que se chama de “marxismo messiânico”.

Esse é exatamente o mesmo motivo pelo qual a tese que defendo, de desatualização histórica do socialismo, nos marcos em que é pensado, não é redigida à parte dos acontecimentos políticos e sociais que ocorreram no momento da redação deste escrito. Se por um lado pode restringir o âmbito de validade histórica do argumento, por outro, imagino que se esteja procedendo a uma análise tal qual deve ser seguida por um critério, repito, de exigência metodológica materialista: não separar teoria e prática.

¹ “Vê-se como com este método o desenvolvimento lógico não precisa de se manter no domínio puramente abstracto. Pelo contrário, ele requer a ilustração histórica, o contato contínuo com a realidade” (ENGELS, 1982c, p. 543).

Se os acontecimentos da realidade brasileira rumarem para caminho diverso do percurso elegido, invalidando a tese ora defendida, decerto não se apaga a sua razão histórica, de delimitar os limites do socialismo nesse começo de século XXI. Caso se entenda que o sentido da tese é a defesa do abandono da ideia de socialismo, não tenho dúvidas que deriva de um equívoco de leitura, visto que o intento é exatamente o seu oposto: para defender o socialismo como alternativa válida é preciso compreender as contradições que se mostram no tempo presente inscritas na realidade brasileira. Caso contrário, o socialismo trilhará o caminho que tem seguido: a existência em países isolados ou como mera remissão distante nos livros de história.

Walter Benjamin (2012c, p. 282), certa feita, disse: “O bom escritor não diz mais do que pensa”. A duração desta tese está imbuída desse senso benjaminiano, que propõe ao autor que se esquive de movimentos supérfluos, desgastantes e oscilantes, em homenagem a uma escrita que mantenha a disciplina e, ao mesmo tempo, não diga monótona e sobriamente o que pensa. É preciso conceder à reflexão teórica o espetáculo proveniente de um pensamento espirituoso bem treinado, o qual “Nunca diz mais do que pensou. Por isso, o seu escrito não favorece somente a si mesmo, mas somente aquilo que ele quer dizer” (BENJAMIN, 2012c, p. 282).

1.1 Metodologia da pesquisa: as condições materiais de produção do conhecimento

A metodologia da pesquisa é, não raro, tratada como algo secundário, ou eminentemente formal em relação ao corpo da tese, constituindo um dado prévio que somente existe por uma repetição condicionante da produção científica do conhecimento. No âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, a metodologia é construída a partir de elementos de reiteração, os quais não se sabe ao certo de onde partiram como exigências, no entanto, são somaticamente seguidos porque os manuais assim o dizem, ou os orientadores o cobram.

Essa subestimação da metodologia, por vezes, tem suas razões situadas não na debilidade teórica do subscritor especificamente, encontrando seu fundamento na própria motivação que conduz determinadas pessoas a escolherem o caminho da academia, enxergando-se na imanente tarefa de produzir conhecimento científico contra as adversidades da existência. O espaço acadêmico, em pormenor os níveis de pós-graduação *stricto sensu*, em escala crescente são ocupados por pessoas com tenra idade, em pleno desenvolvimento da capacidade intelectual de formação, não sendo produto de anos de pesquisa. Pelo contrário, pesquisa e tornar-se pesquisador coincidem no processo de aprendizado e redação.

Ao ingressar em um ambiente que demanda a reflexão sobre algum tema elegido, apega-se a manuais metodológicos como recurso para elaborar, inicialmente, um projeto que seja aceito e, num segundo momento, uma tese ou dissertação que goze de algum reconhecimento ao menos perante a banca avaliadora. A diminuição da metodologia, portanto, atende a arranjos materiais dos estudantes de pós-graduação, que veem a continuidade da formação ora como exigência mercadológica (valorização da força de trabalho, ou para “dar aula”), ora em virtude de um critério seco de sobrevivência material, a par do baixíssimo valor das bolsas ofertadas e a demanda de trabalho exigida por determinadas instituições para conferi-las.

Mesmo entre os que se avocam de uma perspectiva crítica, pouco reflexionam acerca do quanto há de reprodutibilidade social no modo de fazer ciência. Como anuncia Max Horkheimer (1991, p. 36-37): “O cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento da autopreservação e da reprodução contínua do existente, independentemente daquilo que imaginam a respeito disso”. Ao lado dos diferentes ramos profissionais, a ciência é feita sob dadas condições históricas que refletem momentos do processo de produção social (HORKHEIMER, 1991, p. 37).

O conhecimento desejável no modo de pensar dominante é o que esteja voltado ao preenchimento de postos técnicos na divisão social do trabalho, sem questionar a estrutura geral de funcionamento da sociedade, que é calcada na contradição de classe. A aceitação da ordem vigente é pré-condição ideológica à constituição do saber, não devendo a academia ser ocupada por quem deseja promover uma radical transformação societária. Isso repercute, presentemente, nos projetos legislativos de “Escola Sem Partido”, ao passo que a formação acadêmica não deve se prestar para formação do espírito crítico.

Remodela-se, gradativamente, os espaços publicamente reconhecíveis como fontes possíveis de projetos de transformação. Desacredita-se desde o movimento social, o sindicato, o partido político, agora a academia, enquanto tais aparelhos sociais não se prestarem única e exclusivamente à reprodução social nos marcos do capitalismo. Este capítulo metodológico busca, tanto quanto for possível, expor a construção do objeto e seus critérios como resultado do engajamento subjetivo no combate do metabolismo social historicamente vigente.

Objetivos geral e específicos

A presente tese tem como *objetivo geral* analisar o estágio de desenvolvimento das lutas sociais no Brasil, no segundo decênio do século XXI (2010-2018), que possibilite aferir

a potencialidade emancipatória ao cotidiano do capital, as subjetividades, pautas em disputa, bem como a capacidade de integração de pautas de reconhecimento à teoria marxista.

Aqui assumo um elemento de conservadorismo na tese, ao não contrariar o costume de iniciar os *objetivos específicos* na forma nominal dos verbos no infinitivo:

a) compreender quais são os atores sociais que tomaram as ruas a partir das primeiras décadas século XXI, em pormenor no levante de Junho de 2013 e nas manifestações contra e favor do *impeachment* (2015-2016), perquirindo acerca do papel que cumprem para concretizar a demanda veiculada;

b) descrever as principais demandas projetadas pelas pessoas que eram favoráveis e contrárias ao *impeachment*, compreendendo não apenas o fenômeno, senão penetrando na essência para elucidar aspectos concretos da práxis (contradições) que fizeram com que dada reivindicação surgisse, tomasse corpo e fosse publicizada por alguma subjetividade coletiva, levando em consideração a fase de transição entre o esgotamento do projeto político neodesenvolvimentista e a ascensão de outra forma de conservadorismo.

c) examinar como se materializam as dinâmicas entre a difusão e a ação das manifestações, em que cada vez mais há um intercâmbio entre o ambiente virtual e a reivindicação presencial, buscando entender como a concretude do protesto de rua teve como antecessor idealizante as organizações e chamamentos pelo meio virtual;

d) esclarecer em que medida o processo social de contestação pode ou não estar vinculado a uma crítica direta ao metabolismo de reprodução do capital, bem como a capacidade analítica das categorias do marxismo para compreendê-las. Ainda, como se relacionam as questões de reconhecimento (étnico-raciais, gênero etc.) com demandas que estão envoltas a pautas distributivo-econômicas;

e) prospectar a crise da ideia de socialismo, no contexto de Golpe de 2016, levando em consideração a ascensão do conservadorismo, a ação da ideologia na sua formatação tecnológica, bem como o duelo entre duas racionalidades que partem da base material comum (capitalismo): neoliberalismo e neodesenvolvimentismo.

Justificativa e relevância

Em relação à *justificativa e relevância da tese*, ao menos que se adote uma postura de conformação ao cotidiano imposto pelo capital, deve-se atentar às práticas sociais emancipatórias em curso, examinando a sua dimensionalidade, forma, características, subjetividades coletivas, estratégias de atuação etc. Falar em ressignificação política das lutas

sociais contemporâneas significa anuir que houve renovação dos seus sentidos, compreendendo o papel que cumprem atualmente, bem como analisando a potencialidade de romper com o modo de produção vigente, ou ao menos iluminar a construção de caminhos alternativos.

Como pontua Maria da Glória Gohn (2017, p. 173), a abordagem marxista direcionada aos estudos dos movimentos sociais, sejam eles operários ou não, não pretende ofertar apenas um conhecimento teórico, senão formular uma teoria destinada à modificação da prática social à emancipação. Essa ação prática, caso pretenda assumir a envergadura desejada para a concretização da demanda, deve estar arrimada em um sólido conhecimento da realidade que permita apreender a significação que assume na totalidade social.

No contexto latino-americano, a partir do final do século XX e começo século XXI, diversos foram os governos alinhados a políticas “progressistas” que foram eleitos na região, rompendo com a década perdida do neoliberalismo (1990-2000) (ALVES, 2014, p. 127-132). Maria Gohn (2013, p. 17-18) aponta que no século XXI se afigura uma conjuntura política contraditória na América Latina, ao passo que alguns movimentos sociais conseguiram melhores condições internas de organização, enquanto outros perderam suas forças políticas. Os movimentos sociais que despontam “[...] são extremamente diferenciados segundo o tipo e grau de organização, demandas, articulações, projeto político, trajetória histórica [...]” (GOHN, 2013, p. 17).

A tarefa primordial, portanto, consiste em apreender a dinâmica das forças políticas ativas na sociedade brasileira, ilustrando a continuidade e descontinuidade dos atores sociais, formas de ação, plataformas, levando em consideração a alteração de conjuntura ocorrida a partir da década de 2010. Neste período, o contexto é de restauração das condições de sociabilidade desgastadas com as políticas neoliberais anteriormente enfrentadas, as quais foram retomadas após o Golpe de 2016 e possivelmente serão mantidas com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Levando em consideração que não possuo graduação ou mestrado em Serviço Social, entendi que a pesquisa não poderia incursionar em demasia em área não afeita à minha formação acadêmica. A justificativa se situa em dois pontos centrais: a) parece inadequado proceder um “roubo da fala”, assumindo um lugar que não corresponde à posição acadêmica e profissional real; b) a lacuna da formação em Serviço Social não permitiria uma análise aprofundada e relevante endógena, tendo em vista que uma gama variada de temas decerto escaparia.

Esses elementos tampouco podem servir como álibi para que não se produza conhecimento porventura relevante à área de doutoramento. Ao constatar que uma parte significativa das pesquisas são voltadas às políticas públicas, examinando o arranjo estatal destas e a debilidade na sua concretização, a discussão acerca das lutas sociais sob o enfoque marxista resta ofuscado, bem como pensar o socialismo como alternativa viável ao enfrentamento das contradições presentes nesse início de século.

Em se tratando de uma profissão que, a partir do processo de reconceituação, alinhou as diretrizes com um projeto societário diverso da sociabilidade imposta pela ordem capitalista (IAMAMOTO, 2008, p. 122-125), caso não se compreenda os atores que estão inconformados com a estrutura vigente, bem como as forças conservadoras, deixar-se-á de apreender a relação dialética de mudanças que operam na realidade brasileira. A construção de novas formas de sociabilidade, antagônicas às impostas pela lógica do capital, tem como fator de impulsão as mais diversas lutas sociais, as quais abrem caminhos para pautas a serem reconhecidas, ou efetivadas e que ora ganham enfoque na visão de quem vos escreve.

Problema de pesquisa e questões norteadoras

Um dos elementos requeridos à elaboração da pesquisa científica é um *problema*. Gaston Bachelard (2015, p. 192) põe em severa dúvida a possibilidade, no estágio atual da ciência, de promover um conhecimento fundacional, fazendo tábua rasa do até então desenvolvido. Chega a ser peremptório ao defender que o espírito científico “proíbe-nos de ter uma opinião sobre questões que não compreendemos [...]”. É preciso, antes de tudo, saber formular problemas. [...] É precisamente o *sentido do problema* que dá a marca do verdadeiro espírito científico” (BACHELARD, 2015, p. 193).

O problema foi formulado levando em consideração um ensinamento prosaico afeito à teoria crítica. A ousada meta pelo pensamento crítico imposta, que Horkheimer (1991, p. 51) chama de “realização do estado racional”, i.e., uma sociedade que seja racionalmente ordenada sem subjugação de classe, tem as suas raízes na miséria do presente, sendo que “A teoria que projeta essa imagem não trabalha a serviço da realidade existente; ela exprime apenas o seu segredo”. Ciente disso, o problema pode ser formulado nos seguintes termos: *Como se dinamizam as lutas sociais contemporâneas dos mais diversos movimentos de protesto nas primeiras décadas do século XXI no Brasil, e em que medida houve uma ressignificação política, de subjetividades, pautas, organização e forma de atuação?*

A formulação do problema tem como arrimo os seguintes pressupostos, denominados de questões norteadoras:

a) A partir do século XXI houve significativas alterações nas dinâmicas das lutas sociais no Brasil, sendo válido indagar: qual a validade analítica das categorias teóricas do marxismo na compreensão de tais lutas?

b) A par de o governo brasileiro integrar o amplo espectro dos governos progressistas da América Latina (antes da queda da Dilma Rousseff), há demandas reprimidas que envolvem tantos problemas infra estruturais de distribuição (econômicos) como superestruturais de reconhecimento (étnico-racial, gênero etc.). Nesse sentido, é preciso apreender a totalidade das pautas reivindicatórias, examinando: em que medida as demandas de reconhecimento confluem para o preenchimento do sentido da emancipação humana?

c) No Brasil, a revolta de Junho de 2013 demonstrou que os protestos em massa possuem certa homogeneidade em relação aos acontecimentos globais, pela forma de chamamento, reivindicações individualizadas, incapacidade de formação de lideranças políticas etc. Nesse quadro, é possível afirmar que há uma repulsa a partidos políticos, cuja tônica postulatória da população, em geral, reproduz o discurso propagado pela indústria cultural dominante?

d) O acirramento político entre o governo Dilma e a oposição repercutiu em protestos em larga escala no Brasil, encabeçados por movimentos e partícipes que trazem à tona pautas conservadoras, devendo-se questionar: como tais protestos repercutiram no esgotamento do projeto político neodesenvolvimentista?

Método: a dialética na fundamentação materialista

Não suponho que se possa pensar na dialética, na sua fundamentação materialista, como desprovida da compreensão de historicidade ou contradição, que de fato conferem conteúdo à forma de pensar a totalidade social. Ocorre que, a tentativa de utilização do método dialético, na sua fundamentação materialista, é uma tarefa que exige um pensamento treinado, preocupado em incursionar na estrutura do fenômeno para revelar a sua essência. As leis gerais do pensamento dialético, estabelecidas por Hegel e sintetizadas por Engels (1979, p. 81), podem ser reduzidas a três: a) da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; b) da interpenetração dos contrários; c) negação da negação.

O destrinchamento dessas leis foi feito à exaustão por diversos autores, inclusive da academia soviética. A primeira lei pode ser compreendida se partindo da premissa de que no

entorno está-se diante de uma quantidade diversa de objetos e fenômenos, os quais estão em constante mutação (movimento e mudança). Ainda assim, não se faz confusão entre eles, sendo relativamente fácil distingui-los e determiná-los. Por isso, “tudo o que torna o objecto precisamente um objeto determinado e não outro objecto e o distingue de um sem-número de outros objectos constitui a sua *qualidade*” (AFANÁSSIEV, 1978, p. 97-98).

A qualidade se revela por meio das propriedades das coisas, associando-se as suas características, sendo válido também para os fenômenos sociais (diferença entre capitalismo e feudalismo pela absorção completa da força de trabalho, domínio da produção mercantil etc.). Ao lado da qualidade, os objetos possuem também *quantidade*, expressa comumente em termos numéricos (peso, volume, intensidade etc.), podendo também ser materializada em termos sociais (como o potencial de produção). A mudança na qualidade reflete na variação do objeto e na sua transformação em outro, enquanto que a mudança de qualidade não necessariamente resulta numa variação observável do objeto (AFANÁSSIEV, 1978, p. 98-99).

A segunda lei, a interpenetração dos contrários, pode ser sintetizada à medida que se reconhece a disparidade de aspectos, tendências e formas internas dos objetos que excluem e, a um só tempo, pressupõe a existência de outros. Há uma relação mútua e indissolúvel entre essas duas facetas que configuram a *unidade dos contrários* (AFANÁSSIEV, 1978, p. 82). É o caso da própria constituição do pensamento, que apreende a realidade sob a forma de binarismos, como o quente e o frio, claro e escuro, lícito e ilícito, justo e injusto, estatal e paraestatal, cujos contrários não só excluem, mas pressupõe a existência do outro, sendo impossível um existir sem o outro (unidade dos contrários).

O desenvolvimento ocorre a partir da luta dos contrários (contradição), sendo que: “Os contrários não apenas existem, mas encontram-se em estado permanente de contradição e de luta entre si. A luta dos contrários constitui o conteúdo interno e a fonte do desenvolvimento da realidade” (AFANÁSSIEV, 1978, p. 85). Quando ocorre o choque entre os opostos (a unidade dos contrários), há uma superação da contradição, que implicará no surgimento de uma nova contradição, como foi o caso da superação do feudalismo pelo capitalismo (choque entre classes diversas, materializada da contradição das forças sociais existentes).

A terceira lei, a negação da negação, corresponde ao desenvolvimento interno do objeto, criando condições intrínsecas para o seu desaparecimento ou mutação, com a passagem a um estágio superior. O próprio avanço científico denota essa negação, notadamente quando a teoria mais acabada suprime a anterior, ainda que dela tenha partido

(AFANÁSSIEV, 1978, p. 112). Na realidade brasileira, o surgimento rudimentar do capitalismo representou a negação das relações escravistas, ainda que se deva esquivar das visões de que a fase superior constitui sempre um avanço em comparação com a situação antiga e/ou que deriva de uma luta de classes.

Uma observação deve ser levantada em relação a tais leis da dialética, conforme chama a atenção José Paulo Netto (2011, p. 12-13). Ainda que haja um esforço esquemático na exposição, não se pode compreender o método a partir de uma visão simplista, como se fosse uma espécie de “saber total” dividido entre a teoria geral do ser (materialismo dialético) e a sua especificação concreta na sociedade (materialismo histórico). O acima exposto, não obstante contenha elementos do método, insere-se na lógica da literatura marxista manualesca, a qual configura uma “adulteração” quando lida no sentido de uma aplicação mecânica e engessada, apartada dos processos sociais.

Nesta tese foi empregado o método dialético, na sua fundamentação materialista, compreendendo as implicações que desta visão decorrem. Sem qualquer pretensão de enumerá-las de forma esquemática, pretendo elucidar pontos que julgo necessários para o entendimento do método utilizado neste estudo. Ao lado dos “critérios formais” do método dialético, acima narrados, o seu conteúdo materialista se situa no fato de que há a aceitação de que toda sociabilidade existente está assentada em uma base material. Aqui, não empregarei o termo infraestrutura para designá-la, porque com o surgimento das pautas identitárias em larga escala (lutas por reconhecimento), ficou evidente que a tópica infra e superestrutura não se presta para apreensão da totalidade social, senão de modo parcial.

Para evitar mal-entendidos, sei da necessidade de justificação. Marx não se deteve em sistematizar o seu método, ainda que hajam passagem aqui e ali que dão pistas mais ou menos exatas. É citado com frequência o prólogo da “Crítica da Economia Política” como exemplo translúcido da sua fundamentação materialista do método:

O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de

desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura (MARX, 1982b, p. 530-531).

É bem verdade que essa sistematização, elaborada inicialmente em “A Ideologia Alemã”², trouxe inúmeras incompreensões mesmo à época da sua formulação, cabendo justificativas em Cartas³ e na própria *magnum opus* (“O Capital”):

Aproveito a ocasião para refutar brevemente uma acusação que me foi feita por um jornal teuto-americano, quando da publicação de meu escrito *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* [Contribuição à Crítica da Economia Política] (1859). Segundo este jornal, minha afirmação de que os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que “a estrutura económica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde dominam os interesses materiais, mas não seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas ou Roma, onde dominava a política. Para começar, é desconcertante que alguém possa pressupor que essas batidas fraseologias sobre a Idade Média e a Antiguidade possam ser desconhecidas de alguém. É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam a sua vida que explica porque lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal (MARX, 2014, p. 156-157).

² “O facto é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes do seu arbítrio. A produção das idéias, representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem [sic], aqui, ainda como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-94).

³ “Segundo a concepção materialista da história, o momento em última instância determinante, na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém torce isso (afirmando) que o momento económico é o *único* determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstrata, absurda. A situação económica é a base, mas os diversos momentos da superestrutura – formas políticas das lutas de classe e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc. e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões religiosas e seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas – exercem também a sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente a forma delas” (ENGELS, 1985a, p. 547). Engels também fez a ressalva em outra carta, a W. Borgius, em 1894: “Nós encaramos as condições económicas [...] como o em última instância condicionante [...] do desenvolvimento histórico. [...] O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., repousa sobre o [desenvolvimento] económico. Mas, todos eles reagem também uns sobre os outros e sobre a base económica. Não é que a situação económica seja *causa, unicamente activa*, e tudo o mais apenas efeito passivo”. (ENGELS, 1985b, p. 565-566).

A diversificação das lutas sociais em relação às demandas identitárias não permite o enquadramento na ótica binária entre infra e superestrutura. Proponho que se pense, a título ilustrativo, as relações homoafetivas e a demanda por igualdade. Não é possível deduzir da base material algo que deriva de forma imediata da condição da pessoa, cuja opressão pode se materializar em modos de produção econômicos diversos. É possível cambiar radicalmente a infraestrutura e não se pode supor que a questão irá ser resolvida porque se alteraram as relações econômicas fundantes. Em certo sentido, o mesmo é válido para as pessoas com deficiência, movimento feminista e o patriarcalismo, questão étnica, questão racial, questão de gênero etc.

Não é possível reduzir as pautas de reconhecimento como mero reflexo da base material, ou como elemento superestrutural, visto que a alteração das relações de produção pode perpetuar dada desigualdade identitária. Portanto, há de reconhecer a *autonomia relativa* das lutas por reconhecimento, ao passo que não são dedutíveis da base material, ou, para usar um termo afeito ao Serviço Social, não são expressões diretas da “questão social”.

Se por um lado a relação entre a base e a superestrutura tem uma evidente limitação histórica do seu desenvolvimento, não elimina a condicionante elementar: mesmo as pautas de reconhecimento (identitárias) repousam sobre uma base material que é transversal. Isso significa que o patriarcalismo, mesmo que não seja derivativo da infraestrutura, irá se particularizar em uma sociabilidade capitalista, tendo seu reflexo para as relações econômicas particulares. Portanto, não se trata de abandono do elemento materialista do método, senão de escapar do que se tornou uma simplificação histórica de supor que as pautas de reconhecimento são derivações ou podem ser compreendidas a partir da base material. Aqui, não farei maiores aprofundamentos, porque o tema será abordado oportunamente.

Um segundo problema é o exagero que constituiu o “evolucionismo historicista” presente na indigitada passagem. Na visão de Marx e Engels, a alteração da infraestrutura da sociedade careceria do “desenvolvimento das forças produtivas materiais” ao ponto de o conflito se tornar irreduzível e gerar a superação. Todas as revoluções socialistas, salvo melhor juízo, não ocorreram nesses moldes. Havia uma questão nacional pujante, no entanto, não houve desenvolvimento das forças produtivas materiais que repercutiram na alteração do modo de produção. Este tema será retomado ao longo da tese, não atraindo maiores esclarecimentos neste estágio inicial.

A perspectiva materialista ora adotada se reduz ao fato de que a existência humana na sua forma mais ampliada, dos devaneios espirituais às lutas políticas, está calcada em condições materiais de vida. As relações sociais estão alicerçadas sobre relações de produção

econômicas, sob a égide atual da reprodução do capital, que confere a natureza do vínculo socialmente estabelecido, sobre o qual emergem os mais variados conflitos, sejam de reconhecimento ou redistribuição.

A adoção do materialismo e das principais categorias teóricas não está apegada a quaisquer fórmulas, procurando justamente compreender o significado de luta de classes, ideologia, alienação/estranhamento, consciência de classe com esteio na realidade brasileira. Não é uma questão de mera atualização, porque como lembra Horkheimer (1991, p. 63) “A teoria não tem hoje um conteúdo e amanhã outro”. Encontramo-nos submersos a estrutura econômica fundamental do capitalismo, o que não significa que o seu desenvolvimento histórico não imponha novas formas de pensamento crítico para manter hígida a crítica social na direção da sua superação.

As categorias do marxismo não são pura e simplesmente um reflexo do estado atual das coisas, sendo o exercício de abstração, que parte da realidade fenomênica para atingir a sua essência, não tem como fim último a totalidade social e suas contradições. Há um senso imbuído no pensamento crítico que é pensar a realidade abstratamente a partir da fundamentação teórica com nítida orientação da sua superação. Se hoje não é possível mais afirmar categoricamente que é uma teoria formulada à luz das lutas da classe trabalhadora, que seria a responsável pelo processo revolucionário, não há como apartar a teoria crítica das lutas sociais, cujo epicentro é a luta anticapitalista, sem reduzir as pautas por reconhecimento.

Devo frisar que a adoção do materialismo dialético é, em razão de circunstâncias objetivas, fragmentária, parcial, diante da dificuldade real que seria reproduzi-lo tal qual foi elaborado e exposto principalmente na obra “O Capital”, de Karl Marx. Lembro da necessidade de separar método de investigação do método de exposição. Conforma apontar Marx (2014, p. 90), a “investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno”, sendo que “Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real”.

É possível que esta tese traga estranheza pelo modo pelo qual o método foi empregado. É costumeiro, mesmo entre os que se avocam da teoria crítica, de promover discussões teóricas unicamente em abstrato. Referir, por exemplo, ao processo de alienação sem situar ao momento histórico ou a dada conjuntura, é descrever um fenômeno como se ele fosse perene e abstratamente válido como critério geral, imune às transformações societárias que se operam na própria vigência do capitalismo.

Ao contrário de promover debates à exaustão entre autores, isolando-os do ambiente em que foram travados, a preocupação foi em estabelecer a unidade dinâmica entre teoria e prática. Com isso, a utilização de categorias teóricas está entrelaçada com o próprio desenvolvimento do argumento. Parece evidente que isso não ocorra de plano, senão como resultado de um método de exposição que não pretende dissociar o conhecimento teórico e a realidade social, ao passo que aquele é empregado na direção de conhecimento desta, posto que a integro como condição prévia do exercício intelectual.

Por falta de leitura sistemática, o pensamento descolonial não é empregado como um referencial, ainda assim estou ciente de que a colonialidade do saber é uma constante para os autores brasileiros e latino-americanos⁴. Somos treinados academicamente a redigir monografias, dissertações e teses que se iniciam com a afamada “parte histórica”, que não raro se inicia na Europa. E em uma questão de vinte a trinta páginas, quando muito, atravessa-se o continente, espacial e temporalmente, para desembocar no Brasil “atual” e no problema de pesquisa.

Essa preocupação foi esquivada duplamente nesta tese. A uma, porque o recorte temporal não demandava um regresso a tempos longínquos, o que não significa, no extremo oposto, o apagamento da histórica. Fatos históricos serão porventura mencionados quando necessários para elucidação de fatos presentes. A duas, porque permitiu que se apagasse as menções ao Brasil ou à realidade brasileira, ao passo que esta localidade é premissa de análise. Por vezes, sentimo-nos na iminência de justificar que estamos falando de algo reportado à realidade brasileira, como se não fosse um pressuposto de construção do conhecimento. Sigo, portanto, a observação de Caio Prado Jr. (1966, p. 122):

[...] verifica-se desde logo o infundado que consiste em procurar a interpretação da realidade brasileira [...] na base de situações que não têm paralelo entre nós. E procurar a aplicação aqui de teorias e normas de ação elaboradas especificamente para tais situações, como vem sendo feita. O que se trata de realizar, pelo contrário, é proceder a observação e análise dos fatos tais como eles efetivamente se apresentam no contexto econômico e social brasileiro. E partir daí, e somente daí, para sua explicação e interpretação. E assim proceder, armados com os instrumentos da dialética, isto é, considerando tais fatos não em sua simples ocorrência e aparência exterior e estática [...] e sim no seu sentido e caráter profundo que são revelados na sua dinâmica.

⁴ “Em sentido estrito, a ‘colonialidade do poder’ tem um viés político e econômico, enquanto a ‘colonialidade do saber’ envolve a produção da cultura e do conhecimento eurocêntricos com fundamentação na racionalidade, e a ‘colonialidade do ser’ envolve a posição de submissão assumida pelos povos colonizados ao negarem suas culturas originárias e ao reivindicarem a cosmovisão do colonizador” (BELLO, 2015, p. 53).

O empírico, procedimentos e as demais fontes de pesquisa

A fim de fornecer elementos empíricos ao trabalho, rompendo com a mera abstração, bem como atendendo aos critérios da teoria crítica de junção entre teoria e a prática, foi realizada pesquisa de campo de natureza qualitativa. Esta abordagem foi eleita em virtude das demandas da pesquisa, que visa à compreensão da realidade em seu sentido mais denso e contraditório, dando lugar de destaque para os atores envolvidos nos fenômenos (manifestações ao longo de 2015-2016).

A pesquisa de campo foi realizada mediante a realização **entrevistas**, com quatro pessoas que participaram das manifestações recentes no Brasil, em pormenor ao longo dos anos de 2015-2016, oportunidade em que as ruas se dividiram entre os apoiadores do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e os que foram contrários. O dado empírico coletado por uma limitação em si, tendo em vista as poucas entrevistas realizadas, bem como o recorte regional a pessoas que participaram de atos em Porto Alegre. Ao longo do texto será possível observar a nomenclatura dos entrevistados consoante posição política que ora esclareço:

Quadro 1 – Nomenclatura dos entrevistados

Nomenclatura fictícia	Filiação política / partidária	Ocupação	Defesa do <i>impeachment</i> / golpe
Entrevistado Político A	Partido Político – PROS	Professor e vereador	<i>Impeachment</i>
Entrevistado Militante A	Movimento Brasil Livre – MBL	Funcionário Público	<i>Impeachment</i>
Entrevistado Político B	Partido Político – PT	Professor aposentado e político	Golpe
Entrevistada Militante B	UJS – União da Juventude Socialista	Estudante universitária	Golpe

Fonte: Organizado e sistematizado por mim.

O objetivo da pesquisa empírica é compreender a motivação da participação nas manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment*, bem como captar as opiniões sobre temas correlatos que representem uma visão de mundo. A pesquisa assenta-se como qualitativa à medida que não visa à generalização do fenômeno estudado, delimitando-se,

como aponta Minayo: “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 21).

É válido destacar que a pesquisa qualitativa faz uso do texto como material “empírico” ao invés dos números, ao passo que parte da premissa de construção das realidades objeto de estudo. Há um interesse especial na perspectiva dos participantes (no caso, os manifestantes), nas suas práticas cotidianas em relação ao problema de estudo (FLICK, 2009, p. 16), motivo pelo qual abordei temas diversos ao assunto da tese, como se observa do formulário semiestruturado anexado.

Destaco que participei, em Porto Alegre, na condição de militante, entre 2015-2016 nas manifestações ocorridas contra o golpe, bem como de comícios pela não prisão do ex-presidente Lula. Aderi à greve geral, estando em Santa Maria na ocasião, no dia 28 de abril de 2017, com chamamento do “Fora Temer” e contra as “reformas” trabalhista e da previdência. Ainda, participei de ato, na qualidade de observador, a favor do *impeachment*, no Rio de Janeiro, em 2016, a fim de examinar os discursos e as defesas que sustentam as teses diversas acerca do acontecimento político recente.

Utilizei a técnica de pesquisa de tipo amostragem denominada bola de neve, que, segundo Juliana Vinuto (2014, p. 203), é um mecanismo de pesquisa não probabilístico, fazendo uso de cadeia de referência. Isto é, por um lado, não resta possível determinar a probabilidade da seleção, por outro, é útil para acessar a atores sociais com maior dificuldade de receptividade. Parti de informantes-chaves (sementes), do círculo meu círculo pessoal, a fim de possibilitar o contato com pessoas que se enquadrem nos ditames da pesquisa. Estes novos contatos, por sua vez, indicaram outras pessoas, de modo que se estabeleça vínculo com os participantes.

Após a realização do mapeamento e contato com os sujeitos participantes, iniciei o processo de coleta de dados, ao longo dos anos de 2017-2018, fazendo uso da técnica de entrevista semiestruturada, portando questões abertas e fechadas, as quais foram definidas previamente. A pesquisa foi realizada com pessoas que já atingiram a maioridade civil, de toda forma, a identidade dos sujeitos foi preservada, mantendo o anonimato, não obstante haverá de devolução do estudo aos entrevistados. Apresentei, na ocasião da entrevista um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi lido e entregue uma das vias assinada ao participante.

A elaboração do formulário de entrevista, cuja destinação teve como critério de seleção e corte as pessoas que afirmaram terem participado de ao menos dois atos a favor ou

contra o *impeachment*, atendeu a necessidade de atingir os objetivos do presente projeto, auxiliando na resposta das questões norteadoras do problema. O número limitado de pessoas ouvidas decorre do fato de que, como será explanado no tópico sucessor, ostento a qualidade de pesquisador-trabalhador, que não dispõe de forma de sustento diversa para dedicação exclusiva à pesquisa.

Acerca dos cuidados éticos da pesquisa, o estudo de campo foi procedido em conformidade com o estabelecido na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Sendo que, como dito, antes da realização da entrevista, o entrevistado terá acesso e lerá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), oportunidade em que tirei toda as dúvidas que surgiram sobre a pesquisa. Ao assentir com o termo, houve a assinatura por parte do entrevistado. Todas as informações obtidas por meio da pesquisa de campo, no uso de entrevista, foram mantidas em caráter de sigilo, sendo passíveis de divulgação tão somente na tese finalizada, ainda assim, preservando a identidade do entrevistado.

Em relação aos riscos da pesquisa, estes devem ser mensurados como baixo, tendo em vista o ambiente de sua realização, bem como a condição dos envolvidos, que são pessoas maiores de idade, em pleno gozo da capacidade civil. O baixo risco (desconforto, cansaço) não elimina a necessidade de cuidados éticos e práticos na entrevista, de modo a não gerar abalo ao entrevistado, motivo pelo qual evitei ao máximo expressar o meu entendimento sobre as temáticas da entrevista, de modo a captar o argumento do interlocutor como uma entrevista e não interpelação.

Em relação ao tratamento dos dados relativos às entrevistas, fiz uso da análise de discurso⁵, com arrimo na corrente francesa materialista, notadamente a obra de Michel Pêcheux. Com isso, a preocupação em examinar as falas dos sujeitos está centrada nas premissas em relação à discursividade; i.e., que o sentido de uma expressão ou palavra não pode ser encontrado em si, senão a partir das condicionantes ideológicas que integram o processo sócio-histórico na qual são (re)produzidas (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Deve-se destacar que Pêcheux em sua obra que serve de referencial principal a esta pesquisa, “Semântica e Discurso”, estava ainda demasiadamente vinculado às proposições de Althusser, bem como ao seu correlato marxismo estrutural, o qual já foi amplamente criticado. Não se pode ler Pêcheux, e a sua proposta de análise de discurso, apartado das

⁵ Conforme Eni Orlandi (2007, p. 15): “A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se se o homem falando”.

alterações subsequentes que perpassaram o seu pensamento. Dentre as principais, da qual se compactua, insere-se pensar o discurso não apenas como estrutura, senão como aberto ao acontecimento (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

É válido ressaltar que não se ignora ou desconhece as tantas críticas dirigidas ao estruturalismo althusseriano, inspirador da obra de Pêcheux principalmente no Brasil (PRADO JR., 1971, p. 73-108; COUTINHO, 2010, p. 175-231); ainda assim, a centralidade conferida à ideologia como condição da reprodução/transformação do modo de produção é uma premissa da qual compartilho (PÊCHEUX, 1995, p. 143). A análise de discurso na vertente materialista será válida para compreender como que a discursividade dos manifestantes sustenta tais condições ideológicas de manutenção, ou não da ordem posta.

Em termos procedimentais, as etapas da análise de discurso são três, sendo dispostas em sua correlação: 1ª: passagem da superfície lingüística (texto/discurso) para o 2º: objeto discurso (formação discursiva) para a 3ª: processo discursivo (formação ideológica). Na primeira etapa, desnaturaliza-se a relação palavra-coisa, no sentido de desfazer a premissa de que o falado somente poderia ser dito deste modo (relação do dito com o não dito). Na segunda, intenta-se relacionar a formação discursiva com a formação ideológica que condiciona esta relação. Somente assim é possível alcançar a formação ideológica, levando em consideração os traços da linguagem como condição de reprodução da materialidade da vida social (ORLANDI, 2007, p. 77-81).

A complexidade que permeia o estudo faz com que adote técnicas de pesquisa variadas, no sentido de explicar a ressignificação política das lutas sociais contemporâneas. Em relação à documentação indireta, não haverá a realização pesquisa documental envolvendo escritos primários contemporâneos; como é o caso dos documentos presentes em arquivos públicos, estatísticas de censo etc., ainda que possa se fazer uso eventual destes como material de apoio. Houve utilização massiva de reportagens jornalísticas, como fonte de ilustração dos acontecimentos políticos, suprindo, de algum modo, a carência do dado empírico.

Faço uso de fonte de documentos proveniente de instituições particulares e órgãos oficiais de estatística (IBGE etc.), coletados a partir de divulgação ocorrida na *internet*. Na qualidade de fontes secundárias, a pesquisa bibliográfica envolveu a mais variada gama de publicações acerca do tema, partindo de livros, jornais, revistas, dissertações, teses etc. A utilização de bibliografia terá como finalidade primordial fornecer as categorias teóricas centrais para o desenvolvimento da tese, como: luta de classes, ideologia,

alienação/estranhamento, capitalismo, movimentos sociais, lutas sociais, reconhecimento, emancipação humana.

1.2 Quem fala e de onde fala? Pelo rompimento da pretensa “objetividade” científica

Uma das heranças mais sentidas do positivismo sociológico na academia é a pretensa necessidade de *objetividade* na produção do conhecimento⁶, resultando em um processo reiterado de apagamento do sujeito, tornando-o, literalmente, um *subscriber*. Converteu-se em uma verdadeira ideologia, visto que é uma prática impensada que legitima a produção científica dominante, a imposição de uma escrita na voz impessoal, como se as palavras escolhidas, as circunstâncias narradas e os fatos históricos não guardassem nenhuma proximidade com quem os elegeram faticamente.

O produto de uma pesquisa não é pura e simplesmente um resultado alcançado pela aplicação de uma metodologia que, ao guiar os caminhos da descoberta, confere pretensão caráter de cientificidade quando se confunde com a imparcialidade ou neutralidade, até mesmo porque inexistente imparcialidade científica. Todas as palavras eleitas reverberam as condições de vida, formação e pensamento do autor, em pormenor nas Ciências Sociais e Aplicadas. Como premissa e condição materialista de todo o conhecimento há por trás de cada texto acadêmico um sujeito, que somente chegou a determinado “objeto” (que muitas vezes é outro sujeito ou sujeitos) como reflexo das circunstâncias concretas de vida.

Ainda que seja praxe acadêmica, o PPGSS/PUCRS não se opôs que deixasse de seguir o ditame comum de utilização dos pronomes e verbos na forma impessoal, na terceira pessoa do singular, fazendo uso da voz passiva. Essa regra, todavia, comporta exceção e não significa que os argumentos aqui expressos não sejam fruto de construção coletiva, no entanto, escrevo a partir da compreensão de mundo pessoal e não posso constranger ninguém a subscrever os argumentos expostos. Essa pequena “polêmica” me recorda a toada de um dos músicos mais cintilantes do Brasil, Belchior, na música intitulada justamente “Conheço o Meu Lugar”: “Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!) / Pois sou uma pessoa / Esta é minha canoa: Eu nela embarco / Eu sou pessoa! / A palavra pessoa hoje não soa bem / Pouco me importa!”.

⁶ “[...] nosso método é objetivo. Está inteiramente dominado por esta idéia de que os fatos sociais são coisas e devem ser tratados como tal. [...] Mostramos como o sociólogo deveria se afastar de noções antecipadas que formula a respeito dos fatos para poder encarar estes próprios fatos; como deveria atingi-los por intermédio do exame dos caracteres mais objetivos (DURKHEIM, 1978, p. 125).

Há um sujeito encarnado por trás desta tese, que sou eu, e deste modo suponho que deva me expressar, lembrando a inspiradora passagem de Abdias do Nascimento (2016, p. 47):

O ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou contribuições científicas. Nem está o autor deste trabalho interessado no exercício de qualquer ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações.

Por isso, faço uma explicação dos tempos verbais e pronominais aplicados no estudo, visto que estarão dispostos, apenas de forma aparente, com uso de aleatoriedade. Reforço que é somente a aparência, pois esta tese foi redigida, conscientemente ordenada, em primeira pessoa quando o argumento se referia ao que penso diretamente. Será possível observar também a terceira pessoa do singular impessoal quando, de fato, trato de uma ideia que está sendo exposta referente à terceiro, ou que imagino apresentar um dado de objetividade. Por fim, utilizo a terceira pessoa do plural quando convido o leitor a acompanhar a reflexão comigo.

Acredito, ainda que com algum grau de incerteza, que isso corresponda até mesmo à utilização escorregada dos tempos verbais e pronominais na língua portuguesa brasileira, os quais existem para expressar justamente de quem se trata (eu, tu, eles, nós etc.). Esse alerta inicial tem como pretensão advertir os eventuais leitores deste trabalho, a fim de que, mesmo porventura discordando, saibam os motivos precisos pelos quais não sigo a tradição acadêmica brasileira dominante que prima pela suposta objetividade na produção do conhecimento, chancelando a forma de escrita impessoal.

Há uma segunda preocupação quando se rompe com este formalismo: saber efetivamente *quem fala* e de *onde fala*. Como anuncia Alain Badiou (2009, p. 26), “[...] é evidente que a posição enunciativa faz parte do protocolo do enunciado. Nenhum discurso pode pretender a verdade se não contiver uma resposta explícita à questão: quem fala?”. A rigor, todo texto acadêmico somente é compreendido em sua densidade quando se conecta com a história circundante do autor e com as influências de vida que o fizeram pensar de determinado modo.

Em relação ao *lugar de fala*, levo em consideração a advertência de Luis Felipe Miguel (2018, p. 182), para que não ocorra uma hiperespecialização, que conduz a uma singularização dos discursos, dificultando a sua generalização para largos grupos. Dito isto, o

lugar de fala “deriva da compreensão de que os discursos não são separáveis de seus emissores e que a posição do falante agrega informações sobre o que está sendo falado” (MIGUEL, 2018, p. 182). Ainda sobre o tema, acompanho Djamila Ribeiro (2017, p. 86) quando sustenta que:

[...] todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando da localização social. E, a partir disso, é possível refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados.

O lugar de fala assume relevância principalmente quando a pessoa fala de um local de subalternidade. Não é o meu caso, pois ainda que seja aluno-trabalhador (sendo que as limitações desta tese credito, posto que minimamente, a este fato pela ausência de tempo para estudo), sou integrante da classe média, branco, heterossexual, que no estágio atual não sofro das mazelas econômicas e identitárias que gravam a maior parte da sociedade brasileira. Cresci em uma família igualmente de classe média, ainda que atravessando momentos de crise pessoal e econômica, sendo os meus pais de “esquerda”, fazendo com que o olhar crítico tenha sido desenvolvido desde tenra idade. Ocupo, portanto, um lugar de privilégio social, econômico e é deste lugar que penso e escrevo.

Ao lado do privilégio econômico, situo-me em condição de vantagem pelo exercício profissional da advocacia trabalhista, ao passo que permite dialogar, diariamente, com trabalhadores e trabalhadoras⁷ das mais diversas atividades. Escuto, dia-a-dia, as irrisignações em relação às condições de trabalho e violações de direitos, em pormenor no contexto de Golpe, em que se inicia um amedrontamento da classe trabalhadora em postular suas demandas judicialmente.

Essa aproximação com os trabalhadores fez com que observasse a lacuna existente na alta literatura especializada de sociologia do trabalho, justamente pela ausência de diálogo

⁷ No corpo do texto da tese irá se observar como a língua portuguesa não contempla os gêneros de forma equânime, utilizando-se do masculino para generalizações. Enquanto não há saídas consolidadas para esse ponto que entendo relevante e demanda câmbio urgente, procuro evitar tais generalizações, pedindo escusas desde já pela possível existência. Compartilho da frustração de Michael Heinrich (2018, p. 13): “A linguagem também é condicionada no âmbito cultural, apesar de, a princípio, não estarmos conscientes desse condicionamento. Já se criticou, diversas vezes, o fato de se utilizar – em alemão, assim como em outras línguas – as formas masculinas como gerais e válidas para todos os gêneros. Não obstante as diversas tentativas para superar esse problema, nenhuma alternativa conseguiu, até agora, se impor. Por tratar, sobretudo, de textos do século XIX, quando ainda não se utilizavam caracteres como ‘x’, ‘@’ ou ‘*’, não farei uso desse tipo de recurso; tentarei deixar claro, por meio da designação explícita, que as lutas sociais não foram feitas somente por homens (trabalhadores, cidadãos), mas também por mulheres (trabalhadoras, cidadãs)”.

direto e reiterado com integrantes da classe trabalhadora. Se por um lado essa convivência permite contato direto com as mazelas enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros, por outro, o tema da tese demandou que desviasse, em grande medida, o curso da minha formação inicial, em Ciências Jurídicas e Sociais.

Ainda que ostente a pretensão de redigir uma tese que possa ter alguma serventia para os debates do Serviço Social, principalmente aos que incorporam os ditames do movimento de “reconceituação” e seguem o “projeto ético-político”, o meu lugar profissional e acadêmico é proveniente do Direito. Ramo este que, por excelência, brinda-nos com a máxima pedância, abismo entre as instituições, linguagem e a realidade social e tantos outros vícios, que caberia a pecha de deformação acadêmica ao invés de formação. As Ciências Jurídicas e Sociais têm no seu quadro dominante juristas que não estão preocupados com as desigualdades sociais e fazem do Direito um mecanismo de reprodução da ordem, do preconceito, isso quando o interesse não é simplesmente se tornar apto para prestar concurso público, que se tornou um grande nicho de “mercado”.

Um dos motivos para que tenha me direcionado para outra área é justamente em razão do ambiente acadêmico dominante que permeia o imaginário dos ditos “juristas”, lembrando que a OAB apoiou o Golpe de 2016. O resultado natural é o que hoje se constata, de um Direito totalmente apartado das práticas sociais emancipatórias, não reconhecendo as lutas sociais contemporâneas como fonte de legitimidade normativa, tampouco a encarando como capaz de condicionar o processo de elaboração e aplicação das leis. Sobre a temática, ganha plena vazão as palavras de Antonio Carlos Wolkmer (2001, p. 105) acerca do tema, ao referir que os juristas foram “formados no bojo de uma cultura jurídica formalista, dogmática e liberal-individualista, não conseguem acompanhar inteiramente as complexas condições de mudança das estruturas societárias, [...] e a emergência de novos tipos de conflitos de massa”.

A minha aproximação com o Serviço Social ocorreu a partir do contato, no mestrado em Direito na Universidade de Caxias do Sul (UCS), com a professora Dra. Mara de Oliveira. A afinidade intelectual, uma vez que era uma das professoras mais críticas do programa, não tardou a se estabelecer. A professora Mara, em pouco tempo, tornou-se uma referência acadêmica, nutrindo eu ingente admiração pela forma como conduzia a atividade acadêmica de forma combativa e com muita paixão. Por sugestão dela, supondo que teria maior liberdade na criação teórica, submeti-me a seleção no PPGSS/PUCRS. Esse é o motivo pelo qual me aproximei do Serviço Social.

Chegar nesse objeto de estudo particularmente se deu pela minha aproximação com a então colega de classe, Suéllen Bezerra Alves, hoje também Keller, que dividia suas angústias

acadêmicas comigo. Em pouco tempo passamos a ter uma amizade, tornando-nos uma dupla, namorados, noivos e agora casados. O seu objeto de estudo derivou da gerontologia crítica para a sua afinada percepção de realidade, que apontava para o ascenso do conservadorismo. Pensava em estudar lutas sociais, na esteira do estudo desenvolvido no mestrado, que coincidiu com Junho de 2013. Os acontecimentos políticos dos anos de 2015-2016 foram centrais para que dirigisse o estudo para compreensão desse momento político e histórico que culminou no término do governo neodesenvolvimentista, de forma trágica, e retorno da ideologia neoliberal.

Assumo uma contradição pessoal em relação ao período neodesenvolvimentista (2003-2016), pois ao mesmo tempo em que compreendo o fortalecimento do ensino privado em detrimento do público, bem como a manutenção dos pilares da economia de mercado, que cria o cenário à reprodução do capital, sou aluno de graduação egresso da PUCRS pelo PROUNI. No mestrado tive acesso à bolsa CAPES igualmente em uma universidade privada (UCS), situação que se renova neste doutorado. Não obstante mantenha o olhar crítico, por não ter dado um passo à frente na direção da superação do capitalismo, reconheço que se não fossem as políticas públicas implementadas e/ou expandidas, com viés de aderência ao ensino privado, não teria concluído fases de estudo sem passar por apertos financeiros, que hoje não disponho, ou abriria mão de uma formação crítica formal.

Ainda, há um elemento central conformador da tese: toda e qualquer reflexão posta nesse estudo deriva do fato de que sou comunista e é a partir dessa visão de mundo que escrevo. Não tenho qualquer dúvida que o modo de produção capitalista tem gerado sofrimento à maior parte da população mundial, em especial à brasileira, que se encontra em posição dependente em relação aos países centrais. Esta tese é fruto de uma perplexidade: o capitalismo, mesmo passado o período neodesenvolvimentista, afirmou-se como modo de produção econômico dominante, sem demonstrar qualquer elemento de transcendência.

A ideologia, que afigura como condição de reprodução do modo de produção, penetrou nos meandros sociais ao ponto de praticamente extirpar do imaginário coletivo a perspectiva de uma nova forma de sociabilidade. Estamos, faticamente, submersos na égide do capital, amargurando diariamente os seus efeitos nefastos, cujas saídas populares apontam para o aumento do conservadorismo e militarismo à força como solução.

Para coroar o capitalismo como modo de produção dominante, bem como a ascensão do conservadorismo, nesse segundo decênio do século XXI o Brasil experimenta um Golpe institucional, que derruba a ex-presidenta Dilma Rousseff. Não resta saída para um comunista convicto, senão denunciar esta realidade, ao mesmo instante procurando medir a

compatibilidade teórica entre as categorias do marxismo e propor, mesmo que com todas as limitações evidentes por si, as reformulações necessárias para reabilitar popularmente o socialismo.

Essas circunstâncias justificam também a escolha do tema, que é pensar a atualidade histórica do socialismo, das lutas sociais, examinando o grau de compatibilidade entre algumas categorias do marxismo e a realidade tal qual está disposta aos meus sentidos. Espero que seja entendido o propósito maior do estudo: reabilitar o socialismo como opção política viável para promover um enfrentamento ao metabolismo nefasto de reprodução do capital. Assumo as limitações e debilidades do estudo de peito aberto, com a franqueza de quem deseja a construção de uma nova forma de sociabilidade e imagina que a produção do conhecimento crítico tem a sua parcela de contribuição, ainda mais no estágio do anti-intelectualismo conservador.

2. OS 273 DIAS EM QUE O BRASIL PAROU: A BATALHA DE NARRATIVAS ENTRE *IMPEACHMENT* OU GOLPE

Uma das discussões políticas mais acaloradas ao longo dos anos de 2015-2016 foi se a queda da ex-presidenta Dilma Rousseff foi resultado de um processo legítimo de *impeachment* ou se foi um Golpe de Estado⁸. No contexto regional, já se tinha observado no Paraguai discussões semelhantes após as deposições do ex-presidente Fernando Lugo, em 2012, bem como do ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009. Os casos até então isolados não permitiram uma reflexão mais ampliada de como tem ocorrido o término de alguns governos de “esquerda”⁹ na América Latina, sendo que o ocorrido no Brasil pode ser o indício da formação de um padrão.

Ao contrário dos Golpes de Estado ocorridos na América Latina no século XX, em que a remoção de governos de “esquerda” era procedida à força, com utilização do aparato militar e notória influência norte-americana diante da suposta ameaça comunista, atualmente age-se seguindo os critérios formais de legalidade¹⁰. Quando se utiliza das próprias vias procedimentais do Estado, que seriam um resguardo do mecanismo democrático contra abuso de poder para a destituição de chefes do executivo, a palavra *golpe* passa a assumir uma outra conotação, radicalmente distinta.

Isso fez com que até mesmo parte da “esquerda” tenha se confundido na leitura dos fatos, como foi o caso da Luciana Genro, candidata do PSOL às eleições presidenciais de 2014, quando, em entrevista à Folha de São Paulo, em 21 de março de 2016, disse: “Não estamos em uma situação de golpe, onde haja o risco de assumir um governo que vai restringir as liberdades individuais, que vá censurar, que vá prender, que vá torturar” (GENRO, 2016). Em sendo um Golpe, a sua natureza é distinta, assim como o seu modo de agir, ao passo que do ponto de vista formal não rompe com a ordem institucional.

⁸ O processo de *impeachment* foi iniciado em 2 de dezembro de 2015, com o recebimento da denúncia pelo então Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, encerrando-se em 31 de agosto de 2016 com o julgamento final pelo Senado Federal, totalizando 273 dias.

⁹ “Esquerda é o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que, assim, procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma ordem alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade” (SANTOS, 2018, p. 8).

¹⁰ No contexto latino-americano, a última tentativa de seguir esse molde “tradicional” de golpe foi experimentada pelo então presidente Hugo Chávez, da Venezuela, em 2002, quando foi detido por militares por 47 horas, sendo dissolvida a Assembleia Nacional e o Supremo Tribunal. Após intensa pressão popular, Chávez retornou ao poder, sendo possível que esse fracasso explique a mudança de estratégia.

O aparato militar montado no dia do julgamento do Ex-presidente Lula junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre no dia 24 de janeiro de 2018, com vigilância de perto da Brigada Militar, autoriza o uso das liberdades individuais desde que não se atente contra o ato institucional que está sendo realizado. Quando se fala em Golpe, ao contrário do defendido por Luciana Genro, não se trata de cercear as garantias individuais explicitamente, ou de fechamento das instituições, senão de utilizar as próprias vias institucionais formais com fins eminentemente políticos, sem o respeito aos critérios materiais, que conferem conteúdo aos atos.

É sem dúvida alguma um trabalho custoso destituir um chefe do executivo resguardando todos os ritos e tramites formais, todavia, há um preço político menos alto, pois projeta ao menos a dúvida acerca da legalidade dos atos. A defesa da queda de Dilma Rousseff como plenamente legítima toca diretamente ao fato de o *impeachment* ser um procedimento constitucionalmente previsto, enquanto os que defendem como sendo um Golpe apontam que não passou de uma figuração, ante a inexistência de crime de responsabilidade.

Se em outros tempos era necessário inflar ideologicamente a população como se houvesse uma ameaça comunista real, como foi o caso da queda do ex-presidente João Goulart em 1964, agora basta encontrar alguma situação passível de se enquadrar como crime dentro do ordenamento jurídico e levar até as últimas consequências essa defesa. O caráter do Golpe se revela não na sua forma, ou na atenção aos ritos legalmente estabelecidos, podendo somente ser localizado nas reais intenções que mobilizaram tanto a população brasileira, como o congresso e até mesmo entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil.

Quem busca defender a existência de um Golpe não encontrará caminho aberto na forma, na observância dos ritos, senão no contexto conjuntural que o antecedeu. Há ao menos quatro elementos centrais extrajurídicos para a queda da ex-presidenta Dilma: a) projeção dos escândalos de corrupção; b) crise econômica; c) crise política cumulada com a perda da base aliada no congresso; d) ampla manifestação popular nas ruas. Sem a confluência desses quatro elementos, seria impossível gritar a palavra Golpe. Portanto, o início desse percurso ocorre a partir do exame das crises política, econômica, moral e pública que atravessou o governo Dilma Rousseff, representando, a um só tempo, o esfacelamento do projeto político neodesenvolvimentista, em curso desde 2003.

Os processos políticos turbulentos, tais quais vivenciados no Brasil ao longo dos anos de 2015-2016, somente terão a sua leitura sedimentada a partir do distanciamento promovido pelo decurso do tempo, com a sua conseqüente incursão nos tratados de história. O que se

tenciona, por ora, é o duelo de narrativas e a tentativa de firmar uma das versões como a que mais fidedignamente irá denotar o período, sendo que, como não assumo nenhuma postura de neutralidade ou imparcialidade científica, o presente estudo trata de uma defesa da existência de um Golpe de Estado em 2016, examinando o seu contexto, resultado, formas de luta e como isso repercute à desejada transformação social com inspiração marxista.

2.1 O encontro da tragédia com a farsa: a crise política no epicentro do *impeachment*

Dispensa qualquer introdução a renomada passagem de Karl Marx (2016, p. 25), em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, ao retificar a ideia de repetição histórica do filósofo idealista alemão: “[...] Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. A situação brasileira experimentada com os processos de *impeachment* segue o sugestivo complemento de Marx, com um toque peculiar.

Não há dúvidas que o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, foi uma tragédia do ponto de vista da esperança que era depositada pela população brasileira no processo de redemocratização. Da mesma forma, em 2016, o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff se mostrou uma farsa. A grande questão é que Collor, na qualidade de senador, foi responsável pelo julgamento de Dilma, fazendo com que 2016 tenha sido o ano em que a *tragédia* se encontrou com a *farsa*. Não por menos, Herbert Marcuse (2016, p. 9) apontou que a “farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue”.

É preciso ir além da afamada passagem de Marx para enxergar as similitudes entre o Golpe de Estado ocorrido na França, perpetrado por Luís Bonaparte, e o sofrido por Dilma Rousseff, dirigido pelo então deputado federal Eduardo Cunha. O dia 2 de dezembro tem relevância para ambos os acontecimentos, ao passo que 1851 foi o marco do Golpe contrarrevolucionário promovido por Bonaparte, perpetuando-se no poder, sendo que em 2015 foi a data de recebimento da denúncia do *impeachment* por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados. O encontro de datas não resulta de qualquer laço firme entre os acontecimentos, significando somente o agir do acaso da história, com a reedição de circunstâncias similares que se repetem em momentos longínquos no tempo e espaço.

Marx (2016, p. 27-28), examinando o *coup d'état*, ilustrou o arremesso ao passado que foi promovido. Quando se imaginava que a revolução traria a força motriz necessária para um avanço social mais célere, volta-se a uma época extinta, ressurgindo antigos elementos em

formas de retrocessos. Se na França isso resultou no retorno da velha contagem do tempo, dos velhos verdugos, dos velhos nomes etc., no Brasil o resultado foi mais nefasto, pois se não fosse a pobreza espiritual do tempo presente, pareceria que o governo foi assaltado por românticos conservadores que ansiavam despejar o Brasil ao passado (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 91).

Não tivemos a volta de um Napoleão, ou da monarquia, mas bem vivenciamos nossas próprias tragédias e farsas, que começaram a se desnudar logo no exórdio do governo interino de Michel Temer, iniciado após o afastamento então temporário da presidenta Dilma, em 13 de maio de 2016. O lema “Pátria Educadora” cede espaço para a volta do dístico positivista, inscrito na bandeira nacional, “Ordem e Progresso”, fato que por si ainda não anunciava as mudanças que estariam por vir. Optando por seguir a política tradicional brasileira, o interino Temer investiu vinte e três pessoas do sexo masculino e da cor branca nos seus ministérios, cuja ausência de mulheres no primeiro escalão foi objeto de matéria jornalística pelo “El País” (OLIVEIRA, 2016), pois tal fato não ocorria desde o governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979).

A lacuna de mulheres, acompanhada pela inexistência de negros, foi apenas o prólogo dos destemperos. No Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2017, o discurso de Michel Temer (2017a), já na condição de presidente, seguiu o ritual anacrônico de jogar o país ao passado, ao enaltecer o papel da mulher para o cuidado dos filhos, da casa, além da pretensa função à economia:

De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor (TEMER, 2017a).

Até se pode objetar que seria uma escorregadela, no entanto, essa visão de mundo foi acompanhada de perto pelos seus ministros, como foi o caso de Ricardo Barros (Ministro da Saúde), que uma semana após o discurso de Temer associou a obesidade infantil à falta de mães em casa. O mesmo ministro já tinha afirmado que os homens vão menos aos médicos porque trabalham mais, sofrendo reprimenda da própria filha, que destacou a circunstância de as mulheres trabalharem cinco horas a mais que os homens, conforme noticiou o “Estadão” (FORMENTI, 2017).

Na mesma linha, o deputado da base aliada Laércio Oliveira, relator do projeto aprovado das “terceirizações” nas relações laborais, afirmou que ninguém faz limpeza melhor do que a mulher (URIBE, 2017). Para arrematar, o seu par no congresso, Hidekazu Takayama, líder da bancada evangélica, em junho de 2017 defendeu a existência de um papel afeito ao da mulher, que seria o do cuidado com a casa: “Se o homem ficar em casa, então estão criando o protótipo do homem maricas hoje. O homem feminilizado. Mas ele não foi feito para isso” (TAKAYAMA *apud* FERNANDES, 2017).

No campo das relações laborais, em 2017 o governo aprovou em tempo recorde a dita “reforma trabalhista”, privilegiando o setor empresarial em detrimento da classe trabalhadora, tornando a legislação, em matéria de proteção ao trabalho, obsoleta. Sem contar a batalha para restringir o acesso à aposentação, com a reforma de previdência, cuja tentativa de sensibilizar a população ganhou adesão midiática no mínimo cômica.

Em verdade, o Brasil esteve em descompasso temporal com as medidas liberalizantes dos países centrais. Quando o neoliberalismo se tornou ideologia dominante, no final da década de 70, início da década de 80 do século XX, o Brasil ainda resolvia a questão interna do processo de redemocratização, cuja Constituição não sofreu impacto considerável das medidas de desregulação que enfrentava os países sociais. O Brasil sofre, uma pouco mais tardiamente em relação aos países centrais, cujas medidas foram descritas por Streeck (2018, p. 99): “Os primeiros déficits orçamentais nos anos 1980 seguiram-se ao disciplinamento da militância salarial dos sindicatos e à imposição de uma elevada taxa de desemprego. Esta última [...] legitimou reformas profundas dos mercados laborais e dos sistemas de seguridade social”. Houve uma profunda revisão do contrato social do pós-guerra, sob o signo da flexibilização já antes tentada sem sucesso¹¹.

A capa da “Revista Exame”, de 18 de janeiro de 2017, colocou uma foto do Mick Jagger, integrante da banda “Rolling Stones”, perquirindo: “o que você e ele têm em comum”, anotando no subtítulo: “talvez não seja a fortuna, nem o rebolado, nem os oito filhos. Mas, assim como Mick Jagger, você terá de trabalhar velhice a dentro. A boa notícia: preparando-

¹¹ Um dos fatos curiosos da história política brasileira diz respeito à reforma da previdência encabeçada por FHC em 1998. Um dos pontos principais da reforma era o estabelecimento de uma idade mínima à aposentação. No dia da votação, o deputado Antonio Kandir, conhecido pela chamada “Lei Kandir” errou o voto, sendo este o motivo pelo qual não foi firmada uma idade mínima: “O governo foi derrotado ontem na votação da reforma da Previdência na Câmara. Por um voto, foi retirado do texto da emenda o dispositivo que instituía a idade mínima para a aposentadoria nas regras permanentes da reforma. O ex-ministro Antonio Kandir (Planejamento) e atual deputado federal pelo PSDB-SP contribuiu para a vitória da oposição. Ele errou ao digitar seu voto (abstenção) e não fez a correção antes da totalização dos votos. O placar registrou 307 votos a favor do governo, 148 contra e 11 abstenções. Era necessário o número mínimo de 308 votos para manter o dispositivo da idade mínima” (MADUEÑO; DAMÉ, 1998). À época não se fazia manobra no regimento interno, como veio proceder Eduardo Cunha em 2015 quando perdia a votação e submetia a matéria a nova eleição.

se para isso, vai ser ótimo” (EXAME, 2017). Se fosse o caso de assumir uma sinceridade extremada, deveria ter acrescido: ótimo para quem?

Voltando para o “18 Brumário”, antes do Golpe na França todas as classes e partidos se juntaram no “Partido da Ordem” contra os proletários, considerados o “Partido do Socialismo”. O lema, como recorda Marx (2016, p. 36), era balizado nas palavras-chave da antiga sociedade: “Propriedade, família, religião, ordem”. No caso brasileiro, o *impeachment* foi conduzido remetendo a fatos políticos históricos, trazendo clamores que propugnavam desde a “intervenção militar constitucional” ao retorno do Império no Brasil, ressurgindo na cena pública até mesmo herdeiros do trono que estariam na linha sucessória.

As similaridades referidas não têm o intuito demonstrar qualquer liame entre os episódios, apartados pelo tempo e pelo espaço, todavia, os traços comuns dizem respeito ao fato de que, do ponto de vista da ciência política, trata-se efetivamente de Golpes de Estado. Carlos Barbé (2002, p. 545), no Dicionário de Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino, aponta que a expressão “Golpe de Estado” passou por transformações, desde os atores até a forma como se efetiva. O único elemento que permanece constante diz respeito ao fato de que é realizado por órgãos do *próprio Estado*.

Em termos historiográficos, os Golpes de Estado podem ser compreendidos em três formas distintas. A **primeira** delas está vinculada à necessidade de manutenção do poder soberano, o qual toma medidas para se perpetuar no poder ou para interferir na linha sucessória. A **segunda**, sob a égide do constitucionalismo, procedida pelo titular do poder político para se manter no poder após ou durante o mandato, como foi o caso de Luís Bonaparte, ou do Marechal Floriano Peixoto, no Brasil. A **terceira** é perpetrada por um setor de funcionários públicos, como a ocorrida no Brasil em 1964, caracterizada como o apoderamento “por parte de um grupo de militares ou das forças armadas no seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma margem de surpresa e reduza [...] a violência intrínseca do ato” (BARBÉ, 2002, p. 546).

Empiricamente, defendo que estamos diante do surgimento, no contexto latino-americano, de uma **quarta** modalidade de Golpe de Estado, diversa das apontadas por Barbé. Ainda que permaneça o elemento comum entre todas, de ser praticado pelos próprios órgãos de Estado, a tomada de poder assume feições próprias. Em se tratando de um governo constitucionalmente estabelecido, os Golpes de Estado historicamente subvertiam a ordem jurídico-política posta, tendo em vista que a expugnação do poder ocorria à margem da previsão legal. No Brasil, a exemplo do sucedido no Paraguai, a destituição do chefe do Poder

Executivo não é levada a efeito com desrespeito ao trâmite formal-legislativo, pelo contrário, é observado o rito previsto para o *impeachment*.

Isso faz com que o elemento surpresa, ínsito ao movimento dos Golpes tradicionais militares, seja relegado a um segundo plano, pois existe o atendimento aparente a todos os pressupostos de ordem formal e material, cujos procedimentos são relativamente demorados. Os militares, ao seu turno, que foram instados inclusive a praticar uma intervenção por parte dos manifestantes que apoiavam o *impeachment*, não precisam atuar de modo interventivo e direto, bastando que mantenham a imparcialidade e observem os acontecimentos a uma distância razoável¹².

O resultado é que não há o cerceamento das liberdades e garantias individuais de modo explícito, visto que não ocorre a ruptura formal com a ordem constitucional vigente. Nesse aspecto, as palavras do Entrevistado Político B são eloquentes:

E um golpe sem armas, sem exército na rua, sem violência militar e etc. Um golpe que nós assistimos pela televisão. Aquele festival de horrores que eram os deputados votando em nome da família, do cachorro, do vizinho, de Deus, da pátria, em favor de um impedimento, que nenhum deles resistiria a acusação semelhante. Todos eles estão, estavam em piores condições do ponto de vista... A começar pelo Cunha, que tá preso.

No âmbito do Direito, poucos foram os juristas de renome que se insurgiram contra o Golpe de 2016, ainda assim, é possível encontrar vozes eloquentes e atentas ao momento político: “Não são necessários sofismas ou de exercícios retóricos para disfarçar a realidade. *Impeachment* sem fundamento jurídico nada mais é do que um golpe de Estado. Um golpe patrocinado por parcela do Poder Legislativo, o que não lhe confere legitimidade alguma” (BELLO, BERCOVICI, LIMA, 2018, p. 27). Alysson Mascaro (2018, p. 81) defende que a luta contra o Golpe de 2016 não deve buscar a restauração da Constituição de 1988, tendo em vista que o grosso pano de fundo não é jurídico, senão econômico. A questão latente a ser verdadeiramente enfrentada é o capitalismo e não o Direito.

Qualitativamente, portanto, estamos diante de um fenômeno novo, mais complexo, pois a quebra com a ordem constitucional estabelecida não é clara, pairando ao menos a dúvida acerca da existência ou não de um Golpe do ponto de vista formal. Aqui se assenta a defesa dos manifestantes que defendem a inexistência de um Golpe de Estado, ao praticar a

¹² Importa mencionar aqui a gravação de diálogo entre o Ministro do Planejamento de Temer, Romero Jucá e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, ocorrida em março de 2016, oportunidade em que Jucá sustenta: “Os caras dizem ‘ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca’. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir” (JUCÁ *apud* VALENTE, 2016).

defesa veemente da ocorrência de crime de responsabilidade. O Entrevistado Político A foi categórico que era favorável ao *impeachment*, “pelo motivo pelo qual ela foi ‘impeachada’ pelas pedaladas fiscais”. Já o Entrevistado Manifestante A afirmou:

Eu acho que o crime das pedaladas houve. Claro, tu pode dizer: "ah, os outros presidentes também fizeram e tal!." Ok, tudo bem, mas o crime houve. Ela teve uma condenação no Tribunal de Contas que foi unânime, sabe? Tu não tem como [...] questionar a qualidade do Tribunal de Contas, mas hoje ele é o órgão fiscalizador. Não tem como um órgão fiscalizador dizer que tem não sei quantos bilhões de coisas equivocadas e tu passar a mão no governante. Nisso, em qualquer órgão, se vai ser contra um prefeito, vai ser contra um governador, contra o presidente. Cara, o crime houve, entendeu? Não tinha como não [...].

Embora seja inegável o fato de que se tenha atendido a todos os pressupostos de ordem formal para o prosseguimento e julgamento da denúncia da ex-presidenta durante o processo de *impeachment*, defendo a existência de golpe pela conjunção dos seguintes fatores: a) o sistema jurídico foi utilizado com conotação eminentemente política; b) os partidos de oposição que perderam as eleições de 2014 (o PSDB, PTB e DEM), após o *impeachment*, passaram a compor o governo; c) a agenda política de Michel Temer foi radicalmente diversa da sua antecessora; d) as crises política e econômica foram elementos centrais para que o processo tenha obtido sucesso.

Em relação ao uso do sistema jurídico com conotação política escusa, é preciso lembrar da entrevista concedida por Michel Temer, em 15 de abril de 2017, quando clareou os motivos que levaram a Eduardo Cunha abrir o processo de *impeachment* em face de Dilma Rousseff:

Em uma ocasião, ele [Eduardo Cunha] foi me procurar. [...], dizendo: “olhe eu hoje vou arquivar todos os pedidos de impeachment da presidente, [...] porque prometeram-me os três votos do PT no Conselho de Ética”. Eu disse que era muito bom, porque assim acabava com essa história de que ele estava na oposição. [...] Naquele dia, curiosamente, tinha uma reunião com a senhora presidente, [...] eu disse a ela: “presidente, pode ficar tranquila, porque o presidente Eduardo Cunha me disse agora que vai arquivar todos os processos de impedimento”. Ela disse: “ô que coisa boa” [...] e ela foi muito tranquila para a reunião dos governadores. No dia seguinte, eu vejo logo o noticiário dizendo que o presidente do partido, do PT naturalmente, e os três membros do PT se insurgiam contra aquela fala e votariam contra [Eduardo Cunha no Conselho de Ética]. Mais tarde [...], ele me ligou [Cunha] e disse “tudo aquilo que eu disse, não vale, porque agora eu vou chamar a imprensa e vou dar início ao processo de impedimento”. Veja que coisa curiosa. Se o PT tivesse votado nele naquele Comitê de Ética, seria muito provável que a senhora presidente continuasse (TEMER, 2017b).

A franqueza de Michel Temer revela que uma posição assumida por determinados integrantes do Partido dos Trabalhadores foi decisiva para os rumos do *impeachment*. Ou seja,

a motivação de Eduardo Cunha no recebimento da denúncia foi eminentemente de caráter político e pessoal, não guardando qualquer relação com o pretense cometimento de crime de responsabilidade.

Após o afastamento provisório da presidenta Dilma, em 12 de maio de 2016, dos vinte e dois ministros nomeados por Temer, cinco deles eram de partidos que foram oposição na eleição de 2014 e compunham a chapa com Aécio Neves (PSDB, PTB e DEM). Tal circunstância demonstra que houve um acordo firmado entre o então vice-presidente Michel Temer e os partidos de oposição, para que apoiassem o processo de *impeachment* em troca de cargos no primeiro escalão do Executivo que seria formado.

No mesmo mês em que é protocolado o pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados, em outubro de 2015, o MDB lança o projeto político intitulado “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), que serviu de base às “reformas” do governo de Michel Temer. Parte das propostas contidas no documento é radicalmente oposta ao projeto político neodesenvolvimentista¹³ que se saiu vitorioso na eleição de 2014.

Dentre os objetivos elencados, encontram-se os seguintes aprovados: a) limite de custeio (EC 95/2016, conhecida como PEC 241/55); b) reforma trabalhista (Lei nº 12.467/17); c) fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal (Lei nº 13.365/16). Em relação a este projeto, assim se manifestou o Entrevistado Político B:

Quer dizer, de certa forma, tu pode até dizer que o Temer é um traidor, quando, como vice-presidente, ele percorria o país pregando essas coisas daquele projeto da ponte pro futuro, que era, como eu disse, assumir o programa do PSDB. Eu assisti, aqui, ele e o Cunha. Imagina, ele, acompanhado do Cunha, aqui na Assembleia Legislativa defendendo aquilo como saída para o país. Ali é o golpe. Ali é a justificativa do golpe, aquilo ali é o golpe. Quer dizer, o golpe foi dado pra viabilizar esse programa. Ele não tava fazendo escondido. Todo mundo, até nós, achávamos que seria difícil de implementar aquilo, que o governo... Enfim, a Dilma ainda era presidenta.

¹³ Neodesenvolvimentismo é o termo que entendo adequado para caracterizar o projeto político e social durante o período dos governos Lula e Dilma, configurando-se inclusive uma racionalidade própria, ao passo que mantiveram diversos elementos do governo antecessor (FHC), principalmente no campo econômico, no entanto, houve maior ingerência do Estado na oferta de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sociais. Ciente do debate entre autores que caracterizam o período, a visão aqui expressada é mais próxima da defendida por Giovanne Alves (2014, p. 149-150). Armando Boito Jr. (2018, p. 106) entende que o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo dentro do capitalismo neoliberal, enquanto Claudio Katz (2016, p. 211), embora reconheça os vasos comunicantes com a matriz neoliberal, assume uma estratégia governamental diversa, à medida que o Estado nacional teria um papel de instrumento transformador na economia. Renato Paula (2016, p. 254-266), ao seu turno, defende que se trata de um neoliberalismo à brasileira, ao passo que as continuidades se sobrepõem às rupturas, não se tratando de um novo paradigma de desenvolvimento. Rodrigo Castelo (2013, p. 258; 343) sustenta a existência de um “social-liberalismo” desde o governo FHC, permanecendo no governo Lula, pois se trata de uma corrente dentro do próprio liberalismo. André Singer (2012, p. 189) caracteriza como “lulismo” o período, sendo um reformismo fraco, ao passo que a transferência de renda aos mais pobres, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo surtiram efeitos, no entanto, dentro de uma lógica de não conflituosidade.

No centro do *impeachment* se encontra a crise política enfrentada pelo governo. Os anos de 2015-2016 expuseram os limites da capacidade de transformação do projeto político neodesenvolvimentista, cujos avanços nas áreas sociais foram fruto de uma governabilidade estabelecida por alianças com setores aparentemente antagônicos aos interesses do Partido dos Trabalhadores. O chamado “presidencialismo de coalização” foi uma tentativa de pôr em prática plataformas políticas do Poder Executivo, com apoio do Legislativo, em troca de cargos e ao custo de escândalos, como foi o caso do conhecido “mensalão”, até a atualidade negado por setores deste partido.

Sem promover nenhuma mudança radical na estrutura de funcionamento do capitalismo no Brasil, em verdade o período neodesenvolvimentista é marcado justamente pelo fortalecimento do que Alain Badiou (2014, p. 3; 1998, p. 37) chamou de “consensos”, i.e., que a economia deve ser alicerçada sobre bases capitalistas e que a democracia parlamentar é a forma de governo natural, inquestionável. O consenso age no sentido de fechamento do universo de transformação possível, fazendo com que a palavra “política” seja associada meramente ao pluralismo de ideias, ao invés de denotar uma possibilidade real de ruptura com o existente.

Chegamos a um estágio em que a política, no sentido de potência de produzir novas verdades, deixou de existir, e isso ocorreu no exato instante em que a “esquerda” passou a ter como norte de atuação os marcos dos consensos capitalismo e democracia parlamentar. Esse fenômeno foi abordado, anteriormente, por Herbert Marcuse (1967, p. 38-40) na condição de “fechamento do universo político”, quando se perde a radicalidade dos partidos de “esquerda”, que passam a ser um testemunho da integração à ordem estabelecida, havendo inclusive uma tendência à convergência dos opostos (é o caso das privatizações ocorridas no período do PT, que poderiam ter sido levadas a efeito pelos opositores).

A concretização do consenso nesses termos na realidade brasileira é observável à medida que os dois polos em disputa no processo de *impeachment*, tanto os que se posicionaram favoráveis e contrários, alegavam que estavam defendendo a *democracia* (GOHN, 2017, p. 66; 75). Os que acusam a existência de um Golpe, o falam em nome da quebra do lastro democrático com a cassação pretensamente arbitrária dos votos depositados na presidenta Dilma. Os que são favoráveis ao *impeachment*, o sustenta com arrimo no projeto de poder que o PT ostenta, que teria natureza de perpetuação totalitária e comunista.

Ao ser perguntado se acreditava que PT pretendia implantar uma ditadura comunista no Brasil, o Entrevistado Político A foi taxativo: “Seguramente, só não conseguiu porque não

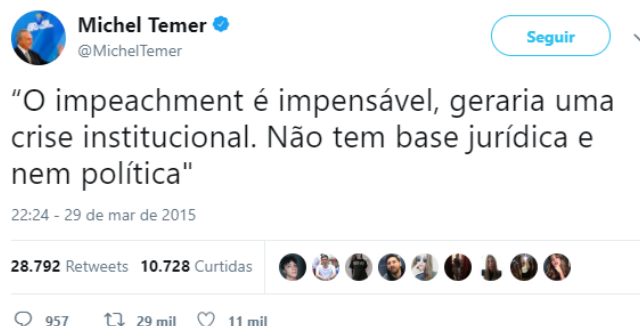
deixaram”. O viés comunista não estaria nas medidas econômicas, mas políticas, ou seja, “na inspiração totalitária do partido, que é uma mexicanização do Brasil, ficar setenta anos no poder; que, aliás, é o movimento bolivariano, a intenção é essa, ficar no poder”. Já o Entrevistado Militante A foi claro no sentido de que não se trata de uma ditadura necessariamente comunista, mas “sim, uma ditadura. Vamos estabelecer, então, o termo que mais se usa, uma ditadura bolivariana. Seria o socialismo do século XXI, tá?”.

Não se escuta, mais uma vez, a lição de Badiou (1998, p. 96), segundo o qual “tudo o que é consensual é suspeito”, revelando a palavra democracia o que o autor considera “opinião autoritária”, ao instante que é proibido não ser democrata. O estabelecimento de um consenso tem a limitação congênita de não se pensar a democracia para além de uma forma de governo, não reconhecendo, por exemplo, as lutas sociais e os movimentos políticos como atores legítimos do processo democrático. A tentativa da democracia parlamentar é justamente neutralizar as irresignações sociais, restringindo para si a tarefa de pensar o político, não atentando às vozes populares como instâncias legítimas de participação nas decisões, que são delegadas a mandatários específicos dentro do formalismo democrático.

Existe ao menos uma grande contradição entre a defesa do *impeachment* e do Golpe: como é possível a existência de dois polos defensores da democracia se encontrarem em posições diametralmente opostas? A democracia, salvo em um forçamento desconstrutivista, não pode estar na defesa do *impeachment* e na sua negação ao mesmo tempo. Ou a democracia representa o caminho da legalidade, ou acompanha os trâmites formais que foram atendidos no processo de *impeachment*. Portanto, pensar todas as facetas que confluíram à queda de Dilma demanda que se pense na totalidade dos fatores, sendo um deles a desestabilização política.

A conformação do processo de *impeachment* não teria ocorrido se não fosse a crise política instaurada entre os poderes Executivo e Legislativo, com auxílio do Judiciário. São poucas as informações precisas, até o presente momento, que dão conta de saber os reais motivos pelos quais Michel Temer, na condição de vice-presidente e Eduardo Cunha, como presidente da Câmara dos Deputados, articularam a queda de Dilma Rousseff. Em certo estágio, mesmo em meio à crise política, ambos se posicionaram no sentido de que não haveria cenário de *impeachment* possível, todavia, a história caminhou em sentido contrário.

Figura 1 – Twitter do Michel Temer



Fonte: Twiter, 2015.

A par das especulações acerca da traição procedida pelo MDB, que era o partido até então aliado, a reeleição da presidenta Dilma por uma margem pequena de votos foi um dos elementos que facilitaram a rápida desestabilização. Em verdade, a oposição soube manter a tensão política necessária para promover a desestabilização do governo, bem como para macular a imagem de Dilma e do PT perante a opinião pública. Nesse sentido, a fala da manifestante B: “Não tava conseguindo atuar. E se ela não tava conseguindo atuar é porque tavam trancando ela desde 2014, né? Mas... E também, acho que muita corrupção ali dentro, né? Acho que foram bem comprados os deputados que votaram a favor e os senadores”.

Os anos de 2015-2016, em que se processou o *impeachment* de Dilma, foram turbulentos politicamente, enganando-se quem imaginava que os anos seguintes seriam apaziguadores, até mesmo pelas “reformas” conduzidas pelo governo Temer de caráter impopular. Aqui, lembro mais uma vez das palavras de Marx (2016, p. 37), quando examinou o Golpe na França, ao apontar que a escória da sociedade burguesa tinha formado a “*falange sagrada da ordem*, e o herói Crapulinski¹⁴ entra triunfalmente nas Tulheiras como ‘salvador da sociedade’”.

Aqui, o processo de *impeachment* foi conduzido pelo nosso próprio Crapulinski, uma figura que veio a ser presidiário em razão dos crimes cometidos, Eduardo Cunha, que impulsionou o Golpe sob a pretensa necessidade de salvar o Brasil do PT. O esgotamento do projeto político neodesenvolvimentista, ocorrido nestes termos, explicitou os limites do chamado presidencialismo de coalização, que é uma solução institucional para mediar o conflito entre o executivo e o legislativo, com concessões por parte daquele (AVRITZER, 2016, p. 43).

¹⁴ Personagem de um poema de Heinrich Heine, cujo nome deriva da palavra crápula.

Se houvesse uma cena histórica que condensasse a fragilidade desta prática, decerto poderia ser buscada no segundo turno da eleição de 2014, quando o senador José Sarney se aproximou da urna eletrônica, repleto de adesivos da candidata à reeleição Dilma Rousseff no seu paletó claro, e apertou as teclas “45”, votando no seu oponente, Aécio Neves (GALHARDO, 2014). Talvez o nome mais adequado deveria ser presidencialismo de “ocasião” e não coalizão, à medida que quebrados os acordos e mudados os interesses, extirpa-se repentinamente a mandatária do poder.

2.2 O real e o semblante da crise econômica: socialismo para os ricos, liberalismo para os pobres

Como preleciona Alain Badiou (2017, p. 13-15), o vocábulo “real” atualmente é utilizado de forma intimidadora, como princípio de submissão necessária, já que não há saída senão aceitá-lo. A economia exerce um papel decisivo na definição deste real, sendo que em época de crise, tal qual experimentada ao longo dos anos de 2015-2016, manifesta-se de forma mais acentuada o seu discurso, que impõe os mandamentos a serem seguidos como fatalidades. Não importa que os desastres ocorridos dentro da sua própria esfera não tenham sido previstos, ou evitados, até mesmo porque a culpa recai sobre os agentes políticos, os malfadados que não seguiram as orientações adequadamente.

O real advindo da economia subjuga os mais diversos aspectos do cotidiano, desde o ato mais adorado do capitalismo, o consumo, até as decisões macroeconômicas a serem tomadas por um corpo diretivo institucional. Se a economia não vai como o esperado, há espaço para a crise, recessão, inflação, desemprego, baixa no consumo, i.e., elementos de desestabilização política experimentados pelo governo Dilma. Portanto, é praticamente impossível governar o país sem atentar para o real originário do econômico, sendo que a figura do “mercado” ocupa assento privilegiado nesse assunto.

Quem acompanha o noticiário televisivo, ou é ouvinte de rádio, deve ter se perguntando alguma vez: “quem é o mercado, afinal? ”; a que tanto se refere como uma pessoa em carne e osso, que porta os mais diversos sentimentos humanos. Por vezes, o mercado está nervoso, agitado, em outras ocasiões está esperançoso, animado, ao reagir às informações provenientes da ação do governo. Isso recorda um fato curioso, quando Lula era ainda presidente do Brasil, em 2004, e havia o boato de que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, seria demitido. Distribuindo castanhas às pessoas que acompanhavam a cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Florestas, Lula disse: “Está nervoso o

mercado? Eu não estou, estou calmo”. Segundo consta, a frase fez com que o mercado esquecesse a boataria (LULA *apud* ÉPOCA, 2004).

Essa mesma calma não foi experienciada por Dilma Rousseff, que sucumbiu formalmente pela abertura de créditos suplementares (“pedaladas fiscais”), ainda que a denúncia apresentada por crime de responsabilidade tenha ressaltado as tantas crises que estava sujeita, inclusive a econômica. Por isso, é importante lembrar que ao lado do real existe o semblante, como na tradicional divisão entre essência e fenômeno aprendida na filosofia marxista (KOSIK, 2011, p. 18), que nada mais é do que a aparência falsa do real. Ainda que o semblante do *impeachment* seja o crime de responsabilidade, o real tem seus pés fincados na exploração dos dados econômicos negativos do governo Dilma.

No exato dia em que o Senado Federal iria votar a admissibilidade do processo de *impeachment* na casa, em 12 de maio de 2016, que coincidiria com a assunção interina de Michel Temer à presidência, o jornal “O Globo” lança a seguinte matéria: “Com saída de Dilma, mercado vê chance de retomada da confiança econômica” (CARNEIRO, 2016). Aqui, encontramos-nos em um terreno perigoso, em que a democracia sucumbiu ao real da economia, diante da necessidade de prover o crescimento econômico almejado pelo mercado, que a ex-presidenta Dilma supostamente não teria condições de atender.

Na obra responsável pela sua expulsão do Partido Comunista Francês, Roger Garaudy (1970, p. 43) bem ilustrou o culto do crescimento econômico na “religião dos meios”, em que um economista pode gracejar sobre um cidadão que quando chegar no céu será interrogado por São Pedro, o qual, para decidir sobre o encaminhamento ao paraíso, purgatório ou inferno, irá perguntar: o que você fez para aumentar o PIB? Não é preciso mencionar qual o destino de Dilma Rousseff quando amargou uma queda de 3,8% em 2015, depois de um crescimento pequeno de 0,5% em 2014, inicialmente anunciado como 0,1%.

O crescimento converteu-se na antonomásia do *progresso*, não importando que o critério econômico de aferição do sucesso tenha se concentrado no aprimoramento de objetos inanimados, como o PIB ou PNB. Passa à margem dessa obsessão o quanto isso representa para o efetivo aumento da qualidade de vida, bem-estar, liberdade, como lembra Amartya Sen (2011, p. 259). O custo a ser pago por não cumprir os anseios do mercado pode ser alto, como demonstrou a queda da Dilma, mesmo que se trate efetivamente do crescimento e progresso de objetos inanimados.

Um dia depois do afastamento temporário de Dilma, o “blog” de economia do “Estadão”, assinado pelo economista Alexandre Cabral (2016), trazia a seguinte manchete: “Dados Econômicos da Era Dilma: de Chorar!”. Após apresentar alguns dados econômicos,

como queda do PIB, aumento do desemprego e da inflação, sentenciou: “Infelizmente o governo Dilma foi ruim demais. Várias medidas equivocadas, teimosia demais, orgulho ao extremo. Este para mim foi o principal motivo da queda: o governo se achava intocável” (CABRAL, 2016). Ora, e fica nesse discurso as “pedaladas fiscais”?

O Golpe sofrido por Dilma escancarou o fato de que a relação entre o Estado e a economia é um terreno fértil para a ação da ideologia liberal, propagada pela grande mídia. Os avanços econômicos que o Brasil passou no período de Lula-Dilma, mesmo em comparação com o de FHC, foi noticiado costumeiramente como *apesar do PT*. Se a economia vai bem, mérito dos investidores e empresários, se vai mal é culpa exclusiva do governo, que não tomou as medidas necessárias para manter o crescimento.

A racionalidade neoliberal¹⁵, que se firmou como ideologia dominante na seara do Estado a partir da década de 1990, não foi completamente posta de lado pelos governos petistas, fazendo com permanesse o ente estatal como o principal responsável pelos desconsertos que ocorrem na esfera econômica. Escapa dessa lógica que identifica o Estado como um peso e o mercado como eficiência, que, por exposto mandamento constitucional, o seu papel de atuação na economia é reduzido ao mínimo¹⁶; ou seja, não existe no desenho normativo brasileiro um projeto nacional-desenvolvimentista com o exercício direto de atividade econômica pelo próprio Estado.

Até mesmo o incentivo à empresa nacional foi derrocado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a revogação do art. 171 da Constituição¹⁷, imprimindo um modelo de ordem econômica que tem a primazia pela livre circulação de capital, com apoio ao ingresso de multinacionais. Isso sem contar que, nos mais recentes debates da eleição presidencial de 2014, nenhum candidato de potencial se atreveu a defender que o Banco Central se sujeite à política econômica do governo. Decisões sobre o controle do crédito, o

¹⁵ “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriadas a tais práticas” (HARVEY, 2014, p. 12).

¹⁶ “Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei” (PLANALTO, 1988).

¹⁷ “Art. 171. São consideradas: I - empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País; II - empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades. § 1º - A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional: I - conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País; [...] ([Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995](#))” (PLANALTO, 1988).

capital estrangeiro, a regulação do mercado cambial etc., deveriam ser tomadas com no mínimo autonomia, havendo quem defendesse a independência.

Essa ausência de subjugação do Banco Central às diretrizes de uma plataforma política é um dos imperativos do “mercado”, que receiam toda e qualquer influência do governo na gestão das decisões macroeconômicas. Na era ideológica ou dita pós-ideológica em que vivemos, o real que advém da economia sequer precisa dar explicações suficientes. A crise econômica brasileira de 2015-2017 é inquestionável, no entanto, se indagarmos “o que ocasionou a crise?”, decerto as respostas seriam evasivas, porque se sabe exatamente o necessário para se entender que estamos em crise, para que se construa a narrativa desejada a partir dela, não raro pesando a culpa para o Estado, ou para o agente mandatário, como era Dilma Rousseff.

Ora, se o Estado brasileiro não exerce diretamente a atividade econômica, tem um Banco Central com autonomia, um Ministro da Fazenda sempre ao agrado do mercado, como era o Joaquim Levy, por que uma crise que brota das relações econômicas seria culpa da ação do Estado? A resposta não pode ser mais ideológica: porque não soube criar o “cenário” econômico necessário à reprodução do capital, que, por via de consequência, mantém a estabilidade dos postos de trabalho e nível de produtividade para alavancar o PIB. Esse é o real da economia em ação.

Adalberto Cardoso (2003, p. 77-81) captou o arranjo de pensar do nosso tempo, em que a ideologia liberal ganhou vigor teórico e prático ao ponto de impor a sua racionalidade econômica. A partir da década de 1990, nos governos Collor e FHC, há um câmbio drástico na forma de enxergar o mundo, assumindo as noções de livre mercado, indivíduo (colaborador), eficiência, mérito, competição etc., sobrepujanças em relação à igualdade, solidariedade, justiça social, classes sociais. É o real da economia fincando os pés sobre a abordagem marxista da sociologia, cujo espaço é contraído para certos âmbitos da academia, deixando de servir como sustentáculo para as políticas implementadas faticamente.

A propagação da ideologia em território nacional penetra nos mais variados meandros sociais, naturalizando anseios de uma classe em específico como se fosse a vontade geral. Não por menos o Estado é visto hoje como sinônimo de ineficiência e o mercado o seu oposto, ainda que as pessoas efetivamente demandem serviços públicos. Mais do que promover o embaçamento do Estado, a racionalidade neoliberal molda a personalidade necessária para sobreviver a sua lógica. É preciso forjar o profissional do mercado que incorpore certas aptidões relacionais, de qualificação técnica, que aceita as flutuações

inerentes à economia, que quando desempregado agradeça a empresa que o contratou anteriormente pela oportunidade no aprendizado.

Por isso, a racionalidade neoliberal não é apenas uma questão de política econômica a ser adotada por um Estado, ao passo que ela demanda a corporificação em uma subjetividade moldada para agir nos seus marcos. Vladimir Safatle (2016, p. 137) pontuou que o neoliberalismo não se trata apenas de uma regulação dos sistemas de trocas econômicas, que tem como mote a maximização do livre comércio e da concorrência, senão “é um regime de gestão social e produção de formas de vida que traz uma corporeidade neoliberal”.

Essa ideia foi extraída, quase literalmente, da obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 328), segundo os quais o neoliberalismo modelou a partir da “cultura da empresa” uma nova subjetividade específica aos desafios do tempo histórico. Exige uma corporeidade que governe a si com base numa racionalidade competitiva, em que “deve maximizar os seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo a inteira responsabilidade por eventuais fracassos”. O neoliberalismo, portanto, não se resume a uma plataforma econômica gerida pelo político, ao passo que exige a formatação de uma individualidade compatível.

Tornar a si próprio um objeto descartável de acordo com as necessidades do “mercado”, demandando que os sujeitos aceitem que não há mais rigidez nas relações sociais e laborais, constitui um dos imperativos do real acima enunciado. A própria noção de trabalho, do vínculo com a empresa e dos direitos sociais inerentes, pouco a pouco vai sendo dissolvida em nome da carreira própria como símbolo da autogestão. Não existe no plano da consciência uma estrutura econômica condicionante do agir, somente o indivíduo que deve incorporar certas aptidões para ser “bem-sucedido”, sob a ótica de um mercado flexível, desregulado, com mobilidade de contratação e demissão.

Um ditame de Ludwig von Mises (2015, p. 27-29), que pareceria desprovido de sentido em uma época próxima, é que a “classe dominante” no capitalismo não seria o detentor do capital, mas o “consumidor soberano”. O motivo residiria no fato de que a prosperidade do capitalista somente existe porque ele consegue suprir a vontade de um maior número de pessoas pelo preço mais barato. Ou seja, há uma completa inversão argumentativa da hierarquia social, pois o verdadeiro soberano seria o consumidor e não o capitalista, que está sujeito aos imperativos do real mandatário.

Esse arranjo ideológico sistematiza uma forma de pensar a realidade, a qual está convalidando, no plano ideológico, os dizeres do autor da escola austríaca, bastando observar o ingresso avassalador do modelo de transporte individual, o “Uber”, em que o trabalhador não tem qualquer vínculo com a empresa. A aceitação maciça dessa forma de relação laboral

expressa o atendimento a uma demanda por um serviço com o menor preço e maior qualidade, exatamente nos moldes formulados por Mises. Vivemos, portanto, sob a égide da racionalidade neoliberal e o pior: sem sentirmos, ao passo que não existe nada mais leve do que a ideologia que repousa sobre a consciência como um dado natural.

Ao incorporar as diretrizes econômicas estabelecidas pelos seus antecessores, apenas com uma maior margem de interferência do Estado na provisão de direitos, a ex-presidenta Dilma assentiu com os riscos de não tencionar o debate para o modelo de sociedade e de pessoa que estava em curso. Não é por menos que há muitos anos não se escuta a palavra “socialismo” no debate eleitoral, lembrando que a ideologia é sempre uma verdadeira luta pela apropriação de narrativas, inclusive a ora existente entre Golpe e *impeachment*.

Se Dilma Rousseff tivesse sido julgada efetivamente pelo cometimento de crime de responsabilidade, causaria um tremendo espanto a manchete da jornalista Miriam Leitão (2016), no início do julgamento final de Dilma no Senado, que trazia os seguintes dizeres: “Crise econômica é a grande causa do *impeachment*”. Como se observa, a crise econômica representa uma das facetas constituintes do real, enquanto o impedimento por crime de responsabilidade era somente o semblante, que por vezes era completamente esquecido. O mesmo pode ser observado na fala do Entrevistado Militante A, segundo o qual: “Se tivesse só o crime e tivesse a população bem de dinheiro, cara, talvez a população não fosse pra rua”.

Na mesma linha, no dia da votação acerca da autorização de abertura do processo de *impeachment*, em 17 de abril de 2017, não foram poucos os deputados que sequer mencionaram o pretense crime de responsabilidade. A trágica sinceridade foi verbalizada nos tantos votos, que expuseram as limitações da representação política, a exemplo do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP):

Pela segunda vez, eu vou votar pelo *impeachment* e, sem dúvida nenhuma, acompanhando aqueles aposentados, pensionistas e idosos que querem que eu vote dessa maneira. Pela recuperação da economia brasileira, pelo combate à recessão e pela garantia de emprego para 10 milhões de trabalhadores desempregados, meu voto é “sim” (SÁ *apud* CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

A face oculta do Golpe está nos interesses de setores econômicos brasileiros, os quais se manifestaram publicamente favoráveis ao afastamento de Dilma, conforme notícia veiculada no “Estadão” (HIRATA, SALLOWICZ, ROCHA, 2016), dando conta que cerca de 300 lideranças de associações empresariais iriam realizar uma pressão conjunta para que o Congresso Nacional priorizasse o processo de *impeachment*. A sede da FIESP tornou-se inclusive centro de referência para os manifestantes anti-Dilma, os quais chegaram a ser

agraciados com um almoço que tinha como prato principal filé mignon, segundo noticiado no “Valor Econômico” (AGOSTINE, 2016).

Após o apoio maciço dos setores empresariais ao golpe, resta apenas indagar: qual o resultado do Golpe à esfera econômica? A resposta foi antecipada por Marx (2016, p. 78), ao examinar o Golpe francês de 1851: “O governo da burguesia nunca foi tão absoluto, nunca ela ostentou com tanta prepotência as insígnias da dominação”. Colocando em prática um projeto político diverso do eleito, Michel Temer não tardou para implementar medidas alinhadas ao liberalismo libertário propugnado pelos setores empresariais, não para eles próprios, que passaram a demandar benefícios do Estado, mas principalmente para a camada pobre da população.

Grande parte da “esquerda” brasileira foi pega de surpresa com a proposição, pelo governo de Michel Temer, da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/55, aprovada (EC nº 95/2016) para limitar os gastos públicos primários do governo federal por vinte anos, inclusive os relativos a ensino e saúde. Mesmo entre os que se posicionavam contrários a medida, não se sabia ao certo de onde ela teria partido ou com base em que fora pensada.

O que se negligenciou no debate é que se trata da aplicação pura e simples dos ditames da ortodoxia liberal da Escola de Chicago, preconizada por Milton Friedman e Rose Friedman, na obra “Livre para Escolher”. Os autores propõem limites aos gastos públicos federais por meio de Emenda à Constituição, tal qual adotada no Brasil, a fim de restringir o orçamento do governo: “isso acabaria com a tendência de um governo cada vez maior, não haveria reversão. [...] Uma redução gradual de nossa renda que o governo gasta seria uma contribuição importante para uma sociedade mais livre e mais forte” (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015, p. 429)¹⁸.

O congelamento dos gastos públicos em âmbito federal, seguindo a ortodoxia liberal, tem uma repercussão direta para o modo pelo qual as pessoas acessam os mais variados direitos sociais, em pormenor a classe trabalhadora. Ao invés do seu fornecimento ocorrer por meio do Estado, que obtém receita derivada (tributos) para o custeio, a limitação de gasto com o aumento populacional fará com que as pessoas passem a “adquirir” os direitos pela via do mercado, como qualquer outra mercadoria.

¹⁸ Na obra consta até mesmo o modelo de Proposta de Emenda Constitucional, sendo que a diferença entre a que foi aprovada no Brasil e a defendida pelos Friedman é somente o índice de reajuste. Enquanto a proposta deles para os Estados Unidos da América o orçamento deveria ser corrigido pelo crescimento do Produto Interno Bruto, no Brasil optou-se pelo índice de inflação oficial.

Em termos de economia política, trata-se do fenômeno da *precificação ou mercantilização dos direitos*, em que estes deixam de ser ofertados como *valor de uso* e passam a ser assimilados como *valor de troca*. Toda mercadoria possui um valor de uso à medida que possui alguma utilidade condicionada pelas propriedades do seu próprio corpo (MARX, 2014, p. 113-123). Uma mesma mercadoria pode ter mais de um valor de uso, como um carro, por exemplo, que pode servir como meio de transporte, ou para deleite de um colecionador, podendo servir para demonstrar aos demais o potencial de riqueza etc.

O valor de troca, ao seu turno, na forma de manifestação do valor em forma-dinheiro (MARX, 2014, p. 125), está ligado à quantidade de dinheiro necessária para se obter o valor de uso do bem, expresso em termos dos custos reais de produção mais o lucro (HARVEY, 2016, p. 29), abstraindo-se, aqui, para fins didáticos, o papel do *valor* (que difere do valor de uso e de troca). Quando o Estado fornece determinado direito por meio das políticas públicas, os usuários acessam os direitos apenas sob a veste de valor de uso. Isto é, quem se gradua em uma instituição de ensino pública acessou o bem “educação” apenas sob a veste do valor de uso, da utilidade levando em conta o interesse do Estado na formação e do aluno no aprendizado, no entanto, sem ser tratado o direito como valor de troca.

Por outro lado, quando o acesso a determinado direito ocorre pela via concorrencial privada, o bem é obtido a partir do seu valor de troca, abrindo espaço à acumulação privada de capital sob a esfera dos direitos até então assegurados pelo Estado. O governo Temer, com a aprovação da PEC 241/55 impulsionou o processo de privatização ou mercantilização dos direitos que, com a sua precificação, passam a ser fruídos com base no seu valor de troca. O reflexo dessa equação é que o ditame liberal de garantia dos direitos pela via individual privada exige o Estado do seu fornecimento, mercantilizando um bem que deveria ser alcançado apenas como valor de uso por mandamento legal, ao agrado do mercado.

O governo de Temer promoveu ainda a chamada “reforma” trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que de forma inédita no sistema judiciário brasileiro passa a onerar o trabalhador que demandar uma empresa judicialmente, ao passo que se perder o processo terá de custear os honorários do advogado patronal. Portanto, a receita de Michel Temer para os pobres é o puro e simples liberalismo econômico, o qual propugna o individualismo epistemológico, em que o trabalhador deve ser merecedor do que auferir em contrapartida pelo seu trabalho (venda da força de trabalho) para que tenha uma vida digna.

Para os integrantes da classe dominante que apoiaram o Golpe, i.e., os empresários brasileiros, não foram ministradas as mesmas doses de liberalismo econômico. Pelo contrário, somente à aprovação da reforma da previdência, estima-se que o governo Temer tenha aberto

mão de R\$ 43 bilhões com exonerações fiscais. Além disso, como fruto da ação do Estado, editou-se uma medida provisória, convertida em lei, que concede isenção fiscal às empresas petrolíferas, que seria na ordem de R\$ 20 bilhões entre 2018 e 2020, estimando-se chegar a R\$ 1 trilhão até 2040 (SENADO FEDERAL, 2017).

Outro caso notório foi a aprovação no Congresso da modificação na Lei Geral das Telecomunicações, aguardando apenas sanção presidencial, em que seria transferido do patrimônio da União a quantia de R\$ 87 bilhões às operadoras de telefonia (BORGES; BONFIM, 2016). Em 2017, foi editada também a Medida Provisória 783, convertida na Lei nº 13.496/2017, instituindo o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), que, segundo matéria do “Estadão” (TOMAZELLI, 2017), pode perdoar dívidas tributárias das empresas de R\$ 78 bilhões.

Não se pode esquecer dos aumentos promovidos no salário mínimo, que nos anos de 2016 e 2017 ficaram abaixo da inflação, fazendo com que a classe trabalhadora brasileira tenha restringido ainda mais a sua capacidade de consumo. Os ditames do liberalismo econômico ecoam diretamente na vida dos trabalhadores, que estão libertos à própria sorte, enquanto para os empresários a mão invisível tem sido a branca e amigável de Temer, com suas benesses infundáveis. A fórmula guiadora do governo Temer, por conseguinte, é uma só: socialismo para os ricos, liberalismo para os pobres! Ganha atualidade nesse debate as palavras de José Paulo Netto (2012, p. 89), segundo o qual: “ela [a burguesia] e seus associados compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – *o Estado máximo para o capital*”.

O aspecto econômico é fundamental para compreender o Golpe de 2016, ao instante que foi impulsionado por uma elite, que se utilizou da crise política, das manifestações populares e da crise moral para fazer valer os seus interesses. E o mais assombroso é que, a par de transbordar ideologia por todos os lados, o governo salienta que está no atendimento da vontade geral, acreditando piamente no seu discurso. Como lembra Slavoj Žižek (2011, p. 16), “Os pregadores e praticantes da democracia liberal nos dias de hoje também não ‘imaginam que acreditam em si mesmos’, em seus pronunciamentos?”.

Não é à toa que Alain Badiou (2017, p. 27) brinca que estamos assistindo a peça da “democracia imaginária”, não havendo a representação de outra no estágio atual do capitalismo, lembrando que quando o governo decide dar bilhões ao patronato, sem contrapartida, ele atua na peça com convicção: “que diabos poderia fazer senão isso?”. Ou seja, o semblante do golpe – o crime de responsabilidade – era uma encenação do real oculto, i.e., os interesses econômicos de determinados setores da economia brasileira.

Por falar na divisão filosófica entre semblante e real, que tem acompanhado o estudo até aqui, Badiou (2017, p. 21) o explicita também a partir de uma anedota, que foi a morte do dramaturgo francês Molière. Considerado um dos mestres da comédia satírica, Molière faleceu enquanto encenava a peça “O Doente Imaginário”, fazendo com que o real tenha frustrado a representação, sendo “o momento em que o semblante se torna mais real do que o real de que ele é o real”. Em 2017, ocorreu algo similar com o músico Bruce Hampton, que comemorava o seu 70º aniversário em um show com seus amigos, quando se atirou no chão e os músicos seguiram tocando. O que se imaginava ser uma performance, era o seu trágico destino. Entre nós, o *impeachment* foi somente o semblante do real econômico, ocorre que, ao instante que todos focalizavam o processo, que é a sua representação, o *real* é que a própria democracia falecia enquanto estava sendo encenada como *impeachment*.

2.3 A crise moral: a corrupção como “escândalo” e o papel do Poder Judiciário na concretização do Golpe

Não raro o processo corruptível estatal é tratado como uma herança antropológica brasileira, como se estivesse gravada nas raízes de fundação do solo vernáculo. A carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1º de maio de 1500, ao contar ao rei de Portugal as notícias da terra nova, é tida como exemplo da corrupção que viria a caracterizar o Brasil, pelo fato de o fidalgo pedir “carona” à Alteza para o seu genro, que se encontrava na Ilha de São Tomé (DAMATTA, 2010, p. 105). Roberto DaMatta (2010) utiliza tal fato para demonstrar que a malandragem, o jeito, porta intrínseca conexão com a colonização brasileira, responsável pela consolidação da sua formação social.

Outra referência no exame do tema é Sérgio Buarque de Holanda, com a afamada caracterização do brasileiro como “homem cordial”, o qual teria desapego pelas formalidades, deixando de lado a polidez, os ritos, que seriam traços característicos da sua formação cultural. O autor chegou a afirmar que a contribuição civilizatória do Brasil seria a cordialidade, representada na hospitalidade, na lhanza no trato, na generosidade (HOLANDA, 2004, p. 146). O lado adverso da cordialidade estaria justamente no trato com a coisa pública, pois a formação do Estado moderno brasileiro não foi tarefa fácil aos detentores de cargos e funções públicas, no sentido de compreenderem a distinção entre os domínios público e privado.

A própria escolha das pessoas que irão exercer determinada função pública é tomada tendo como critério a confiança pessoal, deixando de lado as aptidões e qualificações

profissionais. É o típico caso de ausência de impessoalidade na máquina pública, cuja consequência é a facilitação de acesso à administração de acordo com critérios díspares e desiguais, prevalecendo a informalidade e a pessoalidade. Para Buarque de Holanda (2004, p. 145), no Brasil foi exceção um sistema administrativo dedicado a interesses objetivos do Estado, havendo a predominância das vontades particulares e círculos fechados de difícil acesso sobre uma ordenação impessoal.

A corrupção é um termo que porta uma carga valorativa ampla de significados, embora se possa afirmar que há uma linha consoante entre eles. *Corruptio*, em latim, provém da explosão do âmago de um fruto, em virtude da sua podridão interna (FERREIRA FILHO, 2004, p. 17). Adicionada à organização estatal e política, o efeito é similar, tendo em vista que a corrupção gera a decomposição, perversão, putrefação da ordem normativa e do Estado, partindo do seu interior (através dos seus agentes) e maculando a própria imagem institucional, que é desgastada perante a coletividade.

A raiz antropológica da corrupção, na literatura brasileira, parece estar suficientemente demonstrada, ainda assim, o fenômeno é cambiante. José Murilo de Carvalho (2008, p. 237) acentua essa historicidade fenomênica da corrupção. Incursionando uma leitura partindo dos acontecimentos pretéritos, o autor assenta que os republicanos acusavam o sistema imperial de ser despótico (além de corrupto). Na revolução de 1930, os revolucionários imputaram à formação da primeira república e seus políticos a pecha de “carcomidos”. Mais tarde, após a derrocada de Getúlio Vargas, em 1954, fez-se a acusação de se ter criado um mar de lama no Catete. O próprio golpe de 1964 tinha como um dos intentos livrar o Brasil da corrupção, sendo que quando a ditadura militar chegou ao fim, havia acusações de corrupção, despotismo etc.

Na restauração da democracia, quando Fernando Collor chegara ao poder, eleito diretamente pelo povo, ao invés de cumprir a promessa de caça aos marajás, sofreu *impeachment*. Durante os governos subsequentes também ocorreram diversos casos de corrupção, vinculadas ao poder público em todos os âmbitos da federação. Mediante este quadro histórico demasiadamente conciso, a questão que resta indagar é: a corrupção de **hoje** é a mesma que sempre permeou a histórica do Brasil? O que aumentou foi a corrupção ou a percepção do fenômeno? (CARVALHO, 2008, p. 237).

Para uma parcela significativa da sociedade, o Partido dos Trabalhadores sem sombra de dúvidas é o partido político mais corrupto do Brasil. Isso foi devidamente ilustrado na assertiva da Entrevistada Militante B, para o qual: “O PT é mais corrupto. O PT ele é autocrático, ele não é nem um pouco democrático e ele usa da corrupção e do poder do

dinheiro da corrupção pra se manter no poder. Com certeza é o mais”. O entrevistado político A foi incisivo na direção de que durante os governos do PT a corrupção se alastrou, respondendo que houve “Um aumento. Gigantesco. A sociedade brasileira também é intrinsecamente corrupta, não dá pra *glamourizar* a sociedade. E os políticos são expressão da sociedade. Somos sistema representativo”.

As referências à Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, José Murilo de Carvalho – sem esquecer de Gilberto Freyre e Raymundo Faoro que poderiam integrar o rol dos principais interpretes do Brasil acerca da temática, são procedidas porque conformaram as teorias explicativas dominantes acerca do fenômeno da corrupção. No entanto, Jessé Souza (2016, p. 37) bem instituiu que a demonização do Estado patrimonial, de certa forma procedida por todos acima mencionados, mais do que servir de crítica ao modo de condução da coisa pública, prestou-se para fortalecer a ideia da necessidade de privatização do Estado.

Criou-se o cenário ideológico necessário para que a veste liberal ganhasse ampla adesão popular, justamente pelo fato de o Estado ser o responsável pelo desvio de recursos públicos, enquanto o mercado é a insígnia da eficiência, da boa gestão. Em partes, isso explica o surgimento de candidatos que se manifestam como se fossem antipolíticos, como é o caso do João Dória, incorporando o sujeito do mercado bem-sucedido, e Jair Bolsonaro, que seria o paladino da ética e da ordem. O ideário comum orbita entre a necessidade de uma maior eficiência e gestão pública, por um lado, e a demanda de punição aos “bandidos” que amedrontam a ordem pública, por outro. Ventura da “esquerda” que a personificação de ambas as vontades não se encontra em apenas uma pessoa, senão o cenário político de 2018 estaria praticamente definido.

Não causa nenhuma estranheza, nessa lógica, José Murilo de Carvalho (2008, p. 239) afirmar que “Quanto maior o Estado, quanto mais recursos ele controlar, maiores as oportunidades de corrupção”. O que passa à margem dessa discussão é que todo processo de conhecimento da realidade brasileira é procedido por mediações, em diversos níveis de informação. O modo como as pessoas tomam ciência dos acontecimentos locais e nacionais passam, em maior ou menor grau, pela propagação de informação que normalmente assumem um tom ideológico. Portanto, se buscarmos na literatura nacional a raiz da corrupção, teremos mesa farta para o ideário de demonização do Estado, que é impulsionado pelos principais meios de comunicação e que atende aos interesses liberais.

Como lembra Jacques Rancière (2014, p. 2), a complexidade da história se mostra à medida que é próprio dela algo poder ser ou não história, sendo possível atribuir “acontecimentos incertos ou ficcionais a sujeitos reais”. Ainda que aponte que tais problemas

não teriam mais a ver com ela a partir da constituição da ciência da história em si, ao separar-se da vertente ficcional e romântica, as mídias sociais criaram um terreno fértil para a difusão, em larga escala, de notícias irreais que são consumidas como critério absoluto de verdade (denominadas de “fake news” ou “pós-verdade”).

Estamos regressando a um estágio em que a ciência da história tem sido tomada pela história ficcional, com a atribuição recorrente de acontecimentos imaginários a sujeitos reais. É o caso da informação propagada em ingente dimensão de que a empresa “Friboi” pertenceria ao filho do ex-presidente Lula, cuja notícia é repassada com o maior grau de confiabilidade. O boato chegou ao extremo em que Procuradores da República, quando o empresário da “Friboi”, Joesley Batista, fechou a delação premiada, perguntaram se não tinham realmente no quadro societário o “Lulinha” (MASCARENHAS, 2017).

Uma das grandes ofensivas ideológicas dos liberais e conservadores sobre as ideias socialistas, ou atribuídas como assim o fossem, foi justamente tornar possível a crença nos fatos mais inverossímeis. Quando se menciona o governo de Kim Jong-un da Coreia do Norte, a informação mais estrondosa e estapafúrdia, que seria dificilmente crível até mesmo em um livro ficcional, converte-se em fato histórico concreto para denotar o perigo que representaria o comunismo. Certa feita, o jornal “O Globo” (2014) noticiou, em 3 de janeiro de 2014, que o tio do ditador norte-coreano, Jang Song-thaek, teria sido comido vivo por 120 cães ao ser jogado dentro de uma jaula com cinco assessores. A notícia, que até a presente data está no ar para ser lida como verídica, foi desmentida pela afiliada “Globo.com” (2014), dois dias depois, afirmando que se tratava de um boato criado por um satirista chinês.

No caso brasileiro, resguardadas as proporções, o PT é visto como portador de tais requintes de crueldade e de desvirtuamento dos valores democráticos. Nas manifestações que confluíram à queda de Dilma Rousseff, não foram poucos os alertas dos que vestiam verde e amarelo acerca da ameaça comunista que representaria o projeto político do Partido dos Trabalhadores. Não se pode olvidar, por exemplo, da manifestante que confundiu a bandeira do Japão, na Câmara dos Deputados, com uma pretensa remissão ao comunismo (VEJA, 2016).

Rodrigo Constantino, ex-colunista da “Veja”, indagou acerca do logotipo da copa do mundo que continha o “2014” em vermelho: “Pergunto ao leitor: é paranoia ficar encasquetado com esse 2014 em vermelho?”; arrematando que um leitor seu teria ido além e dito que abaixo dos números haveria a letra “L” em referência ao ex-presidente Lula. A dúvida do economista era somente em relação ao “L”, pois o vermelho decerto era uma remissão ao comunismo de forma escancarada, lembrando que a bandeira do Brasil não tem

vermelho em canto algum. Ao final atesta que se trata de propaganda comunista: “Propaganda subliminar? Provavelmente. [...] aqui, apenas desabafo, mostrando minha indignação com esse logo que pula diante de meus olhos a todo momento, com esse vermelho gritante [...] não deveria ser... azul?” (CONSTANTINO, 2014).

Figura 2 – Logomarca da Copa do Mundo FIFA de 2014

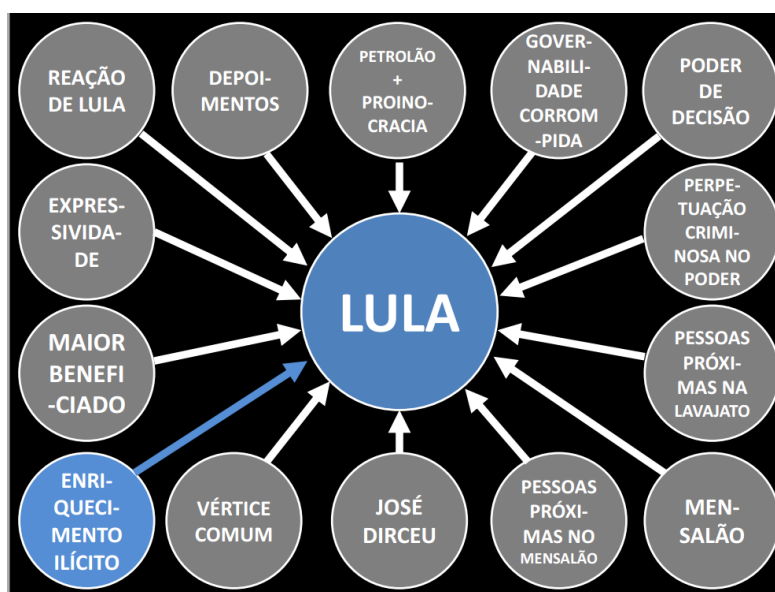


Fonte: Globo Esporte (2010)

Se as pessoas ao menos soubessem a vinculação que o Brasil tem com o vermelho, que não é em razão do comunismo, talvez não propagassem tamanha paranoia. Como lembra Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 31), o pau-brasil – originariamente chamado de “ibirapitinga” pelos índios tupis – além de servir à construção de móveis finos, do seu interior se extraía uma resina utilizada como corante para tecidos. Na palavra das autoras: “Tanto a madeira como o corante eram conhecidos por diferentes nomes – ‘brecillis’, [...] ‘brezil’, ‘brasil’, ‘brazily’ –, sendo todos derivados do nome latino ‘brasilica’, cujo significado é ‘cor de brasa’ ou ‘vermelho’” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 32). Desse modo, o Brasil porta na sua origem etimológica a cor vermelha e não o verde e amarelo, ou azul, como querem crer determinados segmentos da sociedade brasileira que se julgam portadores dos mais nobres sentimentos nacionais.

Não existe uma fronteira rígida para a difusão de uma ideologia, tal qual as acima esposadas, sendo que mesmo os ocupantes de cargos relevantes à ordem republicana, como o de juiz e procurador, são passíveis de introjetar tais leituras da realidade. A condução da operação Lava Jato pelo juiz Sérgio Moro, mesmo que de forma não tão explícita, representa essa visão de que a todo custo cabe comprovar que o PT é uma organização criminosa, encabeçada pelo chefe da quadrilha, como apontado pelo célebre “powerpoint” do Ministério Público Federal, que seria o ex-presidente Lula.

Figura 3 – Lâmina de “Powerpoint” do procurador Deltan Dallagnol



Fonte: Estadão (2016)

A corrupção foi um dos elementos ideológicos centrais na queda de Dilma, pois a mobilização nas ruas tinha como uma das pautas de destaque a moralidade no trato da coisa pública. Mais tarde, como era esperado, mostrou-se que a corrupção foi utilizada como bandeira de cunho eminentemente ideológico para expor os reais interesses dos manifestantes, que era tirar o Partido dos Trabalhadores do poder. As denúncias de corrupção após a saída da Dilma não pararam, pelo contrário, vieram à tona as gravações com grandes personalidades do executivo, como Romero Jucá, o próprio Temer, sem que tenha despertado qualquer manifestação efusiva por esse segmento que demandou a saída da ex-presidenta.

Criou-se no imaginário coletivo que o Partido dos Trabalhadores, a par de estar faticamente envolvido em esquemas de corrupção, era uma organização criminosa que tinha como intento maior implantar uma ditadura comunista, com a perpetuação irrestrita no poder. Essa fala não era replicada tão somente por manifestantes, sendo incorporada nos mais diversos meandros do poder nacional. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, chegou a defender publicamente que o PT seria contra a doação privada de campanha porque conseguiu em propinas quantia suficiente para disputar eleições até 2038. Seria, na sua visão, uma cleptocracia que tinha como objetivo final a perpetuação no poder, que foi encerrada tão somente com a ação da Operação Lava Jato (G1, 2015).

O procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol (2016, p. 63) referiu por quinze vezes, na denúncia que Lula restou condenado em primeira e segunda instância pela

Operação Lava Jato, que o ex-presidente teria formado, em favor do PT, um “colchão” de recursos ilícitos para abastecer campanhas eleitorais no intento de uma perpetuação criminosa no poder. Ou seja, não se trata de uma mera imputação de conduta delituosa em desfavor de Lula, senão de formação de juízo de valor acerca do que representa o Partido dos Trabalhadores em si e a existência concreta de plano de manutenção no poder. Tratava-se, portanto, de uma convicção política acima de tudo.

Foi exatamente nesses termos que o Judiciário passou a ter um papel fundamental na condução do processo de *impeachment*, porque a eminência da condenação de Lula repercutiu no governo Dilma, o qual era associado a figura daquele. Sérgio Moro, que se converteu em herói nacional para uma parcela da população, sabia da necessidade de angariar apoio popular para os seus atos, a fim de prover o encarceramento de Luiz Inácio Lula da Silva.

A atuação do magistrado para impulsionar o processo de *impeachment* foi notória, bastando lembrar que, quando a ex-presidenta Dilma entendeu por nomear Lula como Ministro, em 16 de março de 2016, na mesma data, o juiz Sérgio Moro retira o sigilo e divulga gravação entre ambos, em que Dilma fala para Lula assinar o termo de posse quando entendesse necessário. Como noticiou “Globo.com” (2016), após a divulgação houve protestos “espontâneos” em mais de dez estados e os famosos “panelaços”¹⁹. O Entrevistado Militante A fez um relato desta ocasião:

Uma das maiores manifestações que teve em Porto Alegre foi uma manifestação espontânea quando o Lula foi nomeado ministro. Sabe, cara, ninguém organizou aquilo. Tinha 35 mil pessoas na rua e ninguém organizou, mas aquilo ali era um grito da sociedade civil em geral contra os abusos que estavam acontecendo. Eu acho que a população, de um modo geral, acho que chegou um ponto que ela cansou de produzir, produzir, produzir e o Estado só foder, foder, foder.

Na sequência, Moro enviou Ofício ao então Ministro do STF, Teori Zavascki, falecido em circunstâncias não esclarecidas, justificando que sua intenção era exclusivamente jurídica, a fim de evitar pretensa cometimento de crime por obstrução à Justiça: “O levantamento do sigilo não teve por objetivo gerar fato político-partidário, polêmicas ou conflitos, algo estranho à função jurisdicional” (MORO, 2016, p. 3). Na justificativa posta no processo principal da Lava Jato, Moro fundamentou o levantamento do sigilo nos seguintes termos:

¹⁹ Como aponta Armando Boito Jr. (2018, p. 256): “A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada para obter o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff”.

O levantamento propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal. A democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras (MORO, 2016, p. 4).

A conduta ilegal do magistrado, ao passo que Dilma detinha foro privilegiado à época, não foi fortuita, e ainda que escuse não ter a intenção de promover fato político, era ciente das repercussões que teria para uma presidenta que estava sofrendo processo de desestabilização política. Sérgio Moro sopesou a sua conduta durante a condução do processo, tendo em vista que já tinha escrito artigo científico, em momento pretérito, acerca da necessidade de divulgação das investigações como forma de aderência da opinião pública. Ao estudar a Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália, o juiz federal Sérgio Moro, aduziu:

A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios (MORO, 2004, p. 59).

O Golpe de Estado perpetrado em face da ex-presidenta Dilma teve, por isso, colaboração incisiva do Poder Judiciário, ainda que a investigada não fosse diretamente a ex-presidenta, mediante ações orquestradas por Moro de acordo com o cenário político. Não à toa o magistrado se converteu em celebridade nacional, como símbolo do combate à corrupção, até mesmo porque o Poder Judiciário goza de um prestígio não ostensivo aos demais poderes da República. Mais uma vez, as palavras do próprio Sérgio Moro revelam a ciência que tinha da necessidade de angariar apoio popular:

Ademais, a punição judicial de agentes públicos corruptos é sempre difícil, se não por outros motivos, então pela carga de prova exigida para alcançar a condenação em processo criminal. Nessa perspectiva, a opinião pública pode constituir um salutar substitutivo, tendo condições melhores de impor alguma espécie de punição a agentes públicos corruptos, condenando-os ao ostracismo. No Brasil, encontram-se presentes várias das condições institucionais necessárias para a realização de ação judicial semelhante. Assim como na Itália, a classe política não goza de grande prestígio junto à população, sendo grande a frustração pelas promessas não-cumpridas após a restauração democrática. Por outro lado, a magistratura e o Ministério Público brasileiros gozam de significativa independência formal frente ao poder político (MORO, 2004, p. 61).

A atuação judicial corroborou à criação do cenário de desestabilização necessário à saída de Dilma, ao instante que os escândalos de corrupção serviram como motor ideológico de desgaste do PT e da sua figura perante a opinião pública. A estreiteza dessa visão se mostra à medida que a corrupção é enxergada apenas como algo endêmico ao Estado, em particular ao PT, que de partido teria migrado para organização criminosa, rememorando as lições da sociologia e da antropologia nacional que sempre enalteciam esse viés.

Circunstância semelhante ocorreu às vésperas da eleição presidencial de 2018, quando uma semana antes do pleito (1º de outubro), Sérgio Moro retirou o sigilo de delação premiada do ex-ministro da fazenda Antonio Palocci, constando diversas acusações de caixa dois de campanha do PT, apontado o conhecimento do ex-presidente Lula. Ficou difícil sustentar a sua imparcialidade quando da sua decisão de aceitar se tornar Ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro, mesmo tendo sido responsável pela prisão de quem seria seu principal adversário nas eleições de 2018, o ex-presidente Lula.

Passa completamente à margem desse debate que o estágio atual do capitalismo, na forma como se desenvolveu no Brasil, tem como ideal social a busca incessante pela riqueza. O signo da subjetividade “bem-sucedida” é auferido pelo potencial aquisitivo, sendo o montante de capital acumulado o critério medidor do prestígio social, alçando inclusive os juízes – no plano da consciência – a agirem como se integrantes da classe dominante o fossem.

Ao contrário dos poderes Executivo e o Legislativo, que frequentemente são alardeados pela grande mídia como corruptos, o Judiciário mantém uma veste de sobriedade e de poder íntegro. Os escândalos de corrupção provenientes desta esfera de poder são pouco investigados, pouco publicizados, corroborando para a imagem de que se trata, de fato, de um poder que não é corrompível a exemplo dos demais, permitindo o surgimento de heróis nacionais como Sérgio Moro.

Ignora-se, nesse debate, que a mesma lógica que orienta o processo de corrupção, i.e., a busca pelo prestígio social que envolve deter a riqueza, movimenta também os privilégios dos detentores dos cargos públicos. Basta referir a moralidade que envolve o recebimento de auxílio-moradia pelos próprios magistrados da Lava Jato. Em uma sociedade tal qual a brasileira, em que os jurisdicionados têm uma remuneração muito aquém do subsídio da magistratura, confere-se auxílio-moradia para os juízes no valor de quase cinco vezes o salário mínimo, mesmo tendo imóvel na própria cidade de exercício funcional.

Não foi à toa que chamou atenção de parte da mídia o fato de um dos juízes da operação Lava Jato no Rio de Janeiro, Marcelo Bretas, ter solicitado judicialmente auxílio-

moradia para ele, mesmo a esposa sendo também juíza, o que contraria uma resolução do Conselho Nacional de Justiça. A resposta pública do magistrado, na sua conta do “Twitter”, em tom nitidamente irônico, quase deboche, demonstra o trato com a coisa pública, ao passo que, sabidamente, se não é ilegal do ponto de vista jurídico, a par da vedação do CNJ, é no mínimo falta de senso de realidade.

Figura 4 – Twitter do Marcelo Bretas



Fonte: Twitter (2018)

A população brasileira, embora tenha garantido constitucionalmente o direito à moradia, tem um salário mínimo incompatível com o custeio da própria habitação. Mesmo os servidores públicos do próprio judiciário, que recebem menos que os juízes, não tem acesso à essas benesses, enquanto alguns magistrados, a exemplo do Marcelo Bretas, não enxergam qualquer problema em postular judicialmente o auxílio-moradia, mesmo residindo com a esposa também juíza, que já percebe um benefício que sequer deveria existir diante das limitações orçamentárias para atender as demandas sociais da população brasileira.

Por isso, deve-se dar total acuidade às palavras de Alain Badiou acerca da corrupção, quando aponta que o fato de ser tratada como escândalo revela apenas o semblante do seu real:

Um sintoma interessante de nossa sociedade é que o escândalo geralmente é um escândalo de corrupção. [...] É bastante curioso que a corrupção causa escândalo, já que poderíamos sustentar que a sociedade está corrompida da cabeça aos pés. Poderíamos inclusive sustentar que a corrupção é sua lei íntima, e que é para dissimular essa corrupção sistêmica, e inteiramente real, que o escândalo aponta aquilo ou aquele que, no fim das contas, não passa de um bode expiatório. Numa sociedade que aceita aberta, explicitamente, [...] que o lucro seja o único motor viável para fazer funcionar a coletividade, pode-se dizer que a corrupção está na

ordem do dia de forma imediata. Afinal, se ganhar o máximo de dinheiro possível é a norma, fica difícil dizer que não é verdade que todos os meios sejam válidos. [...] É por isso que é necessário que volta e meia haja um escândalo: não, de modo algum, como revelação do real, mas como encenação de um pedacinho do próprio real *no papel de uma exceção ao real* (BADIOU, 2017, p. 17).

Em uma sociedade, tal qual a brasileira, organizada sobre as bases de precificação da força de trabalho, a qual é uma mercadoria como outra qualquer, sendo considerada como um dado natural a apropriação sobre o resultado do trabalho de uma outra pessoa, a corrupção é apenas uma das formas ilícitas de abocanhar quantias consideradas indevidas. A própria lógica que movimenta a reprodução societária é incursionar sobre o produto do trabalho alheio, considerado lícito por atentar ao pagamento de uma quantia mínima que mal provém a existência, e a corrupção, ao seu turno, é vista como “escândalo”. Como alerta Badiou (2017, p. 17), fica muito difícil estabelecer parâmetros do que pode ou não ser lícito, quando a própria ordem de manutenção da existência opera sobre bases de espoliação.

De toda forma, a corrupção foi um dos elementos que confluíram para a queda de Dilma Rousseff, sendo que a peça inicial do *impeachment* deixou escapar os motivos verdadeiros da derrubada da líder do executivo. O crime de responsabilidade imputado era somente a máscara, o semblante do real ocultado, que era as crises econômica, política e moral (corrupção). A denúncia distribuída por Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr., logo no seu exórdio, destacou que: “O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL” (BICUDO; PASCHOAL; REALE JR., 2015, p. 2).

2.4 O poder das ruas pintadas de verde e amarelo: a vitória do “tchau querida” sobre o “não vai ter golpe”

Protestos políticos regularmente anunciam tempos de mudança, antecipando os gritos de insurgência as possíveis conquistas futuras, em que a baliza da regulamentação jurídica é arrastada na direção de integrar as irrisignações sociais que são transformadas em demandas institucionalizadas. Se por um lado, como anuncia Boaventura de Souza Santos (2011, p. 245), esse fenômeno representa a capacidade de o Estado absorver e neutralizar os processos de ebulição social, por outro, é o percurso exigido para imprimir conquistas dentro da materialidade da vida social vigente, que tem como bases consensuais o modo de produção capitalista e a democracia representativa.

Na acepção anteriormente esplanada, o protesto é entendido sob a sua veste de ampliar as conquistas de setores sociais que, fazendo uso do exercício da cidadania ativa (BELLO, 2013, p. 114), expõem as opressões e angústias que recaem sobre a sua existência ou facetas da realidade a que estão sujeitas. Todo protesto carrega consigo um ódio contra o opressor e o explorador, que Marcuse (1969, p. 40) considera indispensável à causa, visto que sem ele a libertação não seria possível. Além disso, como aponta James Jasper (2016, p. 39), os movimentos sociais, no mais das vezes, estão somente cobrando as promessas não cumpridas pelos regimes que se afirmam democráticos.

Os anos de 2015-2016 foram marcados por amplos protestos em todo o território nacional, tendo como embate central a dualidade de versões acerca da queda de Dilma. De um lado, os manifestantes que defendiam a existência de um Golpe de Estado e tinham como lema “não vai ter golpe” e, de outro, encontravam-se os setores sociais que queriam a deposição de Dilma, defendendo a legalidade e necessidade do *impeachment*. A magnitude e relevância das manifestações pôde ser observada a partir do levante realizado em 13 de março de 2016, idealizado pelos que apoiavam o impedimento, sendo noticiado pelo “Estadão” (2016) como a maior manifestação da história do país, abrangendo 239 cidades e milhões de pessoas. Na ocasião, o jornal extirpou a hipótese de que o país estaria dividido, formando-se uma unidade em torno da queda de Dilma Rousseff.

De fato, pesquisa realizada entre os dias 17-18 de março de 2016, poucos dias após a grande manifestação do dia 13, expôs que 68% dos eleitores defendiam o *impeachment* da presidenta Dilma (BURGARELLI, 2016). Não se pode retirar a legitimidade desses atos, entretanto, é preciso pontuar o quão diversos o são em comparativo com os protestos acima genericamente retratados, cuja preocupação está em transformar dado problema estrutural da realidade brasileira. O ódio tencionado não dizia respeito a demandas que tocam a existência ou situações de vida das camadas mais pobres da população brasileira, como a saúde, educação, moradia, emprego etc., limitando-se a despejar a sua repulsa ao que representa, nesta visão, o Partido dos Trabalhadores e as suas principais lideranças²⁰.

²⁰ Antecipando discussão futura, Mauro Iasi (2018b) bem demonstrou como o ódio foi incorporado à eleição de Bolsonaro, em 2018: “Coube à direita dar forma a esse ódio, colando nele a máscara de seu adversário. O PT é o culpado da crise, das filas no atendimento na saúde, da precariedade da educação, da corrupção, da desagregação das famílias, da explosão de uma sexualidade aberrante que ameaça, de mulheres que levantam a voz e colocam o dedo na cara de quem as oprime, de índios (meu deus, ainda tinham índios neste país) querendo as terras tão bem ocupadas por mineradoras, madeireiras e o agronegócio. A mensagem da extrema direita encontra o ódio de uma boa parte dos trabalhadores e os representa: essa democracia é uma farsa (pode fechar o Congresso e o STF), este Estado é um cabide de emprego, privatiza tudo, manda a polícia atirar para matar, tirem os doutrinadores das escolas, matem viados, negros, índios, feministas, petistas, comunistas...”.

Não por acaso, o Entrevistado Político A expôs como motivação para ir às ruas “O fim do governo do PT, o fim da corrupção e o *impeachment* da Dilma”; e, na mesma linha, o Entrevistado Militante A referiu como pauta do protesto: “Primeiro, tirar o governo corrupto da Dilma. [...] Nós caminhávamos para uma ditadura dentro do PT”. Ainda que tenham se saído faticamente vitoriosos nas suas demandas, há limitações congênicas, que defluem dos limites do objeto de ódio, cuja insuficiência pode ser observada a partir da formulação de uma indagação prosaica: *qual plataforma política programática é possível deduzir dos atos pelo fim da corrupção?*

A maior manifestação da história do Brasil tinha como pauta central tirar um partido do poder, não obstante tenha sido eleito seguindo os tramites formais democráticos. Nesse ponto, parece ganhar fluência as palavras de Slavoj Žižek, ao examinar a debilidade do movimento “occupy”, dos Estados Unidos:

É nesse ponto crucial que encontramos a fraqueza fatal dos protestos: eles expressam uma fúria autêntica, incapaz de se transformar em um programa positivo mínimo de mudança sociopolítica. Eles expressam um espírito de revolta sem revolução. [...] Rejeitando a violência, eles reclamam uma “revolução ética”. [...] É fácil imaginar um fascista honesto concordando plenamente com essas demandas: [...] E quem será o agente dessa revolução ética? Se toda classe política, direita e esquerda, é considerada corrupta e controlada pela cobiça do poder, o manifesto faz uma série de demandas dirigidas a... quem? (ŽIŽEK, 2012a, p. 83).

Ao contrário do “occupy”, em que não sabiam ao certo quem seria o agente da revolução ética, aqui tivemos nosso herói togado, integrante do Poder Judiciário, o juiz Sergio Moro, que sintetizou o semblante de redentor da moralidade. Por isso, Maria da Glória Gohn (2017, p. 73-74) refere que o Judiciário se torna um novo sujeito político relevante. Resta ofuscada, nessa perspectiva que balizou os protestos, que a corrupção tem imbricação com a forma societária em que as relações entre Estado e economia são estruturadas, sendo insuficiente uma ação judiciária repressiva. Essa discussão é pouco relevante para os manifestantes, uma vez que a corrupção foi o combustível ideológico que ofuscou os interesses materiais que estavam por trás do *impeachment*, deixando de ser objeto de protesto as tantas medidas tomadas por Michel Temer ao assumir o poder.

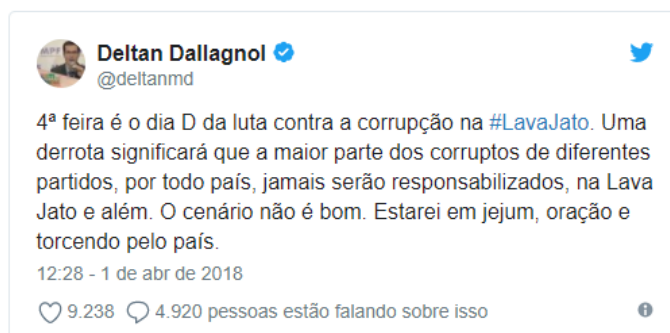
Ao longo do período neodesenvolvimentista, setores médios da sociedade brasileira, chamada comumente de “classe média”, não tiveram redução do seu potencial aquisitivo, ou foram afetados diretamente pelas políticas públicas dirigidas pelo PT, todavia, jamais nutriram qualquer espécie de empatia pelas práticas de inclusão social promovidas. Curiosamente, um dos símbolos do protesto pelo *impeachment* foi a bateção de painéis

durante a exposição televisiva de Dilma e Lula, justamente nas residências em que não existia a falta de comida.

A repulsa desse setor da sociedade ao governo do PT foi construída paulatinamente pela propaganda criada pela grande mídia, que expunha a corrupção – mesmo que abarcando outros partidos – como centrada no Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças. Portanto, as manifestações de 2015-2016 carregavam consigo uma carga de ódio que não era dirigida à transformação social radical, sendo focalizada no defenestrar deste partido.

O apogeu dessa aversão pôde ser observado nas prévias do julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula, pelo STF, em 4 de abril de 2018, quando houve o chamamento de manifestação popular pelos movimentos que impulsionaram o *impeachment*. Na oportunidade, o Procurador da República responsável pela denúncia que culminou na sua prisão, Deltan Dallagnol, disse que estaria rezando e em jejum. Ao seu turno, o general do exército da reserva, Luiz Gonzaga Lessa, afirmou que se o STF deixasse de prender Lula estaria agindo como indutor da violência e que “aí eu não tenho dúvida de que só resta o recurso à reação armada. Aí é dever da Força Armada restaurar a ordem”, defendendo a intervenção militar (LESSA *apud* GODOY, 2018). Por fim, o proprietário de um prostíbulo de luxo em São Paulo, Oscar Maroni, prometeu distribuir cerveja de graça para os frequentadores se fosse concretizada a sua prisão (JIMENEZ, 2018).

Figura 5 – Twitter do Deltan Dallagnol



Fonte: Twitter (2018)

Lula não teve um julgamento favorável para si, ainda assim, a história tem as suas peculiaridades que revelam facetas perniciosas da realidade. No dia 17 de abril de 2018, poucos dias após o STF julgar o habeas corpus de Lula, foi a vez de o mesmo Tribunal examinar a aceitação da denúncia em face de Aécio Neves, por corrupção e obstrução da justiça. Aécio, concorrente de Dilma no pleito de 2014, foi flagrado, em maio de 2017, em

gravação solicitando R\$ 2 milhões a um empresário. Na véspera da votação, ao contrário da de Lula, não houve o chamamento de qualquer manifestação pública nas ruas pela sua prisão (ou contra a corrupção), tampouco ameaça de general, jejum ou promessa de cerveja de graça; e isso que estamos falando de um senador à época em gozo do seu mandato. Tais fatos na sua conjunção expõem uma circunstância não casual: acima de a luta ser contra a corrupção, a luta é contra o PT.

O que menos importava nessas manifestações pitorescas de apoio à prisão de Lula era o ditame constitucional, segundo o qual ninguém será preso antes de sentença condenatória transitada em julgado e que deveria ser o objeto real de discussão. Evidente que o princípio constitucional da presunção de inocência não poderia se aplicar a Lula, tendo em vista que o adiamento da sua prisão não iria significar outra coisa senão a impunidade. O julgamento do STF foi antecipado por manifestações populares em todo Brasil, já adormecidas por um tempo desde a queda de Dilma, as quais não podem ser compreendidas caso não se efetue uma leitura regressiva dos acontecimentos.

O dia 26 de outubro de 2014 selou a reeleição de Dilma Rousseff, ao conquistar 51,6% dos votos contra 48,3% do seu oponente (Aécio Neves/PSDB), demonstrando que havia uma nítida divisão no entendimento da população sobre os rumos políticos do Brasil. A corrupção foi tema recorrente durante a campanha presidencial, sendo que no último debate televisionado pela Rede Globo, dois dias antes do pleito, ao ser indagado por uma participante acerca do que poderia ser feito para findar com a corrupção, Aécio sentenciou: “Existe uma medida para acabar com a corrupção: tirar o PT do governo” (NEVES apud NOBLAT, 2014).

A margem apertada de votos que garantiu a reeleição de Dilma confluiu para que o término da campanha eleitoral tenha sido levado a efeito apenas para um segmento da população brasileira, pois uma parcela significativa do eleitorado jamais aceitou o resultado. A primeira manifestação contra Dilma Rousseff ocorreu exatamente uma semana após a reeleição, em 1º de novembro de 2014, sendo notabilizada em São Paulo pelo pedido de intervenção militar, bem como pelo discurso do deputado Eduardo Bolsonaro, que estava armado na ocasião, o qual afirmou que se o seu pai fosse candidato à presidência ele teria “fuzilado” a Dilma (URIBE; LIMA; LIMA, 2014).

A segunda manifestação ocorreu no dia 15 de novembro, sendo organizada em conjunto pelo Movimento Brasil Livre (MBL) com o Vem Pra Rua (VPR) (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 80), que eram os principais movimentos anti-PT. As tônicas eram as mesmas que mobilizaram o debate eleitoral, tendo como objetivo central a queda de Dilma e a prisão de Lula, diante das denúncias de corrupção. Como refere Jessé Souza (2016, p. 50),

houve um processo de “fulanização” da corrupção, a partir de uma manipulação do discurso para blindar o seu núcleo relacional entre política e economia, a fim de reduzir a abrangência do fenômeno como se estivesse restrito a um único partido – o PT, por evidente – que teria tomado o Estado de assalto.

A não aceitação do resultado eleitoral foi imediata também pelo PSDB, sendo distribuída, logo em 30 de outubro de 2014, uma petição dirigida ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a finalidade de apurar a confiabilidade na apuração dos votos, bem como para verificar a infalibilidade da urna eletrônica (MATAIS; ROSA; BULLA, 2014). Um ano depois, a auditoria deste partido concluiu que não houve fraude, mas o objetivo político já tinha sido alcançado, que era manter arregimentado o eleitorado entorno da desestabilização de Dilma, questionando o próprio processo eleitoral que resultou na perda por parte do candidato tucano.

A reeleição de Dilma despertou os sentimentos mais nefastos de preconceito regional, chamando a atenção da mídia os xingamentos direcionados principalmente aos nordestinos, que estariam votando com a barriga e não com a consciência, em alusão ao fato de pretensamente terem sido comprados com o programa assistencial Bolsa Família. Tais fatos revelam que o término formal do período eleitoral não repercutiu no apaziguar dos ânimos, pelo contrário, despertou ainda mais o desejo de antecipar o término de um governo que recém havia sido reeleito.

Se não fosse o contexto de polarização extremada, deveria ter causado profundo espanto os noticiários após a convenção nacional do PSDB, realizada em 05 de julho de 2015, portanto, meio ano após o início do segundo mandato de quatro anos. Rosane de Oliveira apontou: “Todos os discursos na convenção nacional do PSDB, no domingo, miram na mesma direção: a certeza de que a presidente Dilma Rousseff não chegará ao final do mandato” (OLIVEIRA, 2015). A jornalista apontou que tanto o ex-presidente Fernando Henrique, como Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin, i.e., as principais lideranças do partido, disseram todos “nas linhas ou nas entrelinhas, que o governo Dilma está com os dias contados por uma conjunção de fatores que se convencionou chamar de tempestade perfeita” (OLIVEIRA, 2015).

O tom de normalidade com que a notícia foi repassada somente não causou estrondo porque havia uma quota parte considerável da população brasileira que estava alimentada pelo sentimento fervoroso de antipetismo, enxergando como objetivo irremediável o ultimato do governo petista recém reeleito. Nesta mesma convenção partidária, Aécio Neves conclamou:

Convivemos hoje [...] Com a corrupção endêmica, [...] gerando escândalos [...] revelados quase diariamente pela Operação Lava-Jato. Convivemos com o uso de truques contábeis, as chamadas “pedaladas fiscais”, para fechar as contas do governo. Uma prática que pode levar a presidente da República a ter suas contas rejeitadas, algo inédito em quase 100 anos de história republicana (NEVES, 2015).

Não foi à toa que a denúncia aceita pelo então deputado federal Eduardo Cunha, em 02 de dezembro do mesmo ano, versava exatamente sobre as ditas “pedaladas fiscais”, citadas na convenção pelo tucano. No ano seguinte, em 28 de abril de 2016, no decurso do processo de *impeachment* de Dilma, a advogada Janaina Paschoal confirmou em uma Comissão do Senado que teria recebido, conjuntamente a Miguel Reale Jr., a quantia de R\$ 45 mil reais do PSDB pela elaboração de um parecer, que notadamente viria a ser a peça de denúncia do impedimento com arrimo nas ditas “pedaladas fiscais” (BRESCIANI; JUNGBLUT, 2016).

Outro fato notório foi o clamor de Aécio Neves para que se mantivessem unidas as forças que se criaram no decurso da campanha, defendendo três dias após perder a votação que: “aconteceu [...] uma outra coisa extraordinária, que foi o Brasil acordando, as pessoas indo para as ruas, querendo voltar a ser protagonista seu próprio destino, e essa é a maior força que temos hoje, a nossa união” (NEVES, 2014). Nesse ponto, parece crucial mencionar as organizações da sociedade civil que impulsionaram nas ruas a deposição de Dilma Rousseff, ganhando especial notoriedade o Movimento Brasil Livre (MBL)²¹ e o Vem Pra Rua (VPR).

A sinceridade com o trato da temática do *impeachment* assusta, visto que o VPR, nos idos de março de 2015, ainda não o apoiava, sob o pretexto de que o arcabouço legal ainda era fraco. Ao aderirem a uma manifestação convocada pelo MBL, realizada em 12 de abril de 2015, o VPR definiu o mote da saída às ruas “Fora Dilma, dentro da lei” (grifei). Nos dizeres dos fundadores do VPR, estava claro que a saída da Dilma era algo necessário mesmo que ainda não houvesse um fundamento jurídico, que deveria ser buscado:

[...] aceitamos que a vontade da população é o “fora Dilma”, mas isto tem de acontecer de alguma forma que seja dentro da lei. Seja ela renunciando, seja por cassação do mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral, seja por impeachment. Enquanto isso, seguíamos com nossa investigação sobre os meandros jurídicos desse processo (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 114).

²¹ Participante do MBL, o Entrevistado Militante A relatou o espaço temporal em que surge o movimento: “Uma coisa que poucas pessoas analisam, o MBL surge de um silêncio das ruas físicas mas uma movimentação das ruas virtuais. Então as redes continuavam indagando e querendo mudar e criticando, só que nós não estávamos nas ruas, daí, teve em São Paulo pessoas com carisma que conseguiram levantar multidões e isso acabou se expandindo pra todo o Brasil”.

Não há nenhum constrangimento pelo VPR em falar que a pauta do *impeachment* foi levantada antes mesmo da existência de um motivo, o que escancara se tratar de um Golpe arquitetado com o apoio desses movimentos. Chequer e Butterfield (2016, p. 125) relatam uma reunião com líderes dos parlamentares de oposição à Dilma, em que cobraram, no dia 15 de abril de 2015, uma postura clara acerca da adesão ao *impeachment*. De fato, no dia seguinte, o Estadão noticiou na capa a decisão de levar adiante um processo de *impeachment*, ainda que não se soubesse o motivo.

Figura 6 – Oposição se une por “impeachment” (nota no Estadão)

Oposição se une por impeachment

● Os presidentes dos partidos de oposição ao governo no Congresso Nacional – PSDB, PPS, DEM, SD e PV – unificaram ontem o discurso pela abertura de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O ponto de partida será um conjunto de pareceres jurídicos, encomendado pelo PSDB, que deve ficar pronto até o fim da próxima semana. **PÁG. A6**

Fonte: Estadão (2015)

A junção dos fatos acima narrados ilustra que a oposição, guiada pelo PSDB, em confluência com os movimentos MBL e VPR, estavam dispostos a levar adiante a deposição de Dilma, mesmo que ainda não houvesse um fundamento. Primeiro se chegou a constatação da necessidade de abreviar o mandato, para depois ir atrás de uma causa a partir da compra de pareceres jurídicos. Desditosamente, os rumos do *impeachment* parecem seguir a definição casualmente ofertada por Ludwig von Mises, que mais parece caracterizar o modo de operação do Golpe de 2016:

Se, num estado democrático, o governo não mais se conduz, segundo o desejo da maioria da população, não é necessária uma guerra civil para colocar no governo, quem deseja governar segundo a maioria. Por meio de eleições e acordos parlamentares, processa-se a mudança de governo de modo suave e sem fricções, sem violência e sem derramamento de sangue (MISES, 2010, p. 69).

Os movimentos MBL e VPR cresceram a reboque das amplas manifestações de Junho de 2013, sendo ambos criados no ano de 2014. O Vem Pra Rua foi concebido por um empresário e um executivo, Rogerio Chequer e Colin Butterfield, que foram apresentados por um amigo em comum e partilharam desde o primeiro encontro o desejo de que não seria

possível aguentar o PT por mais quatro anos. O movimento desde o início se autoafirmava suprapartidário, podendo os integrantes assumirem posições político-partidária diversas, evidentemente mantendo o elo de não apoiar a Dilma à reeleição, sinalizando voto para o Aécio por uma questão de situação política (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 19; 31; 48; 60).

Os criadores do movimento não negam a participação do PSDB na divulgação do movimento, havendo a publicação do VPR na página do “facebook” do Aécio, que tinha 3 milhões de seguidores, bem como por meio do coordenador de campanha nas redes sociais, que findou por disponibilizar acesso a grupos de “whatsapp” que atingiam 50 mil pessoas e 500 centros voluntários por todo o Brasil. A perda da eleição por parte de Aécio não modificou as pautas centrais do grupo, que eram contra a corrupção, a impunidade e o mau uso do dinheiro público, sem apoiar a intervenção militar, não obstante fosse sabida a participação de pessoas que defendessem a retomada do governo federal por esta via. (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 65; 75-76).

Ao lado do VPR, outro movimento de grande envergadura e relevante para impulsionar o *impeachment* foi o MBL, cujas principais lideranças são Kim Kataguiri, Renan Santos e Fernando Holiday, este se tornando vereador em São Paulo. Segundo consta no sítio virtual da “Atlas Network” (2015) – organização sem fins lucrativos, com sede nos EUA, que tem como objeto promover o livre mercado – muitos membros do MBL passaram pelo programa de treinamento por ela oferecido, passando a aplicar os conhecimentos adquiridos no Brasil (ATLAS, 2015), a partir do financiamento do capital estrangeiro.

As propostas aprovadas no primeiro congresso do MBL (2015), realizado em novembro de 2015, são de caráter liberal, como: a) fim da função social da propriedade; b) privatização em diversas searas; c) previdência social alternativa, como fundo de investimento do trabalhador; d) permitir livre investimento estrangeiro nos veículos de imprensa; e) abertura do mercado hospitalar para empresas estrangeiras etc. Além dessas, talvez a mais polêmica seja a “Escola Sem Partido”, que tem como objetivo uma pretensa neutralidade científica na abordagem de temas histórico-sociais e de sexualidade por parte dos professores.

Ainda que ostentem internamente essas pautas de caráter liberal libertário, o ódio dos manifestantes e dos integrantes do VPR e MBL não era programaticamente orientado durante as manifestações, visto que a pauta central não tocava nos problemas estruturais do Brasil, como a moradia, emprego, ensino etc., limitando-se a afirmar uma necessária redução do papel do Estado. Inclusive, o poder de chamamento aos protestos não está nas suas plataformas políticas, residindo, em primeiro plano, no objetivo perene de tirar o PT do poder,

com amplo apoio à Operação Lava Jato. Por isso, a partir da efetivação do Golpe, houve uma diversificação de pautas, a fim de manter cativa a sua audiência, que pouco atentava às ideias liberais que deveriam caracterizar os movimentos.

Uma pecha comum aos manifestantes anti-Dilma é o fato de serem integrantes da elite social e econômica brasileira. Pesquisa realizada pelo Datafolha no protesto do dia 13 de março de 2016, em São Paulo, demonstrou que os manifestantes não sofrem das mazelas sociais que acometem boa parte da população. Isso não deslegitima o ato em si, mas expõe as razões do limite do ódio, explicitando o porquê de não estar voltado para o enfrentamento de questões estruturais da realidade.

Figura 7 – O perfil dos manifestantes na Av. Paulista (protesto de 13 de março de 2016)



Fonte: Datafolha *apud* Folha de São Paulo (2016)

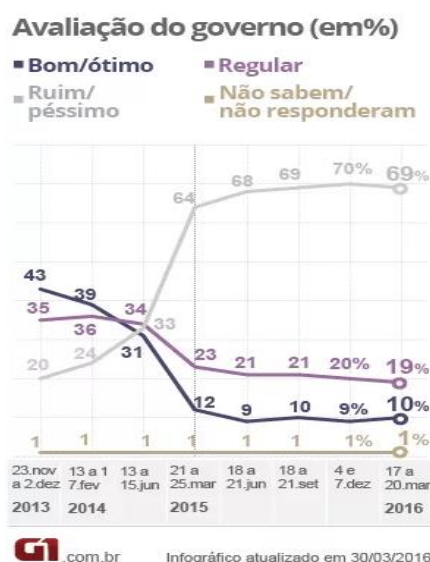
A própria forma de gerir esses movimentos é como se fosse uma empresa, com líderes que incorporam os ditames mercadológicos, pondo em prática a formação de uma racionalidade neoliberal. Chequer e Butterfield (2016, p. 244-247) associam o sucesso do movimento a um dos atributos da capacidade de liderança: o empreendedorismo. Não se trata de ter uma base social sólida, ou pessoas que sofrem espoliação comum, mas de caracteres inerentes ao empreendedor bem-sucedido, como: capacidade de execução (o lapso temporal entre idealizar e agir deve ser curto), não ficar estagnado com os erros e aptidão para trabalhar em equipe. Há inclusive uma hierarquia no movimento, tendo como base critérios de meritocracia, como o alto nível de engajamento.

O sucesso das manifestações pôde ser observado com o desfecho do processo de *impeachment*. Rememora-se aqui, novamente, o dia 13 de março de 2016, em que o jornal “O Estadão” (2016) saúda o protesto a favor do *impeachment* de Dilma com a seguinte manchete: “Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma”, acrescentando no

subtítulo que teria caído por terra a versão do governo de que o país estaria dividido. No mesmo dia, o juiz Sérgio Moro emitiu uma nota afirmando que estava tocado com as manifestações de apoio, clamando para que as autoridades dos demais poderes escutassem as vozes das ruas: “Não há futuro com a corrupção sistêmica que destrói nossa democracia, nosso bem-estar econômico e nossa dignidade como país” (MORO apud LÔBO, 2016).

A queda de Dilma defluiu de um cenário de crise econômica, política e moral, no entanto, as manifestações ocorridas em todo o território nacional tiveram a sua parcela contributiva para que houvesse uma rápida perda de popularidade, mesmo logo após a sua reeleição. A pesquisa do Ibope, realizada entre 17 e 20 de março de 2016, pouco depois da considerada maior manifestação da história do Brasil, ilustra que a desaprovação da ex-presidenta atingia o seu ápice.

Figura 8 – Avaliação do governo federal em março de 2016



Fonte: Globo.com (2016)

O verde e amarelo, cores elegidas para expor o pretense nacionalismo dos manifestantes, muitas vezes era representado pela camiseta da seleção brasileira da CBF, entidade que é envolvida em diversas suspeitas de corrupção, sem que isso gerasse qualquer preocupação quanto a contradição que a vestimenta envolve. “Tchau querida” findou por se tornar o tom de deboche na defesa da deposição de Dilma, saindo-se vitorioso sobre o “não vai ter golpe”, que era o cântico da resistência.

Atuando mais na defensiva e em resposta à ascensão dos movimentos conservadores, que nesse estágio detinham o protagonismo nas ruas, as manifestações contrárias ao

impeachment e denunciando o Golpe em curso não tiveram a mesma expressão. Aglutinando setores da sociedade civil já habituados com as manifestações, como os membros de partidos políticos, movimentos sociais tradicionais (como o MST, MTST) e militantes de “esquerda”, os protestos que eclodiram sob a insígnia “não vai ter golpe” não tiveram a repercussão necessária para frear o processo de impedimento.

Como se observa da fala da Entrevistada Militante B, a ida às ruas teve como fator decisivo a perda de espaço político das demandas da “esquerda”, com a ameaça real à democracia: “A gente percebeu que [...] ia perder direitos e que iam quebrar totalmente a nossa democracia e rasgar a Constituição, e foi isso que fizeram; e foi por isso que eu fui pra rua”. Uma das passagens mais notória do jovem Marx (2006, p. 151) diz respeito ao fato de que a teoria se converte em força material quando se apossa das massas. Em 2015-2016, a teoria prevalente foi a que associou a corrupção ao PT, tornando os movimentos contrários como meramente de resistência, ao passo que a força material estava ao lado dos que propugnavam a derrocada do PT.

Os grandes protestos de 2015-2016 deixaram algumas lições importantes. As pedaladas fiscais se converteram em crime de responsabilidade inescusável, sendo o processo de *impeachment* impulsionado pelo então deputado Eduardo Cunha (que foi preso), enquanto Sergio Moro conduzia o processo em face de Lula com arbitrariedades (como a condução coercitiva), em tempo recorde e com vazamento seletivo de dados, sob os aplausos da nossa elite econômica nas ruas. Por isso, se pudéssemos sintetizar este período em um só lema, decerto ele seria que: *só o golpe pode salvar a democracia, só o corrupto pode nos salvar da corrupção, só a injustiça pode trazer a moralidade e só a elite pode salvar os pobres*. Tristes tempos.

3. DE TEORIA DA RESISTÊNCIA À RESISTÊNCIA DA TEORIA: O MARXISMO E AS LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE GOLPE

Um epistemólogo irreverente afirmava, há cerca de vinte anos, que os grandes homens são úteis à ciência, na primeira metade da sua vida, e prejudiciais na segunda. O instinto formativo é de tal maneira persistente nalguns homens de pensamento que não nos devemos alarmar com esta observação espirituosa. Mas o instinto formativo acaba por ceder perante o espírito conservativo. Chega uma altura que o espírito gosta mais daquilo que confirma o seu saber do que aquilo que o contradiz, prefere as respostas às perguntas. Passa então a dominar o instinto conservativo e o crescimento espiritual cessa (BACHELARD, 2015, p. 193).

Na obra “Diálogo entre um Filósofo e um Jurista”, de Thomas Hobbes (2004, p. 105-107), o jurista assinala que o primeiro estatuto a esclarecer o que é a *alta traição* foi o 25, de Eduardo III²², constando que uma das modalidades seria iniciar uma guerra contra o rei, ou se ligando aos inimigos deste, no seu reino. O filósofo retruca que nenhuma enumeração de fatos pode lhe satisfazer na compreensão da alta traição, visto que é o maior crime que pode existir, prescindindo de um estatuto para caracterizá-lo, pois atinge à razão. O jurista presta pouca atenção à provocação do filósofo, pois para ele bastaria o estatuto para elucidação das hipóteses. O filósofo, por sua vez, infere que “o maior dentre esses crimes é aquele cometido por quem teve a confiança” (HOBBS, 2004, p. 108).

O mandato de Dilma foi encurtado por um ato de alta traição de seu vice, Michel Temer, havendo inclusive prova da sua deslealdade. Como explicar que, uma semana antes da Câmara autorizar a abertura do processo de *impeachment*, em 11 de abril de 2016, Temer enviou para aliados uma prévia do seu discurso de posse interina na presidência. Mesmo tendo afirmado, posteriormente, tratar-se de um desmazelo, suas palavras ficaram registradas: “quando a Câmara dos Deputados decide por uma votação significativa declarar a autorização para a instauração de processo de impedimento [...], muitos me procuraram para que eu desse ao menos uma palavra preliminar”, que estaria fazendo com “muita modéstia” (TEMER apud CARVALHO; PORTO, 2016).

Aristóteles (1991, p. 33) sustentava que a virtude é a uma disposição de caráter, que consiste num princípio racional de sabedoria prática, a qual busca o meio-termo entre dois vícios extremados (excesso e falta). Em relação à verdade, Aristóteles (1991, p. 35) entende

²²“Eduardo III ([Windsor, 13 de novembro de 1312](#) – [Londres, 21 de junho de 1377](#)), conhecido como Eduardo de Windsor, foi o [Rei da Inglaterra](#) de 1327 até sua morte; ele é lembrado por seus sucessos militares e por restaurar a autoridade real depois do desastroso reinado de seu pai, [Eduardo II](#). Eduardo III transformou o [Reino da Inglaterra](#) em uma das maiores potências militares da Europa. Durante seu reinado longo de mais de cinquenta anos também houve grandes desenvolvimentos na legislação e no governo – particularmente na evolução do parlamento inglês – além de devastações causadas pela [Peste Negra](#)” (WIKIPÉDIA, 2018).

que o intermediário desejável é a pessoa verídica, sendo a simulação que exagera a jactância, enquanto a que subestima – que parece ser o caso de Michel Temer – é a falsa modéstia. Boa parte dos anseios políticos foram antecipados por Temer nesse discurso aloprado, digno da sua conduta viciosa da alta traição e imbuído da falsa modéstia.

De toda sorte, os efeitos sociais do Golpe de 2016 não tardaram a serem sentidos pela população brasileira, que amargou por dois anos consecutivos o reajuste do salário mínimo abaixo da inflação (2017-2018), diminuindo o poder real de compra. Sem promover nenhum debate social, a “reforma” trabalhista reduziu à canetada o número de processos na Justiça do Trabalho, ante a incerteza de o trabalhador ingressar com uma demanda e ter a possibilidade de sair devendo com gastos atinentes ao andamento do processo²³. Isso sem contar o congelamento dos gastos públicos pelo período de vinte anos, a contar de 2017, mesmo em áreas como saúde, ensino, segurança, que são demandas sociais recorrentes. O desemprego atingiu, no primeiro trimestre de 2018, a taxa de 13,1%, representando 13,7 milhões de pessoas desocupadas, sendo que o número de trabalhadores com carteira assinada atingiu o número mais baixo desde o início da série histórica em 2012, representando o aumento da informalidade (IBGE, 2018).

Nesse cenário de crise generalizada, não seria o momento propício para que houvesse um levante comum dos trabalhadores? Em suas correspondências com o teólogo e historiador Gershom Scholem, Walter Benjamin certa feita cobrou o amigo pela sua ausência em respondê-lo: “limite-me a lançar este foguete no céu noturno do seu silêncio. Que ele caia em forma de ponto de interrogação e que o carvão em brasa toque a sua cabeça” (BENJAMIN *in* BENJAMIN; SCHOLEM, 1993, p. 224). Parece plausível se promover a mesma reivindicação de Benjamin diante do absentismo da “classe trabalhadora”, buscando compreender quais fatores confluíram para que o carvão em brasa não tenha caído para tocar a sua consciência e promover a revolta. Em uma conjuntura conflituosa de Golpe, o que pode ser mais perturbador do que o silêncio e a apatia da classe trabalhadora?

A resposta sobreveio durante a greve/ locaute de motoristas de caminhão no mês de maio de 2018, ocorrida em razão da alta do valor do diesel, resultando em um

²³ “Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita; Art. 791-A: [...] § 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário” (PLANALTO, 2017).

desabastecimento geral de combustível e alimentos à população. Nessa ocasião o silêncio foi trocado por extensas faixas que clamavam por intervenção militar. Se não bastasse a falta de insurgência, quando esta se torna manifesta é na contramão dos anseios revolucionários de mudança, em um panorama que inexistia espaço à palavra socialismo, sendo a resposta para estancar a pretensa desordem o peso do militarismo que assombrou o país por vinte e um anos (1964-1985).

Desditosamente, as crises econômica, política e moral não repercutiram na formação de uma consciência de classe no sentido da ruptura do modo de produção capitalista, pelo contrário, findou por demonstrar a quão integrada está a classe trabalhadora ao metabolismo de reprodução do capital. O termo “socialismo” não permeia o imaginário comum em larga escala como possibilidade e alternativa real ao capitalismo. Isso conduz para que discutamos neste capítulo temas centrais ao projeto político revolucionário marxiano, tais como: **a)** a crise da subjetividade; **b)** a natureza da dominação do capital e o redimensionamento da luta de classes; **c)** a mitigação da alienação/ estranhamento; **d)** a democracia exercida nos moldes impostos pelo capital.

É preciso advertir que, à luz de um marxismo tradicional, diversas assertivas podem causar incômodo, no entanto, a preocupação que norteia o estudo é a dinâmica de materialização das categorias teóricas na realidade brasileira. Não há a menor preocupação em fazer uma defesa abstrata, plainando sobre o decurso da história, a fim de sustentar uma teoria que não tem os pés fincados na prática como critério de verdade. Como recorda prontamente o György Lukács (2012, p. 64) em uma famigerada passagem: “O marxismo ortodoxo não significa [...] um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. [...] a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*”.

A realidade, na sua forma fenomênica, é o ponto de partida e, perpassada a abstração necessária, é também o ponto de retorno (KOSIK, 2011, p. 37). Por isso, eventual desconforto com o modo de abordagem dos temas talvez possa ser fruto de um convencimento teórico exacerbado; de uma postura que confia mais nas proposições teóricas do que na forma como as categorias são operacionalizadas concretamente. A vitalidade do marxismo depende, em grande medida, da capacidade que possui para explicitar facetas contraditórias do real. Os elementos antinômicos que o integram somente podem ser buscados na própria realidade e não na teoria; não obstante esta confira as balizas necessárias para enxergar a imediatividade dos fenômenos e nela não parar, seguindo na direção da sua necessária superação. Portanto, o que importa é concitar uma teoria da resistência e não promover a mera resistência da teoria.

3.1 A serpente das aflições: os dilemas da classe que não repousa sobre a consciência

Ferreira Gullar (1999, p. 92), poeta desencantado com o comunismo, recitava que: “os mortos veem o mundo / pelos olhos dos vivos / eventualmente ouvem / com nossos ouvidos [...] / Ausentes de corpo e alma / misturam o seu ao nosso riso / se de fato quando vivos acharam a mesma graça”. Paul Singer, responsável pela formação inicial de tantos marxistas na economia política, começou uma palestra comentando a influência que Marx exercia sobre um contingente considerável de pessoas: “A herança de Marx é fantástica. Nós entendemos o mundo, em grande parte, pela visão que ele nos ofereceu” (SINGER, 2013). Jacques Derrida (1994, p. 30), teórico da desconstrução, afirmou que seria um erro não ler, reler e discutir Marx, lembrando da figura quase paterna que exerceu sobre a sua geração: “Todos nós habitamos um mundo [...] que conserva, de modo diretamente visível ou não, numa profundidade incalculável, a marca dessa herança”.

Lembro aqui três mortos que, ao seu jeito, avivaram os olhos de Marx no modo de pensar e enxergar a realidade, carregando gerações à frente a crítica à sociabilidade capitalista, retirando da obscuridade da essência as contradições entranhadas por este modo de produção. Max Horkheimer (1991, p. 53) bem pontou que os teóricos que não emprestam seus saberes para justificar a realidade na sua presentificação jamais estarão seguros do seu legado, nem mesmo após a morte: “O significado histórico do seu trabalho não se estabelece por si mesmo; ao contrário, depende do fato de que atuem por ele e o defendam”. Não é em momento histórico diverso que nos encontramos em relação à obra de Marx.

A tarefa dos que hoje defendem uma “Escola Sem Partido”, ou empunham cartazes com os dizeres “Mais Mises, Menos Marx”, é justamente de tentar apagar os restos de irresignação e inconformidade que habitam o imaginário comum, em pormenor na academia, norteando as práticas de resistência, as quais nutrem os sentimentos de insubmissão às diversas formas de espoliação e tem como inspiração a teoria marxiana. Por isso, Walter Benjamin (2014, p. 243), na Tese V, afirmava que “é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela”.

Uma das contribuições de Walter Benjamin (2014, p. 243) foi justamente demonstrar que a luta de classes não é algo puramente econômico, reduzindo-se a contradições materiais que dialeticamente colidem na direção de sua superação. O seu cerne também é composto por ingente sofrimento geracional dos que combalem, de horas e horas de tempo vazio que estamos sujeitos, de uma rotina custosa que tem como fim último a sobrevalorização de um

bem imaterial que nos governa, chamado de capital. Por via reflexa, o Golpe de 2016 representa, em certo sentido, a vitória do dominador, ao passo que mesmo o PT não ostentando qualquer caráter revolucionário, é a miragem da “esquerda”, essa memória de Marx e o que ele representa em última análise, que deve ser apagada para enterrar o pensamento revolucionário de uma vez por todas.

O principal anseio de Karl Marx (1982b, p. 531) era supressão das condições de exploração a que a classe trabalhadora estava sujeita, de modo que extirpar a sua própria condição encerraria o que denominou de “pré-história da humanidade”. Imaginava que, no seu tempo, o desenvolvimento das forças produtivas, no seio da sociedade burguesa, brindaria as condições materiais à solução do antagonismo existente. O mistério da existência do proletário fabril, encarregado dessa missão histórica, seria instaurar a sociedade sem classes, trazendo para o horizonte o comunismo como estruturante das relações sociais.

Na realidade brasileira, a classe trabalhadora surgiu “tardamente”, visto que o processo de industrialização se acentuou somente na década de 30 do século XX. Ricardo Antunes (2012, p. 19) lembra que um traço característico da formação do trabalhador assalariado brasileiro é a sua constituição célere se comparada com o desenvolvimento secular dos países centrais: “Na América Latina, [...] em vários países saltou-se quase que diretamente do *trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial*”. Ainda assim, estamos em um estágio materialmente diverso das condições examinadas por Marx e Engels, fazendo com que não se possa confiar que a superação do modo de produção econômico vigente se dará a partir da redenção da classe trabalhadora, ou de contradições das forças produtivas materiais.

A crise política, econômica e moral que atravessou o Brasil, no contexto do Golpe, demonstrou o quanto a classe trabalhadora está integrada ao metabolismo de reprodução do capital, sendo que a palavra “socialismo” não permeia o imaginário comum em larga escala como possibilidade e alternativa real ao capitalismo, por mais que tenha ocorrido o desenvolvimento das forças produtivas materiais. Isso conduz para que se discuta um tema central relativo ao projeto político revolucionário: *a crise da subjetividade*. Como anuncia Jacob Gorender (1999, p. 226): “Do ponto de vista marxista, a definição do sujeito da revolução deixou de ser pacífica”.

Duvida-se, agora, tanto da subjetividade como das etapas de desenvolvimento do capitalismo como pré-condições revolucionárias. Mesmo entre os autores que defendem a capacidade de formação de uma consciência de classe, como Mauro Iasi (2012, p. 31), há o alerta para uma situação desfavorável: “Vivemos um longo século XX marcado por um

fenômeno desconcertante para o pensamento revolucionário: o amoldamento da classe trabalhadora em relação à ordem do capital”.

Uma parte significativa da classe trabalhadora no Brasil apoiou o Golpe de 2016, da mesma forma como a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 fez com despertasse um sentimento, cuja intensidade não se sabe ao certo precisar, da necessidade de uma intervenção militar. É claro que esses dois fatos podem ter como chave de leitura a completa sensação de anomia, de uma resposta quase desesperadora pelo restauro de uma ordem que se imagina existente no passado. A incumbência, portanto, não é defender que a superação do capitalismo está inscrita na pauta do dia, a partir das contradições do capital, senão de compreender os elementos que confluíram para que a classe trabalhadora tenha sofrido um processo severo de integração ao ponto de não ostentar qualquer caráter de revolucionamento.

Há os que insistem em acreditar mais no legado teórico do que na dinâmica de transformação material da classe trabalhadora, promovendo o que chamo de *resistência da teoria*. Ainda que imbuído de sentimentos dos quais compartilho, de superação do estágio vigente, não é formulando as perguntas erradas que se chegará às respostas corretas. Ricardo Antunes (2010, p. 202), por exemplo, reconhece que a classe trabalhadora brasileira está fragmentada, heterogênea, com expansão do setor de serviços em detrimento do industrial, e ainda assim propugna o que chama de “classe-que-vive-do-trabalho” como motor emancipatório²⁴.

Esta categoria tem sua evidência restrita ao aspecto econômico da posição social, no entanto, é completamente falha por imaginar que pertencer a uma classe é um fator preponderantemente objetivo. Se existe uma fragmentação, heterogeneidade, não será no exercício de abstração que a classe irá se aglutinar. Antunes não se preocupa, em nenhum momento, em investigar os fatores que confluíram para que a classe trabalhadora esteja subjetivamente integrada ao modo de produção capitalista. Isso se deve ao fato de que a sua visão tem por premissa um critério de *imputação objetiva da vontade*. Nessa perspectiva, não

²⁴ Classe-que-vive-do-trabalho teria como objetivo conferir validade contemporânea à classe trabalhadora marxiana, incluindo a totalidade dos que vendem a força de trabalho, abrangendo desde o trabalho manual direto até o trabalho improdutivo, não obstante mantenha a centralidade do setor industrial (ANTUNES, 2010, p. 100-104). Concordo com a crítica dirigida por Jacob Gorender (1999, p. 169): “Não se percebe o que poderia unir, no conceito de classe social, segmentos tão diversos. Tampouco de nada adianta fazer um adendo e reportar-se à *classe-que-vive-do-trabalho*, uma vez que também aí se misturam categorias extremamente distintas e até mesmo opostas”.

importa o que o trabalhador pensa de si, mas o que será obrigado a fazer de acordo com o que seria a sua missão histórica²⁵.

Ricardo Antunes chega a reconhecer a inexistência do elemento *pertencimento*²⁶, mas dele não se ocupa detidamente, justamente porque o prevalente é a posição ontológica do ser, aguardando ansiosamente pelo movimento do em-si / para-si²⁷, cuja centralidade ainda seria do trabalhador fabril mesmo em declínio numérico, fazendo com que tenha baixa representatividade no contingente da classe. É possível sustentar a existência de uma “classe-que-vive-do-trabalho” no plano infraestrutural, examinando as relações de trabalho. Todavia, essa categoria não tem evidência empírica em um aspecto central para a conformação e validade analítica da classe trabalhadora: *o pertencimento*.

Esse critério de imputação objetiva da vontade tem como fundamento a posição que o trabalhador se encontra na esfera produtiva, ao passo que é detentor exclusivamente da força de trabalho. Isso resultou, à medida que o capitalismo se desenvolveu, num apagamento da esfera autônoma de subjetividade do trabalhador, visto que houve a focalização apenas nas relações “infraestruturais”. O processo revolucionário dependeria apenas da formação da consciência, isto é, o movimento do em-si / para-si para os que seguem a ontologia lukácsiana, pois a posição econômica do trabalhador traria consigo valores e potenciais de rompimento com a ordem estabelecida que já estariam inscritos na sua própria posição social e econômica²⁸.

Ainda que tenha uma visão restrita ao âmbito do local e das práticas de trabalho flexível e precário, Giovanni Alves (2014, p. 87-90; 121) aponta para o fenômeno da “dessubjetivação de classe”, fazendo com que a consciência de classe seja uma espécie em extinção. O resultado dessa ofensiva do capital seria percebido a partir da desvalorização das práticas coletivistas e ideais de solidarismo (bases de atuação do sindicato e partido político),

²⁵ “Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do que o proletário é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente determinadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual” (MARX; ENGELS, 2013a, p. 49).

²⁶ “A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução *no* trabalho, *do* trabalho e *pele* trabalho. Mas é um empreendimento societal mais difícil, uma vez que não é fácil resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital e suas formas de dominação [...] procuram mascarar e nublar” (ANTUNES, 2010, p. 203).

²⁷ “A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas anda não o é para si mesma. Na luta, [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesse de classe” (MARX, 2011, p. 190)

²⁸ É sabido que a fórmula “em-si” e “para-si” é adotada, quase literalmente, de Hegel (2014, p. 298): “Na razão *observadora*, a pura unidade do *Eu* e do *ser*, do *ser-para-si* e do *ser-em-si*, é determinada como *Em-si* ou como *ser*, e a consciência da razão *se encontra*. Mas a verdade do observador é antes o suprassumir desse instinto que encontra imediatamente, desse ser-aí-carente-de-consciência. [Na razão ativa], a *categoria intitulada*, a *coisa encontrada*, entram na consciência como o *ser-para-si* do *Eu*, que agora se sabe como *Si* na essência objetiva”.

espraiando-se na vida cotidiana os ideais individualistas de bem-estar como produto do sucesso pessoal, mensurado com arrimo em um critério eminentemente econômico. O diagnóstico, por mim compartilhado, é duro, pois resulta na corrosão “dos espaços públicos enquanto campo de formação da consciência de classe contingente e necessária, e, portanto, do em-si e para-si da classe social como sujeito histórico” (ALVES, 2014, p. 90).

O equívoco é imaginar que o “em-si” da classe carregaria todos os elementos necessários à superação do capitalismo, bastando o movimento da consciência, a ser mediado pelo partido, a fim de que o “para-si” se desenvolvesse. Não parece prudente questionar por que o “para-si” da classe trabalhadora não pode ser, de modo algum, aceitar a sociabilidade imposta pelo capital, a partir da arregimentação da sua racionalidade? Se a classe trabalhadora se identifica mais com os valores propugnados pela classe dominante, nutrindo adoração pelos bens de consumo ofertados, por que supor que o “para-si” é necessariamente assumir uma postura crítica em relação ao capitalismo?

A restrição metodológica que focaliza as relações econômicas para compreender a dinâmica da classe trabalhadora, aliada ao intento de enxergar na realidade os elementos da sua própria superação, geram o completo apagamento do *status* real do(a) trabalhador(a). Nessa ótica, pouco importa que a classe trabalhadora incorpore os valores da classe dominante e não sinta qualquer repulsa em relação aos bens materiais que são produtos da espoliação da força de trabalho, os quais constituem objetos de cobiça. Essa dimensão de amoldamento da classe trabalhadora à lógica de reprodução do capital não tem o menor sentido para alguns “ontologistas”, como se observa em Mészáros (2011, p. 68): “Devido ao antagonismo estrutural entre capital e trabalho, qualquer discurso sobre a ‘integração’ ou ‘aburguesamento’ do proletário [...] é uma contradição nos termos, não importa que tipo de intenção política possa estar por trás disso”.

Em algum momento esse impasse tem que ser equalizado, todavia, não por meio de uma reiteração de uma análise social estritamente objetiva. Como defende Slavoj Žižek (2012b, p. 162): “pertencer a uma classe nunca é um fato social puramente objetivo e é sempre o resultado da luta e do engajamento subjetivo”. Essa assertiva não deve ser lida na direção exacerbada de reduzir a importância do elemento essencial, de ser faticamente integrante, sob o enfoque das relações econômicas, da classe trabalhadora. No entanto, tampouco se pode minorar o papel igualmente relevante que a subjetividade exerce para que a própria noção de classe social tenha validade analítica.

É somente à medida que dada pessoa se identifica como classe que ela porta em si a potência revolucionária que lhe foi atribuída, residindo justamente nesse ponto a fraqueza

maior em se pensar a superação do modo de produção capitalista. O que deve ser ceifado, portanto, é uma espécie de lugar-comum teórico que Axel Honneth (2017, p. 61) chamou de “autorreferencialidade”; ou seja, a prática de identificar na realidade um movimento coletivo que justificasse os próprios prognósticos. Não se pode supor, antes de uma criteriosa análise do contexto histórico-político, que os objetivos teóricos estão dispostos na realidade na figura de um sujeito emancipador (proletário) perene, que se presume ter interesse no processo revolucionário²⁹.

O resultado é o apagamento arbitrário da verdadeira composição heterogênea, bem como os seus reais interesses difusos, passando a incidir tão somente o método de imputação objetiva da vontade. Wilhelm Reich (2015b, p. 15) já havia denunciado esta postura ao afirmar que os marxistas “Em vez de deixar seus pensamentos e atos partirem da realidade, ele transporta essa realidade para a sua fantasia, de modo que ela corresponda aos seus desejos”. Afasto-me por completo das visões “essencialistas”, como a de Jaime Osorio (2014, p. 135), que chega a afirmar que o pertencimento a uma classe é um assunto puramente objetivo, colocando em questão “que as classes sociais somente se constituem como tal caso se desenvolva uma consciência de pertencimento, de modo que a própria existência das classes passaria a ser um elemento subjetivo”.

Nunca esteve inscrito, senão por uma atribuição racional, que o ser da classe trabalhadora, pela sua posição material, revela a superação das bases econômicas existentes. O que tornou o socialismo uma ameaça real, por um longo período da história, foi a capacidade de responder aos problemas gerados pelo capitalismo, em pormenor no tratamento conferido à classe trabalhadora. A partir de o momento em que o Estado politizou a luta de classes, estabelecendo as regras da disputa, a contradição que permanecia na esfera econômica encontrou balizas para o confronto. A classe trabalhadora, por sua vez, passou a incorporar o mecanismo político de reivindicar dentro desses marcos limítrofes.

Abandonando a insígnia de discípulo de Louis Althusser, Bernard Edelman (2016, p. 147-149) anunciou que cada conquista da classe trabalhadora na esfera do Direito resultou num processo de integração à ordem do capital. A burguesia, ao elaborar uma teoria e prática dos espaços políticos e de poder, encarcerou a classe operária ao Estado e à empresa, para

²⁹ Ainda que nos estudos seguintes tenha agregado elementos de compreensão do proletário como também integrante e justificador do capitalismo, suponho que permaneça a crença inicialmente esposada acerca da sua tarefa de redenção: “Sua afirmação [de Marx] de emancipação humana, da superação da ‘pré-história da humanidade’ é a possibilidade de superar o estranhamento [...]. Acontece que, como foi visto, isso passa pela superação da forma capitalista de sociedade [...]. É, portanto, no terreno desta sociedade concreta que a luta pela emancipação humana se dá, e é numa classe particular nesta sociedade que se encontra esta possibilidade: o proletariado” (IASI, 2002, p. 221).

manter a boa ordem das coisas. Ao “legalizar” a classe operária, melhorando as condições de trabalho, ela foi amordaçada, repaginando a oposição capital x trabalho em compromisso mútuo, cujo preço político foi o abandono da ambição revolucionária. De certo modo, o partido que possui maior base social, o Partido dos Trabalhadores, foi completamente absorvido por esta lógica, ao ponto de a sua principal liderança, o ex-presidente Lula, entregar-se à “justiça” mesmo considerando que seria uma perseguição política porque iria ser candidato à presidência em 2018.

Seguindo caminho diverso, Jürgen Habermas (2016, p. 633) coloca em questão a possibilidade de formação da consciência de classe, diante da mediação de conflito estatal: “tendo em vista a pacificação do conflito de classes pelo Estado social e levando em conta que a estrutura de classes já não é focalizada normativamente, a teoria da consciência de classes perde a sua referência empírica”. A heterogeneidade não é somente em relação aos integrantes da classe trabalhadora diante de posições sociais diversas, complexas e em constante câmbio, senão das próprias pautas que emergem desta sociabilidade, que não se restringem à questão do trabalho. Particularizam-se na base social questões identitárias de raça, gênero, patriarcalismo, étnicas etc., que embaraçam as espoliações meramente classistas e passam a ter relevância no cenário político.

O grande levante dos caminhoneiros em 2018 demonstrou que não se tratava de uma luta classista ou exibiu qualquer consciência de classe, senão sectária, inclusive em comunhão com os interesses de empresários. A reivindicação não foi por melhores condições de trabalho, que em si já seria uma demanda para aprimorar a exploração da força de trabalho, constituindo o “para-si” a redução do preço do combustível. A neutralização do movimento foi com o governo federal cedendo, havendo mediação do Estado como forma de neutralização, gerando a queda do presidente da Petrobrás, no entanto, sem nenhuma alteração no metabolismo de reprodução do capital. Não se pode confundir uma demanda que tem base material concreta, como a dos caminhoneiros, como se fosse um levante de uma classe na direção da superação do sistema econômico, o qual jamais pautou o debate das reivindicações.

De toda sorte, o aspecto mais problemático reside no fato de a classe trabalhadora reproduzir o modo de pensar dominante, não sentindo ojeriza à riqueza ostentatória, fazendo dela inclusive objeto de cobiça, ao incutir a ideologia do esforço pessoal como possibilidade, mesmo que abstrata e ideal, de alcançá-la. É uma tarefa extremamente árdua pretender que o trabalhador reconheça a si como tal, ou nutra afinidade com os demais que compartilham da mesma condição, pois isso representaria a encarnação negativa do valor social dominante, sendo o consumo desmedido de bens materiais a antonomásia do bem-sucedido.

A realização pessoal não se encontra no compartilhamento das vivências da situação objetiva de classe, mas no desejo de um dia ascender à condição de classe dominante³⁰. Esses elementos de conformação subjetiva repaginam por completo o projeto político revolucionário, ao passo que representam o engajamento subjetivo do trabalhador na reprodução consentida do capital. Esse foi o ditame seguido pelo Militante Político A, ao opinar acerca do capitalismo: “É o único modo de produção em que uma pessoa pode criar, do nada, um império, e onde quem batalha e se destaca pela competência tem o sucesso garantido”.

Ludwig von Mises (2010, p. 59-61) afirma que o que mais se critica em nossa sociedade é a desigualdade na distribuição de renda, sendo muitas vezes considerada a charlatã solução de igualdade na sua distribuição. Mises defende inclusive que os bens de luxo têm uma função relevantíssima ao sistema de cooperação social, que seria estimular a indústria a fornecê-los ao maior número de pessoas, bem como despertar na multidão o desejo por novas necessidades. Por mais estarrecedor que isso pareça para o pensamento crítico, é preciso assumir que, ideologicamente, isso funciona.

Como dito, pertencer à classe trabalhadora nunca é uma questão estritamente objetiva, mesmo que efetivamente – do ponto de vista das relações de produção econômica – a pessoa se encontre como tal. Nesse aspecto, o papel de transformação social que é atribuído à classe trabalhadora no período neodesenvolvimentista (2003-2016) sofreu reveses. A par dos autores que enxergam tão somente continuidades entre a fase antecessora de regência do neoliberalismo³¹, entendo que houve alterações na definição do papel da classe trabalhadora e da sua conformação subjetiva aos ditames do capital.

Parece plausível reconhecer que existe uma premissa compartilhada entre os projetos neoliberal e o neodesenvolvimentista, qual seja, a aceitação do modo de produção capitalista como estruturante das relações sociais. No entanto, isso não tem como reflexo que o papel destinado à classe trabalhadora, bem como à conformação da sua subjetividade se opere nos mesmos moldes. O neoliberalismo tem como racionalidade norteadora a máxima da *individualização*, cuja biografia é tarefa a ser constituída em primeira pessoa, a qual é gerida

³⁰ “O resultado é que os membros de cada camada aceitam como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal. Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito” (VEBLEN, 1983, p. 41).

³¹ Francisco de Oliveira (2018, p. 66) defende que o ciclo neoliberal, iniciado com Fernando Collor, passando por Itamar Franco e FHC, teve continuidade no período Lula. Por sua vez, Renato dos Santos Paula (2016, p. 266) entende que houve uma nova roupagem do neoliberalismo no período Lula, o que autorizaria falar em *neoliberalismo à brasileira*.

na qualidade de “capital humano”³². O sucesso e o fracasso dependem unicamente das escolhas que são feitas individualmente, fazendo com que a noção de classe social seja relegada a um plano secundário e irrelevante, pois no mercado competitivo o que vale são as posturas assumidas em primeira pessoa.

Grande parte da perda da evidência sociológica das classes sociais se deve ao modo pelo qual é difundida a ideologia meritocrática, cujos valores são assimilados e repetidos pelos integrantes da classe trabalhadora. Ao invés de o processo de subjetivação ser operado levando em consideração os fatores de identidade comum, buscando os traços de similaridades que unem os trabalhadores, o direcionamento é justamente no sentido diverso, para que enxergue em si as aptidões que irão diferenciá-lo em um mercado que tem por primado a árdua concorrência. O elemento “risco” deve ser encarado como oportunidade, em um jogo que a diferença socioeconômica é naturalizada à medida que assenta a ideia de ser resultado das escolhas individuais.

O neodesenvolvimentismo manteve diversos desses elementos constituintes do protótipo de trabalhador desejado pelo modelo neoliberal, entretanto, cunhou uma desfiguração ideológica da classe trabalhadora, sobre a qual é atribuída a alcunha de “nova classe média”³³. Muito mais como fruto do “marketing” político do que de uma situação econômica qualitativamente diversa, os governos petistas aceitaram as regras concorrenciais do mercado, promovendo a ascensão social de alguns setores pobres da sociedade por meio do consumo. Houve um processo de “inclusão dirigida”, denominando-se nova classe média os sujeitos que passaram a consumir bens materiais antes inacessíveis, ou com acesso mais restrito, a fim de que se reportassem aos seus “criadores” o resultado do esforço em obtê-los, cujo mérito deve ser ao menos dividido com o governo.

A racionalidade neodesenvolvimentista despertou uma empatia social através do consumo, fazendo com que o integrante da dita nova classe média dissesse: “isso foi Lula (ou

³² “É nesse campo [reprodução social] que a destruição criativa do capital manifesta seu aspecto mais traiçoeiro, promovendo um consumismo alienado e formas individualistas de vida que conduzem a nada menos do que a cobiça egoísta, grosseira e competitiva, ao mesmo tempo que atribui a suas vítimas a responsabilidade pela situação difícil em que se encontram quando não conseguem (como é inevitável) construir seu capital pretensamente humano” (HARVEY, 2016, p. 181).

³³ A desfiguração ideológica por ser observada nas palavras do economista Marcelo Neri (2010, p. 14), que cunhou a expressão “nova classe média”, ao apontar que seria a classe dominante política e economicamente: “Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 94,9 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 50,5% da população. Isto significa que a nova classe média [...] poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. [...] esta também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentram mais de 42,24 do poder de compra dos brasileiros em 2009 [...] superando as classes AB estas com 44,12% do total do poder de compra”. CF. BELLO; MASCARELLO; KELLER (2014).

Dilma) que me deu”. Resultante da tentativa – que hoje se sabe fracassada – de promoção de uma pretensa aliança de classes, a nova classe média representava a própria despolitização da noção de “classe trabalhadora”, a qual carrega consigo a carga histórico-valorativa de tantos anos de luta para a sua afirmação. O integrante da nova classe média é obrigado a competir no mercado de trabalho com as mesmas regras anteriores, todavia, diante de uma política governamental de valorização do salário mínimo e incentivos fiscais específicos para segmentos econômicos, passando a consumir bens materiais antes com acesso dificultado.

Enquanto o sujeito que assimila a racionalidade neoliberal credita as suas conquistas exclusivamente ao esforço e empenho próprio, o trabalhador que reproduz a ideologia neodesenvolvimentista compartilhou os méritos com os então mandatários do poder (Lula e Dilma). O suporte social de manutenção do PT não foi lastreado na arregimentação da classe trabalhadora, em prol da sua unidade e formação de consciência, incentivando que contestasse a sua posição de subalternidade em relação aos detentores do capital. Na via oblíqua, criaram-se políticas de incentivo de inclusão da nova classe média ao metabolismo central de sua reprodução: o consumo. A pergunta que resta é: como imaginar que consumir mais poderá repercutir no desejo de superação do sistema econômico?

Seguindo estritamente a racionalidade neoliberal, o Entrevistado Político A, quando perguntado se a sua vida tinha melhorado ou piorado durante o governo petista, respondeu que: “[...] permaneceu estável. Minha vida não depende do Governo, depende do meu suor, dos meus méritos, das minhas noites de sono que perdi trabalhando. Então acho que é indiferente o papel do Governo na minha vida em particular”. Ao seu turno, o Entrevistado Militante A respondeu que: “Melhorou, melhorou. Mas não por causa do Governo”. Assumindo a racionalidade neodesenvolvimentista, a Entrevistada Militante B afirmou que: “eu era jovem, né? Mas, pros meus pais, óbvio que sim. [...] e Lula e Dilma eu acho que foram pra levantar muito o Brasil”.

A crise econômica que se seguiu ao início do segundo mandato de Dilma Rousseff foi crucial para que o projeto neodesenvolvimentista tivesse o seu termo antecipado, visto que a sua sustentação dependia da capacidade de consumo da nova classe média. Uma vez fracassado o projeto do ponto de vista econômico, com o aumento do desemprego há o esfacelamento da ficção que constituiu ser integrante desta “nova classe”. O desejo pelo retorno de Lula, em 2018, toca diretamente ao fato de que algumas pessoas enxergaram aquele momento como pessoalmente bom, porque tinham a capacidade de acessar bens materiais graças as políticas governamentais.

O elo entre a racionalidade neodesenvolvimentista e neoliberal está na continuidade do fenômeno da individualização. O trabalhador não se posiciona diante da realidade como integrante de uma classe, constituindo a luta diária pela sobrevivência uma tarefa a ser exercida em primeira pessoa seguindo o espírito da competição. A “radicalização do eu” faz com que o sucesso ou o fracasso sejam produtos das escolhas individuais, prescindindo de qualquer mediação identitária como a classe, que é condicionada a perder a sua evidência quando ausente o elemento pertencimento.

Os agentes tradicionais de formação da consciência de classe não possuem penetração social, como é o caso dos partidos e sindicatos, havendo uma notória crise de representatividade política. O socialismo não aparece como resposta aos problemas engendrados pela própria ação metabólica de reprodução do capital, em um processo que a consciência não aponta, sob nenhum vértice, para além das fronteiras demarcadas pelo capitalismo. A classe trabalhadora que assente com a ideologia do mérito, é contra a “invasão” de terras, taxando como baderneiros muitos dos militantes de partidos políticos e movimentos sociais. Mesmo que fruto da indústria cultural conservadora, esses são elementos que conformam o ser subjetivo da classe, impedindo que os levantes massivos sejam para questionar a ordem vigente.

Vive-se o dilema da consciência que não repousa sobre a classe, à medida que a individualização, incorporada subjetivamente pela classe trabalhadora, arquitetou a autorreferencialidade como postura natural diante da realidade. Esse fenômeno é desaglutinador do ideário que propugna a junção da classe em larga escala, pois não é o reconhecimento como classe que permite acessar o ideal social. O arquétipo dominante e socialmente desejável é da pessoa que, rompendo as barreiras das dificuldades, obtém sucesso e se torna um profissional reconhecido.

De certa forma, não deveria causar tamanho espanto, ou desconsertos teóricos, a circunstância de que a consciência de classe perdeu gradativamente a sua relevância sociológica para impulsionar o processo revolucionário, que sequer está inscrito no horizonte. Karl Marx, ao examinar a acumulação primitiva de capital, assim já tinha se manifestado acerca do fenômeno:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. [...] No envolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência (MARX, 2014, p. 808).

Existe um procedimento estruturalmente e ideologicamente montado para que as desigualdades sejam naturalizadas, e a acumulação de riqueza ao invés de despertar um sentimento de ódio, sirva como combustível para alimentar o esforço em alcançá-la. Esse esquadrinhamento é produto da ascensão de uma classe que firmou os seus valores como dominantes, sendo o grau de consciência respectivo resultado de anos de supremacia hegemônica do capital. O que é, de fato, profundamente anti-histórico é propugnar que as pessoas vão se insurgir contra uma consolidação ideológica que acompanha a ascensão de uma classe, que carrega consigo o peso de vencer tradições e ideários antes vigentes.

O recrudescimento dos limites emancipatórios por ausência de subjetividade, bem como pela formação de consciência de classe, atinge em cheio o projeto político de transformação marxiano. A tarefa consiste em assimilar as derrotas impostas à classe trabalhadora que assim não se reconhece, procurando caminhos e ações que oxigenem a luta contra o metabolismo de reprodução do capital. A ascensão do conservadorismo no contexto de Golpe procura macular, a todo custo, o legado de Marx e do marxismo como fonte de inspiração às mais diversas lutas sociais. De certa forma, os vivos que dominam nunca estão à salvos enquanto não soterrarem os espíritos revolucionários dos mortos, constantemente avivados pelos que não naturalizam as desigualdades e cujo clamor por libertação não constitui uma chama de fácil apagamento.

O estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil já naturalizou a sua condição como modo de produção hegemônico. A força de trabalho continua sendo sugada com a mesma voracidade de outrora, agora com mais requintes de crueldade, ao passo que a sujeição passa, por vezes, a ser desejada como meio de galgar reconhecimento social. Para não esquecer do começo, enxergar a realidade com os olhos de Marx não significa necessariamente reproduzi-la tal qual a enxergou na sua existência, mas olhá-la como hoje se apresenta e com os desafios renovados pela submissão da classe trabalhadora aos ditames do capital.

Como lembra Marx (2014, p. 373), associando a um poema de Heine Heinrich, o capitalista continua sendo a *serpente das aflições* da classe trabalhadora, o parasita que não deixa o trabalhador enquanto houver uma gota de sangue, um nervo, um músculo em movimento a seu favor. Ocorre que, a forma de se proteger era através da unidade como classe para limitar a sua ação. Uma vez libertadas ideologicamente as amarras da classe e da sua consciência, a serpente tem livre trânsito para impor a sua dominação e racionalidade, não se encontrando socialmente evidenciável as forças que se consubstanciam em freios eficazes.

No limiar deste século, a questão aberta é: quem carregará o antídoto necessário para convalescer dos males causados pela serpente das nossas aflições?

3.2 A redimensionalização da luta de classes no período neodesenvolvimentista

3.2.1 Desvio teórico I: o “etapismo” e natureza da dominação social no capitalismo

Luta de classes é uma categoria que sofreu uma espécie de banalização semântica, visto que passou a denominar quase toda e qualquer contradição ínsita ao movimento de reprodução do capital. Domenico Losurdo (2015, p. 67) fala, por exemplo, que seria uma teoria geral do conflito social, abarcando inclusive a libertação das nações oprimidas. Acredito que, em Marx, os contornos não são tão amplos, confundindo-se, por um lado, com o que se denomina de concepção materialista da história e, por outro, de socialismo científico (ENGELS, 1985a, p. 148-149).

O manuscrito do volume III de “O Capital”, organizado por Friedrich Engels, foi interrompido no capítulo 52, justamente quando do exame das classes sociais no capitalismo. Marx (2017, p. 947) chega a questionar: “o que vem a ser uma classe?”, no entanto, a resposta não sobreveio em vista do encerramento do alfarrábio. A imprecisão deixada no âmbito teórico tem um sentido maior caso se examine o ponto de partida e o possível ponto de chegada. Engels (1982, p. 542), ao realizar uma resenha da obra de Marx “Para a Crítica da Economia Política”, bem ilustrou como esta se inicia com a mercadoria, no entanto, o que parece ser uma relação entre coisas, na verdade é entre pessoas, sendo, em última análise, uma relação entre classes.

Essas classes no estágio do capitalismo não estariam dispostas de forma aleatória, ao passo que a contradição inicial, que se manifesta na mercadoria, esconderia a própria superação do modo de produção em si. Marx jamais reivindicou para si a criação da categoria de luta de classes, atribuindo a historiadores e economistas burgueses, sendo que a sua inovação teria ocorrido nos seguintes termos, conforme carta enviada em 1855:

No que me diz respeito, não cabe a mim o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas burgueses a anatomia económica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1. demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção*; 2. que a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3. Que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes* (MARX, 1982a, p. 555).

Por mais atraente e convincente que esta leitura seja, os delineamentos da luta de classes nos períodos sucessores não confirmaram as previsões iniciais de que o socialismo surgiria nos países em que o capitalismo teria alcançado um grau mais avançado. A constatação feita por um conservador deve ser assimilada criticamente: “essa luta de classes eclodiu somente onde os intelectuais foram capazes de fomentá-la – na Rússia com Lenin e na China com Mao, países que não possuíam uma verdadeira classe trabalhadora urbana” (SCRUTON, 2015, p. 73). Constitui uma simplificação grosseira supor que as revoluções foram frutos da ação de intelectuais, despida de qualquer elemento de opressão ou base material. De toda sorte, o que deve ser atentado para o argumento é que as revoluções não acompanharam as previsões marxiana, i.e., por ação do proletário fabril e da evolução das forças produtivas materiais.

Diante da centralidade conferida ao proletário fabril na obra marxiana, por muito tempo vigorou uma interpretação de que o processo revolucionário socialista seria carecedor de “pré-condições”, sendo fulcral a existência de uma sociedade calcada em relações urbano-industriais, responsáveis por desenvolver as forças produtivas materiais que contemplam em si os elementos contraditórios necessários à sua superação. José Paulo Netto (2012, p. 22-24; 27; 79), aparentemente, adere a essa visão ao defender que a Revolução Russa ocorreu sem que estivessem implementados esses requisitos elementares da projeção marxiana, fazendo com que esta experiência de “socialismo real” tenha fracassado.

Segundo a leitura proposta, houve uma espécie de “crise estrutural” na formação do processo revolucionário, tendo em vista que o Estado, fundido com o aparelho partidário, teria comutado o protagonismo que deveria ser dos trabalhadores, os quais seriam conduzidos pela “realização de tarefas que historicamente configuram [...] as *condições* para a supressão da ordem burguesa” (NETTO, 2012, p. 22). Ao invés de supor que o acontecimento político tinha um problema de formação, parece-me mais acurado imaginar que a debilidade não está na realidade, senão na teoria que a pensou. Há uma inversão entre o papel da teoria na orientação da prática à medida que não se pode negar a validade desta porque não seguiu o caminho trilhado por aquela.

O protagonismo da classe trabalhadora urbano-industrial não passa de uma *atribuição* da teoria marxiana, tal qual seus fundadores enxergavam na sua conjuntura, não podendo se confundir com os processos históricos reais e seu desenvolvimento efetivo no curso da história. Os marcos de configuração da subjetividade revolucionária nunca é um dado prévio a qualquer processo, somente sendo aferível em momentos de ebulição social. Há uma frase de José Paulo Netto ainda mais polêmica, à luz das novas fontes disponibilizadas acerca da

fundamentação do marxismo em relação à Rússia: “Com efeito, a Rússia czarista não apresentava as condições que Marx supunha necessárias para a consecução da revolução proletária: um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e uma classe operária” (NETTO, 2012, p. 23).

Reside aqui uma antiga discussão no âmbito marxista acerca da necessidade de constituição do proletário como pré-condição revolucionária, cuja polêmica se pode denominar de “etapismo”. A disponibilização recente de textos de Marx e Engels que examinaram essa questão à luz da luta de classes na Rússia, revelou uma disparidade de leitura entre ambos. Marx objetou que sua teoria, tal qual exposta em “O Capital”, fosse histórico-filosófica (supra-histórica), cujo curso geral antecipa situações que serão fatalmente impostas a todos os povos, independentemente do seu arranjo social. Marx estava examinando uma análise localizada, situada geográfica e historicamente, principalmente concentrando atenção à Inglaterra.

A questão que havia sido colocada era se a Rússia deveria destruir a comuna rural, fomentando a aquisição por burgueses, para antecipar a passagem ao regime capitalista, ou se poderia abreviar o sofrimento infligido por este sistema e avançar na construção do socialismo partindo das bases existentes. Karl Marx, em 1877, alertou que, para sanar esta irresolução, primeiro assumiu a tarefa de aprender o idioma russo e, posteriormente, estudou as publicações disponíveis acerca da temática, chegando à seguinte conclusão: “se a Rússia prosseguir no rumo tomado depois de 1861, ela perderá a melhor chance que a história já forneceu a um povo, para, em vez disso, suportar todas as vicissitudes fatais do regime capitalista” (MARX *in* MARX; ENGELS, 2013b, p. 66).

A mesma indagação foi dirigida por Vera Zaslitch, em 1881, a qual questionou Marx se os socialistas revolucionários deveriam empenhar esforços à libertação da comuna para operar em bases coletivistas, ou aguardar quantas dezenas de anos para as terras passarem à burguesia, a fim de que em algumas centenas de anos o capitalismo possa atingir na Rússia o mesmo estágio da Europa ocidental. Em sua resposta, que aparentemente nunca chegou à destinatária, Marx refere que a sua análise da acumulação primitiva, feita em “O Capital”, já tinha por base a propriedade privada sobre a terra, fator diametralmente oposto à situação da Rússia. Segundo Marx, a Rússia teria condições únicas, onde a “comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento de produção coletiva em escala nacional” (MARX *in* MARX; ENGELS, 2013b, p. 89).

Essa visão delineada por Marx fez com que, no prefácio à edição russa do “Manifesto Comunista”, de 1882, ele e Engels tenham retomado o ponto. A resposta conjunta foi que: “se a revolução russa se constituir no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX; ENGELS, 2013b, p. 125). Posteriormente, em 1894, Engels abandonou esta ideia, defendendo que a vitória do proletário industrial europeu contra a burguesia configuraria uma pré-condição necessária para alçar a comuna russa ao mesmo estágio. Friedrich Engels passou então a assumir uma visão claramente “etapista”, ao aludir que:

Somente quando a economia capitalista tiver sido superada em sua pátria e nos países em que floresceu, somente quando os países atrasados virem através desse exemplo “como se faz”, como se coloca as modernas forças produtivas da indústria a serviço da coletividade na forma de propriedade social, só então eles poderão encetar esse processo abreviado de desenvolvimento. [...] E isso vale para todos os países do estágio pré-capitalista, não apenas para Rússia” (ENGELS *in* MARX; ENGELS, 2013b, p. 134).

Os processos revolucionários levados a cabo na história mundial caminharam na contramão do defendido por Engels, pois não foi necessário seguir o exemplo dos países que experienciaram o capitalismo desenvolvido de modo inicial. A luta de classes, nessa visão, conduziria necessariamente à superação do capitalismo, cuja fase intermediária seria a ditadura do proletariado. À essa altura, é sabido o exagero histórico dessa perspectiva, ao passo que as contradições de classe, estas sim insolúveis no estágio do capitalismo, não podem ser simplesmente entendidas como atos processuais de um revolucionamento que estaria sempre em curso.

Há um evolucionismo historicista presente na obra de Marx, de caráter otimista, que rapidamente se configurou como núcleo duro da “ortodoxia”. O afamado prefácio da “Crítica à Economia Política” deveria ser lido despido da efusividade que mantém a crença da superação social imanente³⁴. Afirmar que a sociedade somente se coloca tarefas que tem

³⁴ “O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. [...] Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido

condições de resolver não parece ser a aposta mais convincente, diante de um contexto de extrema dominação hegemônica do capital, em que não há em parte alguma uma faísca de socialismo capaz de explodir um processo revolucionário, tal qual experimentado no século XX.

Toda existência de posição social associada a determinada classe (como ser classe trabalhadora atualmente), já é o resultado de uma prévia existência de luta de classes³⁵, ao menos em um país central, pois o proletário brasileiro não foi forjado aos moldes de uma luta de classes no sentido marxiano. A questão é que isso não significa que a todo e qualquer momento os sujeitos que se posicionam na relação de produção de forma contraditória, como capitalista e vendedor da força de trabalho, estejam em um duelo constante que visa à totalização do polo mais fraco³⁶. O âmago da luta de classes no capitalismo é marcado por uma dominação de caráter diverso das formações sociais e econômicas antecessoras, fazendo com que não se possa pensar a dominação social nos mesmos termos.

No escravismo colonial ainda havia o exercício da *dominação pessoal*, cuja subordinação era exercida em decorrência da raça negra, fazendo com que o escravo fosse uma coisa. O proprietário do escravo poderia geri-lo livremente, ainda que possuísse aptidões humanas, as quais eram reconhecidas somente sob certa condição. Como lembra Jacob Gorender (2011, p. 94), o primeiro ato humano do escravo é o crime, sendo visto como sujeito de delito antes de sujeito de direito.

No contexto europeu, o poder absoluto exercia a dominação pessoal na figura do monarca, o qual ostentava um dirigismo entregue por Deus como mecanismo de manutenção da ordem social. A doutrina da infalibilidade do soberano tem como suporte ideológico a fundamentação teológico-naturalista e personalista, entendendo que as pessoas não têm em si condições de se autogovernar (MARCUSE, 1981, p. 118). Segundo Marx (2014, p. 156), na Idade Média, ao invés de pessoas independentes “encontramos homens dependentes – servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre ela”.

chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução” (MARX, 1982b, p. 530-531).

³⁵ “Todas as sociedades civilizadas são sociedades de classes, mas, antes do capitalismo, sua estrutura de classes era distorcida pelas outras ordens hierárquicas (castas, estados etc.); só com o capitalismo, em que os indivíduos são formalmente livres e iguais, destituídos de qualquer vínculo hierárquico tradicional, a estrutura de classes aparece ‘como tal’” (ŽIŽEK, 2012b, p. 156).

³⁶ A dissolução da ordem feudal na Europa não foi fruto da luta de classes dos personagens históricos que se “auxiliavam” na manutenção da ordem, sendo necessário o surgimento de uma classe – burguesia – que no seu modo de produzir despertasse o antagonismo econômico que foi o motor da dissolução do feudalismo.

No capitalismo é rompida a dominação pessoal à medida que é pré-condição econômica a faculdade de dispor livremente da força de trabalho, com a celebração de um contrato privado que pode ser extinto desde que cumpridas algumas formalidades. No seu nível mais essencial, o que caracteriza o capitalismo não é a sujeição do trabalhador em relação ao empresário, ainda que este seja reconhecido como autoridade que pode controlar, por determinado número de horas, as atividades por aquele exercidas. Como aponta Moishe Postone (2014, p. 46; 186-189), a dominação social no capitalismo não tem centralidade na subordinação de pessoas por outras pessoas, mas na dominação destas por *estruturas abstratas* por elas próprias constituídas.

Ainda que critique Postone aqui e ali, Slavoj Žižek (2012a, p. 17) anui que a dominação do capitalismo está inscrita no próprio funcionamento da economia, permitindo que haja liberdade pessoal e igualdade jurídica formal, por não ser necessária violência extraeconômica para sua reprodução. Isso significa, em outros termos, que o proletariado não representa um “contraprincípio” social do capitalismo. O sujeito histórico do capitalismo é o próprio *capital*, que subordina conjuntamente as classes antagônicas a interagirem para produção, realização e reprodução do mais-valor³⁷. A concretização do socialismo não significa a totalização do proletário a fim de reapropriar para si o produto do trabalho que se esvai para outrem, senão a sua própria abolição com a extinção do trabalho abstrato na produção do valor, circunstância que não encontra respaldo nas demandas reivindicadas pelas lutas sociais contemporâneas.

A luta de classes travada entre o trabalhador e o empresário, no mais das vezes, traz consigo postulados de melhoras às condições de exploração da força de trabalho, tornando o capitalismo “organizado” pela mediação estatal-legal. A dominação que se opera não é pessoal, visto que os próprios integrantes da classe dominante são cambiantes e o trabalhador não se sujeita eternamente ao mesmo empregador. Em tese, ainda que de forma limitada, existe brecha à ascensão social, fazendo com que o trabalhador passe a exercer a função de empresário. No seu nível mais elementar, portanto, o que grava o modo de produção capitalista é a formação de uma estrutura abstrata de dominação, cujo personagem central é o capital, que para se reproduzir carece das personificações antagônicas³⁸.

³⁷ Como aludido na tese 50: “O capital já não é o centro invisível que dirige todo o modo de produção [...]. Toda a extensão da sociedade é o seu retrato” (DEBORD, 2012, p. 34).

³⁸ “[...] as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suporte das quais elas se defrontam uma com as outras” (MARX, 2014, p. 160).

O burguês, como acentua o diretor Costa-Gravas (2012) em seu filme “Le Capital”, acredita que o capital é uma ferramenta, ou instrumento (meio), para a conquista de uma série de bens materiais, enquanto na verdade ele próprio é o amo do capital, como explícito na fala de um dos personagens “[...] quanto melhor você servi-lo, melhor ele lhe tratará”³⁹. As medidas tomadas no âmbito empresarial de especulação, abertura de capital, demissão, contratação, mudança da sede, têm como objetivo último a manutenção e reprodução em ambiente mais favorável da subjetividade central: o capital. Quem o possui em larga escala goza do prestígio do reconhecimento social, pois incorpora em si as aptidões necessárias para ser um “bem-sucedido” na racionalidade neoliberal vigente.

A dominação estrutural conflui para que não haja uma coincidência entre a posição social e a consciência, sendo aceita a autoridade que é exercida pelo integrante da classe dominante como um fator que possui naturalidade conferida pela história. A submissão do trabalhador às ordens do empregador deriva dos elementos ideológicos de sedimentação do capitalismo. O poder que é conferido ao empregador para gerir determinada força de trabalho resulta dos arranjos ideológicos que assentam o capitalismo como modo de produção hegemônico. O capitalista é encarado como um poupador, que assume os riscos do negócio, gera empregos e renda, ao contrário do trabalhador que não ostenta qualquer caractere especial que mereça recompensa pela serventia coletiva, devendo sobreviver do valor que consegue auferir pela venda da força de trabalho.

Esse tucano *detour* histórico-conjuntural é pertinente para compreender que a prostração da classe trabalhadora brasileira no contexto de Golpe não denota uma mera indisposição temporária, refletindo uma inércia de caráter estruturante, porque não constitui em si e de forma perene a subjetividade transcendente à ordem do capital. O desenvolvimento das forças produtivas materiais, que de fato reformula e altera constantemente as funções exercidas pela classe trabalhadora, não significa necessariamente o caminhar em direção à superação do capitalismo e à conquista do socialismo.

O complexo processo de reestruturação do mercado de trabalho, cuja lógica é orientada pela máxima flexibilização, implicou na possibilidade de terceirização irrestrita, ampliação do tempo de trabalhador temporário para quase um ano, “pejotização” de atividades por vezes bem remuneradas para não ter vínculo de emprego, trabalho na

³⁹ “A oposição entre o poder da propriedade fundiária, baseado nas relações de servidão e de dominação pessoais, e o poder pessoal do dinheiro é claramente expressa em dois provérbios franceses: ‘*Nulle terre sans seigneur*’ [‘Nenhuma terra sem senhor’] e ‘*L’argent n’a pas de maître*’ [‘O dinheiro não tem senhor’]” (MARX, 2014, p. 223).

modalidade intermitente. Essas práticas fomentaram um profundo realinhamento nas formas de sobrevivência da classe trabalhadora, entretanto, isso não representou um passo adiante à construção de uma sociabilidade alternativa, pelo contrário, apenas demonstrou que ostentar uma carteira de trabalho assinada poderá constituir o que Ricardo Antunes (2018, p. 34) chamou de *privilégio da servidão*.

3.2.2 A ascensão do conservadorismo e a redimensionalização da luta de classes

André Luiz Ribeiro apareceu no noticiário como um mulato, de 27 anos, que estava correndo e foi parado sob a acusação de ter assaltado um bar na periferia de São Paulo. Na ocasião, segundo relato de André, o dono do bar e seu filho o acorrentaram e começaram a batê-lo, acompanhado por cerca de vinte pessoas. O pretense assaltante na verdade era um professor de história, sendo “socorrido” por bombeiros que passavam pelo local e demandaram que ele desse uma aula sobre a Revolução Francesa para comprovar que de fato era professor. Então, André iniciou uma “aula” falando “que a França era o local onde o antigo regime manifestava maior força, e que a burguesia comandou uma revolta junto com as causas populares, e que havia fases da revolução” (RIBEIRO *apud* GRANJEIA, 2014).

Mesmo após a exposição acerca da Revolução Francesa, André foi conduzido à delegacia de polícia, visto que o proprietário do bar, Djalma dos Santos, confirmou que seria ele o assaltante. O relato de André era que corria 10 km todos os dias, estando de fone de ouvido ao se exercitar, no instante em que foi confundido com um dos três ladrões do estabelecimento. Desfeito o imbróglio, o proprietário do estabelecimento desconversou: “A população que acorrentou, que bateu, eu não fiz nada. [...]. Eu gritei que era ladrão e a população da rua foi atrás dele. Se ele não devia nada, vai dar uma mancada dessas de estar correndo no meio dos bandidos na hora do assalto?” (SANTOS *apud* GRANJEIA, 2014).

Essa notícia não causa náusea para uma parcela significativa da sociedade brasileira, ao passo que se naturalizou entoar “bandido bom é bandido morto”. Na essência oculta, esta frase revela a face mais perversa da interiorização de uma das mais clássicas ideologias liberais, que associa o crime contra a propriedade privada como sinônimo de preguiça ou inveja⁴⁰. Jessé Souza (2012, p. 186) precisamente aponta que a contradição do interesse de

⁴⁰ “[...] a aversão ao trabalho e o amor à tranquilidade atual e ao prazer, da parte dos pobres, são as paixões que levam a invadir a propriedade [...]. A fartura dos ricos excita a indignação dos pobres, que muitas vezes são movidos pela necessidade e induzidos pela inveja à invadir às posses daqueles. Somente sob a proteção do magistrado civil, o proprietário dessa propriedade valiosa – adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas – pode dormir à noite com segurança” (SMITH, 1983, p. 164).

classe mais relevante em um país periférico como o Brasil se situa no fato de que ela não se articula na forma clássica, entre burguês e proletário, senão opondo uma “ralé” de excluídos (subcidadãos) de um lado e, no campo oposto, todos os estratos incluídos no mercado, sejam eles trabalhadores ou empresários.

Jacques Derrida (2007, p. 3) bem lembra que a conjunção *e* associa conceitos, palavras, que não necessariamente integram a mesma categoria, podendo fazer com que um orador mal-humorado questione a ausência de relação pela provocação imposta à taxonomia, à lógica classificatória. No título elegido, não imagino que isso se passe desse modo, tendo em vista que somente é possível compreender o que chamo de redimensionalização da luta de classes caso se examine a ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira nesse início de século XXI. É claro que essa leitura desafia ao menos um segmento do marxismo ocidental, que se inicia em Benjamin, passando por Žižek e chegando, entre nós, em Safatle.

Há uma leitura que entende que a ascensão do conservadorismo é o resultado, de algum modo, do fracasso da esquerda em oferecer as respostas ou tomar as medidas políticas necessárias para evitar o recrudescimento do autoritarismo, fascismo, militarismo, ou qualquer uma das suas variantes. Seguindo a linearidade cronológica inversa, Vladimir Safatle (2015), no mesmo mês da abertura do processo de *impeachment* em face de Dilma Rousseff, questionou se o fenômeno vivenciado era uma onda conservadora ou a decomposição radical do “campo das esquerdas”. Para o autor, a desagregação não seria “fruto de complôs internacionais e de recrudescência do ódio, mas de impasses e erros próprios. Como política é um jogo de forças, decomposta uma das forças, a outra toma todo o espaço” (SAFATLE, 2015).

Slavoj Žižek (2011, p. 69; 2012a, p. 78) defende que o fascismo literalmente toma o lugar da revolução socialista, tendo em vista que o “seu surgimento é o fracasso da esquerda, mas ao mesmo tempo é a prova de que ali houve um potencial revolucionário, uma insatisfação que a esquerda não foi capaz de mobilizar”. Walter Benjamin (2012a, p. 46), mesmo na sua fase como um “materialista clássico”, que acreditava na inevitabilidade da derrota da burguesia, intuiu que se os problemas engendrados pelo capitalismo não fossem resolvidos em um momento quase calculável de tempo, seja pelo desenvolvimento das forças produtivas ou pelo proletariado, “tudo estaria perdido”, justamente pela inação do proletário-revolucionário.

O término do governo neodesenvolvimentista (2003-2016) foi acompanhado pela intensificação de pautas afeitas a uma visão de mundo conservadora. Não sigo a indigitada leitura que supõe a ascensão do conservadorismo como fracasso da “esquerda” em dar as

respostas para os problemas sociais postos. Há uma lógica dual e contraditória que movimenta o fenômeno, ao passo que, por um lado, deriva da capacidade, mesmo que limitada, que a “esquerda” teve de implementar pautas progressistas identitárias (cotas raciais, feminismo, LGBTQIA+ etc). Por outro, as crises política, moral e principalmente econômica despertaram um sentimento social de ojeriza ao PT, particularmente à figura de Lula e Dilma, fazendo com que diversos setores da classe trabalhadora ecoassem vozes à prisão daquele e deposição desta.

O incentivo à política de cotas (raciais, sociais), a exemplo da Lei nº 12.711/12, despertou o racismo presente na sociedade brasileira, quando os ditos brancos se sentiram lesados por perder vagas unicamente em virtude da cor da pele. Dizeres como “cor da pele não mede inteligência” converte-se em lema para quem não defende tais políticas públicas. Isso foi presente na fala do Entrevistado Político A, contrário às cotas, segundo o qual “as cotas raciais ferem em muitas esferas o princípio do mérito, né?”. Quando objetei que teria o argumento da retificação histórica, a resposta foi: “mas eu nunca escravizei ninguém. Nenhuma [pessoa] da nossa geração escravizou ninguém”.

Os temas poderiam continuar a serem listados, como é o caso do benefício “bolsa-família”, destinado a famílias de baixa renda, que no ideário comum incentiva o não trabalho e se constitui em uma forma de controle social e compra de votos pelo PT. A redução da maioria penal é um anseio compartilhado, sob a premissa de que se pode cometer crime como “gente grande”, desse modo deve ser julgado. Propaga-se, ainda, um suposto incentivo ao desmonte da família tradicional brasileira, a partir da notoriedade que as pessoas LGBTQIA+ ganharam ao exporem a sua forma de amor publicamente.

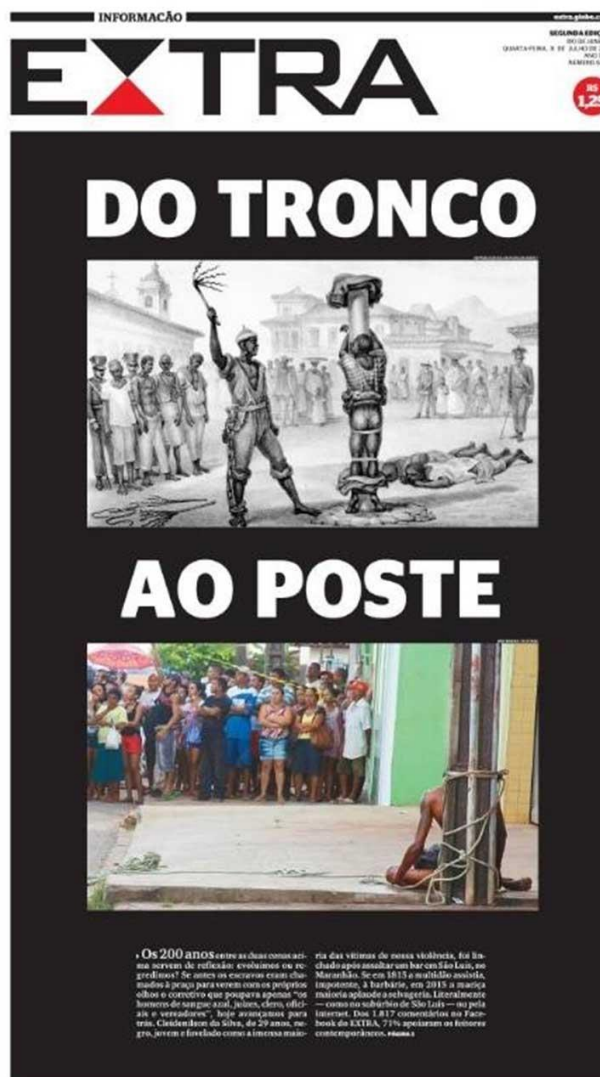
Ao propagar o mito da “nova classe média”, o governo neodesenvolvimentista fındou por acatar, ainda que como efeito colateral, o reforço da lógica da dignificação pelo trabalho. Toda e qualquer pessoa que pretenda sobreviver dos meios considerados escusos, como furto, roubo, tráfico de drogas etc., é merecedor da máxima punição social. E o avanço do conservadorismo fez com que discussões acerca da “pena de morte” tenham se tornado quase um requinte civilizatório e debate de alto nível, pois a tônica presente é a execução sumária, seja por pessoas privadas (que desejam o amplo acesso às armas de fogo) ou pelos agentes do Estado.

Multiplicaram-se as notícias, ao longo dos anos de 2014-2018, sobre os linchamentos públicos de pessoas que cometeram delitos de pequena monta. Não tendo a mesma ventura do professor de história confundido com um assaltante, consoante narrado no início deste tópico, Cleidenilson Pereira da Silva foi flagrado assaltando um bar em São Luís, sendo amarrado por

um grupo de pessoas e espancado até a morte. O jornal carioca “Extra” trouxe a atualização trágica de Jean-Baptiste Debret, ao manchetar “Do tronco ao poste”, na capa do dia 8 julho de 2015. No texto abaixo da imagem constava:

Os 200 anos entre as duas cenas acima servem de reflexão: evoluímos ou regredimos? Se antes os escravos eram chamados à praça para verem com os próprios olhos o corretivo que poupava apenas os "homens de sangue azul, juízes, clero, oficiais e vereadores", hoje avançamos para trás. Cleidenilson da Silva, de 29 anos, negro, jovem e favelado como a imensa maioria das vítimas de nossa violência, foi linchado após assaltar um bar em São Luís, no Maranhão. Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maciça maioria aplaude a selvageria. Literalmente – como no subúrbio de São Luís – ou pela internet. Dos 1.817 comentários no Facebook do EXTRA, 71% apoiaram os feitores contemporâneos (EXTRA, 2015).

Figura 9 – Capa do Jornal Extra de 8 de julho de 2015



Fonte: Extra (2015)

A dissonância de classes se manifesta de forma acentuada, ao passo que não se ouviu qualquer chiado pugnando pela morte, por exemplo, do senador Aécio Neves, quando foi gravado solicitando R\$ 2 milhões a um empresário e afirmando que o coletor teria que ser alguém que pudesse ser morto antes de abrir o bico. Os crimes cometidos por empresários sonegadores também não são clamados por uma intervenção severa, amarrando-os em praça pública. O poder da ideologia talvez até mesmo os alceem à condição de heróis, por conseguirem sobreviver apesar das garras insaciáveis do Estado tributador brasileiro.

Parece uma simplificação supor que a dimensionalidade das pautas conservadoras e sua aderência nos mais diversos meandros sociais seja produto, pura e simplesmente, da incapacidade da esquerda de aproveitar situações de crises. Como se verifica, nem todas as pautas estão vinculadas a questões puramente econômicas, constituindo diversas delas o que se denomina plataformas de “reconhecimento”, que tocam à condição da pessoa. É o caso que se observa, por exemplo, em relação ao movimento feminista, que denuncia reiteradamente o patriarcalismo que orienta as relações sociais brasileiras. As feministas também sofrem repúdio, como se observa da fala do Entrevistado Político A:

as feministas, o movimento feminista no Brasil é de esquerda, então, quando uma mulher de direita é agredida, silêncio absoluto das feministas, pra começar. No movimento feminista uma mulher pode ser o que ela quiser, menos dona de casa, ok? A mulher pode ser o que ela quiser, menos pró-vida e contra o aborto. Então é um movimento fascista, pra começar, tá? É violento, pratica violência moral, não aceita diversidade, nem opinião contrária. E em causas como o aborto, é cheio de falácias, mentiras, dados enganosos, uma contradição total.

O aparecimento de um populismo de direita, personificado na figura de Jair Bolsonaro, com alto carisma popular, faz com que *a oposição econômica de classes seja redimensionalizada para antinomias identitárias e dignificadoras do trabalho*. Ao invés de os problemas sociais serem pensados a partir do antagonismo de classes, há a projeção ideológica do embate entre o trabalhador (mais o empresário) contra o “bandido”. Os inimigos internos são: homossexuais, abortistas, negros, bandidos, feministas, indígenas e, por que não, os comunistas. Do outro lado, temos: os guardiões dos mais nobres sentimentos morais e costumeiros, cristãos, que defendem a família, a vida, o mérito, o trabalho, a dominação masculina, o progresso econômico e a liberdade do capitalismo.

A projeção conquistada às pautas identitárias (de reconhecimento) no período Lula-Dilma responde, em parte, pelo recrudescimento do conservadorismo social, quando alguns setores imaginam haver a perda dos valores que norteiam a sociedade brasileira. Nesse sentido, não se pode falar de uma incapacidade da “esquerda” de mobilização social, em

virtude de o conservadorismo resultar justamente dos avanços feitos em grau de publicização dessas opressões.

A aceitação da racionalidade neoliberal, que naturaliza os ideais da competição, mérito, da colaboração à empresa no sentido de “vestir a camisa”, supõe que o trabalhador não sinta repulsa à forma com que a sociedade se estrutura para reproduzir as condições materiais de existência. A antiga oposição entre trabalhador assalariado x burguês é recodificada à medida que os trabalhadores não se identificam como tal, perdendo a classe a validade analítica para compreender o seu modo de pensar conservador pela completa disjunção entre o ser e a consciência.

O que grava a sociedade brasileira nesse começo de século XXI não é o antagonismo entre as classes trabalhadora x empresários. A recodificação da luta de classes acompanha o grau de consciência dos integrantes da classe trabalhadora, denotando a visão de mundo que incorporaram diante das contradições sociais postas, muitas vezes mediadas pela grande imprensa alinhada aos interesses do capital. Há uma comunhão de esforços subjetivos entre a ideologia dos empresários e a assimilação por integrantes da classe trabalhadora, que os une em torno da ideologia da dignificação pelo trabalho.

Os efeitos dessa redimensionalização são em partes sentidos pelo apoio ao Golpe que culminou na queda da ex-presidenta Dilma, pela inércia de resposta social à “reforma” trabalhista, no silêncio diante do congelamento dos gastos públicos pelo período de vinte anos. As saídas buscadas por parcela significativa da classe trabalhadora oscilam entre a visão privatista e a autoritária. O apagamento ideológico da luta de classes tradicional supõe que os problemas sociais são decorrentes da má administração do Estado (incluindo a corrupção), despontando o *gestor* como figura política capaz de sanar este problema. Ademais, a sensação generalizada de insegurança, que é creditada à ausência de reprimenda social efetiva contra os que cometem os mais variados desvios, somente pode ser resolvida por meio de intervenção militar, ou quem mais próximo disso se aproxime.

Como refere Slavoj Žižek (2011, p. 39), não obstante a classe dominante possa eventualmente discordar de aspectos da pauta moral populista de direita, há uma tolerância dessa guerra moral como mecanismo de manutenção das classes inferiores sob controle. A redimensionalização da luta de classes para tais embates expressa uma fúria que não atenta contra o funcionamento do capitalismo, manifestando-se de forma mais acentuada do que qualquer questionamento contra o papel que empresário ocupa à existência dos problemas sociais. Como foi possível chegar a esse ponto de deslocamento? A resposta não parece ser outra, senão: a *ideologia*. Para terminar o parágrafo com o próprio Žižek (2011, p. 39): “Na

verdade, quem precisa de repressão direta quando se pode convencer as galinhas a ir espontaneamente para o abatedouro?”.

3.3 A descontinuidade do ser genérico e a problemática da atualização histórica da alienação/estranhamento

3.3.1 Desvio teórico II: modelo antropológico no jovem Marx – por uma leitura rigorosa da alienação/estranhamento e ser genérico

Por vezes a obra de Karl Marx é vista como uma unidade, sendo o conjunto dos seus textos trabalhado de forma indistinta, negligenciando que – a exemplo dos grandes pensadores da humanidade – existe um processo natural de amadurecimento teórico. Isso, de forma alguma, deve ser extremado, como procedido por Louis Althusser (2015, p. 25), ao ponto de defender a existência de uma ruptura epistemológica entre o jovem e o velho Marx. No entanto, tampouco parece prudente supor que todos os escritos apresentam formas de pensamento acabadas, que não passam por transformação, descontinuidade ou até mesmo negação, não se tratando “de uma unidade indiferenciada” (NETTO, 1990, p. 64).

É importante, por isso, discutir o lugar que os Manuscritos Econômico-Filosóficos⁴¹ ocupam dentro da obra de Karl Marx, em pormenor as categorias alienação (estranhamento) e ser genérico. Há um uso destas categorias sem a devida problematização e, conseqüentemente, rigor, produzindo uma espécie de “senso comum” acadêmico, que praticamente atribuiu um novo significado e alcance para o termo (no caso da categoria alienação), bem como um entendimento vago acerca do que representa o “ser genérico”.

Um dos assuntos que passa à margem de discussões mais densas é a influência que Friedrich Hegel e Ludwig Feuerbach tiveram no que se denomina de jovem Marx (1840-1844). Se por um lado é sabido que a dialética tal qual utilizada por Marx foi incorporada de Hegel, evidentemente, após a sua “inversão” materialista, carece de estudos mais sistematizados a utilização da categoria de alienação nos Manuscritos, bem como a noção de ser genérico.

Um fato notório chama a atenção: ainda que se trate de um manuscrito dividido entre a parte econômica e a filosófica, foi esta última que ganhou ampla repercussão, não obstante a

⁴¹ Os Manuscritos Econômico-Filosóficos, também denominados de Manuscritos de Paris ou Cadernos de Paris, escritos entre abril e agosto de 1844, apresentam um caráter fragmentário, evidentemente por se tratar de um manuscrito, cuja publicação ocorreu *post-mortem*. Tão somente em 1932 é que os Manuscritos ganharam vida, a partir da sua divulgação na extinta União Soviética.

primeira ocupe ao menos metade do texto. A razão mais evidente é que do conteúdo econômico Marx se dedicou de forma mais efetiva ao longo da sua vida, enquanto a filosofia passou para segundo plano, sem ser abandonada por completo⁴².

Para sentir o peso da problemática que envolve o assunto ora debatido, recorre-se a duas frases diametralmente antagônicas, que se invalidam mutuamente se tidas por corretas. Louis Althusser, filósofo estruturalista francês, decretou acerca do jovem Marx: “[...] o jovem Marx *nunca foi hegeliano*, e sim inicialmente kantiano-fichtiano, em seguida feuerbachiano (ALTHUSSER, 2015, p. 25-26). Ao seu turno, Jesus Raniere, tradutor dos Manuscritos na edição mais recente publicada pela editora Boitempo, bem como estudioso do jovem Marx, é categórico: “Marx nunca foi feuerbachiano” (RANIERI *in* MARX, 2010a, p. 11).

Esse impasse se deve a interpretações distintas que são conferidas aos Manuscritos, sendo que o tom provocativo das duas citações esconde uma questão latente. Sendo Marx pretense seguidor de Hegel ou de Feuerbach, esse debate não traduz a problemática central e que ora se ocupa, i.e, a influência exercida por ambos pensadores na redação dos Manuscritos.

Acerca da sua relação com Hegel, lembra-se os dizeres no posfácio da segunda edição de “O Capital”, de 1873: “[...] declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão” (MARX, 2014, p. 91). Já em relação à Feuerbach, Engels lembra a influência que tiveram da obra “A essência do Cristianismo”: “Veio então a *Wesen des Christentums* de Feuerbach. [...] O entusiasmo foi geral: momentaneamente fomos todos feuerbachianos. Quão entusiasticamente Marx saudou a nova concepção e quanto ele [...] foi por ela influenciado [...]” (ENGELS, 1985b, p. 386).

De Georg Hegel (2016, p. 239 e ss.), Marx incorpora nos Manuscritos o conceito de alienação, que é trabalhado na “Fenomenologia do Espírito”, tendo Hegel o abordado em obras anteriores. Lembro que nos Manuscritos há uma crítica à filosofia hegeliana, bem como à categoria alienação⁴³ tal qual trabalhada por Hegel, em virtude dela se operar no plano do pensamento puro (pensar abstrato-filosófico); ao invés de ser tratada como consciência humana da objetificação humana, é vista como figura do espírito (MARX, 2010a, p. 121-122).

⁴² Engels fornece uma das pistas para o percurso da filosofia à economia por Marx: “[...] as causas últimas de todas as transformações sociais e revolucionamentos políticos são de procurar, não na cabeça dos homens, [...] mas nas transformações do modo de produção e de troca; são de procurar, não na *filosofia*, mas na *economia* da época em questão” (ENGELS, 1985a, p. 149).

⁴³ Em verdade, a crítica se dirige ao estranhamento, mas como não se procedeu a distinção nesse estágio, optei por manter o sentido usual.

Nesse estágio, a crítica à Hegel ocorre a partir da incorporação de uma categoria sua, tendo por premissa o materialismo de Feuerbach. Marx pretende demonstrar que a “alienação” não ocorre no plano do pensamento abstrato, do espírito, como propõe Hegel, senão que esse pensamento abstrato filosófico representa a própria essência humana do ser genérico (MARX, 2010a, p. 123).

A compreensão de que os Manuscritos, em pormenor a parte filosófica, têm forte inspiração de Hegel e de Feuerbach não explica parte problemática central, que é ilustrar como houve uma alteração semântica radical da categoria “alienação”, diferente da incorporada e trabalhada por Marx. Essa reformulação de sentido na literatura brasileira, em grande medida, tem como causa a tradução dos termos nas primeiras edições da obra que foram disponibilizadas ao grande público.

A primeira tradução brasileira, da década de 1960, consta na obra de Erich Fromm, intitulada “Conceito Marxista do Homem”, tendo por base da tradução para o inglês efetuada por T. B. Bottomore. A título de nota, Bottomore esclarece: “[...] traduzi tanto *Entäusserung* quanto *Entfremdung* por ‘alienação’ [...] visto que Marx (como Hegel) não indica uma distinção sistemática entre ambos” (BOTTOMORE, 1970, p. 88).

As demais edições de uso corrente no Brasil, como a da editora Abril Cultural de 1974 (feita do alemão por José Bruni) e a portuguesa publicada pela Edições 70 (feita por Artur Morão com base na tradução para o inglês de Bottomore), também não efetuaram qualquer distinção entre *Entäusserung* e *Entfremdung* (MARX, 1978; 1993). Com isso, unificou-se a utilização do termo alienação para os estudiosos dos Manuscritos na língua portuguesa⁴⁴. Foi somente a partir da edição da Boitempo, em 2010, que se procedeu a uma distinção entre os termos.

O tradutor Jesus Ranieri, ao contrário de Bottomore, defende que há um uso distinto entre *Entäusserung* (alienação) e *Entfremdung* (estranhamento) em Marx. Em sua tese de livre-docência, aponta:

Ao contrário do que geralmente entendemos por alienação – um senso comum acadêmico definido pelas impossibilidades de realização humana em virtude dos

⁴⁴ O mesmo problema de tradução ocorreu na Rússia, como aponta Evald Ilienkov (1972): “O assunto é que na língua russa o termo “alienação” engloba pelo menos três termos alemães não muito coincidentes: ‘*Entfremdung*’, ‘*Entäusserung*’, ‘*Veräusserung*’. Por isso nas traduções russas, com frequência escapam alguns nuances (pode ser muito importante) do pensamento de Marx; e justamente naqueles pontos onde se fala [...] sobre a contraposição de suas posições ao sistema conceitual hegeliano. Para diferenciar ‘*Entfremdung*’, ‘*Entäusserung*’ e ‘*Veräusserung*’ não há na terminologia filosófica russa termos firmes e inequívocos, e todas as intenções de criá-los levaram até hoje ao aparecimento de construções muito desproporcionais e claramente inviáveis”.

obstáculos sociais impostos a todos nós por meio da apropriação e privatização do trabalho social –, a referida categoria tem, em Hegel, um sentido mais amplo (como também em Marx), voltado para a exteriorização [em *Entäusserung*] e, conseqüentemente, o estranhamento [*Entfremdung*] do indivíduo a partir do significado histórico de sua constituição, inclusive antropológica. Precisamente, estamos diante de um movimento que se desdobra em dois, mas compõe um só momento. A rigor, não há como dar continuidade ao universo das realizações humanas (com ou sem o capital) sem a concorrência do estranhamento, uma vez que toda nova experiência tem, em si, o poder de “objetificar” a personalidade, ou seja, moldá-la de acordo com o ser-em-si das objetividades. Assim, toda exteriorização é também estranhamento, pois contém a noção de permanência do movimento dialético, da contradição e da não estaticidade. (RANIERI, 2016, p. 74).

Partindo da separação semântica proposta por Ranieri, o que os marxistas chamam de alienação, em verdade, na maior parte das vezes é o fenômeno do estranhamento. Cotejando a tradução que integra a obra de Fromm com o original, verifica-se que houve uma subtração proposital de um excerto em que Marx utiliza *Entäusserung* (alienação) e *Entfremdung* (estranhamento) na mesma sentença. A tradução de Bottomore, constante na obra de Fromm, dispõe: “A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como [...] *perda* e uma *servidão ante o objeto*, e a apropriação como *alienação*” (MARX in FROMM, 1970, p. 91).

A tradução da editora “Boitempo”, fiel ao original, consta: “Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como [...] *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*)” (MARX, 2010a, p. 80). No texto em vernáculo, evidentemente que existe essa distinção entre estranhamento e alienação: “Diese Verwirklichung der Arbeit erscheint in dem nationalökonomischen Zustand als [...] *Verlust des Gegenstandes* und *Knechtschaft unter dem Gegenstand*, die Aneignung als *Entfremdung*, als *Entäusserung*” (MARX, 2005, p. 56).

A discussão acerca da alienação/ estranhamento não pode ser levada a efeito sem considerar que se trata do emprego de uma categoria hegeliana, ligando a análise econômica à análise filosófica (MARCUSE, 1978, p. 252). A fim de compreender a diferenciação entre alienação e estranhamento, ao invés de trabalhar as categorias em separado, parece prudente examinar como Marx trabalhou a questão. Marx (2010, p. 83-86) elenca, inicialmente, duas hipóteses centrais de estranhamento da atividade humana prática (trabalho):

- 1) Relação do trabalhador com o produto do trabalho: aparece como algo *estranho*, assim como os objetos da natureza;
- 2) Relação do trabalho com o *ato da produção*: a atividade de trabalho em si é estranha, que não pertence a ele (o estranhamento-de-si tal qual da coisa).

Dessas duas determinações do trabalho, Marx elenca o desdobramento em uma terceira e quarta:

- 3) Estranhamento do *ser genérico* do homem, do seu próprio corpo e a natureza exterior, estranhos à sua essência humana;
- 4) Estranhamento do homem pelo próprio homem: quando se defronta com outro homem, com o objeto e trabalho de outrem.

A alienação consiste no ato de *exteriorização* das potencialidades no produto do trabalho, que no capitalismo é *estranhada* do produtor. Portanto, ainda que sejam termos conexos, apresentando uma unidade de sentido, trata-se de momentos diversos de um processo de transferência objetiva das capacidades humanas pelo trabalho (alienação), seguido de um despojamento e falta de identificação (estranhamento). O apagamento da distinção faz com que o sentido e alcance dos termos sejam reduzidos, promovendo uma leitura parcial e incompleta da obra. A unificação das traduções em apenas alienação reduziu a amplitude semântica das categorias hegelianas apropriadas por Marx para sua análise filosófica de questões econômicas⁴⁵.

Um segundo problema diz respeito ao fato de que uma das formas de estranhamento é em relação ao “ser genérico”. Há uma grande lacuna, ou incompreensão, acerca do que representa a noção de *ser genérico* na obra do jovem Marx, não apenas nos Manuscritos, mas também em outras obras, tendo em vista o seu grau de abstração. Não obstante se possa negar que a compreensão de Marx acerca do ser genérico esteja ancorada na conceituação de Feuerbach (RANIERI, 2016, p. 129), justamente por representar uma essência humana imutável, uma leitura atenta dos Manuscritos invalida de plano essa assertiva.

Jesus Ranieri, ao negar o fato de Marx ter sido, por um período relativamente curto diante da sua trajetória, efetivamente feuerbachiano, acaba por cair em uma esperada contradição quando examina a obra “A Ideologia Alemã” à luz das categorias dos “Manuscritos”. Em alusão à uma passagem de “A Ideologia Alemã”, Ranieri aponta que a reposição do ser genérico (a coletividade emancipada comunista) só pode se efetivar a partir

⁴⁵ Em György Lukács (2012, p. 417-418) fica nítida a diferença semântica: “[...] aparece [...] um momento fundamental do ser social, com cujo caráter geral devemos nos ocupar mais detalhadamente aqui: a objetivação [*Vergegenständlichung*] do objeto e a alienação [*Entäußerung*] do sujeito, que como processo unitário compõem o fundamento da práxis e teoria humanas. Esse complexo de problemas ocupou um lugar central em parte da filosofia mais recente, ao ser tratado como fundamento do estranhamento [*Entfremdung*]. Existe aqui uma conexão sem dúvida até bem íntima: o estranhamento só pode se originar da alienação. [...] Contudo, quando se aborda esse problema, jamais se deve esquecer que ontologicamente que a origem do estranhamento na alienação de modo algum significa uma afinidade evidente e incondicional desses dois complexos do ser: é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos”. Entre nós, Ricardo Antunes (2018, p. 95) promove a mesma distinção.

do gênero humano, “ainda que ele não use essa expressão” (RANIERI, 2000, p. 16). Ora, parece claro que Marx não poderia usar uma expressão que ele viria mais tarde a rechaçar, justamente por proceder a crítica à filosofia clássica alemã, inclusive Ludwig von Feuerbach.

Quando trata da terceira forma de estranhamento, Marx conceitua o ser genérico:

O homem é um ser genérico (*gattungswesen*)⁴⁶, não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também [...] quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo [com] um ser *universal*, [e] por isso livre. [...] A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre (MARX, 2010a, p. 83-84).

Ludwig von Feuerbach, na obra “A Essência do Cristianismo”, apresenta a conceituação do que seria o ser genérico, em capítulo intitulado “A essência do homem em geral”:

Mas qual a diferença essencial entre o homem e o animal? [...] é a consciência – mas consciência no sentido rigoroso; [...] Consciência no sentido rigoroso existe quando, para um ser, é o objeto o seu gênero, a sua quiddidade. De fato, é o animal objeto para si mesmo como indivíduo – por isso tem ele sentimento de si mesmo – mas não como gênero – por isso falta-lhe a consciência [...]. Mas somente um ser para o qual o seu próprio gênero, a sua quiddidade torna-se objeto, pode ter por objeto outras coisas ou seres de acordo com a natureza essencial deles (FEUERBACH, 2009, p. 35).

Marx incorpora de Feuerbach a ideia de que o que caracteriza o ser humano é a capacidade de se relacionar de forma consciente com a sua espécie, com o ser humano genérico. A similaridade não se trata de mera coincidência, senão de utilização por Marx de uma categoria firmada por Feuerbach, do qual, lembra-se, Marx (2010a, p. 117) profere admiração nos próprios Manuscritos, ao dizer que: “[...] é o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento *sério, crítico*, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio [...]”. Portanto, Marx parte de um modelo antropológico de “travo feuerbachiano” nos Manuscritos (NETTO, 1981, p. 56).

Essa noção de ser genérico já acompanhava Marx (2010b, p. 54) em outras obras, como em “Sobre a Questão Judaica”, de 1843, quando associa a emancipação humana a uma recuperação do cidadão abstrato e se torna *ente genérico*. Nos idos de 1844, Marx (2010a, p. 114) via a realização do comunismo como resultado de um processo dialético de superação da

⁴⁶ Também traduzido por “ente genérico”.

alienação/estranhamento, da “recuperação humana”, ainda desprovido do que viria a ser mais tarde denominado de “socialismo científico”, em que a luta de classes seria o motor da história.

Aqui, deve se permitir um pequeno *detour*, que servirá de fio condutor para entender o motivo pelo qual a utilização da categoria alienação/ estranhamento e ser genérico deve ser feita com, no mínimo, cautela. Erich Fromm solicitou pessoalmente que Louis Althusser lhe enviasse um artigo para integrar uma obra coletiva sobre o tema do humanismo socialista (FROMM, 1968)⁴⁷, sendo que Fromm rejeitou a sua contribuição por ser contrária a linha geral do projeto (ALTHUSSER, 1967, p. 7), tendo em vista que defendeu que a obra do Marx maduro seria profundamente antihumanista.

Embora não se concorde com a premissa de Althusser acerca da pretensa ruptura epistemológica que existiria na obra de Marx⁴⁸, tendo em vista que o afastamento de assuntos filosóficos não significa o completo abandono e repúdio da sua formação inicial, existem categorias – como é o caso de ser genérico – que são efetivamente abandonadas. Louis Althusser (2015, p. 187) tem acuidade ao apontar que nos Manuscritos existe uma visão “essencialista” da natureza humana, que posteriormente é repudiada por Marx.

Como infere Althusser (2015, p. 187), nos Manuscritos a história do “homem” é a da alienação (estranhamento), sendo que na exteriorização do produto do trabalho (Estado, religião, mercadoria) o “homem” está realizando uma essência humana pré-existente. O movimento dialético dos Manuscritos é o processo de “desalienação”, em que haveria um retorno às essencialidades que foram esvaídas com o processo de objetivação (alienação e estranhamento), para se tornar o homem total (ou ser genérico).

A comprovação da assertiva somente pode ser levada a efeito a partir do cotejamento com o texto dos Manuscritos. Marx refere que a propriedade privada tem como essência subjetiva o trabalho, sendo este o único elemento constituidor da riqueza⁴⁹, enquanto que o comunismo seria a suprassunção positiva da propriedade privada na qualidade de estranhamento-de-si. O comunismo seria, portanto, a “*apropriação* efetiva da essência

⁴⁷ A obra contou com a colaboração de Lucien Goldmann, Herbert Marcuse, Umberto Cerroni, Karel Kosik, Ernst Bloch, Bertrand Russel, T. B. Bottomore, o próprio Erich Fromm, dentre muitos outros marxistas de diversas vertentes.

⁴⁸ Segundo Althusser (2015, p. 25), a obra de Marx tem um “corte epistemológico” entre o jovem Marx e o maduro, sendo o primeiro ideológico, enquanto o segundo seria cientista. A proposta é que se designasse da seguinte forma a obra de Marx: a) obras de juventude (1840-1844); b) obras do corte (1845); c) obras da maturação (1845-1857); d) obras da maturidade (1857-1883).

⁴⁹ Essa ideia foi reformulada posteriormente, como se observa na Crítica ao Programa de Ghota: “O trabalho *não* é a *fonte* de toda a riqueza. A *Natureza* é tanto a fonte dos valores de uso [...] como o trabalho, que não é ele próprio senão a exteriorização de uma força da Natureza, a força de trabalho humana” (MARX, 1985, p. 10).

humana pelo e para o homem. [...] trata-se do retorno pleno, [...] retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano. [...]. Ele é a *verdadeira* dissolução [...] do antagonismo entre indivíduo e gênero” (MARX, 2010a, p. 105).

Nessa perspectiva, Marx carrega consigo a visão de que existe uma essência humana dada, prévia, congênita, ainda que histórica, que é estranhada, alienada, assumindo no capitalismo a forma de propriedade privada. A sua superação (suprassunção) com o comunismo seria o resgate da essencialidade perdida, retomando o “homem” a sua relação consciente com o seu gênero e a natureza, i.e., o ser genérico. O processo de libertação, nos Manuscritos, é também um processo ideal, de consciência que homem ascende quando suprime o estranhamento que é perpetrado pela alienação da propriedade privada.

A questão que se coloca é: Marx rompeu ou não com essa noção essencialista do “homem”? O resgate dos Manuscritos, em uma leitura atenta, deve estar acompanhado da influência exercida inicialmente em Marx por Feuerbach, bem como a sequente crítica. Karl Marx, em 1859, lembra do seu encontro com Engels em 1845 e a redação do que viria ser publicado postumamente como “A Ideologia Alemã”:

[...] quando na Primavera de 1845, ele se radicou igualmente em Bruxelas, decidimos esclarecer em conjunto a oposição da nossa maneira de ver contra a [maneira de ver] ideológica da filosofia alemã, de facto ajustar contas com a nossa consciência [*Gewissen*] filosófica anterior. Esse propósito foi executado na forma de uma crítica à filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grossos volumes em oitavo, chegara havia muito ao seu lugar de publicação na Vestfália quando recebemos a notícia de que a alteração das circunstâncias não permitiria a impressão do livro. Abandonámos o manuscrito à crítica roedora dos ratos tanto melhor vontade quanto havíamos alcançado o nosso objectivo principal – autocompreensão (MARX, 1982b, p. 532).

Anos mais tarde, ao redigir em 1888 o texto “Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã”, Friedrich Engels aponta como motivação da escrita o reconhecimento da influência que Feuerbach, “mais do que todos os outros filósofos pós-hegelianos” tivera sobre eles, sendo a sua redação “uma dívida de honra não saldada” (ENGELS, 1985b, p. 376). É preciso lembrar também que, na época da redação dos Manuscritos, Marx não tinha procedido a crítica a Feuerbach (feita em “A Ideologia Alemã”). Portanto, como lembra Engels (1985b, p. 386) acerca da publicação de “A Essência do Cristianismo”: “Uma pessoa tem, ela própria, que ter vivido o efeito libertador deste livro, para fazer ideia disto”, arrematando que tanto ele como Marx foram feuerbachianos, cuja inspiração pode ser vista em “A Sagrada Família”⁵⁰.

⁵⁰ Apenas uma das passagens da obra, pouco trabalhada, expõe a defesa procedida de Feuerbach: “Mas quem descobriu, então, o mistério do ‘sistema’? *Feuerbach*. Quem destruiu a dialética dos conceitos, a guerra dos

Aqui, chego, finalmente, nas chamadas “Teses Sobre Feuerbach”⁵¹, em que, a par do caráter fragmentário, Marx procede a uma crítica devastadora sobre Ludwig Feuerbach, que, em contrapartida, pode ser perfeitamente aplicada a ele próprio quando da redação dos Manuscritos. Marx assim dispõe na Tese 6 (texto original, sem as alterações de Engels):

Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.

Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso:

1. a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – *isolado*.
2. por isso, a essência só pode ser apreendida como “gênero”, como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos *de modo natural* (MARX, 2007, p. 534).

A aludida tese sintetiza a ruptura de Marx com a influência que tinha exercido sobre ele o materialismo de Feuerbach, bem como o conceito de ser genérico. Não é à toa que pós-1845 Marx abandona por completo o uso desta terminologia, quando funda a sua própria compreensão acerca do ser humano, abstraindo por completo o resquício idealista da existência de uma essência humana que é estranhada/ alienada, e a superação deste estranhamento como resgate consciente do ser genérico⁵².

Nos manuscritos econômicos de 1857-1858, denominados de “Grundrisse”, Marx (2009, p. 407) retoma a expressão “ser genérico”, no entanto, em um sentido completamente diverso: “O ser humano só se individualiza pelo processo histórico. Ele aparece originariamente como um *ser genérico, ser tribal, animal gregário* – ainda de forma alguma como um ζῷον πολιτικόν [animal político] em sentido político”. O ser genérico aludido somente existe em sociedades primitivas, que não passaram pelo processo de

deuses, a única que os filósofos conheciam? *Feuerbach*. Quem pôs, não certamente o ‘significado do homem’- como se pudesse ter outro significado, além do ser homem! -, mas o ‘homem’ no lugar da velha quinquilharia, inclusive no lugar da ‘autoconsciência infinita’? *Feuerbach*, e apenas *Feuerbach*. E ele ainda fez bem mais que isso” (MARX; ENGELS, 2013a, p. 111).

⁵¹ As chamadas “Teses sobre Feuerbach” foram escritas por Marx em Bruxelas, em 1845, sendo encontradas por Engels nos cadernos de notas de Marx com o nome “Sobre Feuerbach”. O nome “Teses sobre Feuerbach” foi dado pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou, possivelmente tendo como influência a menção de Engels na nota prévia de 1888 ao texto “Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã”, quando aponta: “Em contrapartida, achei num velho caderno de Marx as onze teses sobre Feuerbach impressas [aqui] em apêndice. São notas para posterior elaboração, escritas à pressa, de modo nenhum [...] destinadas à impressão, mas inestimáveis como o primeiro documento onde está consignado o germe genial da nova visão do mundo” (ENGELS, 1985b, p. 376-377).

⁵² Axel Honneth (2009, p. 235) igualmente defende a mudança do modelo antropológico: “Entretanto, o que Marx abandonou por esse caminho até a análise do capital é a ideia, tomada de empréstimo de Feuerbach, segundo a qual todo ato de trabalho não alienado deve ser interpretado ao mesmo tempo como uma espécie de afirmação afetuosa do caráter carencial de todos os outros sujeitos do gênero”.

individualização, o qual somente ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas, sendo a troca um meio essencial para tal fim.

Em “A Ideologia Alemã”, que foi entregue à crítica roedora dos ratos, Marx e Engels repudiaram explicitamente as formulações de Feuerbach e a dos então chamados Jovens Hegelianos. Lembro, por oportuno, que partiram da premissa de que a crítica alemã não abandonou o terreno da filosofia, limitando-se a isolar aspectos do sistema hegeliano e criticá-lo. Parte dessa trajetória de crítica ao sistema hegeliano foi profanar categorias com nomes mais mundanos, “como os de Gênero, o Único, o Homem etc.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 534).

Como se observa, Marx e Engels incluem dentre as categorias tornadas mundanas a própria noção de gênero, amplamente utilizada nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, sendo que uma das formas de suprassunção do estranhamento é em relação ao ser genérico. Isso, por si, torna problemática o uso acrítico do termo alienação ou estranhamento, quando se desconsidera a carga de influência tanto de Hegel como de Feuerbach, tendo em vista que o próprio Marx estava procedendo a algo que veio a criticar mais tarde: o isolamento de categorias do sistema hegeliano para fazer a crítica.

Além disso, “A Ideologia Alemã” marca a fundação da compreensão própria de Marx e Engels acerca do materialismo, dirigindo uma crítica direta à Feuerbach e ao seu modelo antropológico. Ao aludirem que se pode distinguir o animal pela consciência, pela religião ou pelo que quiser, sendo que o fator importante é a capacidade de produzir os seus meios de vida (material) (MARX; ENGELS, 2007, p. 87), estão selando o completo apartar da influência de Feuerbach acerca da essência humana, ao passo que este dizia: “A religião se baseia na diferença essencial entre o homem e o animal – os animais não têm religião” (FEUERBACH, 2009, p. 35).

Uma vez cumprido o dito autoesclarecimento, o vocabulário feuerbachiano acerca da essencialidade humana foi abandonado, tendo em vista que a formulação do materialismo tal qual exposto por Marx e Engels é antagônico à categoria de ser genérico, que porta em si um dado de imutabilidade, desprovido de carga histórica. Com isso, encerro um percurso um tanto nebuloso sobre a obra de Marx, a fim de demonstrar que o uso da categoria alienação/estranhamento, em uma análise mais rigorosa, não pode deixar de atentar para esses pontos que são centrais e conferem-lhe um sentido que foi deixado de lado por ele próprio no decurso do seu amadurecimento intelectual.

3.3.2 A *alienação* que não gera *estranhamento*: o que há entre a reforma improvável e a revolução impossível?

Os enunciados de uma proposição que procuram uma aparência logicamente estável são suscetíveis de respostas unívocas (sim ou não, certo ou errado), cujas perguntas são formuladas equivocadamente (ou é isso ou aquilo), como anuncia Michel Pêcheux (1990, p. 28-32). Curiosamente, um dos enunciados mais conhecidos da literatura, “ser ou não ser”, embora atente a essa exigência do imediato logicamente estabilizante, teve o seu percurso desfigurado, assumindo quase uma independência de sentido.

Em Shakespeare (2006, p. 389), o príncipe Hamlet não questionava a existência de um modo denso e reflexivo com o enunciado “ser, ou não ser, eis a questão”, como ficou popularmente conhecido. O seu monólogo era um duelo entre as desventuras de viver (ser) ou praticar suicídio (não ser), entre suportar as amarguras da vida e o acovardamento diante do que existe para além da morte. Nos dizeres que seguem a afamada passagem:

Quem suportaria os chicotes e os desprezos do tempo,
A maldade do opressor, a insolência dos orgulhosos,
As dores do amor não retribuído, o atraso da lei
A insolência da ocupação, e as rejeições
Que esse mérito paciente do indigno leva,
Quando ele próprio poderia se libertar da vida,
Com um punhal? (SHAKESPEARE, 2006, p. 389).

A fixação da forma aparente, bem como a necessidade de enunciados binários logicamente estáveis, deriva da postura assumida pelo que Pêcheux (1990, p. 33) chama de “sujeito pragmático”; i.e., pessoas comuns que fazem a gestão do seu cotidiano e tomam as mais variadas decisões atendendo a esse arranjo de eleger entre isto ou aquilo. Karel Kosik (2011, p. 14) diria que decorre da *praxis* utilitária, ao passo que a realidade não se apresenta às pessoas como um objeto que cabe intuir, senão a partir de representações firmadas com base nessa prática imediata que demanda o manejo das coisas tais como elas aparecem, mesmo que não as compreendam na sua estrutura e essência.

Essa bipolarização lógica foi repetida, possivelmente sob influência do enunciado mais célebre de Shakespeare, por Erich Fromm ao intitular um dos seus livros de “Ter ou Ser?”. Fromm (1982, p. 115) precisamente questionava: “*Se o que eu sou é o que eu tenho e se o que eu tenho se perde, quem, então, sou eu?*”. A resposta, adequada ao ideal social então vigente, não pode ser outra senão o maior sinônimo de invisibilidade que a existência comporta: *ninguém*. O medo de perder os bens materiais que a pessoa possui pode ter várias

causas tenebrosas, seja por assalto, reformas econômicas, revoluções, amor, vícios etc., como se ter mais fosse a forma de estar protegido contra as adversidades da vida (FROMM, 1982, p. 115-116). Não obstante esse seja o ideal social afeito à classe dominante, que efetivamente tem algo a perder, a propriedade privada se converte em ideologia da insígnia máxima da liberdade individual, sendo assimilada por todas as classes.

Esse fenômeno de segurança que o modo ter de existência impõe, faz com que Slavoj Žižek (2011, p. 70) refira que o melhor indicador da falta de confiança da esquerda em si é o medo da crise, pois “teme por sua posição confortável de voz crítica totalmente integrada ao sistema”. No início do governo interino de Michel Temer, um dos “slogans” mais difundidos pela esquerda era contra o retrocesso e pela garantia de direitos. Até que ponto essa postura não é reflexo do medo que a “crise” possa repercutir sobre a própria posição social e econômica de quem profere tais palavras de ordem? A luta sempre fica mais abrihantada quando se reporta aos direitos da classe trabalhadora, ainda que esta não clame por representação desta estirpe, conferindo base social, por vezes, a candidatos que prometem saídas gerenciais, ou com maior rigor punitivo com o restabelecimento de uma ordem que pretensamente foi perdida.

Um dos escritos que captou com maior acuidade a transição da característica que confere proeminência social ao “ter” foi o de Thorstein Veblen (1983, p. 42), em 1899, ao perceber que os bens materiais assumiram a função de conferir respeitabilidade, visto que “a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler”. A forma de reconhecimento social não é medida pelo sobrenome, embora talvez ainda haja um resquício da relevância do epíteto nos textos acadêmicos, que o utilizam somente o último nome na citação. Tampouco se pode afirmar que ócio seja o elemento que grava o prestígio social, como na formação pré-capitalista, em que não havia ainda a associação entre a dignidade e o trabalho, como lembra Jacob Gorender (2011, p. 105).

Mesmo que sejam mais literárias do que propriamente “científicas”, seria prender pouco a atenção a palavras tão bem-postas caso se alocasse a seguinte citação em nota de rodapé. O socialista Oscar Wilde descreve o comportamento social vigente com a habitual proeminência frasista:

Numa sociedade como a nossa, em que a propriedade confere distinção, posição social, honra, respeito, títulos e outras coisas agradáveis da mesma ordem, o homem [...] fez do acúmulo dessa propriedade o seu objetivo, e perseguirá sempre esse acúmulo, exaustivo e tedioso, ainda que venha a obter bem mais do que precise, possa usar ou desfrutar, ou mesmo que chegue até a ignorar o que possui [...]; De

modo que o homem passou a achar que o importante era ter, e não viu que o importante era ser (WILDE, 2008, p. 27-28).

Talvez a precisão histórica dos dizeres de Erich Fromm e Oscar Wilde ganhe maior vazão no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, em que o Estado de Bem-Estar Social integrou a classe trabalhadora ao capitalismo por meio do consumo. Em países dependentes como o Brasil, em que o ato de consumir ingressou dentro um padrão homogeneizador global – no entanto, por um preço muito alto à classe trabalhadora diante da baixa remuneração da força de trabalho – o modo “ter” é relevante, mas atingido por poucos.

Ganha terreno então o modo “parecer”, que se adequa ao consumo das “classes baixas”, ainda que essa estratégia não possa ser vista como algo anômalo para o funcionamento do capitalismo. Como recorda Adorno e Horkheimer (2006, p. 101-102) sobre a cultura de massas da indústria cultural: “Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa”. Ao lado do “ser” e do “ter”, há um terceiro estágio que passa a compor o ideal social vigente adequado à qualidade de país dependente: o “parecer”.

O diagnóstico estarecedor do tempo foi antecipado com precisão por Ludwig Feuerbach (2009, p. 25): “[...] esta época prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a fantasia à realidade, à aparência à essência [...] porque sagrada é somente a ilusão, mas profana a verdade”. Como não recordar aqui da Tese 34 de Guy Debord (2012, p. 25): “O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem”. Por isso, em outra ocasião, defendi que o intento para que o trabalhador encontre o que seria o seu verdadeiro *ser* (para-si), significa retroagir ao menos em duas barreiras definitórias da realização humana, já superadas pelo avanço ideológico do consumo: o ter e o parecer (KELLER, 2015, p. 100).

Assim como a formulação binária de “ser ou não ser” assumiu um sentido popularmente diverso, o mesmo pode ser dito em relação ao termo “alienação”, que é associado a uma pessoa que não tem conhecimento dos fatos mais banais que emergem da realidade, como se habitasse um plano existencial peculiar. Mesmo dentro da tradição marxista, em que é amplamente trabalhado com suposto rigor científico, a sua utilização sofreu um processo de congelamento histórico.

Constitui lugar-comum aduzir que o trabalhador é “alienado” do produto do trabalho, inclusive referindo que este fato conteria em si uma potência revolucionária. É preciso memorar que a “alienação” foi considerada até mesmo categoria central à teoria marxista, como no caso de Henri Lefebvre (2008a, p. 3; 52), que construiu a sua crítica à vida cotidiana

inteiramente baseada nesta categoria⁵³. David Harvey (2016, p. 247), por sua vez, ao escrever “17 Contradições e o Fim do Capitalismo”, apontou que é possível que o modo de produção sobreviva até a 16ª contradição, ainda que sob um custo social alto. Todavia, a 17ª traria o conceito capaz de aglutinar forças políticas à superação do capitalismo: a alienação universal.

Submersos a parafernalias tecnológicas que aumentam a produtividade, ao mesmo instante em que captura horas e horas do cotidiano para navegar em redes sociais, ou assistindo programas televisivos, há um aumento no grau de “alienação” que as pessoas estariam sujeitas. A condição de libertação estaria, nessa perspectiva, na reunião de uma subjetividade coletiva que se aglutinasse em torno da constituição de um motor econômico diverso, enfrentando a alienação universal a qual estamos impostos (HARVEY, 2016, p. 257; 246-247; 2018, p. 194-195).

Não obstante compartilhe do anseio de Harvey acerca da constituição de um novo “motor econômico”, para utilizar uma expressão afeita ao seu pensamento, parece que o diagnóstico social caminha exatamente na direção oposta. O consumo “alienado” funciona no capitalismo como válvula compensatória ao cotidiano de trabalho por vezes indesejado, como meio de retribuir o dispêndio de força de trabalho sem identificação com a atividade laborativa em si. A ideologia do consumo não faz com que as pessoas queiram suplantar a ordem vigente, ou o modo de produzir em concreto para romper com o estranhamento, senão que o preço da venda da força de trabalho permita adquirir os bens materiais necessários para preencher as necessidades vitais e socialmente criadas.

Não suponho que no estranhamento (ou alienação universal) se encontre o mecanismo de propulsão revolucionária capaz de brotar um pensamento anticapitalista, pelo contrário, é a forma como o capital permitiu a ampliação da reprodução ao exato momento que subordinou as pessoas a desejarem a sua manutenção. A base social de sustentação do governo neodesenvolvimentista foi constituída justamente permitindo que as pessoas acessassem bens de consumo cobiçados, bloqueados anteriormente a um largo segmento da população.

A racionalidade neodesenvolvimentista agrava a “alienação universal”, tendo em vista que não nega a natureza das relações econômicas, ou o desejo ideológico de venda da força de trabalho em troca de um punhado de bens materiais. Na mão inversa, em 07 de abril de 2018, antes de ser efetivamente preso, o ex-presidente Lula discursou uma última vez em Porto

⁵³ Henri Lefebvre (2008b, p. 214), embora estivesse ciente da nuance terminológica dos termos *Entäußerung* (alienação) e *Entfremdung* (estranhamento), bem como das suas variantes, inclusive sendo o primeiro tradutor para o francês, em 1933, dos “Manuscritos”, optou por unificá-los unicamente sob “alienação”.

Alegre, chamando-me a atenção o quanto os dispositivos “ter” e “parecer” foram utilizados como sinônimo de conquistas sociais do seu governo e da sua sucessora:

Eu cometi esse crime que eles não querem que eu cometa mais. É por conta desse crime que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses crimes, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser microempreendedor, ter sua casa própria. Se esse é o crime que eu cometi eu quero dizer que vou continuar sendo criminoso nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais. [Povo começa a gritar “Lula, guerreiro do povo brasileiro”] (SILVA, 2018a).

A política governamental do neodesenvolvimentismo incorporou os comandos ideológicos do consumo, ao invés de abnegá-los, assumindo como proeza do período a permissão de acesso da denominada “nova classe média”. Pretensamente se ignora, nessa perspectiva, que o consumo pelas classes subalternas representa a integração ideológica à dominação do capital, que aumenta a sua capacidade expansiva à medida que absorve novos consumidores dispostos a trocar o produto da sua força de trabalho por uma coleção infundável de mercadorias, as quais são desapegadas com a maior pressa, a fim de encurtar o ciclo de reprodução do capital⁵⁴.

A discursividade de Lula é radicalmente antagônica à perspectiva da esquerda latino-americana, que tinha como ideal a edificação de um “novo homem”. A racionalidade que movimenta o período neodesenvolvimentista é de integração do trabalhador aos valores que florescem da base econômica capitalista. Não há uma repulsa explícita ao que representa o consumo desmedido à classe trabalhadora, que gera endividamento, retroalimentando o sistema financeiro, bem como pobreza espiritual por associar o reconhecimento social e o próprio conteúdo da felicidade à conquista de bens materiais publicamente cognoscíveis.

Essa relação entre consumo e estranhamento foi questionada por György Lukács, ao indagar acerca da influência que o consumo exercia para reconfiguração do fenômeno. O estranhamento é produto de leis econômicas em intercâmbio com o modo pelo qual as pessoas defrontam-no, somente podendo ser interrompido pela atividade objetiva, consciente ou não, para suprimir essa condição. Mesmo diante do alto grau de disseminação que o estranhamento atingiu, dificilmente se esteve diante de uma fase em que a sublevação contra o capitalismo e a sua ideologia se mostrou tão fraca e inefetiva (LUKÁCS, 2013, p. 777).

⁵⁴ Como assinala Bauman (2008, p. 64), a vida do indivíduo “agorista”, na era do consumo, é medida pela pressa em adquirir, sendo que “[...] o motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de *descartar e substituir*”.

O espanto de Lukács (2013, p. 778) deriva da percepção de que ao invés de despertar a insurgência contra as privações que estavam historicamente sujeitas, as massas trabalhadoras nutrem a aspiração de permanecer elevando o padrão de vida por meio do consumo, que é assentido como essencialmente positivo. Na sua visão, estar-se-ia diante do surgimento de uma nova modalidade de estranhamento, ou um “estranhamento *sui generis*”, como preferiu intitular. Será que é o caso de se sustentar uma nova modalidade de estranhamento, ou se trata do próprio enfraquecimento conceitual pela alteração da dinâmica da materialidade da vida social?

O alastramento do consumo por um largo contingente de pessoas atende a um dos imperativos tecnológicos dominantes, nuclear à reprodução do capital, que é encurtar as fases de circulação deste na produção e no mercado. Ao abreviar o tempo de vida dos produtos de consumo, os quais cada vez mais assumem a veste de espetáculos de curta duração, cria-se uma dinâmica de consumo cujo ciclo jamais se encerra. Ao ser privado dos meios de produção por completo, a existência sem consumir se torna uma tarefa impensável. O que até certa altura não era possível imaginar, é que a irradiação do consumo para a classe trabalhadora em larga escala serviria, a um só tempo, de necessidade econômica de reprodução e de ideologia de aceitação do capitalismo.

A adoração por bens materiais e imateriais mitiga o efeito negativo que estava intrinsecamente associado à categoria de estranhamento. As pessoas obtêm por meio da aquisição de coisas uma identidade idealizada, enxergando-se elas próprias nas marcas que ostentam, no telefone móvel de última geração, nos carros que apresentam requintes próprios, ou seja, no produto do trabalho alheio e, por vezes, próprio. Não resta saída senão reconhecer que o consumo atingiu em cheio o âmago revolucionário que o estranhamento conferia na tradição marxista.

Como lembra Herbert Marcuse (1999, p. 49), a esfera do consumo amplificado gerou uma harmonização das classes, que comungam do interesse em possuir coisas, numa intensidade capaz de mitigar o estranhamento. Marcuse (1999, p. 55) interroga: “Por que a derrubada da ordem vigente deveria ser uma necessidade vital para aqueles que possuem ou podem esperar por uma casa própria, automóvel, aparelho de televisão, roupas e alimentos suficientes?”. O trabalhador e o empresário acessam a mesma fonte de informação, assistem as mesmas novelas, fazendo com que as necessidades e satisfações passem a possuir um padrão compartilhado, gerando mútuo interesse na preservação e aprimoramento da ordem (MARCUSE, 1967, p. 29).

Mesmo entre os que estão excluídos dessa lógica, pesa sobre si a impotência de não ter condições de suportar um padrão de vida desejado, não se podendo supor que teriam imediato interesse no socialismo como alternativa de racionalidade para suplantar o modo de vida vigente. A drástica alteração material que o estranhamento na sua dinâmica corrente ostenta, não invalida o estranhamento como categoria teórica ínsita ao estágio do capitalismo, no entanto, passa por severa transformação ao ponto de enfraquecer o seu ínsito aspecto negativo.

Ricardo Antunes (2018, p. 95) refere que adotou o uso de estranhamento ao invés de alienação, visto que carrega em si a dimensão de negatividade do trabalho assalariado, enquanto a alienação pode também ser associada à exteriorização, que é uma parte ineliminável da atividade humana. O que ora tenciono é justamente a atenuação do caráter inerentemente negativo do fenômeno, quando o consumo gera a identificação do trabalhador com a coisa, ao invés de despertar a repulsa pela índole fetichizada. O reflexo imediato é a conformação ao cotidiano que é imposto, como se observa da fala do Entrevistado Militante A, ao responder sobre o que achava do capitalismo, mesmo não sendo um capitalista: “Melhor possível. É o único modo de produção em que uma pessoa pode criar, do nada, um império, e onde quem batalha e se destaca pela competência tem o sucesso garantido”.

As saídas apontadas à crise estrutural que acomete a sociedade brasileira perpassam respostas, em maior escala, pugnando uma reforma drástica, em si improvável, enquanto uma parcela ínfima demanda uma revolução impossível. Uma vez comedida a potencialidade revolucionária pela extensa capacidade integrativa do consumo, o estágio que vivemos opera sob uma contradição que não comporta enunciados em si estabilizantes, cuja síntese pode ser formulada na seguinte proposição: o que há entre a reforma improvável e a revolução impossível? A liberdade como dominação e a sujeição como liberdade.

3.4 O dispositivo de dominação ideo(tecno)lógico e o bloqueio efetivo de novas formas de sociabilidade

Alain Badiou (2013, p. 24-25), em conversa com Nicolas Truong, afirmou que o amor não pode ser resumido ao encontro, por mais abrasivo e dotado de intensidade existencial que seja, tendo em vista que é, antes de tudo, uma construção duradoura. Entendê-lo como reduzido ao encontro seria uma concepção tipicamente romântica de amor. No sentido empregado por Badiou, o romantismo estaria mais próximo do seu entendimento vulgar, que

pode ser coletado de forma indistinta em qualquer glossário escolar. No entanto, o romantismo que ora nos interessa é outro.

Ao contrário do seu uso na fala cotidiana, na condição de movimento artístico, filosófico, político, Michael Löwy e Robert Sayre (2015, p. 47) defendem a permanência histórica, consciente ou não, do romantismo, caracterizando-o como uma postura de “repúdio à realidade social atual, experiência de perda, nostalgia melancólica e procura do que foi perdido”. Um romântico, nessa visão de mundo, não é aquela pessoa que idealiza o amor, como aludido por Badiou, senão a que carrega a dor da existência em habitar uma sociedade cujos valores sofreram processo de degradação.

A proposta de romantismo expressada por esses autores é marcadamente anticapitalista, não obstante a incompleta crítica que já lhes foi dirigida acerca do ínsito caráter conservador do movimento (NETTO, 2011, p. 139-146). Dentro da tipologia proposta por Sayre e Löwy (2015, p. 111), Jonathan Crary (2014) decerto pode ser considerado integrante do romantismo marxista, visto que a sua obra “24/7 – Capitalismo Tardio e os Fins do Sono”⁵⁵ traz uma bela distopia romântica e anticapitalista para expressar os tantos processos incessantes que estamos sujeitos na nossa vida cotidiana, cujas demandas por produtividade, trabalho, comunicação, consumo etc., invadem a rotina de modo a limitar o tempo morto e improdutivo do sono humano.

Crary (2014, p. 11) inicia a sua obra referindo um pássaro, o pardal de coroa branca, que executa sua rota migratória entre o Alasca e o norte do México, cuja característica peculiar é permanecer acordado por até sete dias durante esse período. De fato, pesquisa publicada na “PLoS Biology” concluiu que este pardal tem uma capacidade de reduzir o sono por longos períodos sem que haja déficit nas funções cognitivas (RATTERNBORG et al.; 2004). Jonathan Crary (2014, p. 11) aponta que têm sido realizadas pesquisas de monitoramento da atividade cerebral desses pássaros, utilizando recursos do governo norte-americano, com a esperança de obter conhecimentos que sejam aplicáveis aos seres humanos, de modo a deixá-los acordados por muito tempo e produzindo de modo eficiente.

O argumento é interessante à medida que a redução da necessidade do sono humano pode representar um encurtamento e aceleração na realização do ciclo do capital, ao passo que as pessoas poderiam trabalhar e consumir mais, corroborando para o incremento de um dos imperativos tecnológicos dominantes: diminuir o tempo de circulação do capital na produção

⁵⁵ A expressão “24/7” (“twenty four/seven”), que não tem correspondência no português do Brasil, representa algo que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, de modo ininterrupto. Diante da sua não utilização no Brasil, passa despercebido que o “site” de notícias “Brasil 24/7”, na verdade é “Brasil 24/7”.

e no mercado (HARVEY, 2016, p. 76; 99). Nesse sentido, a ofensiva contra o sono ganha uma justificação plausível:

A imensa parte das nossas vidas que passamos dormindo, libertos de um atoleiro de carências simuladas, subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do capitalismo contemporâneo. O sono é a interrupção sem concessões no roubo de nosso tempo pelo capitalismo. A maioria das necessidades aparentemente irreduzíveis da vida humana – fome, sede, desejo sexual e recentemente a necessidade de amizade – foi transformada em mercadoria ou investimento. [...] A verdade chocante, inconcebível, é que nenhum valor pode ser extraído do sono (CRARY, 2014, p. 20).

O tempo de trabalho, considerado produtivo, alimenta a capacidade de consumir as atividades de não-trabalho, ao instante em que o tempo livre não é ocupado com atividades que demandam reflexão, já que os dispositivos tecnológicos – da televisão ao celular – há tempos vêm minando o lazer. Uma das atividades mais obsoletas é escrever um texto longo e esperar que seja lido em larga escala, quando a dinamicidade da vida exige que o máximo de aspectos tenha uma temporalidade reduzida. Aqui reside, inclusive, uma das principais proezas dos movimentos que demandavam a queda de Dilma, ao passo que aglutinaram uma prática do jornalismo tradicional (baseado na polêmica) aliado da simplificação dos temas. Os cartazes cunhados tanto pelo MBL ou VPR, difundidos nas plataformas virtuais, eram compostos de poucas informações, ainda que houvesse remissão para um sítio virtual com conteúdo muitas vezes distorcido.

A venda da força de trabalho possibilita o acesso ao consumo de bens tecnológicos, que são objetos constantes de desejo e, como bem lembra Bauman (2008, p. 64): “A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não-satisfação de seus membros [...]”. O ato de consumir jamais pode gerar a satisfação ou atingir um limite, gerando uma troca incessante de bens, cada vez com a durabilidade mais encurtada. Em se tratando do consumo de tecnologia, a identificação da pessoa com o bem “[...] atesta a tentativa de fazer de si mesmo um aparelho eficiente e que corresponda, mesmo nos mais profundos impulsos instintivos, ao modelo apresentado pela indústria cultural” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 138).

É até mesmo curioso observar como as pessoas passam a viver uma vida dual sem que isso constitua objeto de atenção especial. De um lado, subsiste o modo de vida tradicional, em que a pessoa é obrigada a encenar sua fachada socialmente construída de modo presencial, físico, em conversas com pessoas reais coincidindo o tempo e o espaço. Por outro lado, a esfera tomada pela dita “vida virtual” cresce sobre a até então chamada “real”, tudo isso à

medida que o isolamento promovido pela tecnologia da vida real representa a incursão na virtual. É como se houvesse um disjuntor que a pessoa se desliga do entorno, adentrando em um outro plano, que somente volta a existir quando a tela do celular volta a ser bloqueada. A primeira reação é um olhar em volta, para ver se nada de estranhado desponta a esta rotina de ida e vinda para outra realidade.

Talvez o aspecto mais estarrecedor é como o momento virtual tem sido, em escala crescente, um elemento de validação da vida presencial. A confirmação de um relacionamento amoroso, por exemplo, é atestada a partir da mudança do status na rede social (“facebook”). Ainda, há uma grande chance de o próprio relacionamento ser resultado de um encontro virtual, até mesmo resultante de um desses tantos catálogos humanos de pessoas, como o “tinder”, que entrelaçam pessoas reais que dificilmente trocariam qualquer palavra se estivessem fisicamente no mesmo ambiente.

O mundo virtual parece ser mais fácil de ser habitado, pois permite criar uma fachada que melhor corresponda à imagem que a pessoa quer encenar para os demais. Não é preciso ser o que se almeja, basta parecer e propagar (KELLER, 2015, p. 24). Com isso, a dita modernidade líquida de Bauman (2001, p. 9) parece se convalidar quando as pessoas gravam pequenos vídeos cuja existência é efêmera, não mais do que um dia ou até mesmo pelo exato instante em que se assiste, para difundir a sua atividade na vida real. Quem pensaria, poucos anos atrás, em tirar uma fotografia que teria apenas 24h de existência?

Quando Guy Debord (2012, p. 30) publicou “Sociedade do Espetáculo” para ilustrar a dominação capitalista por meio do consumo e do entretenimento jamais poderia antever que cada pessoa poderia construir o seu próprio espetáculo. A página virtual de compartilhamento de vídeos “Youtube” permitiu que até então anônimos criassem seus próprios “canais” de vídeos, na tentativa de angariar seguidores e patrocínio, chamando atenção até mesmo da mídia tradicional. Com isso, temos pessoas que sobrevivem a expensas da reprodução individual do espetáculo, assumindo a profissão moderna de “youtuber”. Essas mesmas plataformas foram utilizadas pelos grupos MBL e VPR para difundir a sua ideologia, com milhões de visualizações.

Ignora-se, nessa lógica, que essas necessidades individuais do desejo por lazer instantâneo são uma antonomásia às necessidades tecnológicas do mercado, que ampliam a sua dominação sobre as pessoas, que não somente consentem, mas cobiçam participar ativamente deste mundo. Não se pode menosprezar também as implicações políticas decorrentes. A internet com sua própria linguagem obrigou a política tradicional a adequar-se para sobreviver. Uma greve geral, como a ocorrida em 28 de abril de 2017, contra as reformas

trabalhista e da previdência propostas por Temer, teve a sua batalha por narrativas iniciada na véspera. O duelo de “hashtags”, antigo jogo da velha de pouca funcionalidade no telefone, expôs os que anuíam com a paralisação e os que defendiam o trabalho regular.

A manchete, virtual claro, do jornal “El País” (BECKER, 2017), denunciava a “estranha vitória da #GreveNão no Twitter”. Como houve maior repique da #GreveNão no dia anterior à greve, houve a leitura de que o movimento fracassaria em adesão. Todavia, o trabalho jornalístico foi empregado para desmistificar essa visão, pois o que parecia ser uma força do movimento de crítica a greve geral, demonstrou seu o seu oposto: “[...] uma análise mais cuidadosa dos dados mostra exatamente contrário: foram os usuários pró-greve, críticos da hashtag e majoritários, que levaram o termo aos trend topics”. Todo esse trabalho de análise de dados foi elaborado uma empresa especialista em redes sociais a pedido do jornal.

No dia seguinte, a página virtual da Revista Carta Capital (2017) trouxe uma matéria com a seguinte indagação no título: “Como #GreveFracassou chegou aos trending topics na Índia?”. Ao exato instante em que as ruas de todo o Brasil eram tomadas por pessoas que aderiram à greve geral, uma batalha estava instaurada no campo virtual cuja polarização se deu, no “Twitter”, entre as expressões #BrasilEmGreve, para os apoiadores, e #AGreveFracassou, para os que não aderiram. Ocorre que, enquanto a greve ocorria, a “hashtag” alusiva ao fracasso da greve se tornou a mais utilizada na... Índia! Não se trata, como poderia supor algum entusiasta da informação global, que os indianos estão atentos aos movimentos políticos do Brasil, senão que nessa batalha pela imposição de narrativas, grupos apoiadores do governo teriam utilizado robôs (“bots”), que geram contas falsas, fazendo com que #AGreveFracassou fosse a expressão mais mencionada naquele país.

É totalmente compreensível que perpassado quatro páginas do início do tópico se questione: o que a teoria marxista ou Marx propriamente tem a ver com isso? Como provocativamente Žižek (2011, p. 21) respondeu certa feita: “é a ideologia, estúpido!”. Nesse estágio, parece que veio às claras, ou deveria ao menos, que a tecnologia tem atuado de forma eficiente como mecanismo de reprodução da ideologia dominante, na acepção notória de Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 47): “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes da sociedade [...]. A classe que tem a disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual [...]”.

Ocorre que a tarefa de disseminação da ideologia que tradicionalmente era estudada como um elemento de cima para baixo, ou no jargão marxista da superestrutura para a infraestrutura, é fundido com a pessoa ao ponto que torna a si própria autodifusora na sua própria existência. Isso faz com que a ideologia, como elemento de incorporação ao

metabolismo de reprodução do capital, muito mais oculta do que as formas tradicionais ainda vigentes, como o telejornal. Em plena campanha presidencial de 2018, alardeou-se que o sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro se dava pela formação de uma ampla base social por meio do aplicativo de comunicação “whatsapp”, responsável pela divulgação massiva de mensagens e vídeos, inclusive com conteúdo falso, nutrindo o sentimento antipestista que balizou a vitória do candidato.

Para lembrar uma frase de Antoine de Saint-Exupéry (2006, p. 72), dita pela raposa ao Pequeno Príncipe: “só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”. Não se cogita, nem à distância, que os aparatos tecnológicos constituam uma poderosa forma de dominação social, que sujeita os indivíduos a seguirem padrões comportamentais específicos, amoldando a conduta, forma de se relacionar e de fazer política. A aceitação das inovações como se fosse um dado natural do progresso e objeto de desejo social, esconde o agir ideológico na reprodução da ordem da realidade existente.

A ação de direcionar o olhar para tela do celular quando há o soar da chegada de uma nova mensagem pode ser lida à luz da interpelação do indivíduo em sujeito althusseriana. Na leitura peculiar e estruturalista de Louis Althusser (1999, p. 279-287), a ideologia é compreendida como uma deformação imaginária que não representa as condições reais de existência, levada a efeito por atos materiais que se inscrevem como práticas definidas por aparelhos ideológicos. A função da ideologia é, nesse viés, interpelar os indivíduos concretos como sujeitos. Como dito, quando soa o aviso sonoro do celular, o indivíduo dirige sua atenção para a tela, sabendo que chegou alguma mensagem e que cabe a ele, numa rotina de normalidade, visualizá-la e respondê-la.

Esse exemplo de interpelação, demasiadamente concreto, não pode ser estabelecido como natural se não houvesse uma sequência prévia de situações que interpelam o indivíduo como sujeito, que decifram e aceitam os sinais que lhe são impostos pelos aparelhos ideológicos, dentro da ótica da reprodução das condições de produção do capitalismo. A ideologia comanda as mais diversas ações de uma construção biográfica, a partir dos ditos “aparelhos ideológicos”, desde a família, a religião, a escola, que por meio de práticas concretas demandam que o indivíduo as respondam tornando-se sujeito ao aceitá-las pelos “rituais do reconhecimento ideológico” (ALTHUSSER, 1999, p. 285).

O ritual da interpelação tem função criar as condutas consideradas evidentes diante de certas provocações ideológicas. Há um dado de naturalidade, inevitabilidade, em responder as interpelações que são postas pelos mais diversos signos de existência no cotidiano. Se pararmos para refletir, quase todo o nosso agir está abarcado pela necessidade de responder às

interpelações, ideológicas, que conformam o metabolismo de reprodução do capital. Redigir esse texto implica tanto à sua reprodução quanto lê-lo, ao passo que quase todas as tarefas do cotidiano denotam, em alguma medida, corroborar para a sua dinâmica, restando difícil pensar em ações que estejam alheias ao agir ideológico que tem essa finalidade precípua. Reproduzir o capital e a sua ideologia, portanto, não está tão distante como se pode supor, encontrando-se encrostada nas ações que garantem a existência humana nas suas mais variadas formas (do respeito à lei até fazer o sinal da cruz quando se passa diante de uma igreja).

Ao ilustrar a ação da ideologia a partir da interpelação do indivíduo como sujeito não estou, pura e simplesmente, assentindo com o argumento estruturalista de Althusser, senão de pensar que uma das dificuldades que a teoria crítica se encontra enredada. Essa dificuldade pode ser ilustrada no questionamento de Marcuse (1967, p. 27) é: “como podem as pessoas que tenham sido objeto de dominação eficaz criar elas próprias as condições de liberdade?”. Os ares de naturalidade com que os aparatos tecnológicos são difundidos e utilizados, em uma lógica de consumo hedonista, faz com que a liberdade tenha se convertido em um poderoso instrumento de dominação. A escolha racional dos indivíduos é em seguir e aceitar a sujeição de vida que lhes é imposta, fazendo com que as possibilidades alternativas de existência sejam taxadas de irreais, ou que servem apenas para agudizar as dificuldades já existentes (em remição aos países socialistas ainda existentes).

Herbert Marcuse (1967, p. 153-154), nos idos de 1964, alertava para o papel de dominação que era exercido pela tecnologia nos países centrais, sendo que parte das características por ele abordada é observável na realidade brasileira. A tecnologia não pode ser pensada como neutra à medida que a dominação se opera tanto no conceito como na elaboração das técnicas, garantindo que a submissão ao aparato técnico repercute nas comodidades da vida, bem como no aumento da produtividade do trabalho. Uma sentença, posta logo no início do estudo, sintetiza o porquê de se questionar a racionalidade tecnológica: “A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social” (MARCUSE, 1967, p. 18).

A aceitação do modo de vida pensado a partir da racionalidade científico-tecnológica representa a conformação do indivíduo com a existência que lhe é imposta, promovendo, a um só tempo, o fechamento do universo político da transformação social radical e a mitigação da noção tradicional de alienação/ estranhamento. As inovações que despontam não são vistas como processos de cerceamento das formas alternativas de pensar, pelo contrário, tornam-se objeto de cobiça em virtude da capacidade de criar e submeter os indivíduos a pretensas

formas de simplificação de certas tarefas, ou de atuarem ampliando o espectro de comunicação e entretenimento.

Pensar qualquer possibilidade de superação ao capitalismo deve levar em conta, portanto, que a existência humana foi minada por formas superiores de dominação, em que bens tecnológicos se apresentam como objeto de desejo, mesmo pela dita “classe trabalhadora”. Além disso, a incursão repetida de novos bens, ano após ano, que abrevia o ciclo de reprodução do capital, obriga a alteração de hábitos a partir de necessidades criadas e impostas pelo mercado. Por que imaginar que o horizonte das lutas políticas está à margem dessa dominação? Pensar a formação da consciência de classe não pode ser desprovida da racionalidade que orienta o indivíduo, como resultado do seu esforço, a meritocraticamente acessar esses bens. Sendo o caso de ação da ideologia ou não, está dificuldade está presente, em escala crescente, para se concretizar formas de existência alternativas.

Quanto mais eficaz for a sujeição dos indivíduos ao modo de vida imposto pela racionalidade tecnológica, menos consciência haverá da servidão, ou, nos dizeres de Marcuse (1967, p. 226): “Quanto mais elas tenham se tornado necessidades e satisfações individuais, tanto mais sua repressão pareceria ser quase uma privação fatal”. É impensável supor que os indivíduos pudessem sobreviver privados da televisão, do celular, do computador, sem que isso acarretasse o que Marcuse chamou de “vaziou traumático”, no qual seriam obrigados a relacionarem consigo e com as pessoas de forma imediata, constituindo um verdadeiro pesadelo insuportável.

Cada vez mais somos condicionados pela tecnologia no nosso modo de vida, abrangendo os relacionamentos interpessoais, a aceitação social e formas políticas, sem que tudo isso seja encarado como uma restrição à liberdade. Passa-se verdadeiramente o oposto, todos os anos o lançamento de um novo “iPhone” (celular da “Apple”) atrai a atenção das manchetes diante das enormes filas de consumidores, ávidos pelo lançamento do novo modelo. Essa saga que era afeita apenas ao contexto norte-americano, teve sua versão brasileira em 2016, quando a fila se iniciou três horas antes da abertura da loja oficial em São Paulo, com clientes que viajaram 270 km apenas para acessar o bem com alguma antecedência (CAPELAS, 2016).

Com isso, os dispositivos tecnológicos atuam como verdadeira extensão do corpo e da mente humana, ao ponto de serem inseparáveis e necessários de serem transportados a todos os lugares. Uma parte cada vez mais significativa da vida humana não se encontra nas relações pessoais e físicas, sendo desenvolvidas em ambientes artificiais, que preenchem o sentido da existência física. É impensável, no contexto atual, um abandono completo dessa

forma de dominação consentida e desejável⁵⁶, seja por um imperativo econômico do crescimento exponencial infinito, ou em virtude do padrão global de consumo que é difundido em larga escala com práticas de obsolescência programada, por vezes instantânea, como é o caso do “Twitter” (HARVEY, 2016, p. 219).

O nível de naturalização da ideologia está tão elevado que a tentativa de demonstração da espoliação ínsita ao capitalismo e de certos aspectos da sociabilidade humana, por parte que se posicionam de uma forma crítica diante dele, passa a ser objeto de regozijo. As pautas de reconhecimento e denúncias de violação de direitos são encaradas como “mimimi”, por parcela considerável da população brasileira, não raro seguida de uma defesa intransigente do capitalismo como o sistema econômico inevitável para geração do progresso e do bem-estar.

Em uma síntese talvez imprecisa, o que está em disputa são os sentidos atribuídos à noção de “progresso”, já que serve tanto para ilustrar um estágio de evolução incontrolável e necessário, afeito aos imperativos do crescimento exponencial infinito, como pode denotar, de modo negativo, o que precisa ser freado a todo custo. Nessa última visão, Walter Benjamin desponta como um crítico à noção de progresso, ao associar a degradação humana e da natureza à essa ideologia, como ressaltado na afamada Tese IX, retomando o desenho “Angelus Novus”, de Paul Klee:

Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-la. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a essa tempestade que chamamos progresso (BENJAMIN, 2014, p. 246).

A construção da sociedade sem classes, defendida por Benjamin, não poderia ser a realização do progresso, derivado do marxismo evolucionista, senão o freio de emergência da locomotiva da história (LÖWY, 2005, p. 93-94). Nos dizeres do seu par na Escola de Frankfurt: “A circunstância de que o cego desenvolvimento da tecnologia reforça a opressão e a exploração social ameaça a cada passo transformar o progresso em seu oposto, o barbarismo social” (HORKHEIMER, 2013, p. 139). Hoje, talvez mais do que denotar o barbarismo social, já que este é a face oculta do processo, representa a conformação da subjetividade com o modo de vida que nos é imposto pela racionalidade tecnológica.

⁵⁶ Esse diagnóstico já havia sido antecipado por Marcuse (1978, p. 99), em obra publicada em 1955, ainda com tom mais otimista: “O elevado padrão de vida, no domínio das grandes companhias, é *restritivo* num sentido sociológico concreto: os bens e serviços que os indivíduos compram controlam suas necessidades e petrificam suas faculdades. Em troca dos artigos que enriquecem a vida deles, os indivíduos vendem não só seu trabalho, mas também seu tempo livre. A vida melhor é contrabalançada pelo controle total sobre a vida”.

As melhores distopias não são aquelas que extrapolam os limites da imaginação, fantasiando um mundo ainda impensado, senão as que estão inscritas na temporalidade presente, escancarando facetas naturalizadas do convívio social que passam despercebidas. A essa altura deve ser retomado um ponto iniciado no começo do tópico. Jonathan Crary (2014), ao criar a distopia de uma sociedade sem sono, não tinha como objetivo afirmar que as pessoas deixarão efetivamente de dormir, sendo o exagero a sua graça.

O argumento central do autor é que o processo moderno de acumulação de capital tem minado cada vez mais esferas da existência humana, sendo necessário criar mecanismos de bloqueio a essa invasão que se torna consentida e por vezes impensada: “Mesmo na ausência de qualquer compulsão, escolhemos fazer o que nos mandam fazer; permitimos que nossos corpos sejam administrados, que nossas ideias, nosso entretenimento e todas as nossas necessidades imaginárias sejam impostos de fora” (CRARY, 2014, p. 68). É nesse contexto de dominação eficiente que se parte à compreensão das formas de resistência e da possibilidade efetiva de construção de uma nova sociabilidade.

4. O AVANÇO DO NEOFASCISMO E A DESATUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PERSPECTIVA SOCIALISTA

O Golpe de 2016 foi curiosamente perpetrado sob a defesa, de ambos os lados, da democracia. O PT deveria ser extirpado do poder em nome da democracia, pois constituiria uma ameaça a ela por representar um projeto de totalitarismo comunista. Por outro lado, os defensores da ex-presidenta Dilma igualmente defendiam a sua permanência em nome da democracia, tornando-a um verdadeiro *consenso*. A mesma disputa permeou o cenário eleitoral de 2018, quando Fernando Haddad (PT) foi para o segundo turno com Jair Bolsonaro (PSL). Por provocação deste candidato, os seus seguidores acreditam que a eleição de Haddad representaria o Brasil rumar à Venezuela, que é visto como um país comunista e ditatorial, enquanto os eleitores do PT enxergam a ameaça à democracia em Bolsonaro, que é um defensor da tortura e da ditadura militar.

Nesse embate não é possível romper com o pensamento binário estabilizante (ou é isto ou é aquilo), visto que a democracia não pode se encontrar em polos tão equidistantes do espectro político. Para compreender a ascensão do neoconservadorismo, sigo um fio condutor que se inicia em Junho de 2013, desembocando no Golpe de 2016, que, por sua vez, desencadeou a vitória de um autoritário à eleição presidencial de 2018, que é Jair Bolsonaro. A eleição deste representou, a um só tempo, o esfacimento das pautas por reconhecimento, diante as tantas ofensas corriqueiras às “minorias”, e da luta por redistribuição radical, tendo em vista que adotou o mantra da racionalidade neoliberal.

Estamos em uma fase curiosa em que a democracia formal sofre processo de corrosão a partir dos seus próprios mecanismos. A democracia não foi suficiente para frear o Golpe de 2016, pelo contrário, a ordem jurídica e as instituições (como o STF) se fizeram presentes para passar um verniz de legalidade sobre uma essência putrefata. Em um segundo estágio, a democracia foi burlada pela capacidade de propagação de notícias em larga escala, fazendo com que o então candidato Bolsonaro tenha formado uma base social prescindindo dos meios tradicionais de imprensa para tanto. A questão que se coloca é se o autoritarismo neoliberal constitui uma ameaça à democracia ou é a própria forma de manifestação democrática, que está estruturada sob as bases da sociabilidade capitalista.

Por fim, diante de um cenário de fracasso do socialismo real, bem como da ideia que porta no imaginário popular, o último tópico deste capítulo é destinado para refletir sobre mudanças que entendo necessárias para revigoração do projeto emancipatório. Para tanto, é preciso enfrentar o núcleo teórico que enxerga na base econômica a condição central de

libertação, como se a superação do capitalismo fosse ocorrer a partir do desenvolvimento das forças produtivas materiais, tendo por base a classe trabalhadora como contraprincípio.

Ao lado dessa discussão, parece necessário reformular também o papel que as lutas por reconhecimento portam dentro da teoria marxista. Longe de negar ou fragmentar a luta de classes, as demandas por reconhecimento, em verdade, possuem uma funcionalidade à própria reprodução das desigualdades. As opressões “identitárias” estão entranhadas com a forma de reprodução do capital, que, a partir de caracteres que configuram a subjetividade, reforça a condição de subalternidade social. São aspectos pontuais, no entanto, que podem servir para que a ideia de socialismo retorne à arena política como opção no sentido de superar a ordem vigente.

4.1 Do “evento” de Junho de 2013 a março de 2016: o Brasil acordou... e com ele o conservadorismo

Ao estabelecer as quatro condições da filosofia, Alain Badiou (2002, p. 17) estava preocupado com as conversões, as perturbações, as experiências heterogêneas radicais de ruptura, que podem ser encontradas *na política, na arte, na ciência e no amor*. A sua inquietação como filósofo é ser um militante político, um amante da poesia, um cientista instruído e com um pensamento jamais distanciado das peripécias do amor (BADIOU, 2013, p. 9). Essas quatro experiências têm a potência de formar *novas verdades*, as quais são ligadas ao acaso pelo que denomina de *evento* (ou acontecimento). O evento é algo entregue ao imprevisível, incalculável, a partir do qual há um processo de subjetivação que torna o surgimento da nova verdade possível (BADIOU, 1996, p. 309).

Constitui um evento artístico a aparição de “Ésquilo”, sendo a peça teatral de Sófocles o sujeito da verdade artística que é a tragédia grega (BADIOU, 2002, p. 28; 46; 111). Por evidente, a Revolução Russa, de 1917, foi um evento político da maior envergadura. Quando desponta um evento, o processo de surgimento da nova verdade depende da *fidelização* do sujeito que nele se constitui, cujos efeitos são infinitos, ao passo que não se reduzem ao ato eventivo em si. A preocupação de Badiou não está na repetição das formas de vida cotidianas, senão na capacidade que os eventos têm de transformar as verdades até então consolidadas, em uma dessas quatro condições.

Para romper com a abstração, por que não trazer a ilustração com o evento *amor*? Imagine duas pessoas que nasceram em regiões completamente diversas do Brasil e se encontram pela ventura do destino em uma pós-graduação, apaixonando-se e iniciando uma

vida comum. Isso é algo puramente contingente, no entanto, configura um evento justamente por não ser previsível ou planejado “de acordo com as leis do mundo” (BADIOU, 2013, p. 25). Esse acaso, em um dado momento, tem que ser fixado, selando a declaração de amor, que pode ser “eu te amo”, ou nas variáveis como “ich liebe dich”, a passagem deste acaso ao destino. Temos, então, a fidelização ao evento amor que representa o encontro de dois capaz de alterar profundamente a vida de ambos.

Na formulação de Badiou, o evento representa a criação de possibilidades que estavam invisíveis ou até mesmo eram impensadas, sendo que inexistia constituição da subjetividade antes do engajamento fático à "Ideia" que dele surge⁵⁷. A Ideia do evento político representa a *possibilidade* em nome da qual as pessoas agem, transformam-se e iluminam a criação de uma nova verdade (BADIOU, 2014, p. 9-14). A constituição do sujeito somente ocorre a partir do engajamento ao evento (fidelização), não havendo subjetividade antes da formação deste⁵⁸, sendo que todo evento está situado no local em que se “concentra a historicidade da situação” (BADIOU, 1996, p. 143). Após esse levante teórico, parece prudente indagar: seria Junho de 2013 um autêntico evento político?

O Gigante Acordou! Assim foi bradado pelos manifestantes os levantes de Junho de 2013, ocorridos por todo o Brasil, inicialmente como uma pauta por mobilidade (o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus), impulsionada pelo Movimento Passe Livre (MPL). Antes dele, volta e meia a rotina de normalidade do cotidiano era quebrada com a ação dos movimentos sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos) ou novos movimentos sociais (vinculados à questão racial, de gênero etc.)⁵⁹, no entanto, não possuíam a envergadura e aderência massiva da população.

É possível inserir Junho de 2013 dentro de um contexto global de manifestações, como o movimento “Occupy Wall Street”, nos Estados Unidos (em 2011), Indignados na Espanha (em 2011), Movimentos dos Cidadãos Indignados da Grécia (entre 2010-2012), a Primavera Árabe com ecos em diversos países da região (entre 2010-2012) (GOHN, 2014, p. 22). Há cerca similaridade principalmente em razão da utilização das redes sociais, como o

⁵⁷ “Uma Ideia é a subjetivação de uma relação entre a singularidade de um processo de verdade e uma representação da História. [...] diremos que a Ideia é a possibilidade do indivíduo compreender que sua participação num processo político singular [...] é também uma decisão histórica” (BADIOU, 2012, p. 134).

⁵⁸ Slavoj Žižek (2016, p. 160) precisamente aponta: “a primeira coisa que chama a atenção de qualquer um que seja versado na história do marxismo francês é que o conceito de Acontecimento-Verdade de Badiou [evento-verdade] é estranhamento próximo do conceito de interpelação ideológica de Althusser”.

⁵⁹ Por questão de acordo semântico, adiro a proposição de Maria da Glória Gohn (2017, p. 19-22), segundo a qual se pode dividir os movimentos sociais em: a) clássicos: movimentos operários, de trabalhadores rurais, sindicatos, partidos políticos; b) novos: vinculados a questões identitárias (gênero, raça, etnia, culturais) e ambientais; c) novíssimos sujeitos: heterogeneidade de sujeitos e “ideologias” motivadoras, com pautas difusas.

“Facebook”, para a organização e divulgação dos protestos. Até então, como aponta Harvey (2012, p. 118) os movimentos de protesto experienciavam a rapidez e volatilidade no tocante ao seu crescimento e declínio, sendo facilmente controlados e absorvidos pelas práticas dominantes do capitalismo.

Junho de 2013 representou uma ressignificação política nas lutas sociais, ao passo que novas formas de organização – por meio das mídias virtuais – romperam com a organicidade dos movimentos sociais que até então ocupavam os espaços públicos (GOHN, 2014, p. 133). Nesse ponto residia a dificuldade inicial, principalmente por parte da grande mídia, em fazer a leitura, no calor do momento, do que representavam tais atos de inconformismo, visto que havia a prática reiterada de “criminalização” dos movimentos sociais, ou ao menos de os taxarem de baderneiros, a fim de atrair sobre eles a pecha negativa.

A ocupação das ruas à realização de protestos atraía, reiteradamente, uma chamada negativa, como se a demanda veiculada não fosse suficiente para que a rotina de ida e vinda da população, normalmente ao trabalho, não pudesse ser quebrada por instantes. O Entrevistado Político A assim se manifestou quando indagado acerca dos protestos que trancam as ruas da cidade: “Eu acho um absurdo porque a ordem pública é um bem comum e material da sociedade”. Na mesma linha, o Entrevistado Militante A expôs que achava “Um absurdo. Eu acho que dá para fazer manifestação. Pode se manifestar. Tem áreas, né? Mas tu impedir o direito das pessoas de ir e vir não é isso que vai te dar, que vai te fazer ganhar ou conquistar alguma coisa”.

Os levantes de Junho de 2013, inicialmente, sofreram da mesma tentativa de descrédito por parte da grande mídia. Duas situações são pitorescas para ilustrar uma prática que é lugar-comum, i.e., formar diante da opinião pública uma imagem negativa dos manifestantes que postulam mudanças específicas. Em 13 de junho de 2013, o apresentador José Luiz Datena (2013) escancara a sua posição de repúdio em relação aos protestos que estavam ocorrendo: “baderna eu sou contra, baderna me inclua fora dessa”, emendando que “protesto tem que ser pacífico, não pode impedir via pública”. Na sequência, o programa apresentou uma enquete com o questionamento: “você é a favor deste tipo de protesto?”.

Ao ler a pergunta ao vivo, Datena acentuou “que inclui depredação pública, o pessoal andando nas vias públicas, não estou perguntando sobre o aumento da passagem, que eu também sou contra, mas o tipo de protesto que tem acontecido com quebra-pau”. Ocorre que, mesmo tendenciando os telespectadores para reprovarem os atos, as parciais indicavam que as pessoas concordavam com o ato. O apresentador se viu atônito, zerando a pesquisa ao vivo, para reformar a pergunta, presumindo que a audiência não tinha compreendido-a: “será que

nós formulamos mal a pergunta? Você é a favor de protesto com baderna? Acho que essa seria a pergunta”. Mesmo com a reformulação do questionamento, os votantes cancelaram os protestos que estavam ocorrendo, fazendo o apresentador uma mea-culpa com o tradicional “a voz do povo é a voz de Deus” (DATENA, 2013).

Arnaldo Jabor (2013b) padeceru do mesmo desdouro, um dia antes, na Rede Globo, quando iniciou o seu repúdio aos atos nestes termos: “A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Ali não havia pobres que precisassem dos R\$ 0,20. Os mais pobres ali, eram os policiais apedrejados que ganham muito mal”. Terminou o seu comentário apontando a desatualização histórica dos manifestantes que viveriam no passado de uma ilusão, sendo eles “a caricatura violenta, da caricatura de um socialismo dos anos 50, que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”.

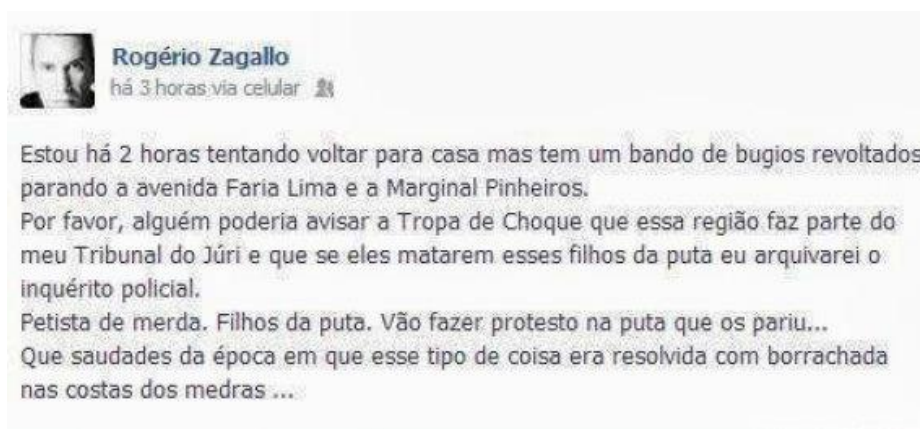
Em 17 de março de 2013, quando já se tinha consolidado uma opinião pública favorável aos protestos, Jabor (2013a) desdisse: “Amigos ouvintes, outro dia eu errei”, referindo para a legítima indignação que tardara no país, cuja envergadura não se via desde 1992, com os “caras pintadas”, que marcaram os levantes pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. Jabor (2013a) supunha que o protesto tinha cara de anarquismo inútil, temendo que a energia fosse despendida em bobagens, todavia, observou que o MPL era importante diante da crise da representatividade, para que pautas diversas emergissem no debate público, defendendo que a oportunidade de transformação dos grandes atos não fosse perdida.

Não à toa, Maria da Glória Gohn (2014, p. 22) denominou esse momento inicial do protesto como “desqualificação e descaso”, notadamente porque o MPL foi associado pela mídia tradicional ao vandalismo. Esses dois ocorridos demonstram que Junho de 2013 não foi uma sequência de protestos que pode ser compreendida sob a ótica regular de manifestações populares que cotidianamente tomam as ruas, como até então se dinamizavam, como a luta por moradia do MTST, ou pela reforma agrária do MST.

Até Junho de 2013, havia se firmado um senso comum na sociedade brasileira de como um protesto deveria ser tratado. A dinâmica era um movimento social chamar um protesto para uma localidade determinada, regularmente com o trancamento de ruas, apresentando pautas objetivas, combatendo sujeitos específicos para os quais a demanda era veiculada. Esses manifestantes eram enxergados como “baderneiros”, “vagabundos”, não trazendo qualquer comoção social o fato de haver, por reiteradas vezes, a reprimenda com uso violento da força policial.

Essa mesma tática governamental, com chancela da mídia e, conseqüentemente, por grande parte da população, foi aplicada no começo das manifestações de Junho de 2013. Quando o MPL fez o segundo grande ato em São Paulo, em 7 de junho, a repercussão jornalística reforçava a tese do vandalismo, como fartamente documentado (JUDENSNAIDES; LIMA; POMAR; ORTELAADO, 2013, p. 39). Nesta ocasião, chamou a atenção uma postagem no “facebook” do promotor do Ministério Público de São Paulo, Rogério Zagallo, que clamou pela morte dos manifestantes.

Figura 10 – Postagem no “facebook” do promotor Rogério Zagallo



Fonte: Huffpostbrasil (2014)

O que era totalmente imprevisível àquela altura, é que a brutal violência policial, perpetrada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, à época governada por Geraldo Alckmin, iria despertar a indignação da população ao ponto de transformar a dimensão dos atos. Da habitual repulsa, paulatinamente se alterou a tônica do tratamento dos manifestantes, reconhecendo que as suas pautas eram legítimas, não obstante difusas. Após tamanha digressão, volto à pergunta inicial: Junho de 2013 pode ser considerado um legítimo evento político? No semblante parece que todo o caminho eventivo foi percorrido, ao passo que a violência policial despertou uma explosão social, fazendo com que as pessoas se fidelizassem ao ocorrido, em um processo de subjetivação. O levante de Junho de 2013 levou para as ruas um segmento social que não participava da vida política ativamente, inclusive nutrindo ojeriza em relação aos protestos contumazes, no entanto, que se sentiu instigada a interagir com aquele momento político.

A fase inicial de Junho de 2013 pode ser lida dentro de uma euforia por parte da “esquerda”, tendo em vista que o MPL teve a capacidade de gerar uma ebulição social que há

tempos não era vista. Resultou, inclusive, no cancelamento do aumento da passagem em diversos municípios brasileiros. Por outro lado, não tardou para que se observasse que os manifestantes carregaram às ruas a própria imprecisão ou confusão de crenças. Era nítido um desejo ingênuo de transformação social, mobilizando-se as pessoas por mais saúde, segurança, educação, além da pauta inicial da mobilidade, aparecendo também a corrupção, todavia, sem a centralidade que veio assumir nos anos seguintes.

A crise da representatividade política foi marcante à medida que os manifestantes tinham ojeriza às bandeiras de partidos políticos, havendo embates para que não houvesse partidarização da manifestação. Estava-se diante de um fato que gerava ingente perplexidade: milhões de pessoas nas ruas em todo o Brasil demandando mudança, sem saber ao certo o que ou contra quem. Portanto, Junho de 2013 *não foi um evento político* porque faltou a “Ideia”, ou o procedimento de verdade, capaz de romper com o estabelecido. Como diria Žižek (2014a, p. 180), restou ausente o engajamento de uma subjetividade coletiva a um novo projeto emancipatório, sendo que as pautas veiculadas foram dirigidas de forma imprecisa aos governantes.

A existência de um evento somente pode ser aferida em retrospectiva, de acordo com a capacidade que teve de alterar radicalmente a situação pretérita a partir do processo de verdade que despontava. Slavoj Žižek (2011, p. 128) refere que o sucesso de “uma revolução não pode ser medido pelo terror sublime dos seus momentos de êxtase, mas sim pelas mudanças que o grande Evento deixa no nível do cotidiano, do dia seguinte à insurreição”. Ou, como questionou em outro momento: “o que acontece no dia seguinte? Como é que essa explosão emancipatória será traduzida numa nova ordem social?” (ŽIŽEK, 2015, p. 120).

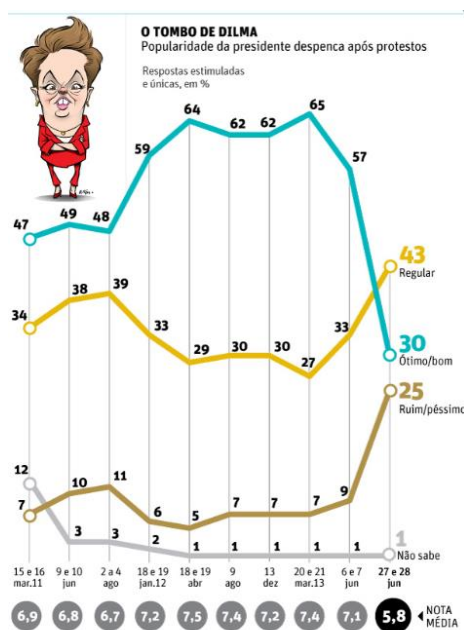
Junho de 2013 poderia ter se convertido em um evento político, entretanto, o Estado tomou as medidas necessárias para mitigar os seus efeitos imediatos, em um processo de absorção de demandas, visto que a repressão não surtiu o efeito desejado. É preciso lembrar que é característica das singularidades, como o levante de Junho de 2013, que elas possam ser normalizadas, inclusive pela ação do Estado (BADIOU, 1996, p. 145), como a concessão feita a demanda inicial pelo não reajuste da passagem⁶⁰.

Não são procedentes as críticas aventas à época de que Junho de 2013 se dissipou rapidamente, porque uma ebulição social daquela envergadura não pode ter seus efeitos medidos em curto prazo. O impacto imediato foi a repercussão na queda da popularidade da

⁶⁰ Acompanho parcialmente os apontamentos de Norman Madarasz (2011, p. 112-113), quando aponta que no Brasil não houve um autêntico evento político, divergindo do autor quando refere que o MST seria um acontecimento de ordem universal.

então presidenta Dilma Rousseff, decorrente da ampliação da pauta, que começou pela mobilidade (transporte público) e se espalhou pela mais variada gama de direitos. A partir do alargamento das demandas, boa parte delas seriam papéis a serem cumpridos pelo executivo federal, resultando no desgaste da ex-presidenta, diante da incapacidade de oferecer respostas imediatas.

Figura 11 – Queda da popularidade de Dilma após protestos em Junho de 2013



Fonte: Folha de São Paulo (2013)

Junho de 2013 precisa ser compreendido em **duas fases** conexas, porém, com elevado grau de distinção. A primeira delas é fruto do movimento orquestrado pelo MPL, que tinha um corpo diretivo horizontal, pauta definida e programática, sabendo contra quem postulava. Aqui, tem-se um denominado “novo movimento social” atuando dentro dos moldes habituais. Ocorre que, no seio dessa organização, brotou uma forma espontânea de manifestação, gerando uma segunda fase, cuja fidelização das pessoas, a partir da violência policial, mudou radicalmente os rumos do levante.

Não suponho que o MPL, como defende Gohn (2017, p. 31-35), possa ser entendido como um “novíssimo sujeito coletivo”, cujas características observáveis a partir de 2013 são o fato de serem heterogêneos, com diferentes correntes, sem bases populacionais organizadas, em que a formação da “subjetividade” é pontual e com adesão de acordo com a pauta. A não cisão de Junho de 2013 em dois estágios fez com que Gohn entendesse que o MPL se trata de um novíssimo sujeito coletivo, quando na verdade se assemelha mais a um “novo movimento

social”⁶¹. Esse novíssimo sujeito despontou no curso das ações do MPL, mas com ele não pode se confundir, porque não eram militantes da questão da mobilidade urbana.

Junho de 2013 contém em si a contradição de ter surgido como protesto de um novo movimento social com a aglutinação de novíssimos sujeitos. As fases distintas podem ser percebidas pelo tratamento diverso conferido pela mídia quando da adesão popular, em que ao invés da habitual reprimenda houve a chancela, sendo os baderneiros (tática “black bloc”) vistos como a minoria. Afora a queda da popularidade de Dilma, os efeitos políticos maiores das manifestações não foram sentidos de imediato, entretanto, é possível traçar uma segura linha de continuidade entre Junho de 2013 e o Golpe de 2016.

Jessé Souza (2016, p. 95) anuncia: “Já temos aqui, em junho de 2013, o delineamento geral de todas as forças que se articulariam mais tarde no golpe de abril de 2016”. Em termos paralelos, Eugênio Bacci (2016, p. 79) defende que “Em 2015, 2016, de modo menos esfumado, as manifestações de 2013 iriam se desmembrar do veio principal”, buscando compreender a alavanca de decomposição do governo Dilma nos protestos de Junho de 2013. A indignação social gerada em Junho de 2013 não teve a potência de alterar o panorama político-eleitoral de 2014, resultante na reeleição de Dilma. Ocorre que as lacunas deixadas em 2013 foram colmatadas pelos grupos que impulsionaram a deposição de Dilma em 2016, como o MBL e VPR.

Na contramão dos fatos, Ruy Braga (2017, p. 243) atribui a “analistas alinhados ao lulismo” a hipótese de que Junho de 2013 constituiu a pavimentação para o Golpe de 2016. Segundo o autor, o argumento não se sustentaria à medida que em 2013 ocorreram campanhas sindicais com protagonismo dos trabalhadores precários do Brasil. O argumento é falho, tendo em vista que, nutrido do senso “essencialista” já criticado nesta tese, Braga ofusca, ao menos parcialmente, a demanda veiculada pelos manifestantes ao associá-la diretamente à condição da pessoa na relação econômica “infraestrutural”. Junho de 2013 teria como protagonismo “o jovem precariado urbano”, não obstante a demanda inicial e final (amplamente difusa) não tenha tocado as condições de trabalho⁶².

⁶¹ O MPL “surgiu como organização em 2005, tem militantes de diversos partidos de esquerda e fez parte de um grupo de movimentos sociais que se afastou do governo, mas se manteve no campo da esquerda. [...] Assim, quando o Movimento Passe Livre começou a se organizar em 2013 contra o aumento das tarifas do transporte público, tinha um histórico de mobilização” (AVRITZER, 2016, p. 66).

⁶² A própria noção de “precariado” nada mais é do que uma imputação objetiva de vontade, quando é definida somente pela posição econômica, ou seja, formada pela “fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico” (BRAGA, 2012, p. 19). Isso sem contar o resquício de otimismo histórico, ao apontar que “não seria nenhuma surpresa encontrar, em um futuro próximo, esses trabalhadores alinhados aos batalhões vanguardistas da luta de classes” (BRAGA, 2012, p. 230).

Ruy Braga (2017, p. 231; 235) chega a reconhecer o momento denominado de “tudo junto e misturado”, em que houve a difusão de demandas, bem como ingresso de setores conservadores nos protestos, mas minora a sua participação. Inclusive, contrariando todas as pesquisas, aponta para uma suposta “pulsão plebeia”, em que se deve reconhecer a aderência de setores periféricos da sociedade. O problema é de caráter metodológico, ao instante que não consegue separar a demanda projetada e a posição efetiva do manifestante na escala econômica. O fato de ocupar determinada posição socioeconômica não relaciona diretamente o posicionamento político. Junho de 2013 não foi uma manifestação “classista”, de um segmento amargurado pelas condições de trabalho, por mais frustrante que isso possa ser para um marxista tradicional.

Em exame retrospectivo, a aderência massiva da população aos protestos de Junho de 2013 resultou no despertar de setores conservadores que se encontravam inertes durante a gestão petista, embora contumazes críticos, em pormenor na pauta da corrupção, como foi o caso do escândalo do “mensalão”. É curioso que o texto de Braga chega a trabalhar a hipótese, que compactuo e ora desenvolvo, no sentido de que assim como os Indignados espanhóis e os portugueses tinham preparado a vitória eleitoral da direita, “o MPL brasileiro teria criado a oportunidade para que visões de mundo direitistas pegassem carona na luta contra o aumento das tarifas do transporte público” (BRAGA, 2017, p. 231).

O senso de indignação do MPL é política e programaticamente orientado, ao contrário da aderência de setores desorganizados que passaram a dividir as ruas em Junho de 2013. Portanto, temos sob a mesma insígnia dois momentos diversos dos protestos que devem ser separados na sua leitura, sob pena de supor que o MPL teve o protagonismo até o fim, bem como que todos os manifestantes eram pessoas com aguçado senso de justiça social. Não existe nenhum termômetro sociológico que consiga antever com acuidade quando um processo de transformação irá eclodir, sendo que somente quando o cenário da batalha está instaurado é que torna possível aferir a pontencialidade de ruptura.

O momento denominado por Ruy Braga de “tudo junto e misturado”, em verdade, foi a ocasião em que se pôde enterrar as esperanças na conformação de um evento político. A fidelização ao acontecimento formativo não tinha uma Ideia compartilhada, ao inverso, quando as massas saíram às ruas se aclarou a confusão programática, não compartilhando os manifestantes uma verdade em comum, que pudesse prefigurar o movimento. Mesmo sem ter

a envergadura de um evento, Junho de 2013 explicitou lacunas que vieram a ser colmatadas pelos movimentos *pró-impeachment*.

Junho de 2013 deixou um vazio em termos de representação política, fazendo com que embora houvesse milhões de pessoas nas ruas, não tenha surgido nenhuma liderança política. Este fato deriva da circunstância de que havia uma ojeriza a partidos políticos, fazendo que o apartidarismo tenha se convertido em antipartidarismo. As pautas eram amplamente difusas, sendo que cada cartaz individualmente empunhado representava uma plataforma política distinta. Não se sabia ao certo contra quem se estava reivindicando, fazendo com que a quantidade de ódio comum carregada, não tenha sido depositada na mudança alvejada, diante da ausência de direcionamento, configurando uma “batalha sem sujeitos” (KELLER, 2015, p. 116).

Às vésperas da abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, em março de 2016, quando ocorreu a maior manifestação da história do país, encontrávamo-nos em situação radicalmente diversa. A proeza de movimentos como o VPR e MBL foi justamente explorar certas lacunas deixadas em Junho de 2013. Diante do flagrante apartidarismo difundido em Junho de 2013, tais movimentos foram criados como se estivessem à margem dos partidos políticos, autointitulando-se compostos por membros da sociedade civil. Ao invés da ausência de formação de lideranças políticas, despontaram figuras como Kim Kataguiri, Fernando Holiday, Arthur do Val (do canal “mamãe falei”), Rogério Chequer, Marcello Reis, alguns deles ocupando cargos públicos em mandatos.

As pautas que eram difusas foram concentradas em torno do tema da corrupção, fazendo com que o PT e suas principais lideranças fossem os inimigos a serem combatidos. Dessa forma, ao contrário de Junho de 2013, tínhamos novas lideranças políticas, movimentos partidários, pautas definidas e direcionamento contra quem se demandava. Junho de 2013 foi o momento em que setores conservadores da sociedade brasileira, há tempos reclusos em suas residências, saíram para as ruas pela primeira vez em um largo período de tempo. E mais do que isso: foram alçados pela conjuntura para o papel de heróis cívico-nacionais, incumbidos do papel de libertar o Brasil do PT e da sua pretensa ameaça totalitária. Esse sentido foi notado na fala do Entrevistado Militante A, que participou dos atos em Junho de 2013:

Em junho de 2013 a minha motivação já era muito maior contra o Governo. Acho que as passagens de ônibus foram só um estopim pra eclodir tudo. Mas, ali, eu vou te dizer, eu acho que ali os políticos erraram a mão, não souberam interpretar. Porque, se tu olhar, das manifestações de 2013, eram manifestações muito amplas, ninguém sabia exatamente o que tava protestando. O início começou contra os 20 centavos e daí, depois, descambou pra todo mundo que tinha uma bandeira e acabou

se formando um grupo que soube conduzir pra uma... pra o que acabou sendo a derrocada da Dilma.

A corrupção é o motor ideológico das pessoas que se vestiram de verde e amarelo na missão de defender a pátria contra o PT, aumentando a pujança do fenômeno do antipetismo. Segundo o Entrevistado Militante B, essa foi a função da corrupção:

É que a corrupção no Brasil ela é sistêmica, compreende? Ela adquiriu esse volume agora pra poder criar um inimigo. A mídia, ou... não podiam condenar o Lula ou a Dilma pelo Bolsa Família, condenar a Dilma porque criou universidade, porque arrumou emprego, porque criou o polo naval do país. Não, isso... aí cria a figura da corrupção, a figura da ilegalidade, porque trabalha com um inconsciente legalista e moralista da sociedade que se impressiona com isso.

Os novíssimos sujeitos como o MBL e VPR não tinham bases populares consolidadas, sendo que a aderência aos protestos ocorria em virtude da pauta delineada anti-PT. Como infere Gohn (2017, p. 71), as demandas orbitavam em torno de temas como ética na política (corrupção), bem como descontentamento popular (desemprego, inflação, insegurança). Não obtendo sucesso em frear a reeleição de Dilma, não restou alternativa senão o *impeachment*, impulsionado pelo fato de o PSDB prontamente não aceitar o resultado das eleições.

Em síntese, temos o preenchimento das seguintes lacunas: i) no lugar do antipartidarismo surgiram movimentos que se intitulavam apartidários; ii) a crise de representatividade política alçou figuras “outsiders” da política tradicional; iii) a incerteza programática foi centrada na corrupção, formando o caldo de coesão necessário para levar multidões às ruas. Junho de 2013 deixou um espólio político que foi habilitado por grupos antagônicos ao PT, os quais obtiveram sucesso na deposição da ex-presidenta Dilma.

Como os novíssimos sujeitos MBL e VPR tiveram aderência tão somente à medida que expunham uma pauta específica contra o PT, inflando o sentimento antipestista, o *impeachment* de Dilma tendeu para a diminuição da envergadura desses grupos. Uma vez perfectibilizado o Golpe em 2016, para tentar manter o prestígio, o MBL se agarrou em plataformas com nítido caráter conservador e neofascista: contra o feminismo, contra a diversidade de gênero (que chamam de “ideologia de gênero”), defendendo o projeto de “Escola Sem Partido”, a favor da ampliação do porte de armas, extinção da maioria penal, contra cotas raciais.

Figura 12 – Postagens no “facebook” do MBL



Fonte: MBL (2018)

Estamos diante de uma fase histórica de derretimento da carga valorativa que impunha limites ao pensamento autoritário e conservador, sendo que as ideologias propagadas encontraram compatibilidade com a racionalidade neoliberal vigente. Chegamos ao estágio do “liberal na economia, conservador nos costumes”, em uma mescla de neoliberalismo econômico e neofascismo político nas questões identitárias.

“O Brasil acordou” é um dado inquestionável nas revoltas de Junho de 2013. O que pouco se flexiona, no entanto, é *qual Brasil acordou?* Nós tínhamos até então a luta do MTST, do MST, do movimento estudantil (que inclusive se rebelou a reboque de Junho de 2013), e tantos outros movimentos sociais que jamais deixaram as ruas na luta pela efetividade de direitos. O Brasil que acordou foi aquele adormecido no consumo, defensor da moral e dos bons costumes, da família tradicional brasileira, que encontrou em um populista tosco de direita a mitificação da sua alma. O Brasil que acordou pôs um pesadelo sobre nós, que não sabemos ao certo como enfrentar.

4.2 A desintegração do *Sittlichkeit* com a ascensão do neofascismo neoliberal

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele foi de fato”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela lampeja em um momento de perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. [...] tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer (BENJAMIN, 2014, p. 143-144).

Ditadura militar, tortura, perseguição política, são facetas da realidade que supúnhamos estarem entranhadas no século XX, já devidamente retratada nos livros de história. Ocorre que, como lembra Walter Benjamin na indigitada passagem, articular historicamente o passado significa se apropriar de uma recordação quando ela lampeja em um momento de perigo. De forma mais ou menos inesperada, rebenta-se o revisionismo que procura recontar os mais diversos fatos sob a lente oposta, do vencedor, não estando os mortos a salvo das novas leituras.

A ditadura militar de 1964 passa a ser esmorecida, inclusive com o aval do presidente do STF, Dias Toffoli, o qual defendeu que a terminologia mais adequada seria “movimento de 1964” e não “golpe militar”, pois o erro dos militares seria somente a permanência no poder, ao invés de atuar como moderador (IG, 2018)⁶³. Após 21 anos de ditadura militar, com tantas pessoas desaparecidas, presas, torturadas da forma mais bárbara, será que os que sofreram com as atrocidades da ditadura militar estarão a salvo com a vitória do inimigo? Como foi possível, em pleno julgamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, Jair

⁶³ É preciso pontuar que Toffoli supostamente teria se apoiado na leitura de obra do historiador Daniel Aarão Reis, o qual repudiou as afirmações do ministro: “A interpretação é vesgamente enviesada, procura um ponto de equilíbrio que não existe em história e tem como resultado a *absolvição histórica* do golpe e dos golpistas. No limite, e este limite foi agora ultrapassado pelo Toffoli, preconizam deixar de se falar em ditadura” (REIS, 2018).

Bolsonaro invocar a memória do Coronel Brilhante Ustra, notório torturador, e tal fato ser passado como secundário, ou até mesmo enaltecido?

Para um espectador distante, esses disparates causam profunda estranheza, no entanto, para quem vivencia a dissolução dos limites éticos até então vigentes em primeira pessoa, resta a perplexidade em ver lampejar o perigo de um passado que se concebia encerrado. O revisionismo trouxe até mesmo a discussão acerca do nazismo ser um movimento de esquerda do espectro político, havendo árdios defensores deste ditame, ao isolarem a variável “tamanho do Estado” como elemento caracterizador. A assertiva chamou a atenção do próprio embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, o qual foi instado a se manifestar, afirmando ser “uma besteira argumentar que o fascismo e o nazismo são movimentos da esquerda [...]”. É um consenso entre os historiadores da Alemanha e do mundo que o nazismo foi um movimento de extrema direita” (WITSCHTEL *apud* DUCHIADI, 2018).

Até mesmo quando o ex-líder da Ku Klux Klan (KKK), David Duke, afirmou que Bolsonaro “soava como um deles”, demonstrando admiração, a resposta de Bolsonaro foi que seria mais coerente que apoiasse o candidato da esquerda, que supostamente defende a divisão de pessoas (SENRA, 2018). Bolsonaro foi acompanhado pelo vereador de São Paulo e membro do MBL, Fernando Holiday, que sustentou proximidade da KKK com a esquerda brasileira.

Figura 13 – Twitter do vereador de São Paulo Fernando Holiday



Fonte: Twitter (2018)

O avanço ético de uma sociedade pode ser aferido quando certos preceitos se convertem em assuntos indizíveis, sob pena de rechaço imediato. O que testemunhamos no

decurso de Junho de 2013, passando pelo Golpe de 2016, até a eleição de Bolsonaro em 2018 foi o esfrelamento do conjunto de valores que lentamente se consolidavam no Brasil. O repúdio à tortura, à ditadura militar, aos preconceitos de raça, gênero, religião, vão rompendo as barreiras sociais que impunham limites ao discurso de ódio. Como refere Flávio Casimiro (2018, p. 43-44), é a partir da segunda metade da década de 2000 que “o discurso da direita passa ganhar maior dimensão e radicalidade. [...] narrativas revisionistas e as *fakenews* passaram a ‘redimir’ determinados discursos de ódio, tidos como inaceitáveis e repulsivos por décadas pela maioria da sociedade”.

Embora Junho de 2013 não possa ser considerado um evento político, por não ter sido capaz de despontar uma ideia que transformasse radicalmente o dia seguinte, a ebulição por ele desencadeada promoveu o esgarçamento de um espaço subjetivo, em que comporta não apenas manifestantes propositivos, senão forças reativas, que Badiou (2001, p. lvii) chama de “sujeito obscuro”. A abertura da locução política iniciada em Junho de 2013 foi condicionada pelos movimentos de direita que impulsionaram o Golpe de 2016, tendo por derradeira consequência o arregimentar de pessoas que deram vazão ao fenômeno que pode ser entendido como *neofascismo neoliberal* (ou “novo neoliberalismo”, “nova direita”, “populismo de direita” ou “neoconservadorismo”), com a ascensão de Bolsonaro ao poder⁶⁴.

Não se trataria porventura de uma força histórica associar o momento político brasileiro com o fascismo atuante sob bases neoliberais? A resposta atrai uma nova pergunta, socorrendo a Benjamin mais uma vez: *qual recordação lampeja no momento de perigo em que vivemos?* A par das pouquíssimas análises diante da novidade do fenômeno, Anita Leocadia Prestes (2018) defende que há uma ameaça fascista em curso: “o grande capital internacionalizado pode hoje, no Brasil, sem outra opção, entregar o poder a Bolsonaro, da mesma forma que o fez com Hitler, através de processos eleitorais, reveladores da grande insatisfação de numerosos setores sociais”. Acerca do tecido social, Mauro Iasi (2018a) aponta que “comportamento fascista não pode ser reduzido a manipulação e engodo, mas encontra profunda raízes na consciência imediata das massas [...], seja nos segmentos médios, seja na classe trabalhadora”.

O lampejo do perigo não é despido de similitudes. Como lembra Alain Badiou (2001, p. 64-65), Adolf Hitler conseguiu conduzir o extermínio como uma colossal operação

⁶⁴ Edda Saccomani (2002, p. 466) caracteriza a ideologia do fascismo como centrada no “culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes. [...] pelo aniquilamento das oposições mediante uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle da informação”.

militarizada porque tomou o poder em nome de uma política cujas categorias incluía o termo “judeu”. Uma das singularidades da política nazista era a proclamação da comunidade histórica que deveria ser dotada de uma subjetividade conquistadora (formada pela raça ariana), através da construção arbitrária, ainda que prescritiva, de um exterior (judeu) que podia ser monitorado a partir do interior. Não estamos assistindo um fenômeno similar à medida que a tomada do poder por Bolsonaro significa a ascensão do “cidadão de bem”, que são patriotas zelosos pelo futuro da nação?

O projeto político de Bolsonaro contém um claro delineamento de quem deveria ser vigiado por não integrar a noção política de *cidadão de bem*. Os inimigos internos que devem ser combatidos não se restringem aos ditos “bandidos”, incluindo os gays, negros quilombolas, índios, mulheres, feministas, comunistas, partidários do PT, todos aqueles que combatem o seu projeto político que promove uma mescla de autoritarismo, conservadorismo e neoliberalismo. O seu jeito tosco e efusivo que lhe rendeu o apelido de “mito” bem se amolda à personalidade dos líderes do nazi-fascismo, no sentido do que registram Adorno e Horkheimer (2006, p. 152):

Seu alarido é a gargalhada organizada. Quanto mais medonhas as acusações e as ameaças, quanto maior a fúria, mais compulsório o escárnio. [...] O Führer, com sua cara de canastrão e o carisma da histeria orquestrada, puxa a roda. Sua representação realiza substitutivamente e em imagem o que é vedado a todos os demais na realidade. Hitler pode gesticular como um palhaço.

A frustração do segmento social que elegeu Bolsonaro com a política, a crise econômica, a corrupção, encontrou nele o simbolismo da transformação necessária. Sem compreender a raiz de tais problemas, saem às ruas bradando as energéticas medidas que são aceitas como inevitáveis, construindo “uma ideologia grandiosa para isso, e falam disparatadamente da salvação da família, da pátria, da humanidade” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 142). Não adianta argumentar expondo os aspectos de regressão valorativa que a pessoa de Bolsonaro representa, pois “A cegueira alcança tudo, porque nada compreende” (ADORNO; HORHKEIMER, 2006, p. 142). A cegueira é tamanha que não há reflexão capaz de refreá-los, seguindo obstinados na ideologia que os impele a agir.

Wilhelm Reich (2007, p. 11), em seu tom de desabafo, culpa o “homem pequeno”⁶⁵ pelas tragédias que a humanidade foi sujeita no século XX, ao referir que o zé-ninguém

⁶⁵ No original, “kleinen Mann”, traduzido como “Zé-ninguém”. A ausência de correspondência da tradução ofusca em parte o sentido da palavra, que pode ser entendido como “homem médio”, cuja racionalidade não escapa do “senso comum”, pelo contrário, alimenta-o e por ele é alimentado sem senso crítico.

“Sente orgulho dos seus grandes generais, mas não de si mesmo. Admira uma ideia que não teve, *não* uma ideia que teve. Quanto menos entender alguma coisa, mais firme é sua crença nela. E, quanto melhor entende uma ideia, menos acreditará nela”. Esse é o motivo pelo qual teve mais “sucesso em conquistar a liberdade do que em conservá-la para si mesmo e para os outros” (REICH, 2007, p. 12). Reich (2007, p. 19) parece descrever o cenário político de 2018 ao referir que o zé-ninguém alçou ao poder os “seus senhores e continua a lhes dar apoio, embora eles tenham arrancado todas as máscaras, ou talvez exatamente por isso”.

É curioso como a ascensão do fascismo neoliberal convalida a tese de Slavoj Žižek (2016, p. 205), segundo o qual “as ideias dominantes *nunca* são diretamente as ideias da classe dominante”. A ideologia dominante para ser operativa deve introjetar, por um lado, conteúdos populares autênticos e, por outro, promover a sua distorção pelas relações de dominação material. A autêntica fúria social contra a má qualidade dos serviços públicos, a corrupção estrutural, o desemprego em massa, conformam o substrato popular autêntico que é incorporado ao neofascismo e, posteriormente, distorcida para encobrir o conteúdo específico da classe dominante. É caso de um dos postulados econômicos de Bolsonaro, segundo o qual “o trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego” como resposta ao desemprego (BOLSONARO *apud* UMPIERES, 2018).

Essa assertiva não pode ser lida caso não se cole a ela a mudança na forma de difusão da informação. Se para a ascensão e manutenção do nazifascismo no século XX era necessário um poderoso difusor propagandístico hierarquizado, como o jornal e o rádio o eram à época, isso muda radicalmente nesse segundo decênio de século XXI. Atualmente se opera um duelo entre a mídia tradicional física (jornal, revista) com a dinamicidade da informação instantânea, que circula por meio dos dispositivos tecnológicos de celulares e computadores. Jair Bolsonaro formou a sua base social de sustentação sem o apoio direto da grande mídia, fazendo uso da horizontalidade da informação, que é passível de ser criada e reproduzida em larga escala prescindindo das formas tradicionais de comunicação.

Bolsonaro se alimentava das notícias propagadas pelas formas tradicionais, em pormenor no tema da violência urbana, canalizando esforços pelas mídias sociais (“facebook” e “whatsapp”) para difundir a sua visão de mundo. A violência urbana se converteu em uma alavanca política de prestígio, ao angariar aderência da população, propondo a prática solução de extermínio sumário de “bandidos”. Durante a campanha presidencial, em cadeia televisiva, durante o principal noticiário (Jornal Nacional da Rede Globo), ao ser perguntando se a violência iria ser resolvida com mais violência, o então candidato respondeu afirmativamente:

Em local que você possa deixar livre da linha de tiro as pessoas de bem da comunidade, ir com tudo para cima deles, e dar para o policial – e dar para os agentes da segurança pública – o excludente de ilicitude. Ele entra, resolve o problema. Se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado e não processado (BOLSONARO, 2018).

Isso faz com que a pena de morte tenha se tornado uma discussão com alto requinte teórico e civilizatório, ao passo que se presume a interferência do Estado na decisão de eliminar ou não uma vida após perpassado o devido processo legal. O medo que é semeado cotidianamente pelas notícias de latrocínio, roubo, furto, estupro aguçam a ira de uma população que passa a enxergar a realidade como despida de ordem e com leniência em demasia com os “criminosos”. Fazendo uso de conteúdos populares divulgados pela própria mídia tradicional, Bolsonaro ofertou respostas práticas, diversas das promessas contumazes dos políticos tradicionais. Vivemos como em um poema de Brecht (2012, p. 196) sobre o nazismo: “Somente através da propaganda perfeita / Pôde-se convencer milhões de pessoas / Que o crescimento do exército constitui uma obra de paz / Que cada novo tanque é a pomba da paz / E cada novo regimento uma prova de / Amor à paz”.

Wilhelm Reich (2001, p. 36-40), ao examinar a ascensão de Adolf Hitler, referiu que a chegada ao poder derivou de uma base de massas, explorando a temática do nacionalismo, desenvolvendo uma técnica de propaganda que foi empregada conscientemente. O sucesso de Hitler, assim como o de Bolsonaro, não deriva diretamente da sua pessoa, mas da importância que lhes é conferida pelas massas, cujo desejo por autoridade balizou a escolha. Do ponto de vista da composição social, o fascismo é um movimento da classe média, sendo que quanto maior a sua dimensão, mais a importância terá na conformação da sua força decisiva.

Não à toa, Reich (2001, p. XVIII) caracteriza o fascismo como “o somatório de todas as reações *irracionais* do caráter do homem médio”, conformando a própria racionalidade neofascista. A mentalidade é sedenta por autoridade ao ponto de a ditadura militar brasileira ter voltado ao poder pelo voto em 2018, com a defesa de um nacionalismo mesclado com religião, ostentando o lema “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. A defesa de valores da família tradicional (heterossexual e patriarcal) e da propriedade privada, as quais cabem ser defendidas com o uso de armas de fogo, passam a recompor o ideário dominante, enquanto no plano econômico os empresários alimentam esses valores para persecução dos seus próprios fins.

Nos exatos 30 anos de redemocratização no Brasil, em 2018, chegamos a um estágio de regressão valorativo tamanho que se pode advogar francamente a favor da ditadura militar, da prática de tortura, do extermínio de um segmento social indesejado (“bandido bom é

bandido morto”), do racismo, machismo, homofobia, contra a pretensa ameaça comunista. Tudo isso é feito às claras, sem dissimulação, à medida que são quebradas as barreiras sociais que inibiam a proliferação dessa forma de pensamento conservador e autoritário. Para tentar explicar tamanha regressão em termos valorativos, cabe indagar: seria a ascensão de Bolsonaro ao poder um evento político?

Seguindo os contornos deixados por Alain Badiou (2001, p. 72-87) quando examinou o nazismo à luz da teoria do evento, a ascensão do projeto neofascista de Bolsonaro não pode ser considerado um autêntico evento político. Ainda que seja um simulacro de evento, diante da operação dos seus traços formais, não se pode ler o neofascismo neoliberal como um autêntico evento político em razão de três fatores que caracterizam o Mal: a) simulacro ou terror; b) traição; e c) desastre.

Em relação ao primeiro elemento, a ascensão de Bolsonaro ao poder não representa uma *universalidade* que preencha o “vazio” da situação⁶⁶, senão convoca a particularização absoluta, i.e., é direcionada ao “cidadão de bem”, que seria a “maioria” dos brasileiros. Com isso, o simulacro eventivo é direcionado a uma particularidade fechada de um grupo abstrato, não a todos endereçado, ao passo que exclui os comunistas, bandidos, “gays”, índios, quilombolas etc., que são tratados como minorias que devem se curvar à maioria. A fidelização ocorre em nome da família tradicional, dos valores cristãos, da propriedade privada, do nacionalismo, gerando, portanto, o *terror* sobre o inimigo, pois a afirmação da sua substância pressupõe a eliminação da diferença.

Em um dado momento, ainda incerto, diante do reconhecimento de uma ilusão até então sustentada ao simulacro de evento, hão de perceber que a verdade à qual se fidelizaram jamais existiu. Ocorre a *traição* não pelo abandono da verdade, senão pelo autoconvencimento de que não houve o processo em si. Por fim, o *desastre* ocorre pela tentativa de nomear o inominável, não atentando para os limites de uma verdade, como é o caso do lema dos seguidores de Bolsonaro: “bandido bom é bandido morto”, ao passo que serve para legitimar a extirpação dos que não se enquadram como “cidadão de bem”. Esta categoria nada mais é do que uma tentativa de nomear o inominável da comunidade política, sendo o símbolo puro e real da situação.

Além disso, como lembra Žižek (2016, p. 157), o projeto neofascista neoliberal não tem como dar um passo à frente de um evento, diante do fato de que seu objetivo primordial é salvar a ordem capitalista. Dito em outros termos, a estratégia consiste em “mudar as coisas

⁶⁶ “A nomeação do Acontecimento-Verdade [Evento-Verdade] é ‘vazia’ precisamente porque se refere à plenitude que ainda está por vir” (ŽIŽEK, 2016, p. 155).

de modo que, no seu nível mais fundamental, elas permanecessem as mesmas” (ŽIŽEK, 2016, p. 157). As tragédias políticas reavivadas do século XX são seguidas por lentes econômicas de outrora, adequando-se ao “automatismo do lucro”, como anuncia Badiou (2007, p. 23), ao instante em que este projeto econômico continua matando muito, sem que ninguém consiga nomear um responsável: “Ajuntemos que não acabou, exceto que os criminosos nominais sucedem criminosos anônimos tanto quanto o são as sociedades por ações”.

Nesse ponto talvez devêssemos parar abruptamente e refletir. Pode não ser um autêntico evento político, mas será que a ascensão de Bolsonaro ao poder, defluída das manifestações a favor do *impeachment*, não conforma um *evento negativo*? A resposta somente pode ser alcançada caso se trilhe a argumentação de Slavoj Žižek (2014a, p. 162-163; 2014b), o qual propõe que se imagine uma sociedade inteiramente integrada em sua substância ética aos axiomas modernos da liberdade, igualdade, direitos democráticos, sendo aceito como dever da sociedade prover educação e saúde básica para todos. Além disso, que o racismo ou machismo fossem simplesmente inaceitáveis e a objeção a tais valores não será levado a sério. Ocorre que, paulatinamente, essas conquistas vão sendo desfeitas, aumentando o nível de tolerância social ao discurso de ódio. Faço a mesma pergunta de Žižek (2014b): “E não estamos testemunhando sinais de um processo semelhante hoje?”.

O fenômeno do conservadorismo, que observamos a partir de Junho de 2013, fortaleceu-se no Golpe de 2016, tornando-se um evento negativo capaz de desaguar na ascensão do projeto de neofascismo ao poder, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro com 57 milhões de votos. Seria inimaginável um par de décadas atrás eleger um candidato que expusesse posicionamentos racistas, machistas, homofóbicos de forma tão explícita e com conteúdo nitidamente antidemocrático. A questão refletida no título do tópico somente agora pode ser respondida, ainda que atraia uma nova indagação: como tudo isso foi possível acontecer em pleno segundo decênio do século XXI?

Nos “Princípios da Filosofia do Direito”, Hegel (2003, p. 141-142) estabelece a terceira esfera do direito abstrato como a “moralidade objetiva” ou “eticidade” (“*Sittlichkeit*”), cujo conteúdo objetivo, necessário, está acima da opinião, sendo “a firmeza que mantém as leis e instituições, que existe em si e para si”. Na leitura de Slavoj Žižek (2017, p. 238), o *Sittlichkeit* é o costume, o grosso pano de fundo de regras não escritas do convívio social, formando a substância ética que nos diz o que podemos ou não fazer. O diagnóstico inquietante é que “Essas regras estão se desintegrando hoje: o que era simplesmente indizível no debate público um par de década atrás, agora pode ser pronunciado com impunidade” (ŽIŽEK, 2017, p. 238).

A campanha presidencial de 2018 fez com que a “esquerda” advogasse francamente pelo retorno de uma substância ética que se supunha historicamente consolidada, ainda mais perpassados 21 anos de ditadura militar. Não foi suficiente para frear o avanço do populismo de direita a assertiva incisiva de que “não podemos votar em quem abertamente defende a tortura”, pois havia sido erguido uma barreira “ética” intransponível sobre a imagem de Bolsonaro, que passou a materializar, a par da sua trivial rudez nas palavras, o candidato “anti-establishment”, defensor da moralidade pública no Estado, da família tradicional e do capitalismo. Como lembra Žižek (2017, p. 240) “um sinal de progresso ético está no fato de que a tortura é ‘dogmaticamente’ rejeitada como repulsiva, sem qualquer necessidade de argumentação”.

As mídias sociais carregam o peso de serem, em parte, responsáveis pela desintegração do *Sittlichkeit* no que toca os anseios do politicamente incorreto, levando a ascensão do populismo de direita ao poder. Giddens (1991, p. 31) enfatiza como a afirmação da modernidade ocorre a partir da disjunção entre tempo e espaço, ocorrendo o que chama de “desencaixe” quando as relações sociais são travadas sem a necessidade identidade de espaço e tempo. O desenvolvimento tecnológico permitiu que as relações sociais sejam travadas em espaços e tempos diversos.

Quando as relações sociais eram eminentemente face-a-face não era possível defender abertamente tais atrocidades, sob pena de censura imediata, fazendo com que a eticidade fosse preservada como consenso. As mídias sociais permitiram que o discurso de ódio, do politicamente incorreto, que encontraria barreira nas relações presenciais fosse abrandado e mais, que encontrasse pessoas que deixassem de sentir timidez nos seus preconceitos, encontrando-se livres para externá-los com aplausos dos demais. Pouco a pouco vai se rompendo a barreira do que seria indizível, ao ponto de se naturalizar posicionamentos inconcebíveis pouco tempo atrás, formando uma rede cada vez maior de aceitação de um discurso que encontraria reprimenda se houvesse coincidência de tempo-espaço.

A desintegração do *Sittlichkeit* não pode ser mensurada como se fosse um fenômeno que toca unicamente as “boas maneiras”, ou o politicamente correto em relação às pautas identitárias. Um dos seus efeitos recai no declínio da confiança sobre o próprio Estado de Direito (ŽIŽEK, 2017, p. 254), bem como na razão pelas quais as pessoas obedecem ao Direito. Não é circunstância similar que enxergamos desde o final de 2014? Para entender como houve a mitigação da eticidade nesse aspecto, nada melhor do que memorar as palavras de uma pessoa que não se pode acusar de “esquerdista”, no entanto, cujas afirmações atingem

em cheio o argumento proposto. O senador Tasso Jereissati (2018), ex-presidente do PSDB, fez um balanço dos equívocos do seu partido:

O partido cometeu um conjunto de erros memoráveis. O primeiro foi questionar o resultado eleitoral. Começou no dia seguinte (*à eleição*). Não é da nossa história e do nosso perfil. Não questionamos as instituições, respeitamos a democracia. O segundo erro foi votar contra princípios básicos nossos, sobretudo na economia, só para ser contra o PT. Mas o grande erro, e boa parte do PSDB se opôs a isso, foi entrar no governo Temer. Foi a gota d'água, junto com os problemas do Aécio (*Neves*). Fomos engolidos pela tentação do poder.

Jereissati apontou ao menos quatro elementos que confluíram à crise do *Sittlichkeit*, entretanto, a não aceitação do resultado eleitoral foi somente o apito inicial. Nos instantes seguintes, foram diversos os disparates que culminaram na crise institucional e no Golpe. Talvez poucos recordem que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, fez manobras com o regimento da casa, submetendo a votação por duas vezes a mesma matéria quando perdia na primeira. O *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu sob motivação de crime de responsabilidade estrambólica. Renan Calheiros, então presidente do Senado, recusou-se a se afastar do cargo após decisão do STF, inclusive com aval da mesa diretora da casa, furtando-se de ser intimado por oficial de justiça por duas ocasiões.

O caso da prisão do ex-presidente Lula talvez seja o mais emblemático. Antes do seu encarceramento, o juiz Sérgio Moro divulgou áudio com violação do foro privilegiado, pois envolvia a Presidência da República. O mesmo juiz realizou grampo nos telefones do escritório de advocacia que defendia Lula, interceptando conversa de ao menos 300 clientes, que estariam acobertados pelo sigilo profissional⁶⁷. Já preso, o desembargador plantonista Rogério Favreto ordenou a soltura de Lula, exarando três decisões pela sua libertação no mesmo dia, as quais não foram cumpridas, porque o próprio Moro, em gozo de férias, e o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4) se manifestaram publicamente e nos autos para que não ocorresse a soltura.

A prisão de Lula atuou como pré-condição para que as eleições de 2018 transcorressem com alguma naturalidade, ao menos para o segmento social que impulsionou o Golpe, pois não aceitaria a normalidade democrática caso fosse eleito. Quando o filho de Bolsonaro, Eduardo, insinuou que para fechar o STF bastaria um soldado e um cabo, prescindindo até mesmo de um jipe, a resposta da presidenta do TSE, Rosa Weber, foi que as

⁶⁷ Segundo o ConJur (2018), a interceptação somente foi possível por meio de dissimulação do MPF, que incluiu o número do escritório Teixeira, Martins e Advogados como se fosse da empresa de palestras de Lula. Em ofício ao STF, Moro declarou que não sabia dos grampos no ramal do escritório, ainda que a operadora responsável tivesse informado à 13ª Vara Federal de Curitiba que o telefone pertencia ao escritório por duas ocasiões.

instituições estão funcionando normalmente (TEMÓTEO; PRAZERES, 2018). O simples fato de ter que afirmar que as instituições estão funcionando normalmente retrata exatamente o oposto, que não estão na sua regularidade institucional. De toda sorte, o que todas essas e outras circunstâncias revelam é a similaridade de somente serem possíveis, em tamanha proximidade de tempo, quando ocorre a dissolução dos motivos pelos quais as pessoas obedecem ao Direito, em uma nítida manifestação de crise do *Sittlichkeit*, cuja restauração não se encontra no horizonte próximo.

Giorgio Agamben publicou em um jornal francês um artigo sobre os campos de concentração, sendo que um leitor o repreendeu por supostamente arruinar o caráter único e indizível que fora Auschwitz. Agamben (2015, p. 41) relata que por diversas vezes ficou pensando no que o autor da carta tinha em mente, refletindo que é bem provável que Auschwitz tenha sido um fenômeno único, emendando que “pelo menos com respeito ao passado, enquanto com respeito ao futuro se pode apenas esperá-lo”. Não estamos em circunstância semelhante quando tentamos vislumbrar no futuro o lampejo do fascismo? A questão é quão distante estamos desse futuro que hoje se anuncia.

4.3 O autoritarismo neoliberal: ameaça à democracia ou democracia tolerada?

Em 23 de outubro de 2018, na semana do segundo turno da eleição presidencial, a Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) teve a sua rotina de normalidade irrompida pelo ingresso de fiscais do TRE/RJ, acompanhados de integrantes da Polícia Militar, a fim de retirar uma bandeira que foi hasteada no prédio com os dizeres “Direito UFF antifascista”. Segundo relato de um professor da casa, Enzo Bello (2018), os fiscais não se identificaram, não estando em posse de mandado de busca e apreensão, limitando-se a afirmar a existência de uma decisão verbal da juíza Maria Aparecida, que teria alegado propaganda partidária negativa.

A par das irregularidades formais de procedimento, que contrariam preceitos prosaicos do Estado de Direito, é curioso supor que uma bandeira, nas cores laranja e preto, sem qualquer menção a partido político, possa ser configurada como propaganda partidária. Estar-se-ia diante de um pleito eleitoral que um dos candidatos poderia ser associado ao fascismo para que se justificasse a apreensão do material? Essa arbitrariedade, que também está inscrita na crise do *Sittlichkeit*, representa uma ameaça à democracia ou é a sua própria forma de manifestação?

Um dos vários pontos interessantes da obra de Jacques Rancière (2014, p. 27), intitulada “O Ódio à Democracia”, é como a noção de totalitarismo se tornou obsoleta à medida que houve o fim da Guerra Fria, visto que foi moldada pejorativamente para descrever o regime político da União Soviética, perdendo a sua funcionalidade ideológica com o seu ultimato. O fato mais curioso é como a democracia inclusive passou a incorporar alguns dos seus aspectos, cuja assimilação de caracteres aparece como banalidades no regime que se apresenta como democrático. Talvez a radicalidade desta ideia possa ser lida em Agamben (2014, p. 13; 132), na célebre formulação segundo a qual o estado de exceção tende a aparecer como paradigma de governo dominante, tornando indiscernível quando a exceção se transmuta em regra⁶⁸.

Não causa mais assombro a invasão de residências por parte das autoridades policiais sem mandado, prisões arbitrárias, execuções sumárias, tendo por forma política um regime que se autointitula democrático. Longe de se estar discutindo questões de consciência de classe como superação do estágio do capitalismo, o ano de 2018 representou uma regressão às reivindicações da esquerda, à medida que se tornou compelida a restringir o espectro de luta a pautas que não são historicamente afeitas ao seu perfil. A necessidade de defesa dos direitos e garantias individuais, do devido processo legal, da obediência às leis, em suma, à ordem jurídica capitalista posta, tornou-se um dos maiores desafios em um contexto de restrição do cenário democrático.

O segundo decênio do século XXI traz uma perplexidade estonteante: o *locus* da crítica aos direitos humanos rumo da esquerda à direita do espectro político, fazendo com que os antigos denunciadores sejam obrigados a neles se apegarem. É lugar-comum na teoria marxista a denúncia de Marx (2010b, p. 50) aos direitos humanos, que seriam a condensação dos direitos do “homem egoísta, homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade”. A derivação dessa crítica inicial pode ser vista no enfrentamento da suposição de que existiria um sujeito humano reconhecível em toda parte, que é possuidor de direitos que seriam “naturais”, na linha do kantismo (BADIOU, 2001, p. 8), que serve de sustentáculo abstrato para uma gama diversa de teorias idealistas, sem promover qualquer enfrentamento ao capitalismo.

⁶⁸ Aqui há um ponto de contato entre Agamben e Badiou, ao passo que aquele insere o pensamento deste dentro da perspectiva da exceção: “A sua categoria central, aquela de evento, corresponde de fato à estrutura da exceção. [...] A exceção exprime justamente esta impossibilidade de um sistema fazer coincidir a inclusão com pertencimento, de reduzir a unidade todas as suas partes” (AGAMBEN, 2010, p. 31-32).

De antigos críticos, a esquerda se viu na inusitada tarefa de defesa dos direitos humanos e fundamentais, diante dos recuos políticos que foram impostos. A conjuntura forcejou que mesmo os setores mais engajados na luta pela superação do capitalismo sejam obrigados a se agarrar com afincos nas garantias formais advindas do liberalismo político, como simples mecanismo de permitir a própria existência na arena política. A máxima vitoriosa no pleito de 2018 foi “direitos humanos para humanos direitos”. Não se trata de uma mera incompreensão do que signifique os direitos humanos, ainda que essa assertiva seja procedente, senão que a derrota do ideário dos direitos humanos esconde uma funcionalidade para a ratificação da racionalidade neoliberal que regressa à arena política.

Ao lado do desejo de extermínio sumário dos chamados “bandidos”⁶⁹, o que está em jogo de fato é a *obsolescência do arquétipo antropológico que serviu de base para os direitos humanos*. A promessa de ordem, com viés autoritário e neofascista, que escancara a existência de um pretense inimigo interno a ser combatido e eliminado, divide a cena com o tipo de racionalidade que é desejável ao entendimento dos próprios direitos humanos. A ideologia dominante, para se afirmar, capta elementos autênticos de irresignação para viabilizar a sua pauta. Uma vez rompido o duelo entre a ameaça totalitária comunista, representada pela União Soviética, e o ocidente democrático, que seria respeitador das liberdades individuais e dos direitos humanos, gradativamente a noção idealista de direitos humanos inatos se torna obsoleta e não funcional à manutenção da ordem capitalista.

O arquétipo antropológico que reconhece cada indivíduo como carecedor e portador de direitos inatos, como saúde, educação, moradia, segurança no desemprego e na velhice etc., colide frontalmente com os anseios de imposição da racionalidade neoliberal. É preciso dissuadir ideologicamente as pessoas a demandarem proteção social do Estado, a qual se converte em condicionante mediante custeio privado, em detrimento da noção de que se trata de um direito a ser postulado. Está em curso a substituição do arquétipo antropológico que serviu de base aos direitos humanos, diante da obsolescência para os imperativos do neoliberalismo, sendo que o discurso de negação dos direitos humanos corrobora para a sua mitigação.

⁶⁹ Não se trata de nenhuma teoria da conspiração afirmar que a democracia incorpora elementos de autoritarismo, para não falar em totalitarismo, sem assim nominá-los. O governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSL), defendeu a execução sumária de quem portar um fuzil na rua: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro” (WITZEL *apud* VEJA, 2018). Na mesma linha, o governador eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou durante a campanha: “Não façam enfrentamento com a Polícia Militar nem a Civil. Porque, a partir de 1º de janeiro, ou se rendem ou vão para o chão. Se fizer o enfrentamento com a polícia e atirar, a polícia atira. E atira para matar” (DORIA *apud* CERIONI, 2018).

A pauta da segurança pública focaliza os direitos humanos como utilitários somente para a defesa de bandidos, sendo a esse espectro reduzido. Com isso, joga-se fora todo o arcabouço de proteção social, ganhando vazão a sedimentação do modelo antropológico almejado de indivíduo que gere a si como um capital humano. Como nos lembra Slavoj Žižek (2015, p. 53): “Como se pode governar indivíduos concebidos como agentes autônomos das escolhas do livre mercado, ou seja, ‘como empresários de si mesmos’?”. A resposta é uma só: troca-se o *direito inato* pelo *sujeito endividado*.

Diante da redução no poder aquisitivo do salário⁷⁰, a saída ofertada pelo neoliberalismo autoritário é a compensação por meio da *dívida*. Permita-me um uso excessivo de conjunções coordenativas adversativas. Os salários não sobem, mas as parcelas ao crédito consumidor são elevadas a suaves prestações. Abre-se mão dos direitos trabalhistas, contudo, aumenta-se os postos de trabalho. A moradia é cara, todavia, existe o crédito bancário balizado na expectativa de vida. O acesso à educação superior será restrito, no entanto, haverá financiamento e possivelmente sistema de “voucher” (ou até mesmo cobrança de mensalidade em universidades públicas). A saúde pública será restrita, entretanto, poderá gerar uma “popularização” dos planos de saúde.

Como refere Enzo Bello (2012, p. 70), a substituição da figura do cidadão pelo consumidor implica, por um lado, em uma descoletivização das demandas sociais e, por outro, em um processo de individualização dos direitos de cidadania. O resultado é o esvaziamento da arena política, a partir de uma completa redefinição de sentidos: a) espaço: do Estado à sociedade civil; b) modelo de participação: da ativa à delegada; c) responsabilidade: da coletiva à individual; d) abrangência: da universal à particular; e) concepção: do direito à caridade.

Com isso, suplanta-se o trabalhador que possuía direitos, por um trabalhador endividado, um consumidor por um consumidor endividado, um cidadão por um cidadão endividado, uma pessoa que detinha direitos humanos inatos por uma pessoa livre à própria sorte. Na grande festa da racionalidade neoliberal, “o maior triunfo do capitalismo ocorre quando cada trabalhador se torna seu próprio capitalista, o ‘empresário de si mesmo’ que decide quanto investir em seu futuro” (ŽIŽEK, 2015, p. 56). O rechaço à política dos direitos humanos tem uma serventia dupla para o projeto neoliberal autoritário, pois em um só ato extirpa as garantias individuais para um segmento indesejado (“bandidos”), ao mesmo tempo

⁷⁰ Em 2018, o reajuste do salário mínimo por decreto de Michel Temer foi o menor dos últimos 24 anos, sendo que no ano anterior já não havia aumento real acima da inflação.

que desacostuma o segmento aceito (“cidadão de bem”) de encarar o Estado como fornecedor de direitos.

Rubens Casara (2018, p. 56-57) denomina como fruto do Estado “pós-democrático” a relativização dos direitos fundamentais, que “são percebidos como obstáculos tanto ao mercado quanto à eficiência punitiva necessária ao controle das pessoas ‘sem valor de uso’ na racionalidade neoliberal”. Os argumentos do autor são procedentes, a única dúvida reside se de fato se trata de um Estado pós-democrático ou o próprio modo de agir da democracia. O ponto chave da questão talvez se situe no traço comum de sustentação da sociabilidade capitalista, em que a presença da coerção no Estado de Direito por meio da criminalização dos movimentos sociais, repressão policial dos pobres e negros, não é um mero resquício autoritário da Ditadura Militar, senão “a expressão na forma política necessária das contradições que germinam na base da sociabilidade burguesa e capitalista” (IASI, 2014, p. 103).

O recado é direto: acostumem-se com uma democracia de baixa intensidade e não demandem serviços do Estado, em nome da substituição necessária do arquétipo antropológico obsoleto que a noção de direitos humanos carrega. Um leitor atento, ou até mesmo existente a essa altura da tese, poderia argutamente perguntar: como as bases da democracia são solapadas por seus próprios mecanismos? Não se pode nutrir ilusões, ao passo que sempre vivenciamos uma *democracia tolerada*. É uma ingenuidade supor que algum dia tivemos de fato o controle das esferas de poder, ou que a democracia era algo consolidado.

O mito democrático, cultuado nas esferas de poder estatal, supõe que a democracia representa o governo do povo para o povo, salvo na visão do candidato Cabo Daciolo⁷¹, que dá um passo além. A democracia no Brasil é, e sempre foi, tolerada, à medida que o exercício é acompanhado de perto pela elite econômica, nacional e internacional. A democracia tolerada não representa a sua fraqueza de implementação, sendo a sua forma própria de existência, condicionada às forças materiais atuantes, ao passo que o poder, como faculdade de exercício, encontra-se para além da sua forma deliberativa aparente. Como aponta

⁷¹ Se tivemos alguma lição das eleições presidenciais de 2018, é que não podemos menosprezar o papel das figuras caricatas. Cabo Daciolo foi expulso do PSOL quando propôs que a Constituição deveria ser alterada para “todo poder emana de Deus” e não do povo. Bizarrices a parte, a sua candidatura teve mais votos que da antiga militante ambiental Marina Silva. Em uma análise mais adensada, Jacques Rancière (2014, p. 96) defende: “Cria-se assim uma cultura de consenso que repudia antigos conflitos, habitua a objetivar sem paixões os problemas de curto e longo prazo que as sociedades encontram, a pedir soluções aos especialistas [...]. Infelizmente, todas as coisas têm o seu anverso: a multidão desobrigada da preocupação de governar fica entregue a suas paixões privadas e egoístas. [...] em nome de seus caprichos individuais, escolhem nas eleições o candidato que mais lhes agrada, da mesma maneira que escolhem entre os inúmeros tipos de pães que as padarias descoladas oferecem. O resultado é que os ‘candidatos de protesto’ ganham mais votos do que os ‘candidatos de governo’”.

Rancière (2014, p. 92), a democracia é sempre fruto de um compromisso instável, resultante de forças contrárias, sendo que no momento de acirramento de interesses, como na crise econômica experienciada por Dilma, o poder é tomado de volta.

Isso não significa pura e simplesmente que o Estado seja um mero instrumento da classe dominante. Em dados círculos marxistas, está devidamente sedimentada a ideia de que existe uma “autonomia relativa” da esfera estatal. É curioso como um texto de um dos precursores da defesa da autonomia relativa do ente estatal pareça denotar o período neodesenvolvimentista com tamanha acuidade:

[...] o Estado, a fim de assumir concretamente essa autonomia relativa inscrita no jogo das suas instituições e necessária precisamente para a dominação hegemônica de classe, *apóia-se* em certas classes dominadas da sociedade, conseguindo apresentar-se, através de processo ideológico complexo, como o seu representante: fazendo-as de algum modo, funcionar contra a classe ou as classes dominantes, mas em proveito político destas últimas. Por isso, consegue precisamente *fazer aceitar* toda essa série de compromissos por parte das classes dominadas como sendo de conformidade com *seu* interesse político (POULANTZAS, 1977, p. 282).

Extirpando os elementos de imputação objetiva da vontade, como se houvesse um interesse prévio necessário de acordo com a condição de classe, o imbricado embate político que resultou no término do período neodesenvolvimentista demonstrou que a democracia real nunca esteve em disputa. A crise do neoliberalismo antecessor abriu a porta, na conjuntura latino-americana, para governos progressistas, sendo que o acirramento das contradições se deu de modo mais acentuado entre os governos que fizeram maior enfrentamento aos ditames do capital, como foi o caso da Venezuela. Aqui, ainda que se tenha mantido os pilares do livre mercado e da ortodoxia econômica liberal, bastou uma crise econômica severa para que o poder do Estado fosse retomado.

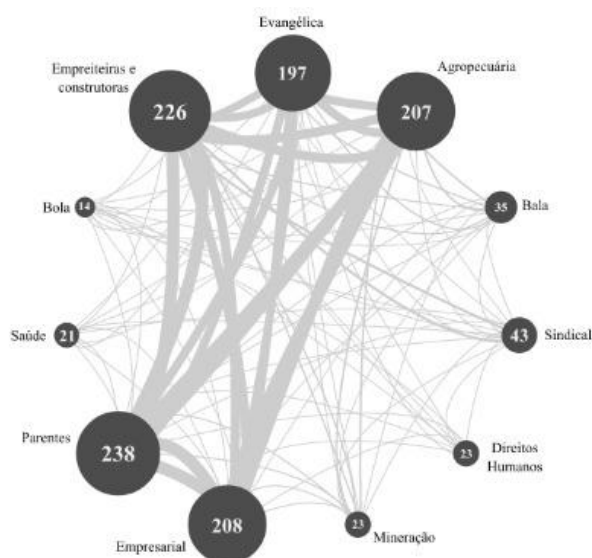
A autonomia da forma política no capitalismo não permite afirmar que o Estado seja um elemento fixo pertencente exclusivamente a uma classe; se assim o fosse, não seria tolerada sequer a primeira eleição de Lula. A sedimentação do modo de produção capitalista demanda uma forma jurídica abstrata em que não haja necessariamente coincidência entre o poder político e econômico, ao contrário dos modos de produção antecessores (MASCARO, 2013, p. 44). O Estado é um lugar de articulação de equilíbrio social, estando todas as classes sociais presentes no aparelho estatal, no entanto, de maneiras diversas (HIRSH, 2010, p. 57).

Esse chamamento ao Estado como instância mediadora do conflito de classe, dotado de relativa autonomia, foi escancarado quando no período petista havia dois ministérios com a mesma feição, no entanto, para atenderem interesses diversos. Ao lado do ministério da

agricultura, formado para responder aos anseios do “agronegócio”, existia o ministério do desenvolvimento agrário, para impulsionar a reforma agrária. O primeiro deles chefiado à época do Golpe por Katia Abreu, empresária pecuarista, e o segundo por Patrus Ananias, quadro antigo do PT, com trajetória vinculada a pautas “sociais”.

Desde cedo, Engels examinou esse fenômeno⁷², passando o Estado a ser um campo de disputa e ações de grupos, classes, movimentos sociais etc., sendo que “uma ‘política de classes dominantes’, precisamente o bloco capitalista no poder, só se torna possível com base nos mecanismos em operação de aparelhagem do Estado” (HIRSCH, 2010, p. 55). Ainda que do ponto de vista formal, no seu curso de desenvolvimento histórico, o Estado brasileiro tenha implementado a separação entre o poder político e o econômico, em razão da formação social brasileira, o Poder Legislativo reflete o poder econômico, a influência da religião, o parentesco hereditário, com algum espaço para os setores progressistas. No congresso nacional, eram onze as bancadas relevantes em 2016:

Figura 14 – Bancadas mais relevantes no Congresso Nacional em 2016



Fonte: MEDEIROS; FONSENCA, 2016.

Em épocas de crise, tal qual a experienciada por Dilma a partir de 2014, as alianças antagônicas espelhadas na forma política estatal são afrouxadas, quebrando-se o pacto democrático pela permanência de um governo que não atenda diretamente aos interesses da

⁷² “Parece ser uma lei do desenvolvimento histórico o facto de a burguesia não poder em nenhum país europeu assenhorear-se do poder político – pelo menos durante muito tempo – da mesma maneira exclusiva por que a aristocracia feudal o deteve da Idade Média” (ENGELS, 1985a, p. 122).

classe dominante. O que parece ser mais severo, para além do Golpe de 2016 e das medidas neoliberalizantes adotadas e em curso, é o processo de resgate do Estado pelo poder econômico de modo direto, cuja expressão máxima é cumprida pelo partido Novo⁷³, que a par de se afirmarem liberais, cancelaram o voto em Bolsonaro no segundo turno. O partido segue o embalo da ideologia da política como técnica de gestão, cujos quadros técnicos devem se sobrepôr aos políticos de carreira como signo de eficiência.

Existe uma ameaça real à democracia com a eleição de Bolsonaro? Os professores de ciência política da Universidade de Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, desenvolveram um teste para identificar autocratas que são possíveis ameaças à democracia. Tendo por parâmetro a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 66-69) destacaram quatro pontos que permitem identificar um aspirante de ditador: **i)** compromisso débil com as regras do jogo democrático; **ii)** negação de legitimidade dos oponentes; **iii)** tolerância ou encorajamento à violência; **iv)** propensão a restringir as liberdades civis dos oponentes.

Em relação ao **primeiro aspecto**, Bolsonaro declarou em entrevista às vésperas da eleição, em 28 de setembro de 2018: “não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição”. Indagado se isto não seria antidemocrático, o então candidato respondeu que não, apontando que seria um “sistema eleitoral que não existe em nenhum lugar do mundo”. Lembrando que Bolsonaro é um dos defensores da impressão dos votos nas urnas eletrônicas, por duvidar da sua acuidade. Referiu, ainda, que a única chance do seu oponente vencer, Fernando Haddad, seria na burlando o sistema eleitoral: “não existe outra maneira que não seja na fraude” (BOLSONARO *apud* G1, 2018).

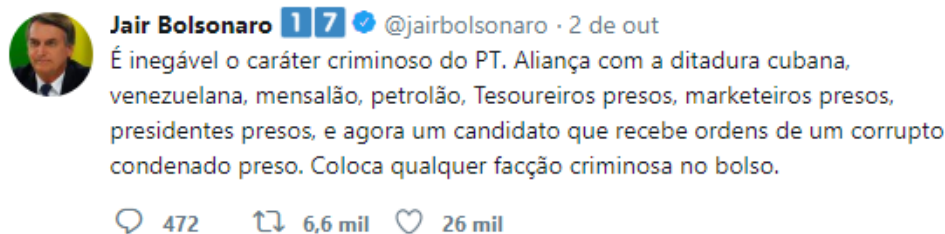
A descrença nas urnas eletrônicas fez com que o juiz federal Eduardo Cubas fosse afastado do cargo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), porque iria conceder uma liminar para que o exército recolhesse as urnas na véspera das eleições presidenciais de 2018. O juiz iria acolher um pedido do advogado Renato Silva, que ocupava o cargo de secretário parlamentar do então deputado federal, eleito senador em 2018, Major Olímpio do Partido Social Liberal (PSL), o mesmo de Jair Bolsonaro.

⁷³ Ainda que com relativa baixa expressão nas eleições de 2018, o partido Novo incorpora abertamente as diretrizes da racionalidade neoliberal, defendendo explicitamente a redução do Estado. De perfil elitista, nas eleições de 2018 elegeu vinte congressistas (estaduais e federais) e um governador. Todos brancos, sendo apenas três mulheres, coincidindo com o perfil dos fundadores, que foi fundado *em 12 de fevereiro de 2011, por 181 cidadãos*, sendo 22 administradores de empresa, 22 engenheiros, 20 advogados, 16 médicos, 15 economistas, 13 empresários, 10 arquitetos, ou seja, uma síntese do que a sociedade brasileira não representa (NOVO, 2018).

O mais curioso é que a Advocacia Geral da União (AGU) foi informada da intenção do magistrado pela Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando do Exército, após o juiz se encontrar com militares e entregar uma cópia da decisão que pretendia proferir. A ideia é que o exército já estivesse preparado para cumprir a determinação, chegando a detalhar que o intento era conceder a liminar na madrugada do dia 5 de outubro (a eleição foi dia 7), para evitar que pudesse ser derrubada antes da eleição. Corroborou para o afastamento, o magistrado ter gravado um vídeo com o filho de Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, justamente questionando as urnas eletrônicas (BRÍGIDO; GULLINO, 2018).

O **segundo ponto**, que diz respeito a negação da legitimidade dos oponentes, é amplamente explorado Jair Bolsonaro, que associa o PT e seus membros a uma organização criminosa. Constituiu fato explorado durante a campanha eleitoral que o PT iria transformar o Brasil em uma “Venezuela”, como se este país fosse um exemplo de ditadura comunista. Houve ainda o reforço do estigma ideológico desenvolvido durante o *impeachment*, de que o PT é o partido mais corrupto do Brasil, não obstante a ex-presidenta Dilma não tenha sido deposta por este motivo.

Figura 15 – Twitter de Jair Bolsonaro



Fonte: Twitter (2018)

O **terceiro aspecto**, acerca da tolerância ou encorajamento à violência, o histórico de Bolsonaro é longo e em assuntos variados. Acerca da ditadura militar brasileira, certa feita afirmou que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”, sendo praticamente os mesmos termos proferidos em relação à ditadura chilena, ao apontar que “Pinochet devia ter matado mais gente” (BOLSONARO *apud* CARVALHO, 2018). Quando a vereadora do Rio de Janeiro do PSOL, Marielle Franco, foi assassinada em 2018, a assessoria do candidato disse que ele não iria se manifestar porque sua opinião seria muito polêmica. Durante o pleito eleitoral, candidatos do partido de Bolsonaro destruíram placa com homenagem à vereadora morta.

Durante a campanha presidencial, quando estava em um comício na cidade de Rio Branco, Bolsonaro simulou estar com uma metralhadora e disse explicitamente acerca do PT: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo” (BOLSONARO *apud* RIBEIRO, 2018). Entre o primeiro e segundo turno diversas notícias de violência contra militantes do PT foram denunciadas, eximindo-se de responsabilização, embora incite o ódio: “São 48 milhões de pessoas. Você quer que me responsabilize por elas? Me desculpa, quem levou a facada foi eu. Lamento isso aí (atos de violência). Condenar, condeno sim. Mas não tem porque me responsabilizar por algo que um eleitor meu faz” (BOLSONARO *apud* FAGUNDES, 2018).

No que toca o **quarto elemento**, que pode ser aferido a partir de atitudes elogiosas a medidas repressivas tomadas por outros governos no passado, é fato notório a defesa da ditadura militar brasileira. Além disso, um dos debates centrais do ano de 2018 foi em torno do projeto de “Escola Sem Partido”, segundo o qual existe doutrinação teórica de esquerda e “ideologia de gênero” nas escolas, que devem ser combatidas. A ideia não é vista como cerceamento do livre pensamento e da autonomia didático-pedagógica, pelo contrário, seria um resguardo contra a pretensa doutrinação comunista, ou “marxismo cultural”, como chamam. Isso sem contar a promessa de classificar como “terrorismo” as ações dos movimentos sociais do MST e MTST.

O que se pretende, na prática, é cercear a atuação dos segmentos sociais que atuam diretamente na promoção e garantia de direitos, a fim de que haja um enquadramento total aos ditames da ordem e da racionalidade neoliberal. Nesse aspecto, cabe destacar excerto do Entrevistado Político B:

A história da humanidade é a história da luta social por direitos, por garantias, por liberdade, por democracia, coisa que o capitalismo nunca deu. Não há uma iniciativa do capitalismo, não há uma iniciativa do liberalismo político, do liberalismo econômico do século XVIII, XIX, que tenha sido espontaneamente por iniciativa das burguesias europeias ou das burguesias do mundo. Toda e qualquer conquista democrática na direção de Direitos Humanos, pelo direito ao emprego, à saúde, à moradia digna, tudo isso, aonde se avançou, aonde se conquistou alguma coisa, foi conquista de luta social.

É possível que a principal lição extraída é que um cenário político e democrático jamais está pronto ou devidamente consolidado, sendo a sua regressão sempre possível à medida que a democracia, sob a égide do capital, é somente tolerada. Curioso é como o

sentimento de melancolia abateu a esquerda no final de 2018, no sentido de fazer luto por um objeto que ainda não perdeu. Como aduz Slavoj Žižek (2013, p. 105), o melancólico mata o objeto duas vezes, quando o trata como uma perda antes de ocorrer e quando efetivamente for esvaído.

Talvez a democracia e os direitos políticos não tenham ainda sido defenestrados, mas o sentimento de supressão antecipada é inevitável. Diante de tantos despautérios que foram naturalizados, não há como deixar de recordar uma outra passagem, em que Žižek (2013, p. 51) indagava acerca de Hitler, cuja pergunta é extensível a Bolsonaro: será que ele acreditava em si mesmo? A resposta é sim e não. Por um lado, parece claro que existe uma manipulação consciente, em pormenor a imagem simplificada do grande inimigo sobre o qual recai a culpa, sendo que, por outro, também está claro que tais figuras mergulharam “com paixão no próprio embuste”.

4.4 A possibilidade de recuperação da ideia do socialismo

4.4.1 Desvio teórico III: o messianismo visitado em busca da universalização

De certo modo, ocorre com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como um filósofo fichtiano – Eu sou Eu –, o homem espelha-se primeiramente num outro homem. É somente mediante a relação com Paulo como seu igual que Pedro se relaciona consigo mesmo como ser humano. Com isso, porém, também Paulo vale para ele, em carne e osso, em sua corporeidade Paulínia, como forma de manifestação do gênero humano (MARX, 2014, p. 129).

Giorgio Agamben descobriu uma nova Tese de Walter Benjamin que integraria a versão final do documento “Sobre o Conceito de História”, confiada somente a amigos próximos, que constitui um dos textos mais enigmáticos do autor. A Tese XVIIa⁷⁴ dispunha: “Marx secularizou a representação do tempo messiânico na representação da sociedade sem classes” (BENJAMIN *apud* LÖWY, 2014, p. 134). Essa mistura entre o proletário e o messias se lê, igualmente, na Tese VI: “o Messias não vem apenas como redentor; ele vem também como vencedor do Anticristo” (BENJAMIN, 2014, p. 244), ou na Tese XII: “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe trabalhadora. Em Marx, ela aparece como última classe escravizada que consome a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados” (BENJAMIN, 2014, p. 248).

⁷⁴ A numeração foi escolhida por Michael Löwy para não alterar a ordem numérica habitualmente difundida.

Na leitura de Löwy (2014, p. 17), o pensamento de Walter Benjamin se alicerça numa fermentação de fontes diversas: o romantismo alemão, o messianismo judaico e o próprio marxismo⁷⁵. À vista disso, configuraria um exagero literário de Benjamin, que sabidamente era judeu, a profanação do messias investido na classe trabalhadora (na figura do proletário), ou há algumas similitudes a serem investigadas? O fio condutor para a resposta está em Paulo, o apóstolo que pode nos auxiliar a esclarecer esse impasse.

Saulo, nascido em Tarso entre 1 e 10 d.C., era um judeu que perseguia os seguidores de Jesus, sendo que quando estava a caminho de Damasco, com o propósito de prender os cristãos, viu uma luz que vinha do céu e abrilhantou a sua volta. Ao cair no chão, ouviu uma voz indagando: “Saulo, Saulo, por que você me persegue?”; Saulo replicou perguntando de quem se tratava, obtendo como resposta: “Eu sou Jesus, aquele que você persegue. Mas levante-se, entre na cidade, e ali dirão o que você deve fazer” (BÍBLIA; ATOS, 9:3-5, 2012, p. 1.315). Saulo ficou três dias sem enxergar, sendo levado a Damasco, onde Ananias teve uma visão de Cristo que mandou procurá-lo, por ter sido o escolhido para trabalhar para ele. Após a conversão de Saulo, que passou a se chamar pelo apelido de Paulo, voltou a enxergar e acreditou que Jesus era filho de Deus, difundindo desde então que Jesus era o messias⁷⁶.

Um termo técnico do vocabulário messiânico de Paulo que merece atenção é “klēsis”, que pode ser entendido como a “vocação pelo chamado”, em que há uma transformação do estado jurídico e mundano da pessoa quando tem contato com o evento messiânico (ressurreição de Jesus). Esse movimento de mutação é, antes de tudo, uma nulificação, no sentido de que são apagadas as diferenças existentes entre as pessoas quando do chamado, como entre o escravo e homem livre, o judeu e não judeu etc. A vocação é acompanhada, portanto, da revocação (“hos mē”, que significa “como não”), devendo-se fazer uso (“chēsis”) da “klēsis” messiânica (do chamado), visto que viver no messias não significa ter propriedade sobre o chamado, pelo contrário, é nele que há a desapropriação na forma do “como não” entre homem/mulher, livre/escravo, judeu/não judeu (AGAMBEN, 2016, p. 33-41).

Por isso, Agamben (2016, p. 43) sugere uma aproximação entre a “klēsis” paulina e a “classe” marxiana⁷⁷. Para tanto, é preciso rememorar a célebre passagem em que o proletário

⁷⁵ Domenico Losurdo (2018, p. 35-38), generalizando, enxerga em uma gama variada de autores um marxismo messiânico, como em Lukács, Bloch, chegando mais recentemente a Negri e Hardt, apontando que não teve nenhuma relevância ao marxismo oriental.

⁷⁶ “Christós” não é um nome próprio, sendo a tradução grega do termo hebraico “māšīah”, que significa “o ungido”, i.e., o messias. Paulo conhece somente Jesus messias, não Jesus Cristo (AGAMBEN, 2016, p. 27-28; BADIOU, 2009, p. 29).

⁷⁷ A aproximação aqui proposta, seguindo a trilha de Agamben, decerto não faria sentido algum para Leandro Konder (2010, p. 69-70), segundo o qual: “O dia do juízo final, apocatástase histórica, a revolução-redenção e o

é associado à função redentora de si próprio e de toda a sociedade na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”:

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade efetiva de emancipação?

Eis a nossa resposta: Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano (MARX, 2006, p. 155)⁷⁸.

Da mesma forma em que a classe proletária representa a dissolução de todas as estratificações⁷⁹, resultando na fratura entre a posição do indivíduo e sua condição social, a “klēsis” messiânica significa “o esvaziamento e a nulificação, na forma do como não, de todas as divisões fático-jurídicas” (AGAMBEN, 2016, p. 44). Assim como quem foi chamado morre no velho mundo para ressuscitar em vida nova, o proletário somente pode se libertar quando se autossuprime, em que a perda integral da pessoa coincide com a sua redenção na vida nova, i.e., a sociedade sem classes.

Seguindo as aproximações, enquanto temos a “ekklēsia” (igreja) como comunidade em que se toma consciência das “klēsis” messiânicas, para o proletário temos o partido, que, segundo Lukács (2012, p. 128), antes da autocrítica: “cabe [...] o papel elevado de ser o portador da consciência de classe do proletariado, a consciência da sua missão histórica”. Essa inclusive, é a convicção que compartilha o Entrevistado Político B:

A razão de ser do nosso partido é isto, né? Nós tentamos organizar um partido de assalariados, de trabalhadores, de pequenos produtores do campo e da cidade. Não são só assalariados, são produtores, a pequena produção familiar, a produção

Messias que pode entrar a qualquer momento pela porta estreita do tempo não têm nada a ver com a rigorosa sobriedade de Marx, ateu convicto, materialista inabalável. Marx era antimessiânico. Benjamin, contudo, poderia argumentar que seu messianismo aparecia não propriamente para contestar o ponto de vista de Marx sobre a religião, mas para fortalecer o projeto político dele”.

⁷⁸ Engels (2008, p. 350), no prefácio de 1891 à edição alemã do livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, abandonou a ideia de que a liberação se daria nos termos de todas as classes: “Assim, em especial no fim do livro, confere-se grande importância à afirmação segundo a qual o comunismo não é pura e simplesmente doutrina do partido da classe operária, mas sim uma teoria cujo objetivo final é a libertação de toda a sociedade, inclusive os capitalistas, das relações que atualmente a oprimem. Isso é justo num sentido abstrato; no entanto, na prática é inútil e às vezes pior. Na medida em que as classes proprietárias, além de não se sentirem nenhuma necessidade de libertação, opõem-se com todas as forças à autolibertação da classe operária, esta se vê constrangida a inicial e realizar sozinha a revolução social”.

⁷⁹ Marx não abandonou ao longo da vida a que o proletário teria a missão de dissolver as classes sociais, como se observa do posfácio da segunda edição de “O Capital”, de 1873: “Na medida em que tal crítica [da economia burguesa] representa uma classe específica, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado” (MARX, 2014, p. 87).

cooperativa, ou seja, as pessoas que vivem do trabalho, quer dizer, é que precisariam ter um instrumento político, formar uma vontade coletiva de milhões de pessoas para, efetivamente, colocar o governo, o Estado, numa perspectiva de uma sociedade racional, uma sociedade que possa ser planejada, que possa ser previamente pensada, que respeite a natureza, que não agrida, como hoje, a natureza, que não tenha a irracionalidade das ocupações do espaço hoje.

Em Paulo, o evento messiânico é a ressurreição de Cristo (BADIOU, 2009, p. 27; 86), enquanto o correspondente profano de Marx é a revolução, sendo que a salvação messiânica – que seria obra divina – tem por sujeito um *resto* (*leímma* no grego de Paulo) (AGAMBEN, 2016, p. 70). O resto tem correspondência com o proletário, tendo em vista que ele representa um exceder do todo em relação à parte e vice-versa, lembrando que o proletário “não pode coincidir consigo mesmo enquanto classe e excede necessariamente tanto a dialética estatal quanto a dialética social dos *Ständ*” (AGAMBEN, 2016, p. 73). O resto só existe no tempo messiânico, ou na revolução, conformando o instrumento que a torna possível, sendo que o proletário não se confunde com a classe em si e que excede à situação no processo revolucionário.

Não à toa, Alain Badiou, um ateu hereditário e comunista, recorreu ao apóstolo Paulo para, no emaranhado de disputas identitárias atuantes no tempo presente, procurar a singularidade universal esvaída. O intento de Paulo, segundo leitura de Badiou, era “tirar a Nova (o evangelho) da estrita cerca em que ela teria valor apenas para a comunidade judaica. [...] Serão admitidos, sem restrição nem privilégio, os escravos, as mulheres, as pessoas de todas as profissões e de todas nacionalidades” (BADIOU, 2009, p. 20-21). O Paulo de Badiou está preocupado com o universalismo, ou seja, quem acima das divisões sociais e diferenças pode impulsionar um autêntico evento político⁸⁰. A questão aberta, e não respondida até o presente momento, é: quem terá a carga histórica de universalizar a sua condição ao ponto de superar a ordem vigente⁸¹?

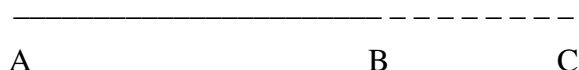
Seguindo nas aproximações, é interessante como há uma vinculação entre o evento messiânico e a revolução no que toca à noção de *tempo*. No começo existe o tempo profano

⁸⁰ Agamben (2016, p. 69) discorda frontalmente da leitura de Badiou acerca de Paulo: “Vejam por que não tem muito sentido falar de universalismo a propósito de Paulo – pelo menos enquanto o universal for pensado como um princípio superior aos cortes e às divisões e o individual como o limite ínfimo de toda divisão. Em Paulo não há, nesse sentido, nem princípio nem fim: há apenas o corte de Apeles, a divisão da divisão – e, depois, um resto”.

⁸¹ Para uma melhor compreensão acerca do intento de Badiou, ainda que não necessariamente seja uma classe, pode ser lido no sentido conferido por Iasi (2002, p. 198) ao universal da classe: “A capacidade de uma classe de se tornar classe revolucionária está ligada à condição de se tornar classe universal, e universal não significa o mesmo que ‘majoritária’, mas que uma classe particular, baseada no seu vínculo específico nas relações de produção e seus interesses particulares, possa expressar em sua particularidade o interesse geral da sociedade contra uma classe que represente em certo momento um obstáculo ao desenvolvimento desta”.

(chronos), que vai da criação (A) ao evento messiânico (B). Nesse momento o tempo se contrai (*kairós* [tempo de agora para Benjamin]) e dura até a presença plena do messias. O final é representado pelo tempo que passa à eternidade (C) – *éschaton* (AGAMBEN, 2016, p. 81).

FIGURA 16 – Representação do tempo



Fonte: AGAMBEN, 2016, p. 81.

O tempo cronológico, em termos profanos, é a marcação regular dos relógios, que Benjamin chamava de “tempo vazio e homogêneo”, sendo que no momento da revolução é como se fosse houvesse uma explosão e o tempo se contraísse [*kairós*], pois o passado e o presente se condensam e rebentam neste momento. Aqui, não tem como deixar de lembrar as Teses XIV e XV de Walter Benjamin (2014, p. 249-250): “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’” e “A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação”.

Na imagem profanada, o A representa o dia-a-dia regular da classe trabalhadora, que tem sua rotina acompanhada atentamente pelo relógio, sendo que o B representa o momento de explosão a partir da consciência de classe que impulsiona o processo revolucionário. O interessante é que a representação porta também similaridade com a obra marxiana, tendo em vista que o B seria o momento inaugural verdadeiro da história⁸², sendo o C a edificação de uma sociedade comunista, sem divisões de classes.

Ao assumir plenamente a vocação messiânica, Saulo alterou o seu nome para o apelido de Paulo. O engajamento em processos políticos revolucionários fez com que, ao longo da história, diversos personagens igualmente mudassem a sua denominação. Como lembra Agamben (2016, p. 23): “O messiânico separa o nome próprio do seu portador, que de agora em diante pode ter somente um nome impróprio, um apelido”. Dentre os revolucionários mais

⁸² “[...] as forças produtivas em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa brindam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a solução deste antagonismo. Com esta formação social encerra, portanto, a pré-história da sociedade humana” (MARX, 1982b, p. 531). Na leitura de Iasi (2011, p. 58), fala-se em pré-história “no sentido que as formas de associação constituídas pelos seres humanos em sua aventura sobre a terra têm sido marcadas pelo traço da subordinação dos seres humanos a algo colocado fora deles; seja a natureza hostil, seja as relações que eles próprios criaram e que se voltam contra ele como uma força estranha”

afamados, lembra-se a troca de Vladimir por Lenin, Lev por Trotsky, Josef por Stalin e, entre nós, de Ernesto por Che, Dilma por Wanda, ainda que com algumas variações.

Promovendo uma ilustração latino-americana, Enrique Dussel (2016, p. 66-67) aponta que quando Evo Morales lê os textos sagrados dos ancestrais aimarás na “Porta do Sol” do “Tihawanaku”, eles o são cognoscíveis a partir do perigo do agora de desafiar os costumes crioulos brancos e mestiços de cinco séculos. No tempo de agora de Morales “O passado, que jaz oculto, que pode desaparecer sem ser lembrado, que passa rápido, é rememorado, ressuscitado no agora messiânico da revolução cultural boliviana” (DUSSEL, 2016, p. 67).

A par do alto grau de abstração que envolve a discussão, de forma consciente ou não, a estrutura argumentativa de Marx se assemelha a de Paulo nos seguintes aspectos: a) nulificação das diferenças (judeu/não judeu; burguês/proletário); b) entidade que promove o chamamento (igreja/partido); c) mudança de nome no evento messiânico (Saulo/Paulo / Vladimir/Lenin); d) revolução como contração do tempo (*kairós*/tempo de agora); e) proletário como o que resta. Seria um exagero teórico, quase um devaneio, supor que esses caracteres similares se prestam para uma vinculação hermética entre Paulo e Marx, ainda que Walter Benjamin assim o tenha feito. De toda sorte, é mais ou menos disso que se trata quando se fala que o proletário seria o messias.

4.4.2 O que vem depois do fracasso de uma tentativa? Em defesa da renovação da ideia de socialismo no século XXI

O termo URSAL (União das Repúblicas Socialistas da América Latina) se popularizou em 2018, quando o candidato à presidência, Cabo Daciolo, perguntou ao também presidenciável Ciro Gomes, taxado como fundador do Foro de São Paulo, o que teria a dizer sobre a URSAL. Com feição atônita, Ciro emendou “a democracia é uma delícia, é uma beleza, [...] mas ela tem certos custos”, tratando a questão como se deve, em tom de piada. Ocorre que o principal ideólogo do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho⁸³ – autointitulado filósofo, que somente a mediocridade do tempo presente explica ter tantos seguidores, em

⁸³ No primeiro discurso após eleito, ainda no dia da realização do segundo turno (28 de outubro de 2018), Bolsonaro exibiu o livro de Olavo de Carvalho intitulado "O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota". Além disso, Olavo de Carvalho teria recomendado o futuro ministro da educação, Ricardo V. Rodríguez, que, segundo matéria do “El País”, além de defensor da ditadura militar brasileira, entende que existe uma doutrinação marxista, bem como “ideologia de gênero”, no âmbito escolar, prejudicando o ensino (JIMÉNEZ; BETIM, 2018).

publicação no Jornal do Comércio em 2006, já havia alertado do “perigo” que representaria a URSAL:

Para mim já se tornou evidente, por exemplo, que o sucesso no plano do Foro de São Paulo, a implantação da URSAL, União das Repúblicas Socialistas da América Latina, não somente não se opõe em nada aos objetivos do globalismo, mas contribui decisivamente para eles, fomentando uma integração regional que provocaria orgasmos em Hans Morgenthau e que, a longo prazo, só tornaria a América Latina ainda mais dependente dos bancos internacionais (CARVALHO, 2006)⁸⁴.

Não adiantou a criadora do termo, a socióloga Maria Lucia Barbosa, ter publicamente afirmado que se tratava de uma brincadeira idealizada em 2001, quando do encontro do Foro de São Paulo em Havana (PEROTTI, 2018), pois o pensamento comum absorve todo o tipo de irracionalismo e se tornou afeito à psicodelia argumentativa de toda estirpe. Desditosamente, talvez este tenha sido o ápice de aparição do termo socialismo na campanha presidencial, já que nenhum candidato teve o atrevimento de vincular a si uma ideia que é assimilada amplamente como pejorativa.

O momento político desse segundo decênio de século XXI traz uma consternação atormentante: as palavras comunismo e socialismo ou foram totalmente esquecidas ou passaram pura e simplesmente a denotar modelos criminosos e autoritários de governo. Poucos são os autores que se propõem a encarar a tarefa de pensar o socialismo a partir da mais dura constatação, que representa o *fracasso da ideia de socialismo* no ideário popular. Quem ousa pronunciar esta palavra em público não ganha muitos adeptos, demonstrando que perdeu a carga história de radicalidade que possuía. O receio natural é que quando se extirpa do debate público uma alternativa real ao capitalismo, abre-se espaço para que as massas se apeguem a qualquer ideia política que melhor defina o seu estado presente de angústia.

Alain Badiou (2012) prefacia o seu livro “A Hipótese Comunista” sob o sugestivo título “o que é fracassar?”. Propõe uma discussão assertiva sobre os fracassos das formas concretas da ideia comunista e como isso resultou no estado que nos encontramos, em que vigora a máxima anunciada “Não há escolha, escutem o que eu digo!” (BADIOU, 2012, p. 9). No nível mais descritivo e histórico, Badiou (2012, p. 22-23) aponta ao menos três tipos de derrotas: a) de uma tentativa: detendo provisoriamente o poder, há o esmagamento por forças

⁸⁴ Em nota de rodapé, com fonte reduzida além das normas da ABNT diante da obscenidade, quando o jornalista do Diário do Centro do Mundo (DCM), Kiko Nogueira (2018), regozijou do fato de Olavo de Carvalho ter levado à sério a sigla URSAL nos idos de 2006, a resposta de Olavo foi na exata medida da sua polidez: “você mostra que não é jornalista porra nenhuma. Aliás, seu pai já não era. [...] o Paulo ‘Nojeira’, fundador do Diário do ‘Cu’ do Mundo, já não era jornalista, você é muito menos ainda. Então é o seguinte, o sujeito está tomando no cu e se fazendo de importante, dizendo: ‘peidei no pau dele, peidei no pau dele’. Sim, é verdade, minha piroca está no seu cu faz doze anos, doze anos, e você está aí ‘peidei no pau dele, peidei no pau dele’” (CARVALHO, 2018).

contrarrevolucionárias (Comuna de Paris); b) amplo movimento de forças discordantes, sem objetivo de poder, que coloque o Estado na defensiva (Maio de 68); c) tentativa de mudar o Estado, declarando o caráter socialista, resultando no terrorismo do Estado-partido, ou alinhando a miragem de comunismo aos comandos do capitalismo (fim da URSS, China nos dias atuais).

No caso brasileiro, o nosso fracasso mais recente pode ser lido como de segundo tipo, quando Junho de 2013 defluiu na conformação de forças conservadoras que, inicialmente, impulsionaram o Golpe de 2016 e, posteriormente, resultaram na eleição de Bolsonaro em 2018. Em Junho de 2013, a palavra socialismo ou comunismo não teve nenhuma relevância, ao passo que as contestações iniciais orbitavam na questão da mobilidade urbana e, em segunda instância, passou por uma pulverização de pautas difusas, sem qualquer pano de fundo político-partidário concreto. O retorno da palavra comunismo ao cenário político não ocorreu pelos setores da “esquerda”, senão como propaganda negativa por parte do candidato do PSL, que habita mentalmente os tempos de outrora.

A campanha eleitoral de 2018 trouxe à tona a desgastada ideia de que o candidato do PT representaria uma ameaça comunista, pois implantaria um regime político análogo ao da Venezuela. O elemento bizarro não está em supor que o PT, mesmo após treze anos no poder, iria faticamente impor uma ditadura, senão que o imaginário da guerra fria, tão presente no período militar recente, ainda tem vigor ideológico. Tamanha demonstração de crença na ameaça comunista pode ser aferida não só na profusão que o termo URSA teve durante a campanha, mas nas suposições dos eleitores de Bolsonaro – a partir do seu próprio programa de governo – que os últimos trinta anos da história recente do Brasil foram governados por pessoas com o mesmo viés político: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS, 2018, p. 8).

Seria menos frustrante ser associado ao comunismo caso o PT efetivamente representasse um partido radical e com programa de ruptura com o capitalismo. Há um fracasso duplo: a) da alternativa da esquerda; b) da falta de convicção revolucionária do PT, a qual não será objeto de análise porque já foi tarefa empreendida por Iasi (2012). O PT congrega a miragem da esquerda para o pensamento conservador, sendo o único partido que possui ampla base popular, principalmente na região Nordeste. Abater o PT, a partir da prisão dos seus principais líderes, associando-o à corrupção, significa a plena vazão da ideologia neoliberal, que se apresenta nesse momento por uma figura pitoresca, para não dizer tosca,

que é Jair Bolsonaro⁸⁵. A questão que se coloca é: *como compreender o fracasso da alternativa socialista e como revigorar o seu potencial de ruptura?*

Poucos são os autores que ousam escrever abertamente sobre o socialismo em um contexto de exaustão dos projetos emancipatórios. Os textos acadêmicos afeitos à teoria crítica ou portam um alto grau de abstração (não examinando processos históricos reais), ou se limitam a proceder uma crítica aos efeitos nefastos do modo de produção capitalista em dado objeto. Escrever sobre o socialismo e acerca da possibilidade de revigoração de uma ideia que adentra no século XXI sem a mesma vitalidade que ingressou no século XX, converte-se quase em atividade de futurologia. Ainda assim, suponho que corrigindo algumas formulações teóricas desgastadas, é possível imprimir algum sentido de validade para compreender as lutas sociais que se dinamizam nesse começo de século XXI.

Talvez o principal escrito que encarou a tarefa de pensar o socialismo nesse segundo decênio de século seja, curiosamente, de Axel Honneth, membro da chamada terceira geração da Escola de Frankfurt. Sob o título “A Ideia de Socialismo: tentativa de atualização”, a obra, publicada originariamente em 2015, representa o resgate de uma discussão que se esvaiu ao longo da segunda e terceira gerações da Escola de Frankfurt. Honneth (2017, p. 18) tem como objetivo procurar os motivos (internos e externos) que fizeram com que a ideia do socialismo tenha perdido o potencial inspirador que possuía, bem como indagar quais alterações conceituais são necessárias para recuperar a sua capacidade revolucionária.

A motivação para redigir o livro surgiu da constatação de que o socialismo, há pouco menos de cem anos, era um ingente movimento que os principais teóricos não tinham como deixar de se manifestar, sendo que a situação atual é drasticamente oposta. Honneth defende que esta inversão aconteceu demasiadamente depressa, pretendendo demonstrar a existência de uma faísca acesa na ideia de socialismo (HONNETH, 2017, p. 9-10). Para tecer as críticas ao projeto socialista, Honneth recorre à tradição do marxismo ocidental⁸⁶, que a partir dos anos 1920 já expunha as limitações, que considera “fardos históricos” a serem abandonados (HONNETH, 2017, p. 45-49).

⁸⁵ O próprio ditador Ernesto Geisel, ainda vivo, concedeu uma entrevista em 1993 que ficou registrada em livro, referindo a relação dos militares com a política, cuja influência iria diminuir, até acabar, ocasião que fez menção expressa a Bolsonaro (então deputado federal): “Tenho a impressão de que, à medida que o país se desenvolve, essa interferência vai diminuindo. Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar. Mas o que há de militar no Congresso? Acho que não há mais ninguém” (GEISEL *apud* D’ARAUJO, CASTRO, 1997, p. 113).

⁸⁶ Por “marxismo ocidental” deve ser compreendido a gama de autores – de Lukács a Althusser –, passando pelos integrantes da Escola de Frankfurt, que, com arrimo nas transformações experienciadas ao longo da primeira e segunda grandes guerras, bem como ao desenvolvimento do capitalismo ulterior, conferiu novas interpretações ao materialismo histórico (ANDERSON, 1989, p. 43-69).

O problema estaria centrado na teoria social e da história que o conceito de liberdade social⁸⁷ se assentou, passando a examinar três heranças negativas: (a) esfera econômica como lugar central na luta pela liberdade social; (b) a existência de uma subjetividade revolucionária (proletário industrial); (c) inevitabilidade do socialismo. Suponho que as questões “b” e “c” já tenham sido abordadas ao longo deste estudo, cabendo atenção especial ao primeiro ponto.

Em relação à primeira herança negativa, há uma crítica ao fato de os primeiros socialistas (inclusive Marx) terem associado a liberdade unicamente à esfera econômica, considerando a segregação entre a política estatal e a produção econômica como passível de superação com a transformação desta. O movimento socialista se viu afastado de acesso normativo à esfera política, por menosprezar o valor do direito à liberdade individual, que poderia corroborar o sentido da liberdade social.

O reflexo foi o afastamento do movimento socialista da própria noção de democracia, mesmo na variante de “socialismo democrático”, demorando várias décadas para tentar integrá-lo, fazendo com que o projeto de liberdade social ficasse restrito à cooperação no âmbito econômico-produtivo (HONNETH, 2017, p. 51-57). Entre nós, Carlos Nelson Coutinho (2008, p. 20) defendia há tempos que “a democracia e socialismo não apenas não são incompatíveis, mas carecem um do outro para afirmar plenamente suas potencialidades”.

De fato, a partir do postulado marxiano, a condição de libertação das amarras sociais encontra seu foco nas relações de produção econômica, fazendo com que tenha gerado uma espécie de leitura essencialista dos fenômenos históricos. Em quase todas as ebulições sociais desse segundo decênio de século XXI, enxerga-se a classe trabalhadora como se fosse um agente político perene, independentemente da pauta que se veicula e da subjetividade que se forma a partir dela. Junho de 2013 não pode ser considerado como um levante da classe trabalhadora pelo simples fato de numericamente serem integrantes desta, porque as pautas trazidas não diziam respeito ao modo de exposição dos manifestantes às contradições entre capital e trabalho, ou da condição ínsita de trabalhador.

A confusão é gerada quando se associa a condição de trabalhador com a pauta objetiva de luta. Caso se proceda a essa abstração, quase todas as manifestações, ao menos que sejam perpetradas por empresários, seriam supostamente atinentes à classe trabalhadora. Essa

⁸⁷ “Sendo assim, liberdade social significa participar na prática social de uma comunidade na qual os membros têm tanta simpatia uns pelos outros que, para bem dos outros, se ajudam reciprocamente na satisfação das suas necessidades justificadas” (HONNETH, 2017, p. 41). Este conceito é exaustivamente tratado, nas suas diversas facetas, na obra “O Direito da Liberdade” (HONNETH, 2015, p. 236-ss).

assertiva não se sustenta, tendo em vista que o critério de organização como classe constitui pré-condição para se falar na classe trabalhadora como agente político de luta. Na história recente, ao menos desde a década de 80 do século XX, com o apogeu do movimento sindical, não se enxerga a classe trabalhadora como subjetividade concreta e com envergadura na arena política.

Por isso, não há como concordar com a premissa de que a classe trabalhadora teria sido o sujeito oculto da vitória de Bolsonaro, como defende Iasi (2018b): “Pois então, este sujeito que ninguém mais via, que havia deixado de existir e ter importância nas disputas políticas, este sujeito decidiu a eleição a favor do fascismo”. Ainda que sejam faticamente trabalhadores em relação à posição histórica de serem vendedores de força de trabalho, os motivos que os levaram a decidir pelo candidato fascista não dizem respeito, de modo algum, ao fato de serem trabalhadores. Imagino que sejam ocultos, mas não no sentido proposto, senão por não serem organizados como “sujeitos” políticos que decidiram o processo político de 2018.

A base social de Bolsonaro era formada por uma aliança entre a classe dominante (empresários) e integrantes da classe trabalhadora, que aderiram ao discurso de ordem, de defesa da família, contra a corrupção, contra o comunismo, contra o PT, relevando ou assentindo com o discurso de ódio contra os segmentos LGBTQIA+, indígena, quilombola etc. A decisão de apoio a Bolsonaro não se deu como agente de um processo político, na condição de “classe”, que portaria de antemão interesses comuns nessa ou naquela direção. A posição de classe não explica a ascensão do fenômeno Bolsonaro, tampouco se pode afirmar que a subjetividade oculta seja a classe trabalhadora, pois esta não participou como unidade política passível de leitura nesse enfoque, até mesmo pelo processo de individualização ínsito à racionalidade neoliberal.

Associar a condição de libertação à esfera econômica atrai para si o problema do evolucionismo historicista. É como se a classe trabalhadora estivesse enredada numa teia de contradições, formada pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais, sendo que cada etapa geraria um grau de consciência diverso. Esse tipo de argumentação pode ser visto na síntese de formação da classe e da sua consciência, tal qual exposto por Iasi (2002, p. 340):

Isso significa dizer que, além da posição diante da propriedade e das relações sociais de produção no interior de uma determinada ordem, da posição perante a contradição histórica entre o avanço das forças produtivas e as antigas relações sociais de produção, na ação que constrói a classe como classe, intervém uma quinta determinação: *a consciência*.

Ainda que Iasi (2002, p. 342-345) bem traga as discussões acerca da possibilidade de a classe trabalhadora assumir uma visão de mundo burguesa e, por outro lado, rechace o que chamou de “mito da inevitabilidade” do socialismo, acredita na possibilidade de constituição da classe trabalhadora em sujeito histórico. Iasi (2002, p. 344) acredita que o erro de análise se situa em transformar um movimento particular, de contração do ímpeto revolucionário que se transmuta em amoldamento à ordem do capital, como se fosse universal.

Concordo que na perspectiva dialética da realidade não se pode aderir a nenhum tipo de fatalismo histórico, seja acreditando na inevitabilidade do socialismo ou no repúdio completo da possibilidade de formação de uma consciência de classe. Ocorre que, Iasi não abandona o evolucionismo historicista, ilustrado na crença de que a classe trabalhadora representa um contraprincípio ao capitalismo em razão da contradição objetiva entre “o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção” (IASI, 2002, p. 340).

Esse esquema explica fundamentalmente a ascensão da burguesia na Europa, no entanto, é completamente falho para explicar o surgimento do capitalismo no Brasil, que não se deu a partir das “contradições objetivas internas”. E mais do que isso, supõe que conforme se desenvolvem as forças produtivas materiais, o polo mais fraco da relação, a classe trabalhadora, estaria acirrando as suas contradições em relação ao detentor do capital, potencializando a sua capacidade de ruptura.

Essa correspondência não porta qualquer base empírica, inclusive, nenhuma revolução que assumiu o caráter socialista havia esse critério objetivo de contradição entre desenvolvimento de forças produtivas materiais e relações de produção. Salvo melhor juízo, o maior evento político do século XX, a revolução russa, foi a tomada do palácio de inverno para a derrubada do Czar e não da burguesia. O mesmo pode ser pensando em relação aos demais processos revolucionários de caráter socialista, que ostentavam uma questão nacional e agrária mais do que uma contradição entre força produtiva e relação de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas materiais pode, faticamente, fazer com que desponte uma nova organização política, que pode se traduzir em classe (como foi o caso da burguesia) e que impulse um processo revolucionário de dissolução das relações de produção existentes. O que se olvida de mencionar, nesse caso, é que a burguesia se apresentou como um contraprincípio a organização feudal, não fazendo parte dos polos

antagônicos de manutenção do sistema (clero, nobreza e servos, vassalos)⁸⁸. Por que supor que a classe trabalhadora, agente necessário da reprodução do capital, historicamente se apresenta como passível de universalização?

A consciência do imperativo de superação do modo de produção vigente, não se apresenta como opção histórica a partir da contradição entre o maior ou o menor desenvolvimento das forças produtivas materiais. Pelo contrário, o socialismo teve vitalidade onde conseguiu despontar no imaginário comum como uma opção às contradições estabelecidas. A criminalização constante dos termos socialismo e comunismo se presta para exterminar a alta carga valorativa de tais palavras, extirpando-as do imaginário comum, a fim de que não orbitem a esfera de possível projeto político.

Aqui está um dos pontos centrais em se pensar o revigoramento do viés emancipatório. Badiou (2012, p. 144) defende a “Ideia” de comunismo, porque a função desta é justamente “projetar a exceção comum da existência”, a qual está quase inteiramente absorvida pelo Estado (família, trabalho, propriedade, religião etc.), para uma esfera fora do Estado e da própria história. Isso porque demanda que se distancie das representações comuns, a fim de que possa, a partir da prática (experiência do real), representar “a fuga criadora do real” (BADIOU, 2012, p. 145).

Levando em consideração que todo evento político, na acepção de Badiou, é uma surpresa, é preciso que se tenha uma Ideia que envolva a criação de novos possíveis, os quais demandam o enfraquecimento do Estado, que é a instituição, por excelência, que governa o que é ou não permitido. Assim pode ser sintetizada a sua hipótese comunista:

O que importa é sua existência e os termos da sua formulação. Em primeiro lugar, dar sólida existência subjetiva à hipótese comunista. [...] Combinando as construções do pensamento, que são sempre globais e universais, e as experimentações de fragmentos de verdades, que são locais e singulares, mas universalmente transmissíveis, podemos garantir a nova existência da hipótese comunista, ou melhor, da Ideia comunista, nas consciências individuais. Podemos inaugurar um terceiro período de existência dessa Ideia. Nós podemos, logo devemos (BADIOU, 2012, p. 148).

Aderindo ou não a sua proposta de defesa da Ideia do comunismo, o que parece salutar na sua teoria do evento, diz respeito que a possibilidade de transformação social radical somente existe caso se tenha uma Ideia prefigurada que demande algo não inscrito no real imediato. Abandonando a esquemática engessada do desenvolvimento das forças produtivas

⁸⁸ “A superação do capitalismo, sua negação em nome de uma racionalidade diferente só pode surgir a partir de camadas que representam ou prefiguram a dissolução de todas as classes, inclusive da própria classe operária” (GORZ, 1982, p. 26).

materiais, o que é importante é construir no ideário comum a hipótese comunista como alternativa real às mazelas do modo de produção capitalista. Os nomes que essas construções irão assumir é o que menos importa relevância, diante da necessidade de se pensar a construção, ou reabilitação, da Ideia de comunismo para que possa se apresentar no horizonte da história como uma alternativa real à dominação do capitalismo⁸⁹.

IncurSIONAMOS no século XXI ainda experienciando a ressaca histórica da dissolução do socialismo real, não se encontrando no horizonte as possibilidades de emancipação, as quais não estão peremptoriamente conectadas com o aspecto econômico da realidade, ainda que sobre ele repouse. Não obstante o intento seja a alteração do modo de produção, a organização que conduz à negação do capitalismo não surge necessariamente como reflexo direto das contradições entre forças produtivas materiais e relações de produção.

Por mais que se pareça negar um postulado do materialismo histórico, caso não se abandone esse evolucionismo historicista, persistir-se-á no erro de que a condição de libertação da classe trabalhadora depende de uma contradição material objetiva. Foi a força da ideia de comunismo, bem como a capacidade que teve de inspirar as lutas populares no século XX, que gerou uma ameaça real ao modo de produção capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas materiais, que continua alterando drasticamente as relações de trabalho, historicamente demonstrou apenas que há até mesmo um maior amoldamento à ordem.

À medida que o Estado incorporou para si a tarefa de neutralizar os efeitos nefastos da relação capital x trabalho, e deixando o socialismo de habitar o imaginário comum, as vias emancipatórias se mostram bloqueadas. Constitui tarefa primeira, portanto, a reabilitação da hipótese comunista. O importante é inflar nas massas a Ideia de comunismo, para que ela retorne à arena política com vitalidade, a partir de amplo trabalho de base social, hoje em dia ocupado maciçamente pelas Igrejas.

É bem verdade que a dinâmica das lutas sociais nesse começo de século XXI traz uma preocupação justificável para quem assume a defesa do projeto político emancipatório: não se encontra nem na subalternidade social nem na classe média o desejo de ruptura à ordem, ainda que por motivos diversos. A primeira delas não se encontra em posição política de reconhecimento como segmento passível de formar a opinião pública, não sendo chamada a opinar em nenhuma esfera aberta de interlocução. A segunda, a cada conquista dentro do capitalismo, imagina-se mais integrada ao modo de produção, aceitando e reproduzindo os

⁸⁹ A revolução russa foi de caráter socialista diante da força que a “Ideia” comunista possuía à época. Da mesma forma, a revolução cubana declarou o seu viés socialista, tempos depois, por uma questão geopolítica e porque o socialismo orbitava o imaginário comum como projeto societário.

seus valores. E para embaraçar ainda mais a discussão, existe uma dificuldade congênita na teoria marxista em integrar as demandas por “reconhecimento”⁹⁰, que passam a ocupar com intensidade as lutas sociais.

Esse é o segundo aspecto problemático em se associar à condição de libertação unicamente à esfera econômica. Existe uma grande confusão, em se tratando da tradição marxista, em compreender as lutas por reconhecimento. Logo no início da década de 1980, Perry Anderson (1985, p. 93-96) arriscou uma predição de que a contestação central ao marxismo como teoria crítica viria de uma direção muito diversa da até então experimentada, sendo a partir dela que deveria construir o seu objeto. Referiu a emergência de três questões taxadas de “incontornáveis”, todavia, que se encontravam fora do perímetro clássico do materialismo histórico, que eram, na ocasião, o movimento feminista, ecologista (questão ambiental) e pacifista.

A falta de trato e a incapacidade analítica de compreender a autonomização das lutas por reconhecimento gera, habitualmente, uma leitura apressada acerca do tema. Seguindo a fissura de associar e reduzir as opressões sociais à esfera econômica, Montañó e Duriguetto (2010, p. 320) escamoteiam a própria incompreensão do fenômeno, destilando um dos maiores xingamentos para o Serviço Social, que é chamar de “pós-moderno”, ao suporem que as “políticas de identidade”, como intitulam, teriam supostamente decretado o fim da política tradicional de classes. Se ao menos pudessem antever o nosso verdadeiro assombramento seriam os “neos” (-conservadorismo, -liberalismo, -fascismo) e não o “pós”, talvez não gastassem tanta energia combatendo-o.

Observo uma defesa tão estridente quanto ingênua da relação entre classe e reconhecimento, em tese na defesa do “marxismo”, que somente uma citação literal pode servir como base para uma honesta crítica:

Ou seja, a crise capitalista, os novos centros de conflitos e suas novas formas de organização e expressão sociais nada mais são, nessa ótica, do que novas e diversas maneiras de manifestações da fundante contradição capital / trabalho, fundamento da chamada “questão social”, que se expressa das mais variadas formas, e as quais os sujeitos enfrentam um infindável leque de possibilidades. Antes de *negar* a contradição capital / trabalho, como categoria fundante da sociedade capitalista, esses fenômenos a *confirmam*.

⁹⁰ Em razão da sua consolidação no debate da filosofia política, materializada na discussão entre redistribuição x reconhecimento, a utilização do termo reconhecimento, derivado da filosofia hegeliana, remete à tradição neohegeliana (HONNETH, 2009, p. 77). Na perspectiva de Nancy Fraser (2003, p. 10): “Assim, ‘reconhecimento’ implica na tese hegeliana, muitas vezes considerada em desacordo com o individualismo liberal, que as relações sociais são anteriores às individuais e que a intersubjetividade é anterior à subjetividade”, com ênfase na política da diferença. Reconhecimento é, por vezes, assimilado como questões “identitárias”, que dizem respeito à condição da pessoa e não necessariamente abrangendo redistribuição material.

No pensamento marxista, como vimos [...], a centralidade econômico-produtiva, fundante da “questão social” e suas manifestações (pobreza, desemprego, questões de gênero e ambiental, xenofobia, discriminação racial, sexual etc.), não se desvanece com as significativas mudanças no mundo capitalista contemporâneo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 323-324).

Ao contrário do que os autores supõem, as opressões “identitárias” não podem ser defluídas, depuradas, a partir da contradição capital x trabalho, não constituindo, de modo algum, uma “expressão da questão social”. Um homem covarde não bate em uma mulher como decorrência da contradição entre capital x trabalho, tampouco se pode presumir que o patriarcado e o machismo irão fenecer se for extirpada a contradição material da sociabilidade capitalista. Uma leitura marxista atenta não é a que faz a defesa a todo custo da centralidade da contradição “fundante”, para subsumir as demais formas de opressão a partir dela, senão a que metodologicamente sabe alocar a diferença entre uma opressão de classe e uma de “identidade”, bem como a relação dialética entre ambas.

As pautas de reconhecimento, como as questões de gênero, raça, etnia, deficiência, etária, religião, machismo etc., não podem ser depuradas da contradição classista, como se fossem uma manifestação desta, ao passo que portam um dado de *autonomia*. Essas opressões irão se *particularizar* sobre uma base material específica, que, no nosso tempo histórico, é o modo de produção capitalista o dominante. A título ilustrativo, não se pode supor que o preconceito contra as relações homoafetivas sejam uma manifestação ou expressão da “questão social”, pelo contrário, irá se particularizar na chamada “questão social”, que tem como pano de fundo a ordem capitalista. Alterando o modo de produção, não significa que haverá respeito às relações homoafetivas, justamente porque elas irão se particularizar sobre uma base material, mas não dela defluírem.

As questões “identitárias” são afloradas em dado momento histórico, não raro denunciando facetas da realidade que traduzem formas específicas de opressão, que não eram enxergadas desse modo ou que eram simplesmente silenciadas. Afirmar que configura uma expressão da contradição capital x trabalho, além de enfraquecer a pauta específica, deixa de compreender a própria funcionalidade que a opressão assume para a própria reprodução do capitalismo. A questão racial parece ser o melhor exemplo nesse ponto. Além de ser uma herança histórica da escravidão, a subalternidade do negro passa a ter uma funcionalidade ao capitalismo à medida que se torna provedor de força de trabalho barata. O racismo não irá simplesmente desaparecer com a eliminação da contradição entre capital e trabalho.

Logo, as questões “identitárias” não fragmentam a luta de classes, ou significam a decretação do seu ultimato, até mesmo porque contém um dado de autonomia em relação à

base material. Como as opressões de reconhecimento passam a ter uma funcionalidade para a própria reprodução do capitalismo, combatê-las significa uma forma de enfrentamento ao próprio mecanismo de reprodução do capital. Isso não significa, de modo algum, a sua superação, mas pode indicar a abertura de uma porta para o pensamento crítico radical e de proximidade com a perspectiva anticapitalista.

Essa limitação de entendimento não se reduz à leitura de Montaño e Duriguetto. David Harvey (2016, p. 20), por exemplo, faz um exercício de abstração assumido (ou seria contorção?), para não ingressar no tema⁹¹. Diz que está preocupado com o “capital”, com o seu motor econômico, e não com o “capitalismo”, ainda que mais cedo ou mais tarde se veja enredado na própria abstração de criou⁹². Esse exercício de abstração é válido para se enxergar o capitalismo na sua forma mais crua, do “motor econômico” como descreve. Ocorre que, não obstante o capital seja o sujeito que subjuga as classes a se digladiarem pela sua reprodução, existe concretamente uma subjetividade material que ocupa os papéis sociais disponíveis.

Nesse ponto, a teoria de Harvey fracassa em apontar a superação do capitalismo quando não consegue enxergar a realidade a partir da totalidade social. Por conta do seu próprio exercício de abstração, resta impossibilitado de situar as forças sociais capazes de impulsionar a sua superação. Não existe subjetividade revolucionária que não esteja atravessada por questões identitárias em maior ou menor nível. Inclusive, as opressões podem se sobrepôr. Uma coisa é ser trabalhador na sociedade capitalista. Outra coisa é ser trabalhadora, mulher, nordestina, negra, pobre, mãe solteira, lésbica, e tudo isso diz respeito ao funcionamento do próprio capitalismo.

Incorporar as lutas por reconhecimento à perspectiva marxista e socialista significa abrandar o hábito de homogeneizar a exploração classista, pois há setores que ostentam maior subalternidade social dentro da própria reprodução do capital. A opressão de reconhecimento gera uma inferiorização maior dentro da própria classe trabalhadora, bastando imaginar os

⁹¹ Isolando a circulação e a acumulação de capital de todo o resto, Harvey (2016, p. 21) justifica o porquê de não tratar das pautas “identitárias”: “Assim como o biólogo admite prontamente que forças e perturbações externas (furacões, aquecimento global [...]) muitas vezes oprimem a dinâmica ‘normal’ da reprodução ecológica na área isolada para estudo, também eu admito neste caso: guerras, nacionalismo [...], tudo isso entra na dinâmica do capitalismo, junto com doses generosas de ódio e discriminação motivadas por questões de raça, gênero, orientação sexual [...]”.

⁹² Harvey diferencia o capital (motor econômico) e o capitalismo, visto que este contém diversas contradições identitárias. A certa altura, reconhece as limitações da sua própria abstração: “Estamos agora em um daqueles pontos de interação fundamentais, às vezes confusos e desconcertantes, em que capital e capitalismo não podem ser claramente separados. Isso acontece em particular com as questões de raça. Em muitos lugares do mundo (como nos Estados Unidos), as questões raciais estão há tanto tempo interligadas às questões de classe que ambas se reforçam mutuamente, quando não são indistinguíveis uma da outra” (HARVEY, 2016, p. 155).

papéis laborativos que os negros ou nordestinos migrantes ocupam, aceitando postos de trabalho com maior precarização e com baixa remuneração. As opressões de reconhecimento possuem uma funcionalidade para a própria lógica que sustenta a sociabilidade capitalista, portanto, ainda que tenham um dado de autonomia, defender a relevância das pautas por reconhecimento para o socialismo significa carregar a bandeira da igualdade, que historicamente é cara a esta tradição.

É legítima a preocupação de Harvey (2016, p. 155) quando aduz que “o capital não é inocente quando se trata de fomentar o conflito no grupo social e entre eles”, tendendo a apoiar as emancipações parciais⁹³ que ganhem força, desde que não atentem contra a reprodução do capital, como é o caso do movimento LGBTQIA+. Essa limitação de integrar as demandas por reconhecimento com uma redistribuição radical se deve, ao mesmo parcialmente, ao contexto inicial em que a teoria marxiana foi pensada. Ainda que questões “identitárias” pontuais permeassem o projeto emancipatório de Marx e Engels⁹⁴, o projeto marxiano focalizava a estrutura econômica como o núcleo a ser cambiado. As condições de libertação da classe trabalhadora foram restritas à esfera econômica, como se pudesse sintetizar (ou até mesmo defluir) as diversas formas de opressão à base material, como expresso na visão de Duriguetto e Montañó.

Aqui reside um dos pontos centrais em se pensar um projeto socialista no século XXI. Assim como a tópica (infra e superestrutura) auxiliou a organizar o pensamento, em termos de compreender como ocorre a dinâmica de reprodução da sociedade a partir da perspectiva materialista, a tarefa hoje consiste em saber pensar dialeticamente a relação entre as demandas por reconhecimento e redistribuição radical. Nesse segundo decênio de século XXI, o avanço do conservadorismo decorre também da amplitude que as lutas por reconhecimento obtiveram. A necessidade de minorar as opressões contra raça, gênero, patriarcado, etnia etc.,

⁹³ “A pulverização de demandas a serem perseguidas e concretizadas que planam sobre o cotidiano, nem todas vinculadas ao trabalho, faz com que se justifique, terminologicamente, a adoção do termo *emancipação parcial*. Esta deve ser compreendida como qualquer conquista social que satisfaça um significado existente na emancipação humana, auxiliando-a no preenchimento da sua forma acabada. [...] A emancipação parcial contém um alto valor libertário quando porta consigo uma carga de crítica ao metabolismo imposto pelo capital, por isso, não se pode confundir o fato de a emancipação ser parcial com a parcialidade do que se reivindica. É possível, por exemplo, que uma feminista defenda uma maior igualdade de gênero sem fazer uma crítica mais contundente ao capitalismo, o que acarreta em uma *parcialidade de demanda* e não uma *emancipação parcial*. Nesse caso, está-se diante de um enfoque tipicamente sectário, ao passo que se ignora os mecanismos de mercado que fazem com que a mulher tenha efetivamente uma remuneração inferior à do homem. Ao mesmo tempo, menospreza por completo a superexposição mercadológica do corpo feminino, tão típica à capacidade de mercantilização promovida por esse mesmo modo de produção, apenas para citar dois exemplos (KELLER, 2015, p. 161; 164).

⁹⁴ No escrito intitulado “Princípios Básicos para o Comunismo”, cujas tese serviram de preparação para o Manifesto Comunista, Engels (1982d, p. 88) referiu dentre as medidas: “11. Igualdade de direito de herança para os filhos legítimos e ilegítimos”.

taxadas como “mimimi” pelos conservadores, significa que houve uma propagação em larga escala desses temas no debate público. Não penso que seja uma boa estratégia, levando em consideração as sucessivas derrotas da esquerda, bloquear caminho para essas reivindicações como se fossem incompatíveis com a crítica ao capitalismo.

No amplo espectro das lutas sociais desse começo de século XXI, a consciência de classe é uma das formas de luta. Inclusive, diga-se de passagem, em franca decadência. Ao contrário do que se antevia, não é a privação das condições materiais de subsistência, ínsitas à exclusão social promovida pelo capitalismo, que desperta o sentimento de revolta, ao menos não contra a engrenagem do sistema. Por outro lado, o suprimento individual das necessidades materiais de subsistência também não garante um pensamento alinhado com a perspectiva de transformação societária.

O despertar à consciência crítica pode não necessariamente partir de uma identificação como classe inicialmente. O engajamento na luta feminista pode fazer que dada mulher incursione uma seara de questionamentos, que a levem refletir sobre a estrutura econômica, ao passo que repercute diretamente na desigualdade salarial com os homens. A identificação com a negritude pode gerar uma crítica maior à sociabilidade capitalista, pois os papéis sociais menos valorizados são ocupados por negros, que, pela mesma lógica perversa, são os que mais morrem em confronto com a polícia.

É possível objetar que essas lutas não necessariamente irão atingir a desigualdade transversal, a qual atinge a todos de forma indistinta, que é a exploração perpetrada pela lógica do capital, subjugando dado segmento a sobreviver da venda da força de trabalho. Ainda que essa assertiva seja procedente, pois de fato existe um dado de autonomia nas lutas por reconhecimento em relação à base material, imagino que a perspectiva de socialismo e o projeto emancipatório deva congrega a luta pela abolição de todas as formas sociais de opressão. Mesmo na sua plena autonomia, estarão preenchendo um sentido da emancipação humana no século XXI, esbarrando por fim na contradição fundante entre capital x trabalho.

Sem afastar a centralidade do trabalho nas lutas sociais, Ricardo Antunes não reduz as questões de reconhecimento ao trabalho. Aponta que as revoltas sociais não se originam com exclusividade no mundo do trabalho (ainda que confira excessiva proeminência a este aspecto):

Do mesmo modo, os movimentos feministas, a luta ecológica, dos indígenas, dos negros, dos imigrantes, dos homossexuais etc. encontram maior pujança e vitalidade quando conseguem *articular suas reivindicações singulares e autênticas com sua dimensão de classe*, fortalecendo as ações contra as múltiplas explorações e opressões presentes no sistema do capital (ANTUNES, 2018, p. 304).

Não se pode imaginar que o socialismo hoje signifique exclusivamente a tomada dos meios de produção, tarefa em que não se encontra no horizonte próximo de lutas, pois não atingiria a plenitude de sentido que a noção de emancipação humana deve comportar. As condições de libertação humana não estão restritas à esfera econômica, ainda que esta seja transversal, pois as demais facetas geram sofrimentos materiais, concretos, diários, que em alguns casos chegam a ser mais severos do que a extração do mais-valor. Basta aqui lembrar quantas mulheres têm a sua vida ceifada pelos valores patriarcais que são ainda cultivados, ou dos negros que são exterminados pelo simples fato de serem pretos. Para se lutar é preciso ao menos estar vivo, sendo esta a condição primeira de luta.

A objeção mais evidente a este argumento é que são pautas passíveis de serem impressas dentro da própria ordem do capital, como defende Alain Badiou (2009, p. 18): “O capital exige [...] o permanente ressurgimento de identidades subjetivas e territoriais, as quais, aliás, reivindicam apenas o direito de serem expostas, da mesma maneira que as outras, às prerrogativas uniformes do mercado”. Como as pautas por reconhecimento se particularizam neste modo de produção, implementá-las dentro do capitalismo parece ser algo viável, justamente por não abalar diretamente a reprodução do mais-valor.

Por outro lado, todas as formas de opressão constituem e integram o conteúdo semântico da emancipação humana, possuindo ou não os agentes de luta consciência disso. Se dada desigualdade que se materializa no capitalismo é passível de avanço dentro da própria ordem estabelecida, não há porque minorar a sua serventia para a construção da sociabilidade que desejamos, sendo o nosso papel tão somente alertar que existe uma opressão comum, que é transversal a todas, que é a do *capital*.

O pleito eleitoral de 2018 demonstrou como é possível, a um só tempo, extirpar por completo as pautas de lutas sociais, seja por reconhecimento ou classista. A eleição de Bolsonaro afluou, por um lado, a criminalização dos movimentos que lutam contra as contradições do capital diretamente, como o MTST e MST, e, por outro, despertou as questões de preconceito regional, racial, étnico, patriarcal, orientação sexual etc. Houve um amedrontamento de segmentos sociais subalternos que não tocam diretamente à questão de classe, no entanto, que dizem respeito a sua existência na própria arena política. Lutar pela emancipação humana é compreender que existe um dado de autonomia nas lutas por reconhecimento, no entanto, que estas preenchem e conformam o seu próprio sentido.

A tarefa do marxismo, bem como da luta pelo socialismo, não consiste em negar tais esferas de resistência, como se não fossem passíveis de estabelecimento de pautas comuns, ou

como se houvesse uma colisão de interesses entre a luta contra o capitalismo e contra as opressões identitárias. As lutas por reconhecimento tocam diretamente a formas de desigualdades que se entrelaçam com a reprodução do capital, fortificando uma condição de subalternidade social ainda maior. O mister não consiste em enxergar o que nos une a par das diferenças, mas como unir as diferenças sem apagar essas mesmas diferenças em um projeto emancipatório comum. Se esse projeto terá o nome de socialismo, comunismo, ou suas variantes, não é possível antever, mas o reconhecimento das diferenças é parte constitutiva da luta de classes e dessa forma devem ser tratadas.

Nas suas anotações, Walter Benjamin (2012b, p. 58) certa feita disse: “Em um sonho eu me tirava a vida com uma arma de fogo. Quando o tiro saiu, eu não acordei, mas me vi por algum tempo deitado como cadáver. Só então acordei”. O tiro que saiu atingiu a ideia de socialismo ao instante que deixou de povoar o imaginário comum como alternativa real à ordem capitalista. No entanto, alguns marxistas insistem em continuar no sonho de que ele chegará por meio da sua predestinação, não acordando. Talvez seja o momento de ver o seu corpo estirado no chão para que acorde e, a partir deste ato, começar a construir uma teoria da resistência que tenha capacidade de encantar as massas e revigorar a ideia de uma nova forma de sociabilidade socialista.

Desacreditar da possibilidade de mudança social é a tarefa precípua da ideologia, estando a história recheada de fatos que pareceriam impossíveis à primeira vista. Se hoje a ideia de socialismo se encontra aprisionada, isso não significa que esteja descartada para sempre e condenada a viver nos livros de história, ao menos enquanto o revisionismo não atingi-la. O maior revés da esquerda revolucionária latino-americana, curiosamente, foi a prisão do ex-presidente Lula. Não porque o seu projeto tem um caráter revolucionário ou socialista, mas porque representa a miragem da esquerda e sabem que destruir a sua imagem significa apagar todo o vestígio de base social que a esquerda ainda possui.

É curioso como a prisão de Lula se assemelha à de Sócrates. Em 399 a.C., três cidadãos de Atenas instauraram um processo contra Sócrates, acusando-o de não venerar os Deuses da cidade, bem como de corromper os jovens a partir de inovações religiosas. Segundo relato de Alain de Botton (2001, p. 10), Sócrates, assim como Lula, reagiu com absoluta serenidade, e mesmo sendo oportunizado a renúncia das suas ideias preferiu se manter convicto e fiel à verdade. Segundo testemunho de Platão, Sócrates desafiou o júri com nos seguintes termos:

Enquanto eu puder respirar e exercer minhas faculdades físicas e mentais, jamais deixarei de praticar a filosofia, de elucidar a verdade e de exortar todos que cruzarem meu caminho a buscá-la [...] Portanto, senhores [...] seja eu absolvido ou não, saibam que não alterarei minha conduta, mesmo que tenha de morrer cem vezes (SÓCRATES *apud* PLATÃO *apud* BOTTON, 2001, p. 10).

E assim Sócrates cumpriu o seu destino em uma prisão ateniense. Como não memorar aqui os dizeres de Lula, no último comício antes de ser preso, em 07 de abril de 2018, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde iniciou sua caminhada política:

Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um infarto, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês. [...] Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que vocês têm que fazer e é todo dia! Todo dia! Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução. [...] E com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu tô falando com vocês, que eu quero chegar lá e dizer ao delegado: estou à disposição. [...] E a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo (SILVA, 2018b).

As ideias de Lula e seu projeto político foram aprisionados, condenados pelos próprios mecanismos de poder que outrora dirigiam, imaginando que a conciliação de classes ofertada seria a garantia de segurança futura. Nenhuma ideia de transformação, por menos radical que seja, estará a salvo enquanto o inimigo dominar, enquanto as opressões fizerem parte da subjugação social naturalizada. A par de todo o cenário adverso, é sempre preciso demandar o que parece impossível, criar quantas vezes forem necessárias o socialismo no imaginário comum, pois é a única forma de inculcar uma ideia que não se aprisiona e que permite oferecer motivos para resistir e lutar.

5. CONCLUSÃO... E MAIS UM APANHADO DE INCONCLUSÕES

A luta entre os partidos é a expressão mais perfeita, completa e acabada da luta política entre as classes. A falta de cunho político significa indiferença diante da luta dos partidos. Mas essa indiferença não equivale à neutralidade, à omissão na luta, pois na luta de classes não pode haver neutros, na sociedade capitalista não é possível “abster-se” de participar da troca de produtos ou da força de trabalho. [...] Por isso, a indiferença diante da luta não é, na realidade, inibição diante da luta, abstenção dela ou neutralidade. A indiferença é o apoio tácito ao forte, ao que domina (LENIN, 1961, p. 185-186).

Um epistemólogo prudente dificilmente recomendaria que a construção do conhecimento, no exame de processos políticos, fosse realizada no decurso do seu acontecimento. Há sempre o risco de tomar *conclusões* precipitadas, que em um par de anos depois, sendo otimista, possam ser prontamente invalidadas. Se por um lado assumi esse risco, por outro, imagino que o calor das contradições políticas acirradas, tais quais as experienciadas ao longo de 2015-2016, confira à escrita monocromática o tempero necessário para expressar com maior autenticidade o sentido do momento histórico.

Em meio a releituras conservadoras de fatos pretéritos, como observada na tentativa de reabilitar a ditadura militar de 1964 como revolução, contrarrevolução ou movimento, ou que o nazismo sugestivamente seria de “esquerda”, aprendemos que na história não existe repositório seguro de leitura dos seus acontecimentos. Esta tese não está imbuída de indiferença, abstenção ou neutralidade, como desejariam os defensores de uma “Escola Sem Partido”. Pelo contrário, pretende corroborar à consolidação histórica da perspectiva crítica acerca da deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff, i.e., propugno que em 2016 ocorreu um Golpe institucional, com solução de continuidade da democracia formal.

As causas da ruptura democrática, curiosamente, não podem ser encontradas fora da ordem jurídica, visto que a democracia foi corroída pelos seus próprios mecanismos institucionais. Não houve tanques nas ruas ou deposição forçada com esgarçamento da legalidade estatal. Ao menos não na aparência do fenômeno, pois quem procurar enxergar um Golpe na formalidade dos ritos, estará fadado ao fracasso. O pretenso crime de responsabilidade cometido por Dilma não merece análise à exaustão, visto que não passa do semblante, que esconde os fatores reais que confluíram à sua queda, que foram as crises econômica, política e “moral” (corrupção como elemento ideológico). Tal arranjo conjuntural conferiu o caldo necessário para que as pessoas se inflassem de ódio e fossem às ruas, de verde e amarelo como bons nacionalistas, clamar pelo seu *impeachment*.

Nesse aspecto residiu a relevância da pesquisa empírica, a par da sua abrangência diminuta e sem qualquer pretensão de generalização. Os entrevistados, manifestantes e políticos, expuseram, ainda que de forma reduzida, os principais embates de narrativas que tomaram conta do debate público no período de 2015-2016. A democracia se mostrou um *consenso* à medida que ambos os lados de disputa imaginavam que estavam a preservando, situando-se favoráveis ou contrários ao processo de *impeachment*.

Aqui há um ponto conclusivo, que, em verdade, denota apenas uma contradição. A democracia serve como mecanismo regulatório para impedir mudanças radicais na ordem posta, trazendo para si a função de mediar os interesses antagônicos que se particularizam na sociabilidade capitalista. A ascensão do PT ao poder, o qual promoveu um projeto político neodesenvolvimentista, expôs os limites de transformação por dentro do Estado. Por outro lado, o avanço do conservadorismo, que culminou na eleição de Bolsonaro em 2018, fez com que setores da esquerda tivessem que recuar drasticamente as suas pautas para a defesa da legalidade, da ordem jurídica, da própria democracia, como mecanismo de sobrevivência na arena política.

O Golpe de 2016 demonstrou que temos um modelo de *democracia tolerada*, ao passo que mudando os interesses políticos e os arranjos econômicos, extirpou-se a mandatária do poder como se estivéssemos em um regime parlamentarista. A proeza de realizar um processo de *impeachment* seguindo os ditames constitucionais resulta na possibilidade de defesa, intransigente, de que todos os ritos foram obedecidos e, portanto, não há falar em Golpe. Essa visão apegada à forma, afeita à tradição liberal, ignora as condicionantes materiais (extrajurídicas) que foram articuladas para o ultimato dos governos petistas. Dilma caiu quando o seu presidencialismo de coalizão se exibiu de ocasião, rompendo os acordos políticos mantidos à custa de alianças que se mostraram de confiança duvidosa.

O abreviamento do término do governo petista demonstrou um segundo ponto que cabe destaque especial. As conquistas asseguradas no âmbito do Direito, em pormenor no que toca os direitos sociais, podem ser desfeitas com uma volatilidade superior às lutas para sua implementação. Michel Temer assumiu o governo para imprimir uma agenda política radicalmente diversa da sua antecessora, resgatando o projeto político neoliberal, cujo impacto foi imediato diante das medidas adotadas em um espaço relativamente curto de tempo histórico.

O exame conjuntural serviu tão somente como pano de fundo sobre o qual a pesquisa teórica e empírica foi realizada. Um dos objetivos desta tese era trazer para o chão categorias teóricas do marxismo que, por vezes, estão plainando nos ares, quando, realizando um

exercício de autocontemplação, não estão entranhadas com processos políticos concretos. A defesa da necessidade de aproximação entre teoria e prática refletiu na tentativa de, ao invés de mobilizar categorias eminentemente em abstrato, aferir o grau de compatibilidade teórica de categorias centrais do marxismo em cotejo com a realidade do momento político experimentado ao longo dos anos de 2015-2016.

A tese chegou a uma fatídica constatação: a palavra socialismo (ou comunismo) incursionou nesse segundo decênio de século XXI sem a carga de vitalidade que possuiu no século passado. Ainda que persista o seu uso ideológico pelos conservadores, ao associar o PT à ditadura comunista, como se ainda habitássemos o mundo bipolar da guerra fria, a carga histórica de ameaça à ordem que o projeto socialista possuía se esvaiu. Isso não significa um fatalismo negativo, de que o modo capitalista de produção tenha se afirmado como dominante sem qualquer contestação. No entanto, é preciso recuperar a flama de encantamento das massas, para que seja reabilitado no imaginário comum como opção possível ao capitalismo.

A ideia de socialismo ingressa no século XXI esmorecida, como se a sua vitalidade explosiva do século XX tenha parecido um lampejo que não teve a duração esperada. A entrada e saída nos anais da história ocorreu demasiadamente depressa para que se possa supor que está apagada de vez, no entanto, é preciso assumir o fracasso que a dissolução do bloco socialista representou. Se por um lado o capitalismo neoliberal se afirma como ideologia dominante, a qual não foi completamente posta de lado nem mesmo no período neodesenvolvimentista (2003-2016), o socialismo terá chance de reabilitação caso se proceda uma crítica severa aos seus pressupostos teóricos, tarefa que foi empreendida – a par de todas as limitações evidentes – na presente tese.

São poucos os autores que se aventuram em tecer abertamente propostas a favor da perspectiva socialista, sendo que, mesmo entre os autores marxistas, encontramos mais diagnósticos para reforçar o viés anticapitalista do que propriamente defender de peito aberto o socialismo. Casado a isso, torna-se quase um exercício de futurologia tentar minimamente vislumbrar um caminho, por mais estreito que seja, que esteja conduzindo à superação do capitalismo. A compreensão do fracasso da alternativa socialista passa, portanto, não só pela necessária crítica das formulações teóricas desgastadas e que são mantidas às custas de uma insistência no forçamento de contexto histórico, como também pelo progressivo apagamento do que seria o projeto emancipatório socialista no ideário comum.

A recuperação da ideia de socialismo deve estar acompanhada pelo abandono de alguns postulados teóricos, que não portam mais acuidade com o desenvolvimento das lutas sociais nesse século XXI. O “miolo” da tese se centra em assumir a tarefa de medir o grau de

compatibilidade entre as categorias teóricas do marxismo e a dinâmica das lutas sociais. Isso resultou numa leitura particular do marxismo, cujos elementos centrais merecem destaque, ainda que em apertada síntese, porque contemplam argumentos mais vagarosamente trabalhados ao longo da tese e que portam certo grau de reformulação para revigorar a ideia de socialismo. Como uma contradição material não é solúvel sem despontar uma nova, elenco as conclusões que traduzem também um apanhado talvez ainda maior de inconclusões:

a) a evolução das forças produtivas materiais não é garantia de formação da subjetividade revolucionária, tendo por premissa de que o proletário (ou que a classe trabalhadora) configure um contraprincípio à ordem, cuja existência retrata apenas o elemento de prefiguração e dissolução de todas as classes. As revoluções de caráter socialista ocorreram onde não existia proletário em densidade numérica que conformasse o modo de produção capitalista como dominante, sendo que a classe trabalhadora ostenta situação material radicalmente diversa do contexto em que a teoria foi inicialmente formulada;

b) um maior acesso da classe trabalhadora aos direitos sociais gera um maior amoldamento à ordem capitalista, tendo em vista que as necessidades materiais são atendidas dentro da sociabilidade vigente. Isso não significa que não se deva lutar por direitos, senão que existe uma contradição insolúvel, uma verdadeira aporia, para quem defende que a classe trabalhadora seja revolucionária, que pode ser expressa por meio de uma indagação: como conferir direitos à classe trabalhadora sem que isso represente uma maior integração ao capitalismo?;

c) a classe trabalhadora (ou variantes, como o “precariado”, “classe-que-vive-do-trabalho”) não é um agente político perene, a qual estaria apenas em processo de avanço e retrocesso de formação da sua consciência revolucionária. A conformação da classe como agente político ocorre somente no instante em que o elemento pertencimento se faz presente, o qual não se verifica sob a égide das racionalidades neoliberal ou neodesenvolvimentista;

d) a racionalidade neoliberal, se obtiver sucesso como ideologia dominante, resultará, no estágio da sua vigência, no ultimato da perspectiva de transformação radical do capitalismo a partir da formação da consciência de classe. Isso porque os seus caracteres, como a máxima da individualização, enxergar a si como capitalista (ou capital humano que deve ser valorizado), aceitar os valores da competição, da meritocracia, irão fazer com que rompam os vínculos subjetivos que conformam a própria noção de classe;

e) a dominação que é exercida no capitalismo, ao contrário do modo de produção econômico antecessor, não é de natureza pessoal. A dominação é de ordem estrutural, sendo a subjetividade central o próprio capital, que subjuga as classes a entrarem em relações sociais

contraditórias à sua perpetuação. Nesse aspecto reside a noção de que a classe trabalhadora não é um contraprinípio ao capitalismo, justamente porque é elemento constitutivo e indispensável à sua reprodução. A teoria crítica é elevada a um alto grau de abstração quando não situa na materialidade da vida social o agente de transformação do capitalismo, gerando a abertura de um problema que pode ser chamado de “crise da subjetividade”;

f) a luta de classes passa por um processo de redimensionalização ideológica. Ao contrário do duelo, no nível menos abstrato, ocorrer entre o detentor dos meios de produção e o vendedor da força de trabalho, a assimilação do trabalho como dignificador une, no plano ideológico, as classes antagônicas, que assim não são enxergadas. Há uma confluência de interesses, fazendo com que os integrantes da classe trabalhadora e os empresários formem uma estratificação ideológica comum, que pode ser entendida na categoria sociológica de “cidadão de bem”, que deseja o extermínio dos que sobrevivem de forma considerada escusa. A defesa da propriedade privada passa a ser feita tanto por empresários como por integrantes da classe trabalhadora, que se posicionam diante da realidade como portadores de interesses comuns na execução sumária dos que são taxados como “bandidos”. Neste embate, a “esquerda” é vista como defensora de “bandidos”, ganhando repúdio entre os próprios integrantes da classe trabalhadora;

g) uma das categorias teóricas que mais sofre perda de acuidade analítica é a de estranhamento (a distinção com a “alienação” foi procedida em um dos chamados desvios teóricos). Não obstante ainda seja considerada como potencial para eclosão do processo revolucionário, suponho que o direcionamento seja diametralmente oposto. O consumo se torna o maior elemento integrador da classe trabalhadora ao capitalismo, no instante em que o ato de consumir, preferencialmente de forma hedonista, traduz o momento sublime da dominação estrutural. As pessoas se identificam nos bens materiais. Ao invés de causar repulsa pelo fato de a mercadoria estar entranhada com trabalho humano morto, fruto da exploração da força de trabalho, em um território por vezes longínquo e desconhecido, representa justamente o signo maior de amoldamento ideológico aos ditames do capital. Existe identificação do trabalhador com o produto do trabalho. Se não de forma imediata, com a produção em si, com o resultado obtido com a venda da força de trabalho, que permite acessar o consumo. E lembrem, para todos há algum bem previsto, de acordo com a capacidade de consumo;

h) se por um lado o estranhamento sofre severa mitigação, deixando de ser uma garantia para despertar a irresignação ao capitalismo, a ideologia é uma das categorias que melhor traduzem o enfraquecimento da ideia de socialismo. O avanço dos aparatos

tecnológicos apresenta a dominação sob a forma de divertimento, motivo pelo qual existe uma submissão voluntária ao controle exercido. Se outrora a reprodução da ideologia era pensada por aparelhos rígidos, como a Igreja, a escola, mídia tradicional (jornal, rádio, televisão) etc., a sua propagação ocorre em uma interação em tempo real, sendo que as pessoas deixam de ser meramente receptoras de ideologia. Os celulares e as chamadas “mídias sociais” – como o “facebook”, “instagram”, “twitter”, “youtube” – permitem que as pessoas se tornem sujeitos ativos na criação e difusão da ideologia, criando espetáculos individuais. A coexistência de propagação por meios tradicionais e espontâneos apenas reforça a dominação do capital e o poder da ideologia para a conformação subjetiva da classe trabalhadora à ordem;

i) é preciso uma leitura adequada sobre Junho de 2013 para compreender a ascensão do conservadorismo. Ao contrário de leituras essencialistas, que supõem que todos os levantes são conduzidos por integrantes da classe trabalhadora (pelo simples fato de serem trabalhadores), Junho de 2013 deve ser lido em dois momentos distintos. No primeiro deles, havia um movimento social organizado, o MPL, com pautas específicas e dirigidas contra mandatários determinados. O segundo, é quando a grande massa aderiu aos protestos, a partir da exposição da violência policial, havendo uma difusão de pautas aleatórias, ausência de lideranças, bem como defesa do antipartidarismo em razão da crise de representatividade política;

j) a exemplo de grandes levantes populares, os efeitos de Junho de 2013 não foram sentidos imediatamente ao seu término. A base popular do Golpe de 2016 se formou a partir da colmatação de lacunas abertas em Junho de 2013: 1) o antipartidarismo deu vazão ao surgimento de movimentos que se declaravam apartidários (MBL, VPR, Revoltados Online etc.); 2) a ausência de lideranças políticas é cambiada pela formação de líderes reconhecíveis, como Kim Kataguirí, Fernando Holiday etc.; 3) a profusão de pautas que traduziam o descontentamento é reduzida a uma: o *impeachment*; 4) a dificuldade de nomear contra quem se postulava a mudança assumiu uma feição específica: Dilma Rousseff;

k) a capacidade de canalização dos descontentamentos expressos em Junho de 2013, aliado a uma reeleição apertada de Dilma em 2014, sucedida de crises econômica, política e moral, criou o arranjo para que o Golpe fosse impulsionado. Ocorre que, com o envolvimento do principal líder da oposição à Dilma, Aécio Neves, em escândalos de corrupção, a pauta da moralidade pública – elemento constitutivo central da derrocada de Dilma – criou as forças sociais para impulsionar o Golpe, rumando para uma figura pitoresca: Jair Bolsonaro. Existe uma linha de continuidade entre Junho de 2013, o Golpe de 2016, o avanço do conservadorismo e a eleição de Bolsonaro em 2018, tendo em vista que se apresentou como

candidato honesto, combatente ostensivo da criminalidade, defensor da família tradicional, dos valores cristãos, da propriedade privada, da livre iniciativa;

l) fruto do acaso da história, 28 de outubro de 2018 rememorou 28 de outubro de 1922, quando ocorreu a marcha fascista sobre Roma. Aqui, resultou na eleição do projeto conservador que denominei de neofascismo neoliberal. Alinhando o Brasil à ascensão do ultraconservadorismo em nível mundial, entretanto, alimentado por elementos próprios, a eleição de Bolsonaro representou a desintegração da eticidade (“Sittlichkeit”), ao passo que tornou dizível preceitos que se supunham enterrados há tempos. A defesa explícita, tantas vezes verbalizada, da tortura, da ditadura militar, da homofobia, do racismo, do anticomunismo, do machismo, gerou um processo de naturalização de preceitos indizíveis. O seu projeto político conservador se alicerça tornando o “cidadão de bem” uma categoria política, que encontra no seu polo antagônico o “bandido”, que deve ser exterminado;

m) a eleição de Bolsonaro arrebatou, a um só tempo, as lutas por reconhecimento e por redistribuição radical. O regresso do neoliberalismo na sua veste autoritária expressará, mais cedo ou mais tarde, um descontentamento generalizado ante a impossibilidade de cumprir as promessas que o alçou ao poder. Isso torna necessário repensar as estratégias de emancipação humana no terceiro decênio de século XXI. Uma vez deixando de existir uma subjetividade que se supunha conter em si o mistério da dissolução do capitalismo, a revolução não deve ser pensada como um processo político, que comportaria avanços e retrocessos da classe trabalhadora. Aqui ganha vazão a categoria de “evento” político, desenvolvida por Alain Badiou. As revoluções declararam o caráter socialista porque a ideia de comunismo povoava o imaginário comum, apresentando-se na ordem do dia como inspiradora à ruptura. Os eventos políticos não são previsíveis, sendo que para o socialismo recuperar o seu potencial revolucionário, a terminologia deve ser resgatada no imaginário popular. Assim, quando da eclosão popular de grande envergadura, como em Junho de 2013, deve haver uma ideia em que as pessoas possam se fidelizar, formando um processo de verdade que incorpore o projeto de emancipação humana;

n) parte das reformulações necessárias para revigorar a ideia de socialismo, está em compreender a interlocução existente entre a luta por reconhecimento e redistribuição radical. Não se pode supor que as pautas “identitárias” são manifestações da “questão social” fundante, que é a contradição entre capital e trabalho. As pautas de reconhecimento possuem um dado de autonomia em relação à base material, não sendo correto afirmar que se expressam a partir dela. O que existe é uma *particularização* da questão identitária sobre a

base material específica, que é o modo de produção capitalista, gerando opressões que se tornam parte da engrenagem de reprodução do sistema.

o) longe de ser uma fragmentação da luta de classes, as opressões identárias passam a ter funcionalidade para o próprio capitalismo, quando as diferenciações se prestam para reforçar desigualdades, que se tornam estruturais. Imbrica-se com o capitalismo a opressão do negro, da mulher, do gay, do índio, fazendo com que sofram uma espoliação de nível mais acentuado. A objeção de que essas pautas podem se tornar sectárias, sem uma necessária crítica ao capitalismo em si, não contraria o projeto de emancipação humana nesse século XXI. Não é possível supor que a ideia de socialismo esteja reduzida ao aspecto econômico, tampouco que as lutas por reconhecimento não preencham o seu sentido, que deve integrar o máximo de opressões que despontem e sejam denunciadas.

p) em um contexto que as rupturas política e econômica se veem bloqueadas, a categoria de emancipação humana é condicionada a um alto grau de abstração, justamente por não repousar sobre a materialidade forças sociais capazes de inscrevê-la como horizonte possível. Ao lado disso, as pautas que tocam mais diretamente à identidade das pessoas despontaram como passíveis de concretização na ordem do capital, justamente porque apresentam certa compatibilidade com a sua reprodução. Não suponho que seja o caso de imaginar que as lutas por reconhecimento são incompatíveis, ou não preencham um significado semântico do que representa a ideia de emancipação humana hoje. O que deve ser reforçado, na perspectiva marxista, é que não se pode limitar ao aspecto identitário, pois o reconhecimento irá fatalmente esbarrar na espoliação transversal, que é de natureza classista.

Um leitor atento talvez tenha observado que não se promoveu nenhuma caracterização ou definição do que seria o socialismo. Em verdade, isso ocorre por uma motivação não despropositada. Se inexistente movimento inscrito na realidade brasileira de construção do socialismo, qualquer tentativa de caracterização seria uma arbitrariedade teórica, a formulação de uma teoria puramente normativista. A questão é justamente essa, de estabelecer o diagnóstico de crise do socialismo, para que se possa pensar caminhos viáveis para a sua reabilitação histórica, com o significado a ser conferido pelas subjetividades que incorporarem a sua ideia.

As políticas emancipatórias não necessariamente vão assumir a nomenclatura de “socialismo”, não existindo qualquer termômetro histórico que possa medir de antemão a ebulição social, muito menos a nomenclatura que assumirá. A tarefa constante é reforçar a perspectiva anticapitalista, expondo o sujeito oculto de todas as mazelas e que raramente é

denunciado como verdadeiro responsável por todas as crises experienciadas no decurso temporal desta tese: o capital.

De Junho de 2013 à eleição de Bolsonaro em 2018, a esquerda vivenciou uma sucessão de derrotas políticas, uma atrás da outra. Todas as chamadas de resistência pareciam o presságio da tragédia. O #nãovaitergolpe resultou no *impeachment* de Dilma, o #foratemer representou a sua continuidade no poder, o #nãoàpec241/55 refletiu na aprovação da EC 95/2016, o #nãoàreformatrabalhista foi a sua aprovação, o #lulalivre não freou o seu encarceramento político, o #elenão trouxe ao poder um aspirante de neofascista.

Por falar nisso, o que aprendemos com Lula e sua prisão? Há elementos de ordem material, como: que na contradição de classe não há possibilidade de conciliação, que o preconceito de classe persiste pela elite e classe média (que ainda o veem como um nordestino analfabeto), ou que o poder da ideologia é imperante nos meios tradicionais e espontâneos. Todavia, a lição maior foi expressa no seu último discurso: “Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las” (SILVA, 2018b). A ideia de Lula não é revolucionária, ainda que assim a fosse vista, mas é disso que se trata o revigoramento do projeto emancipatório: despontar uma ideia tão forte que não possa ser presa ou apagada, que traduza o legítimo sentimento de indignação para a superação das amarras que o sujeito capital nos aflige.

Desventuradamente, a história real vivida não perdoa o seu passado, não sendo possível o retorno para retificar o seu percurso, limitando-se o revisionismo ao plano simbólico, porque os sofrimentos impostos não são redimidos. As repercussões do Golpe já foram em grande medida sentidas por parte da população brasileira, sendo que Michel Temer mostrou ser apenas a veste política de interesses econômicos particulares. Encarnou, literalmente, o que representa a ideologia, fazendo com que a vontade particular aparecesse como geral, mesmo que fosse muito mal encenada, por ser um péssimo personagem da política brasileira. Portanto, depois desse percurso relativamente longo... primeiramente, Fora Temer! O que nos assombrará, de agora em diante, é o secundamente...

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

AFANÁSSIEV, Victor Grigóievitch. **Fundamentos da Filosofia**. Moscovo: Edições Progresso, 1978.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Homo Sacer: o poder do soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **O que Resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O Tempo Que Resta: um comentário à Carta aos Romanos**, Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ALTHUSSER, Louis et. al. **Polémica sobre o Humanismo**. Lisboa: Presença 1967.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Unicamp, 2015.

_____. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Privilégio da Servidão: o novo proletário de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Compêndio de Metapolítica**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. **Ethics: an essay on the understanding of Evil**. Verso: London/New York, 2001.

_____. **Em Busca do Real Perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **O Século**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

_____. **O Ser e o Evento**. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1996.

_____. **Para uma Nova Teoria do Sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **Philosophy and the Event**. Cambridge: Polity, 2014.

_____. **São Paulo: a fundação do universalismo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BADIOU, Alain; TRUONG, Nicolas. **Elogio ao Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BARBÉ, Carlos. Vebete “Golpe de Estado”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELCHIOR. Conheço o Meu Lugar (música). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/belchior/44452/>. Acesso em 27 de jun. 2018.

BELLO, Enzo. **A Cidadania na Luta Política dos Movimentos Sociais Urbanos**. Caxias do Sul: Educs, 2013.

_____. **A Cidadania no Constitucionalismo Latino-Americano**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

_____. O Pensamento Descolonial e o Modelo de Cidadania do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, Novo Hamburgo, n. 7 (1), p. 49-61, jan./abr. 2015.

_____. Postagem no Facebook em 23 de out. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/enzo.bello.33/posts/10212077298438048>. Acesso em 20 de nov. 2018.

BELLO, Enzo; BERCOVICI, Gilberto. LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. O Fim das Ilusões Constitucionais de 1988? **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/37470>. Acesso em 12 de nov. 2018. DOI: 10.1590/2179- 8966/2018/37470.

BELLO, Enzo; MASCARELLO, Renata Piroli; KELLER, Rene José. Brazil's 'New Middle Class' and Effectiveness of Social Right Through Consumption. **Birkbeck Law Review**. London. Vol 2. Issue 1. Apr. 2014, p. 129-146.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In: **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre literatura e história da cultura***. Obras Escolhidas. Vol. I. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

_____. Alarme de incêndio. *In: **Rua de Mão única***. Obras Escolhidas. V. II. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

_____. Fechado para reforma. *In: **Rua de Mão única***. Obras Escolhidas. V. II. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

_____. Pequenos trechos sobre arte. *In: **Rua de Mão única***. Obras Escolhidas. V. II. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012c.

BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom. **Correspondência**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BÍBLIA. **Bíblia de Estudo NTHL**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

BICUDO, Hélio; Janaína Paschoal; REALE JR., Miguel. Denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República Sra. Dilma Vana Rousseff. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 2015.

BOTTOMORE, T. B. Nota do Tradutor. *In: FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem***. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BOTTON, Alain de. **As Consolações da Filosofia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo/USP, 2012.

_____. **A Rebelião do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL ACIM ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS. **Programa de Governo de Jair Bolsonaro – PSL**. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em 3 de dez. 2018.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. 7. ed. São Paulo: 34, 2012.

BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas/São Paulo: Unicamp/Unesp, 2018.

BOUKERCHA, Karim; COSTA-GRAVAS; GRUMBERG, Jean-Claude; OSMONT, Stéphane. **Le Capital**. [Filme-Vídeo] Direção de Costa-Gravas; França, K. G. Productions; France 2 Cinéma, 2012. DVD, 114 min. Color. Dolby Digital.

BUCCI, Eugênio. **A Forma Bruta dos Protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados**. ANO LXXI - Nº 056 Segunda-Feira, 18 de abril de 2016.

CARDOSO, Adalberto. **A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, Presente e Futuro da Corrupção Brasileira. *In*: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (coord.). **Corrupção: Ensaios e críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CARVALHO, Olavo de (2006). Os inventores do mundo furuto. Diário do Comércio em 1º de maio de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/os-inventores-do-mundo-futuro/>. Acesso em 27 de nov. 2018.

_____. (2018). É piada? Olavo de Carvalho fala a verdade sobre a URSAL! **Canal Política Completa (YouTube)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=km0A5efQiGs>. Acesso em 27 de nov. 2018.

CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. **O Ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHEQUER, Rogerio; BUTTERFIELD, Colin. **Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil**. São Paulo: Matrix, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRARY, Jonathan. **24/7 - Capitalismo Tardio e os Fins do Sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DALLAGNOL, Deltan Martinazzo et. al. Ministério Público Federal – Força Tarefa Lava Jato. **Denúncia**. 13ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. Distribuição por Dependência, Processos nº **500661729.2016.4.04.7000/PR** e **5035204-61.2016.4.04.7000/PR**, 2016.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do Brasil, Brasil?** 11. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DATENA, José Luiz. **Brasil Urgente** (programa televisivo). Exibido em 13 de jun. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em 10 de out. 2018.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Força de Lei**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

DUSSER, Enrique. **Paulo de Tarso na Filosofia Política Atual e Outros Ensaio**s. São Paulo: Paulus, 2016.

EDELMAN, Bernard. **A Legalização da Classe Operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985a.

_____. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985b.

_____. Carta a Joseph Bloch (em Königsber) – 21-22 de setembro de 1890. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982a.

_____. Carta a W. Borgius (em Breslau) – 25 de Janeiro de 1884. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982b.

_____. Prefácio – Para a Crítica da Economia Política. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982c.

_____. Princípios Básicos do Comunismo. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982d.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves et. al. **Corrupção e Democracia**. In: ZILVETI, Fernando Aurelio; LOPES, Sílvia (coord.). **O Regime Democrático e a Questão da Corrupção Política**. São Paulo: Atlas, 2004.

FEUERBACH, Ludwig von. **A Essência do Cristianismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. London/New York: Verso, 2003.

FRIEDMAN, Milton. FRIEDMAN, Rose. **Livre para Escolher: Um depoimento pessoal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FROMM, Erich (org.). **Humanismo Socialista**. 2. ed. Buenos Aires: 1968.

_____. **Ter ou Ser?** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GARAUDY, Roger. **A Grande Virada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

GENRO, Luciana (2016). **Entrevista à Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/2016/03/governo-do-pt-tenta-se-fortalecer-apelando-para-tese-do-medo-afirma-luciana-genro/>. Acesso em 27 de jan. 2018.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civil no Brasil Contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássico e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GORZ, André. **Adeus ao Proletário: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GULLAR, Ferreira. **Muitas Vozes: poemas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Marx, Capital, and the Madness of Economic Reason**. New York: Oxford, 2018.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Rebel Cities: from the right to the city to urban revolution**. London/New York: Verso, 2012.

HEGEL, Georg Wihelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o Nascimento da Sociedade Moderna: biografia e desenvolvimento da sua obra**. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2018.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBS, Thomas. **Diálogo entre um Filósofo e um Jurista**. 2. ed. São Paulo: Landy, 2004.

HONNETH, Axel. **A Ideia de Socialismo: tentativa de atualização**. Lisboa: Edições 70, 2017.

_____. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: 34, 2009.

_____. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

_____. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In*: HORKHEIMER, Max; ADORNO; Theodor. **Textos Escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro Luis. Estado, Ditadura e Permanências: sobre a forma política. *In*: IASI, Mauro Luis; COUTINHO, Eduardo Graja (orgs.). **Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

_____. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____ (2018). A psicologia de massas do fascismo ontem e hoje: por que as massas caminham sob a direção de seus algozes? **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/06/04/a-psicologia-de-massas-do-fascismo-ontem-e-hoje-por-que-as-massas-caminham-sob-a-direcao-de-seus-algozes/>. Acesso em 24 de out. 2018a.

_____. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O Dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____ (2018). O sujeito Oculto: ao vencedor as batatas. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/05/o-sujeito-oculto-ao-vencedor-as-batatas/>. Acesso em 1º de dez. 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil Primeiro Trimestre de 2018 – JAN/MAR 2018. **IBGE**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_201201_2018_01_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em 29 de mai. 2018.

ILIENKOV, Evald Vasilievich (1972). **Hegel e a “Alienação”**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1966/mes/hegel.htm#tr1>. Acesso em 3 de jan. 2018.

JABOR, Arnaldo. **CBN**. Comentário de Arnaldo Jabor realizado em 17 de jun. 2013. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>. Acesso em 10 de out. 2018.

JABOR, Arnaldo. **Rede Globo**. Comentário de Arnaldo Jabor no Jornal Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acesso em 10 de out. 2018.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abreu, 2016.

KELLER, Rene José. **Direitos Emergentes e Cidadania: As lutas sociais por emancipações no cotidiano do capital**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

KONDER, Leandro. **Em Torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Vol. 1. New York: Verso, 2008a.

_____. **Critique of Everyday Life: foundations for a sociology of the everyday**. Vol. 2. New York: Verso, 2008b.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Sôbre os Sindicatos**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O Marxismo Ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MADARASZ, Norman Roland. **O Múltiplo Sem Um: uma representação do sistema de Alain Badiou**. Aparecida: Ideias & Letras, 2011.

MARCUSE, Herbert. **A Grande Recursa Hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Eros e Revolução: uma interpretação do pensamento de Freud**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Idéias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **O Fim da Utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. Prólogo. *In*: MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Razão e Revolução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. Carta a Joseph Weydemeyer – 5 de março de 1852. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982a.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985.

- _____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. **O Capital: o processo global da produção capitalista**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **Ökonomisch-philosophische Manuskripte**. Hamburg: Felix Meiner, 2005.
- _____. Prefácio – Para a Crítica da Economia Política. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. T. I. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982b.
- _____. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- _____. Sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. **A Luta de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MISES, Ludwig Von. **A Mentalidade Anticapitalista**. Campinas: Vide, 2015.

_____. **Liberalismo**. 2. ed. São Paulo: Instituto Brasil, 2010.

MORO, Sérgio Fernando. Considerações Sobre a Operação Mani Pulite. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004.

_____. Justiça Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. **Ofício 700001743752**. Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico nº 5006205-98.2016.4.04.7000/PR, 2016.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE – MBL (2015). Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional. **MBL**. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em 21 de abr. 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: LECH, 1981.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Democracia e Transição Socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **Introdução ao Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico: Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Aécio (2014). Vídeo Facebook Disponível em: <https://www.facebook.com/AecioNevesOficial/videos/885271574851058/>. Acesso em 10 de abr. 2018.

NEVES, Aécio (2015). Discurso na Convenção do Partido. **PSDB**. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/rr/2015/07/05/aecio-neves-e-reeleito-presidente-do-psdb-em-convencao-com-fortes-criticas-ao-governo-dilma/>. Acesso em 10 de abr. 2018.

NOVO (2018). Por que o novo? De onde viemos? Disponível em: <https://novo.org.br/de-onde-viemos/>. Acesso em 20 de nov. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PLANALTO (2017). **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 30 de mai. 2018.

PLANALTO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 de mar. 2018.

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **O Estruturalismo de Levi-Strauss - O Marxismo de Louis Althusser**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRESTES, Anita Leocadia (2018). Existe ameaça fascista no Brasil? **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/18/anita-prestes-existe-ameaca-fascista-no-brasil/>. Acesso em 18 de out. 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Os Nomes da História: ensaio de poética do saber**. São Paulo: Unesp, 2014.

RANIERI, Jesus. **Alienação e Estranhamento em Marx: Dos Manuscritos Econômico-filosóficos à Ideologia Alemã**. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas - UNICAMP, 2000.

_____. **Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria do devir**. São Paulo: Boitempo, 2016.

RATTENBORG, Niels C.; MANDT, Bruce H; OBERMEYER, William H; WINSAUER, Peter J; HUBER, Reto; WIKELSKI, Martin; BENCA, Ruth M. (2004) Migratory

Sleeplessness in the White-Crowned Sparrow (*Zonotrichia leucophrys gambelii*). **PLoS Biol** 2 (7): e212.

REICH, Wilhelm. **Escute, Zé-Ninguém!** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Psicologia de Massas do Fascismo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, Djamila. **O Que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

SACCOMANI, Edda. Vebete “Fascismo”. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SAFATLE, Vladimir (2015). A falsa onda conservadora. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1722920-a-falsa-onda-conservadora.shtml>. Acesso em 27 de jun. 2018.

_____. **O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O Pequeno Príncipe**. 48. ed. São Paulo: Agir, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Esquerdas do Mundo, Uni-vos**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCRUTON, Roger. **Como Ser um Conservador**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHAKESPEARE, William. Hamlet, Prince of Denmark. *In*: **The Complete Works of William Shakespeare**. New Lanark: Geddes & Grosset, 2006.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

_____. (2013). Palestra. Seminário Internacional - Marx: A destruição criadora. 23 de mar. 2013. Disponível em: <https://youtu.be/uiIeCGK3-Ig>. Acesso em 31 de mai. 2018.

SILVA, Luiz Inácio Lula da (2018a). Discurso em Porto Alegre. In: **Diário do Centro do Mundo – DCM**. Disponível em: <http://www.diariodomeiodomundo.com.br/2018/04/texto-e-audio-da-integra-do-discurso.html>. Acesso em 12 de ago. 2018.

_____(2018b). Discurso em São Bernardo do Campo em 7 de abril de 2018. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2018/04/07/leia-a-integra-do-discurso-historico-de-lula-em-sao-bernardo/>. Acesso em 4 de dez. 2018.

_____(2004). 'O mercado está nervoso? Eu não estou, estou calmo', diz Lula. In: **Revista Época Online**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR62596-6009,00.html>. Acesso em 4 de fev. 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. I. São Paulo: Abril, 1983.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

TEMER, Michel (2017a). Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher - Brasília/DF. **Planalto**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>. Acesso em 07 de fev. 2018.

TEMER, Michel (2017b). Entrevista. **Band.com**. Disponível em: <http://videos.band.uol.com.br/16192669/entrevista-michel-temer---parte-1.html>. Acesso em 21 de fev. 2018.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**. Campinas. n. 44. 2014.

WIKIPÉDIA (2018). Verbete: Eduardo III – Rei da Inglaterra. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_III_de_Inglaterra. Acesso em 31 de mai. 2018.

WILDE, Oscar. **A Alma do Homem Sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. **Alguém Disse Totalitarismo? cinco intervenções no (mau) uso de uma noção**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. **Event**. UK: Penguin, 2014a.

ŽIŽEK, Slavoj. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

ŽIŽEK, Slavoj (2014b). O que é um autêntico evento político? *In: Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2014/02/17/zizek-o-que-e-um-autentico-evento-politico/>. Acesso em 10 de out. 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **O Sujeito Incômodo: o centro ausente da ontologia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como Tragédia, Depois como Farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Problema no Paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Courage of Hopelessness: a year if acting dangerously**. New York: Melville House, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Vivendo no Fim dos Tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS

AGOSTINI, Cristiane (2016). Fiesp oferece filé mignon a manifestantes pró-impeachment na Paulista. **Valor Econômico**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4486600/fiesp-oferece-file-mignon-manifestantes-pro-impeachment-na-paulista>. Acesso em 10 de mar. 2018.

ATLAS NETWORK (2015). Students for liberty plays Strong role in free brazil movement. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>. Acesso em 21 de abr. 2018.

BECKER, Fernanda (2017). A estranha vitória da #GreveNão no Twitter. **El País**. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/politica/1493337706_071463.html. Acesso em 9 mai. 2017.

BOLSONARO, Jair Messias (2018). Entrevista ao Jornal Nacional em 28 de ago. 2018. **GloboPlay**. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>. Acesso em 27 de out. 2018.

BORGES, André; BONFIM, Isabela (2016). Nova Lei pode dar R\$ 87 bi a operadoras. **Estadão**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-lei-pode-dar-r-87-bi-a-operadoras,10000095772>. Acesso em 14 de mar. 2018.

BRESCIANI, Eduardo; JUNGBLUT, Cristiane (2016). Jurista se emociona, diz que não é tucana nem pastora ou mãe de santo. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jurista-se-emociona-diz-que-nao-tucana-nem-pastora-ou-mae-de-santo-19193020>. Acesso em 11 de abr. 2018.

BRÍGIDO, Carolina; GULLINO, Daniel (2018). CNJ afasta juiz que queria usar Exército para recolher urnas na véspera das eleições. **O Globo**. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/cnj-afasta-juiz-que-queria-usar-exercito-para-recolher-urnas-na-vespera-das-eleicoes-23112437>. Acesso em 12 de out. 2018.

BURGARELLI, Rodrigo (2016). Pesquisa mostra que 68% dos eleitores são favoráveis ao impeachment. **Estadão**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-mostra-que-68-dos-eleitores-sao-favoraveis-ao-impeachment,10000022223>. Acesso em 24 de abr. 2018.

CABRAL, Alexandre (2016). Dados econômicos da era Dilma: de chorar! **Blog Economia à Vista – Estadão**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/economia-a-vista/dados-economicos-da-era-dilma-de-chorar/>. Acesso em 14 de fev. 2018.

CAPELAS, Bruno (2016). Com queda de preço, iPhone em filas em lançamento no Brasil. **Exame**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/com-queda-de-preco-iphone-tem-filas-em-lancamento-no-brasil/>. Acesso em 21 mai. 2017.

CARNEIRO, Luciane (2016). Com saída de Dilma, mercado vê chance de retomada da confiança econômica. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-saida-de-dilma-mercado-ve-chance-de-retomada-da-confianca-economica-19286312>. Acesso em 4 de fev. 2018.

CARTA CAPITAL (2017). Como #AGreveFracassou chegou aos trending topics na Índia? Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/como-agrevecassou-chegou-aos-trending-topics-na-india>. Acesso em 9 mai. 2017.

CARVALHO, Daniel; PORTO, Gustavo (2016). Temer divulga áudio com discurso que faria após impeachment passar na Câmara. **Estadão**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-divulga-por-engano-audio-com-discurso-que-faria-apos-impeachment-passar-na-camara,10000025839>. Acesso em 29 de mai. 2018.

CERIONI, Clara (2018). A partir de 1º de janeiro, polícia vai atirar para matar, disse Doria. **Revista Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-pt-esta-brincando-a-beira-do-abismo-diz-katia-a-manuela-em-debate/>. Acesso em 20 de nov. 2018.

CONJUR (2018). TRF-4 ordena destruição de grampos em ramal dos advogados de Lula. **ConJur**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-14/trf-ordena-destruicao-grampos-ramal-advogados-lula>. Acesso em 3 de nov. 2018.

CONSTANTINO, Rodrigo (2014). O Logo Vermelho da Copa. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-logo-vermelho-da-copa/>. Acesso em 24 de mar. 2018.

DUCHIADI, André (2018). Falar que nazismo foi movimento de esquerda é ‘besteira completa’, diz embaixador da Alemanha. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/falar-que-nazismo-foi-movimento-de-esquerda-besteira-completa-diz-embaixador-da-alemanha-23076700>. Acesso em 18 de set. 2018.

ESTADÃO (2016). Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma. **Estadão**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes->

em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047. Acesso em 20 de abr. 2018.

FERNANDES, Marcella (2017). ‘Homem não foi feito para atividades de casa’, diz presidente da bancada evangélica. **Huffpost Brasil**. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2017/06/16/homem-nao-foi-feito-para-atividades-de-casa-diz-presidente-da-a-22140743/>. Acesso em 21 jun. 2017.

FORMENTI, Lígia (2017). Ministro da Saúde associa obesidade à falta de ‘mães em casa’. **Estadão**. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,criancas-nao-ficam-em-casa-com-as-maes-para-aprender-a-descascar-alimentos-diz-ministro,70001699623>. Acesso em 21 jun. 2017.

G1 (2018). Bolsonaro diz: ‘Não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição’. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml>. Acesso em 12 de out. 2018.

G1 (2015). Para Gilmar Mendes, PT Tinha ‘Plano Perfeito’ para se ‘Eternizar’ no Poder. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/para-gilmar-mendes-pt-tinha-plano-perfeito-para-se-eternizar-no-poder.html>. Acesso em 24 de mar. 2018.

GALHARDO, Ricardo (2014). Vídeos mostra José Sarney dando voto a Aécio Neves. **Estadão**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,video-mostra-jose-sarney-dando-voto-a-aecio-neves,1585134>. Acesso em 20 de abr. 2018.

GLOBO.COM (2014). Relato de Execução de Tio de Ditador Norte-coreano por Cães Seria Trote. **Globo.com**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/relato-de-execucao-por-caes-na-coreia-do-norte-era-trote.html>. Acesso em 24 de mar. 2018.

GLOBO.COM (2016). Moro Divulga Grampo de Lula e Dilma; Planalto Fala em Constituição Violada. **Globo.com**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-planalto-fala-em-constituicao-violada.html>. Acesso em 24 de mar. 2018.

GODOY, Marcelo (2018). Se Lula for eleito, a alternativa será uma intervenção militar, diz general da reserva. **UOL Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/04/03/stf-pode-ser-indutor-de-violencia-diz-general-da-reserva.htm>. Acesso em 20 de abr. 2018.

GRANJEIA, Julianna. Professor ‘dá uma aula’ de Revolução Francesa para não ser linchado. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/professor-da-uma-aula-de-revolucao-francesa-para-nao-ser-linchado-13088092#ixzz5JLw7ih7p>. Acesso em 24 de jun. 2018.

HIRATA, Lucas; SALLOWICZ, Mariana; ROCHA, André Ítalo (2016). Entidades ligadas a empresários se manifestam em favor de impeachment. **Estadão**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-ligadas-a-empresarios-se-manifestam-em-favor-de-impeachment,10000021915>. Acesso em 10 de mar. 2018.

IG SÃO PAULO (2018). Presidente do STF diz que prefere chamar ditadura militar de "movimento de 1964. **IG**. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html>. Acesso em 19 de out. 2018.

JEREISSATI, Tasso (2018). Entrevista a Pedro Venceslau. **Estadão**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,70002500097>. Acesso em 2 de nov. 2018.

JIMÉNEZ, Carla; BETIM, Felipe (2018). “Anti-marxista” indicado por Olavo de Carvalho será ministro da Educação. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html. Acesso em 27 de nov. 2018.

JIMENEZ, Keila (2018). Oscar Maroni confirma festa com cerveja grátis por prisão de Lula. **R7**. Disponível em: <https://diversao.r7.com/prisma/keila-jimenez/oscar-maroni-confirma-festa-com-cerveja-gratis-por-prisao-de-lula-06042018>. Acesso em 20 de abr. 2018.

LEITÃO, Miram (2016). **Blog Mirian Leitão (O Globo)**. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/crise-economica-e-grande-caoa-do-impeachment.html>. Acesso em 24 de fev. 2018.

LÔBO, Cristiana (2016). Sergio Moro diz que ficou ‘tocado’ com apoio da população à Lava Jato. **Blog da Cristina Lôbo (Globo)**. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/sergio-moro-diz-que-ficou-tocado-com-apoio-da-populacao-lava-jato.html>. Acesso em 09 de abr. 2018.

MADUEÑO, Denise; DAMÉ, Luiza (1998). Ex-ministro Antonio Kandir (PSDB) erra ao votar um dos principais pontos da emenda governista; oposição comemora. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc07059825.htm>. Acesso em 1º de dez. 2018.

MASCARENHAS, Gabriel (2017). PGR insistiu para saber se filho de Lula era sócio de Joesley. **Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/pgr-insistiu-para-saber-se-filho-de-lula-era-socio-de-joesley/>. Acesso em 25 de mar. 2018.

MATAIS, Andreza; ROSA, Vera; BULLA, Beatriz (2014). PSDB de Aécio pede auditoria na votação. **Estadão**. Disponibilizado em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>. Acesso em 11 de abr. 2018.

NOBLAT, Ricardo (2014). Receita de Aécio para Acabar com a Corrupção: tire o PT do poder. **O Globo**. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/meus-textos/noticia/2014/10/receita-de-aecio-para-acabar-com-corrupcao-tire-o-pt-do-poder.html>. Acesso em 09 de abri. 2018.

NOGUEIRA, Kiko (2018). Em 2006, Olavo de Carvalho, mentor intelectual de Bolsonaro, já alertava o mundo para o perigo da URSAL. **DCM – Diário do Centro do Mundo**. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/em-2006-olavo-de-carvalho-mentor-intelectual-de-bolsonaro-ja-alertava-o-mundo-para-o-perigo-da-ursal/>. Acesso em 27 de nov. 2018.

O GLOBO (2014). Tio do Ditador Norte-coreano foi Comido Vivo por 120 Cães, Diz Jornal Chinês. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/tio-do-ditador-norte-coreano-foi-comido-vivo-por-120-caes-diz-jornal-chines-11201548#ixzz5AgA0r1Km>. Acesso em 24 de mar. 2018.

OLIVEIRA, André de (2016). #AgoraNãoSão Elas? O ministério masculino de Michel Temer. **El País**. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/12/politica/1463073214_630598.html. Acesso em 21 jun. 2017.

OLIVEIRA, Rosane de (2015). PSDB aposta na queda de Dilma. **Zero Hora**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/07/rosane-de-oliveira-psdb-aposta-na-queda-de-dilma-4796018.html>. Acesso em 10 de abr. 2018.

PEROTTI, Denise (2018). Crítica do PT, socióloga diz que inventou URSAL em 2001 como ironia. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/critica-do-pt-sociologa-diz-que-inventou-ursal-em-2001-como-ironia.shtml>. Acesso em 27 de nov. 2018.

REIS, Daniel Aaraão (2018). Entrevista a Felipe Betim. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538497133_463693.html. Acesso em 12 de nov. 2018.

REVISTA EXAME (2017). O que você e ele tem em comum. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/edicoes/1129/>. Acesso em 22 jun. 2017.

SENADO FEDERAL (2017). MP do Repetro, que dá isenção fiscal a petrolíferas, é prioridade para o governo. **Senado Federal**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/11/mp-do-repetro-que-da-isencao-fiscal-a-petroliferas-e-prioridade-para-o-governo>. Acesso em 14 de mar. 2018.

SENRA, Ricardo. 'Ele soa como nós': David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia Bolsonaro, mas critica proximidade com Israel. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>. Acesso em 24 de out. 2018.

TEMÓTEO, Antonio; PRAZERES, Leandro. Rosa Weber rebate Eduardo Bolsonaro e diz que 'juízes não se deixam abalar'. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/21/rosa-weber-diz-que-juizes-nao-se-deixam-abalar-sobre-video-critico-ao-stf.htm>. Acesso em 2 de nov. 2018.

TOMAZELLI, Idiana (2017). Programas criados pelo governo podem perdoar dívidas tributárias de R\$ 78 bi. **Estadão**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,programas-criados-pelo-governo-podem-perdoar-dividas-tributarias-de-r-78-bi,70001942732>. Acesso em 14 de mar. 2018.

UMPIERES, Rodrigo Tolotti. Bolsonaro diz no Jornal Nacional que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. **InfoMoney**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7589379/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego>. Acesso em 24 de out. 2018.

URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela; LIMA, Galeno (2014). Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>. Acesso em 11 de abr. 2018.

VALENTE, Rubens (2016). Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em 22 de mar. 2018.

VEJA (2016). Manifestante Confunde Bandeira do Japão com Símbolo Comunista. **Revista Veja**. <https://veja.abril.com.br/politica/manifestante-confunde-bandeira-do-japao-com-simbolo-comunista/>. Acesso em 24 de mar. 2018.

VEJA (2018). Wilson Witzel: ‘A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo’. **Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em 20 de nov. 2018

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Figura 1 – Twitter do Michel Temer

TEMER, Michel (2015). Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/MichelTemer/status/582413077754195968>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 2 – Logomarca da Copa do Mundo FIFA de 2014

GLOBO ESPORTE (2000). Logomarca da Copa do Mundo. Disponível em: Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2010/06/brasil-ja-tem-logo-para-copa-2014.html>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 3 – Lâmina de “Powerpoint” do procurador Deltan Dallagnol

ESTADÃO (2016). Ddos Operação Lava Jato. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/09/Apresentacao-lava-jato-lula.pdf>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 4 – Twitter do Marcelo Bretas

BRETAS, Marcelo (2018). Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/mcbretas/status/957951487778459648>. Acesso em 31 de jan. 2018.

Figura 5 – Twitter do Deltan Dallagnol

DALLAGNOL, Deltan (2018). Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/deltanmd/status/980466973917237250>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 6 – Oposição se une por “impeachment” (nota no Estadão)

ESTADÃO (2015). Capa de 16 de Abril de 2015. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150416-44375-nac-1-pri-a1-not>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 7 – O perfil dos manifestantes na Av. Paulista (protesto de 13 de março de 2016)

FOLHA DE SÃO PAULO. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 8 – Avaliação do governo federal em março de 2016

GLOBO (2016). Governo Dilma tem aprovação de 10% e desaprovação de 69%, diz Ibope. Globo.com. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/10-aprovam-governo-dilma-e-69-desaprovam-diz-ibope.html>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 9 – Capa do Jornal Extra de 8 de julho de 2015

EXTRA (2015). Capa de 8 de julho de 2015. Disponível em: <https://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2015&mo=7&da=8&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>. Acessado em 30 de nov. 2018.

Figura 10 – Postagem no “facebook” do promotor Rogério Zagallo

HUFFPOSTBRASIL (2014). Reincidente, promotor Rogério Zagallo é suspenso por 15 dias por ter ofendido manifestantes em 2013 no Facebook. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2014/12/05/reincidente-promotor-rogerio-zagallo-e-suspenso-por-15-dias-por-a-21677648/>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 11 – Queda da popularidade de Dilma após protestos em Junho de 2013

FOLHA DE SÃO PAULO (2013). Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 12 – Postagens no “facebook” do MBL

MBL. Postagem no “facebook” em 29 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/pcb.1122908577833284/1122907951166680/?type=3&theater>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 13 – Twitter do vereador de São Paulo Fernando Holiday

HOLIDAY, Fernando. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1052295638061391877>; <https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1052295640678629376>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 14 – Bancadas mais relevantes no Congresso Nacional em 2016

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. Conheça as 11 bancadas mais poderosas da Câmara. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>. Acesso em 20 de jun. 2018.

Figura 15 – Twitter de Jair Bolsonaro

BOLSONARO, Jair (2018). Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1046939496497983488>. Acesso em 30 de nov. 2018.

Figura 16 – Representação do tempo

AGAMBEN, Giorgio. **O Tempo Que Resta: um comentário à Carta aos Romanos**, Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 81.

APÊNDICES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Curso/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada: “**A Ressignificação Política das Lutas Sociais Contemporâneas no Brasil**”, que tem como objetivo principal analisar as formas de organização de pauta e reivindicação de direitos, especialmente no período que abarca o esgotamento do projeto político neodesenvolvimentista (período dos governos Lula e Dilma), a fim de contribuir para uma compreensão dos modos de participação popular hodiernas. O tema escolhido se justifica pela importância da formulação de estudos e pesquisas que objetivem entender a transformação da realidade a partir da manifestação de atores sociais, articulando com a conjuntura político-econômica que o Brasil vivencia contemporaneamente.

O trabalho está sendo realizado pelo acadêmico de Doutorado Rene José Keller, sob a supervisão e orientação do prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis. Para alcançar os objetivos do estudo será realizada uma entrevista individual, gravada em áudio, com duração aproximada de 30 minutos, na qual você irá responder perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes reservados, salvo manifestação expressa por escrito da utilização do nome real. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelo pesquisador principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução 466/12).

Existe o risco mínimo no caso de cansaço e/ou desconforto no momento de responder as questões da entrevista, porém, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação sem quaisquer prejuízos. O benefício de sua participação não será direto, no entanto, os resultados do estudo poderão contribuir na compreensão das subjetividades, práticas e demandas que foram veiculadas, contribuindo para se pensar em resignificação política das lutas sociais

Se necessitar de quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, entrar em contato com o pesquisador Rene José Keller; e-mail: rene.j.keller@gmail.com, telefone (51) 3320.3539 e endereço: Av. Ipiranga, Porto Alegre/RS, nº 6681, Bairro Partenon – Porto Alegre/RS, ou com o pesquisador Carlos Nelson dos Reis, pelo telefone (51) 3320.3539, na Avenida Ipiranga 6681, Prédio 15, sala 346 – Escola de Humanidades, Curso de Serviço Social, e-mail: cnelson@puers.br.

Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma, ou que, está sendo prejudicado de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) localizado na Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703. CEP: 90619-900. Bairro Partenon. Porto Alegre – RS, também estará disponível pelo telefone (51) 3320-3345 ou e-mail: cep@puers.br, de segunda a sexta, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00.

Tendo em vista as informações aqui prestadas, eu _____ declaro que recebi as informações sobre os objetivos e a importância desta pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo, sendo que recebi uma cópia deste termo. Declaro que também fui informado:

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos

relacionados a esta pesquisa;

· De que minha participação é voluntária e terei a liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo para a minha vida pessoal ou profissional;

· Da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa, salvo se expressamente autorizada a divulgação do nome, desde que seja maior de idade em pleno gozo da capacidade civil.

Porto Alegre, ____de_____ de 2018.

Nome e Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador: Ms. Rene José Keller.

Assinatura do Pesquisador: Dr. Carlos Nelson dos Reis

TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL

Porto Alegre, 18 de julho de 2017.

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética

Profa. Dra. Denise Cantarelli Machado

Encaminho para avaliação deste Comitê de Ética em Pesquisa, o projeto “A RESSIGNIFICAÇÃO POLÍTICA DAS LUTAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL” tendo como pesquisador principal o prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis a ser realizado no(a) município de Porto Alegre. Trata-se de estudo um estudo prospectivo de natureza qualitativa tipo Tese de Doutorado em Serviço Social que envolve seres humanos.

Aguardando avaliação de parecer deste comitê, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

DR. CARLOS NELSON DOS REIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Data da entrevista: ____/____/_____

BLOCO A - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Idade:
2. Gênero:
3. Raça/Etnia
4. Nível de escolaridade:
5. Profissão:
6. Participante de movimento/partido político/sociedade civil organizada:
7. Número de protestos aproximado que participou em 2015-2016:
8. Em termos de ideologia política, considera-se de esquerda, direito ou centro? Alguma em específico?
9. Qual a sua opinião sobre o sistema capitalista?
10. Acha que é possível a existência de outra forma de organização social e política?
11. Em caso afirmativo, quem seria o agente ou sujeito coletivo da transformação?
12. Acredita que é possível resolver o problema da desigualdade socioeconômica no capitalismo?

BLOCO B – NEODESENVOLVIMENTISMO

1. Você acredita que houve a redução da pobreza nos governos Lula e Dilma (2003-2016)?
2. O que acha do programa bolsa família? Acha que incentiva o não trabalho?
3. Qual a opinião sobre o programa “minha casa, minha vida”?
4. Acredita que sua vida melhorou ou piorou nos governos Lula e Dilma?
5. Acredita que houve um aumento, estagnação ou diminuição da corrupção?
6. Qual partido político considera mais corrupto no Brasil?
7. Como você avalia os governos Lula e Dilma?

BLOCO C – CONSERVADORISMO

1. Você é favorável ou contrário ao casamento de pessoas do mesmo sexo? Por quê?
2. É favorável ou contrário às cotas raciais? Por quê?
3. É favorável ou contrário às cotas sociais? Por quê?
4. Acha que deveriam privatizar mais empresas que pertencem ao governo?
5. O que acha do movimento feminista?
6. Acha que deveria ser autorizado a aquisição e o porte de arma por civis?
7. É a favor da reforma agrária?
8. O que acha das manifestações públicas que trancam as ruas da cidade?
9. Acredita que o PT pretendia implantar uma ditadura comunista no Brasil? Em caso afirmativo, quais medidas de cunho comunista foram tomadas?
10. Acha necessário fazer uma reforma trabalhista?
11. Acha importante realizar uma reforma na previdência?

BLOCO D – MANIFESTAÇÕES

1. Como se informava dos protestos?
2. Sabe quem os organizava?
3. Ficou sabendo de alguma liderança política que se formou a partir dos protestos?
4. Quais eram as pautas/reivindicações dos protestos?
5. Qual motivo foi decisivo para a ida às ruas?
6. Foi em alguma manifestação de Junho de 2013? Em caso afirmativo, foi a primeira vez que participou de algum protesto?

BLOCO E – IMPEACHMENT

1. Sabe informar qual foi o motivo que consta no processo de *impeachment*, que destituiu a Dilma do poder?
2. É favorável ou contra ao *impeachment*? Qual o motivo?
3. Acredita que houve outros fatores para que os congressistas votassem à favor da cassação do mandato?

4. Caso entenda que a Dilma foi destituída por fatores diversos do constante no processo, acredita que foi *impeachment* ou um golpe? Se foi golpe, de qual natureza?
5. Na escala de 1-4 (sendo o 1 mais relevante e 4 menos relevante), qual desses motivos entende que foram preponderantes para a concretização do *impeachment*? Corrupção, crise econômica, “pedalada” fiscal, perda da base política.
6. O que acha do governo do Michel Temer? Entende que seja legítimo?



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br